

ISAAC DE SOUZA

**A CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE
EM SANTA CATARINA:
DOS AGROECOSSISTEMAS INDÍGENAS AOS DIAS ATUAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UFSC
FLORANÓPOLIS
2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMA**

**A CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE EM SANTA CATARINA:
dos Agroecossistemas Indígenas aos dias atuais**

Por

ISAAC DE SOUZA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, sob a orientação do Prof. José Antônio Ribas Ribeiro, Ph.D., Departamento de Zootecnia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Floranópolis, SC – Brasil

2004

SOUZA, Isaac de

A criação da fauna silvestre em Santa Catarina:
dos agroecossistemas indígenas aos dias atuais / Isaac de Souza.
200f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2004.

Área de concentração: Ciências agrônômicas.

Orientador: Dr. José Antônio Ribas Ribeiro.

1. Agroecossistema 2. Agroecossistema Indígena 3. Criação comercial da fauna silvestre 4. Sustentabilidade

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMA**

DISSERTAÇÃO

Submetida por *Isaac de Souza*

Como um dos requisitos para obtenção do Grau de **Mestre em Agroecossistemas**

Aprovada em 27/02/2004

Prof. Dr. José Antônio Ribas Ribeiro
Orientador

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. MSc Mário Luiz Vicenzi

Membro: _____
Prof^a Dr^a Marília Terezinha Sangoi Padilha

Membro: _____
Prof. Dr. Alceu Ranzi

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Balbina Martins de Souza, por ensinar a usar os recursos naturais renováveis do ambiente com sustentabilidade, e ao meu pai, Manoel Inocêncio de Souza, por mostrar os princípios da preservação ambiental.

À minha família, por aturar a minha ausência durante as longas horas de estudos.

À minha esposa, pelas suas críticas que tanto me fizeram refletir sobre o uso do ambiente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Antonio Ribas Ribeiro, por ter a paciência de me ouvir, conduzir e opinar nos momentos precisos, que tanto contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Mário Luiz Vincenzi pelo seu apoio e dedicação à causa ambiental, que tanto contribuíram para o encorajamento do estudo desta pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda, por terem me apoiado e incentivado na pesquisa desta dissertação.

Aos criadores e antigos caçadores que contribuíram com seus depoimentos.

Ao Sr. Zumari Lemos, presidente da Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros Canoros, e ao Valmir Peres da Silveira, presidente da Associação dos Criadores de Pássaros de Palhoça, pelo apoio na pesquisa realizada.

Aos meus professores e colegas do curso de mestrado, pela compreensão e apoio nesta dissertação e que tanto me incentivaram.

Aos funcionários do IBAMA, setor de Fauna, pelas informações sobre os registros dos criadores da fauna silvestre em Santa Catarina.

À minha colega, Míriam Santini de Abreu, pela paciência em revisar e apreciar os textos dos trabalhos apresentados.

A todos que contribuíram, a minha gratidão.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VIII
RESUMO.....	1
ABSTRACT.....	2
INTRODUÇÃO.....	3
RESULTADOS ESPERADOS	5
METODOLOGIA.....	6
CAPÍTULO I.....	9
1 - AGROECOSSISTEMA INDÍGENA.....	9
1.1 - PANORAMA DO DESCOBRIMENTO.....	9
CAPÍTULO II.....	59
2 - ANÁLISE DO USO DOS RECURSOS DA FAUNA	59
2.1 - INTRODUÇÃO	59
2.2 - PENSAMENTO DA ZOOTECNIA EUROPÉIA.....	62
2.3 - PREOCUPAÇÕES ATUAIS	67
CAPÍTULO III.....	80
3.1 - INTRODUÇÃO	80
3.2 - A LEGISLAÇÃO	81
3.3 – A CRIAÇÃO COM FINS ECONÔMICOS.....	83
3.3.1 – CRIADORES AMADORES DA FAUNA SILVESTRE	83
3.3.2 - A CRIAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL.....	86
CAPÍTULO IV.....	91
4 – EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE	91
4.1 - INTRODUÇÃO	91
4.2 - DESENVOLVIMENTO DA CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE.....	95
4.3 - A PERDA DA CRIAÇÃO SILVESTRE	100
4.4 - DIVISÃO DA CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE EM SANTA CATARINA	102
4.5 - A EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO COMERCIAL DA FAUNA SILVESTRE EM SANTA CATARINA	116
4.6 - MANEJO DA FAUNA SILVESTRE	129
4.7 - DIFERENÇA ENTRE OS AGROECOSSISTEMAS ATUAIS E O AGROECOSSISTEMA INDÍGENA..	135
4.8 - O USO DA SUSTENTABILIDADE	137
4.9 - PERSPECTIVA ECONÔMICA DA CRIAÇÃO SILVESTRE	138
4.10 - MERCADO PARA OS PRODUTOS DA FAUNA SILVESTRE.....	141

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....	150
7 - ENTREVISTAS.....	154
7.1 - JAIRO JOÃO FERREIRA	154
7.2 - CARLOS CARIOCA	155
7.3 - ZUMARI LEMOS.....	156
7.4 - WILSON JORGE DIENER	160
7.5 - ISAIAS ARAÚJO (BIOQUÍMICO)	161
7.6 - PEDRO BAASCH.....	162
7.7 - EUPÍDIO VICENTE COELHO.....	164
7.8 - JOSÉ ALÍPIO DA SILVA	167
7.9 - AILTON LOPES.....	169
7.10 - LEALDINO DA SILVEIRA.....	170
7.11 - LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR.....	171
7.12 - JEFERSON MARTINS.....	172
7.13 - JOSÉ NITRO DA SILVA	173
7.14 - GERALDO BAGGENSTOSS	174
7.15 - NILSON FURLANETO.....	175
7.16 - MARCOS ADRIANO TORTATO	176
7.17 - HUMBERTO OSMAR UTRABO.....	177
7.18 - RUDNEY JOSÉ BEPLER.....	179
7.19 - CID JOSÉ GOULART JÚNIOR.....	180
7.20 - LUIZ ROBERTO BREDAS.....	182
7.21 - DIRÇO AMARAL	183
7.22 - ARNIM AX.....	184
7.23 - LAURO VARGAS CAMARGO	185
7.24 - PEDRO CAMARGO	186
7.25 - ELIZABETE VAVASSORI.....	187
ISAAC DE SOUZA.....	188
O JANTAR DANÇANTE	189
O TORNEIO.....	189
CHURRASCO NA SEDE DA ACPP, NO DIA 08/08/03.....	189

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Artefatos de penas feitos por indígenas.....	10
Figura 2: Araras brasileiras.....	12
Figura 3: Gravura de índios com os seus escudos protegendo os rins.....	17
Figura 4: Foto de antas (<i>Tapirus terrestris</i>).....	19
Figura 5: Foto de uru-capoeira (<i>Odontophorus capoeira</i>).....	21
Figura 6: Foto de uma família de capivaras.....	22
Figura 7: Gráfico 01 - Grupo sangüíneos, Barreiros, município de São José/SC.....	76
Figura 8: Foto de passarinhos com seus curios premiados e seus troféus.	105
Figura 9: Foto do senhor Zumari Lemos na sede da FSB.....	107
Figura 10: Foto de cisne-de-pescoço-preto.....	111
Figura 11: Foto dos galpões de criação de paca.....	117
Figura 12: Gráfico 02 - Evolução das criações comerciais entre 1989 e 2002 em SC.	120
Figura 13: Gráfico 03 - Gráfico da preferência da criação comercial por espécie.....	126
Figura 14: Foto de antas deitadas.....	131
Figura 15: Foto de cutia caminhando.	132
Figura 16: Foto de um casal de paca com filhote criada em ambiente doméstico.....	133
Figura 17: Foto de capivaras sendo criadas em ambiente cercado.....	134
Figura 18: Foto de uma floresta regenerada.	136

TABELAS

Tabela 1: Plantas cultivadas pelos índios.....	28
Tabela 2: Distribuição dos grupos sangüíneos.....	71
Tabela 3: Exportações de produtos coloniais em 1978.....	74
Tabela 4: Número de aves canoras filiados na FSB.	84
Tabela 5: Média dos cantos das aves canoras, temporada 2002/2003.	85
Tabela 6: Número de criadores comerciais da fauna silvestres no Brasil.....	87
Tabela 7: Número de criadores comerciais por região brasileira.....	89
Tabela 8: Criações comerciais da fauna silvestre entre os anos de 1989/2003.....	118
Tabela 9: Número de criadores comerciais da fauna silvestre em SC.....	121
Tabela 10: Rendimento econômico por matrizes da fauna silvestres.....	139

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma história pessoal de vida que teve influência de minha família. Meu pai, Manoel Inocencio de Souza, nascido no ano de 1904 em Garopaba, distrito de Laguna, era considerado homem culto, e me ensinou a ler. Minha mãe, Balbina Martins de Souza, nascida em 1914 no Morro da Varginha I, distrito de Santo Amaro da Imperatriz, município de Palhoça, teve sua educação em colégio de freiras, freqüentando seis horas de aula diárias de segunda a sábado. Meu pai faleceu com 92 anos e minha mãe com 86, mostrando que tinham longevidade e qualidade de vida.

A forma dos dois de lidar com as coisas da natureza era notável. Ele era conservacionista e preservacionista convicto. Já ela explorava o ambiente, desfrutando de seus recursos. Assim, enquanto meu pai defendia as árvores do extermínio e protegia os animais, como o gambá, dos maus-tratos, chegando até mesmo a escondê-los, minha mãe costumava matá-los para aproveitar o que pudessem oferecer e evitar que invadissem o galinheiro.

Minha educação se deu nesse ambiente familiar, com liberdade de desfrutar a natureza em toda a sua plenitude. Deveria ter uns três anos de idade quando minha mãe me ensinou a fazer um *quebra-cabeça*, armadilha para capturar principalmente aves, como sabiás, e até as de médio porte e que não sejam pernaltas, como a saracura. Foi por essa época que ela me tirou da cama para escutar a alvorada feita pelos sabiás- amarelos. Foi a maior que já ouvi. Mais tarde, investiguei o fato e descobri que atrás da casa onde eu morava havia uma chácara com bananeiras, cafezeiros, laranjeiras, pessegueiros e outra frutas. Em cada touceira de bananeira existia um ninho de sabiá, o que era o motivo da cantarola.

Vivi a infância capturando animais, principalmente aves, durante a temporada de caça, de maio até meados de agosto. No verão, passava a temporada observando os ninhos de passarinhos, verificando o comportamento, o material empregado na confecção, o modelo, o tamanho dos ovos, cor, postura, local escolhido para o ninho, o desenvolvimento dos filhotes e os seus deslocamentos. Tinha curiosidade por tudo.

Quando jovem, já tinha um bom conhecimento da etologia das espécies e passei a criá-las em ambientes domésticos. Essa iniciativa contrariou a vontade de meu pai. Ele

dizia que “guri com gaiola não gosta de estudar”. Por causa da minha persistência, ele foi se acostumando e, em certos casos, até incentivando, quando certa vez capturei um filhote de chupim para criá-lo na gaiola. Assim, tornei-me um exímio criador de aves e as comercializava na comunidade. Essa criação acabou aos 18 anos, quando ingressei no magistério como professor primário e não pude mais me dedicar à atividade.

Iniciei a carreira de professor no meio rural, no Morro da Varginha II, município de Santo Amaro da Imperatriz. Para chegar até a escola, precisava subir uma encosta no meio da mata. Eram 40 minutos a pé todos os dias, durante três anos. Os alunos eram todos da roça, e alguns, no início, não falavam português. Depois, lecionei na escola da Fazenda do Sacramento I, município de Águas Mornas, por mais quatro anos. Vim, então, para Florianópolis cursar Geografia e, depois, a Faculdade de Agronomia.

Mesmo residindo em Florianópolis, nunca me desliguei da convivência com a zona rural. Durante o curso de Agronomia, comprei o meu primeiro sítio no Morro do Gato, em Santo Amaro da Imperatriz, onde comecei os estudos sistemáticos visando o uso sustentável do ambiente. Meu primeiro interesse foi o comportamento da bananeira em consórcio com a vegetação nativa, além da observação da fauna. Posteriormente, comprei o sítio do Sombrio e, logo depois, o do Pantanal, no mesmo município, onde continuei as minhas observações.

Conforme fui conhecendo o ambiente, as formas sustentáveis de exploração, notei que os produtores rurais passavam dificuldades para manter a propriedade, levando a juventude ao êxodo rural por falta de opções. Senti-me na obrigação e no dever ético de dar a minha contribuição. Matriculei-me no curso de Educação Ambiental e Recursos Renováveis da Udesc para mostrar que a criação silvestre é uma alternativa sustentável para os pequenos produtores rurais. Posteriormente, diante da necessidade de aprimorar conhecimentos e poder discutir com mais veemência os meus argumentos, matriculei-me no curso de pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC.

Estudando a fauna silvestre, como sempre fiz, e tendo observado que certas espécies apresentam índices zootécnicos muito acima da média apresentada pelos animais domésticos, senti necessidade de estudar o agroecossistema indígena de uso e manejo do ambiente natural. Desejo propor técnicas mais sustentáveis de uso racional da biodiversidade e, ao mesmo tempo, levar aos produtores técnicas mais ecológicas para a utilização do ambiente.

RESUMO

SOUZA, Isaac de. **A criação da fauna silvestre em Santa Catarina: dos Agroecossistemas Indígenas aos dias atuais.** 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistema) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

O presente estudo teve por objetivo trazer reflexões sobre métodos de criação de animais silvestres, discutindo as origens dos sistemas de criação, com ênfase na lógica indígena da época do descobrimento. Buscando contrastá-la com a lógica do manejo europeu, levantando os sistemas atuais de criação e inferindo sobre as potencialidades dessa nova zootecnia. A metodologia empregada para estudar a história foi a de busca de registros antigos e relatos de viagens de naturalistas, sociólogos e antropólogos que estiveram em contato com a biodiversidade existente no novo continente e a compararam com a que existia na Europa. Para conhecer a situação atual das criações comerciais de animais silvestres no Brasil, buscou-se registros existentes no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através da internet. Além desses registros, foram levantadas, no Brasil, os das federações de criadores da fauna canora silvestre e da Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros Nativos. Também levantou-se informação nos clubes associados, entre os sócios de cada clube, interrogando-os sobre as espécies e o número de aves criadas em ambiente familiares. Em Santa Catarina, foram levantados os registros dos criadores silvestres junto ao IBAMA e, além dessa fonte, contamos principalmente com depoimentos de criadores, os quais entrevistamos em visitas feitas a 21 criatórios. Essas entrevistas foram abertas, para que o produtor contasse as suas experiências sem a interferência do entrevistador. O critério usado para as entrevistas foi a importância da contribuição do entrevistado e da representatividade do manejo que ele conduz dentro do universo da criação no Estado. Como resultados desses estudos, verificamos que a criação indígena era realizada dentro de um contexto amplo, onde a floresta era manejada de modo a permitir um aproveitamento integral da sua potencialidade alimentar, tanto para produzir alimentos e outros recursos para o homem como para os animais dos quais ele se serve. À do alto das árvores, os pássaros e os macacos aproveitavam folhas e frutos; do estrato médio, plantas e animais adaptados a esse nicho eram considerados; ao nível do solo e no subsolo, as plantas anuais, as raízes e os animais terrícolas eram também gerenciados para um aproveitamento integral. O rodízio da ocupação do solo garante a recuperação da fertilidade, melhor controle de plantas indesejáveis, das doenças e das pragas. Nesse ambiente, não era necessária a preocupação com o armazenamento de alimentos e nem com o confinamento da fauna. Esse gerenciamento caracteriza-se pelo manejo da interação dos seres vivos que, além disso, proporciona uma otimização do esforço físico do homem e favorece o bem-estar vegetal e animal. Por tudo isso, o silvestre brasileiro era alegre, saudável e comprometido com o ambiente, embora guerreiro e antropófago. O europeu da época, motivado pelo ambiente inóspito, por preceitos religiosos, por uma ambição de poder e riquezas, desenvolveu um sistema criatório que se caracterizava pela monocultura, pela criação dos animais em cativeiros, pelo armazenamento dos alimentos e pela extração dos recursos naturais sem levar em conta os danos ao ambiente ou às gerações futuras. Em consequência disso, os europeus da época eram estressados, anti-higiênicos e conviviam com doenças e parasitas. Com a supremacia da cultura européia sobre a indígena e o interesse do conquistador em levar principalmente as riquezas, pouco sobrou, até nossos dias, da visão de gerenciamento do agroecossistema indígena. O levantamento dos animais silvestres criados no Brasil revelou que existe uma grande diversidade de espécies criadas, porém, em cada região, a ênfase é na criação da fauna silvestre local. O levantamento da criação silvestre em SC revelou que cada criador segue a sua intuição sem considerar um gerenciamento organizado. A ideologia dos colonizadores europeus ainda está presente no confinamento dos animais, na administração de alimentos e manejo. As criações mais bem sucedidas são aquelas que se aproximaram da ideologia indígena respeitando a etologia, criando animais soltos com pouco aporte de alimentos. Porém, mesmo nesse caso, há muito empirismo. É pouco conhecido o manejo que os indígenas faziam do ambiente. Por isso, é essencial que se estabeleçam, no Estado, projetos de pesquisa e mesmo centros de pesquisa que se dediquem a estudar a aplicação dos conhecimentos indígenas na atividade agrícola como um todo. Através disso, a sociedade irá extrair proveitos não apenas de ordem agrícola como também ambientais e sociais.

Palavra-chave: 1. Agroecossistema indígena 2. Criação silvestre 3. Sustentabilidade 4. Manejo

Observations on origins, current status and perspectives of wildlife management systems in Santa Catarina.

Author: Isaac de Souza
Adviser: José Antônio Ribas Ribeiro

ABSTRACT

This work was developed with the purpose of bringing up some thoughts about wildlife husbandry. Indian in contrast to the European view to natural resources use, on the time of Brazil was discovered by Portuguese navigators, was at first redeemed. A survey about current husbandry systems followed that insight. Some perspectives on the future of this new field of study were then traced. Reports and registers made by naturalists, sociologist and anthropologists from their trips or their researches were the source used to review historical aspects of Indian and European agroecosystems. Current commercial wildlife husbandry in Brazil was surveyed through data collected from Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA and from Brazilian wildlife associations. Besides the aforementioned information a deeper research work was conducted in Santa Catarina, involving trip reports in order to study the way producers and persons involved with wildlife business raise or suggest that the animals should be raised. Open interviews were designed and turned to effect in order to collect all information the persons wanted to furnish without researcher interference. Criteria used to select the persons to be interviewed were established based on the representativeness of their wildlife husbandry system. As a result of the historical review it was clear that Indian agriculture was characterized by communitarian work, the entire environment resource exploration. From the top to the bottom of the forest different habitats existed and were explored by different fauna species under human empirical supervision. Field crops were used to produce human feed as well as to allow animal feeding. Animals were trapped outside field crops so that they did not dispersed but followed humans when migration for other field occurred. No concern was then necessary with feed storage or fencing. Soil fertility was recovered through a resting period allowed by rotation of field crops. It can then be summarized that this system resulted in a low cost and highly efficient energy use, low human labor expenditure and happy relationship within the society and with the environment. European explorers, based on religious rules and culture, privileged individualism and a search for power and richness above all, emphasized natural resources exploitation with no regard to environmental protection, and developed husbandry systems which resulted in monoculture, animal confinement, big structures for feed storage and animal shelter and difficulties of manure disposal. As a consequence of this culture the environment degraded and people became stressful very rapidly. European, better acquainted than Indian culture to war and misleading strategies, helped also by the sensitiveness of Indian people to diseases which evolved with the Europeans, more or less easily dominated. As a result of this supremacy a great loss of the Indian agroecosystem management knowledge happened. The survey of the Brazilian commercial wildlife producers and the species they raised show that commercial rearing of fauna is largely diversified. In the Amazon region several species of turtles are raised with emphasis on *Podocnemys expansa* and *Podocnemys unifilis* in the center part of Brazil the more important species are Alligator (Caiman crocodilus yacare), Capibara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) and Ema (*Rhea americana*). In the Southeast region singing birds predominate like Curió (*Oryzoborus angolensis*) and bicudos (*Oryzoborus maximiliani*). In the Northeast region wildlife commercial production is incipient but Ema producers predominate. In South region the largest number of commercial wildlife producers are registered. In Rio Grande do Sul State there are large Ema and Capibara plantations. In Santa Catarina there are a great diversity of fauna commercially reared with special interest in birds that are in danger of extinction like Curió, Coleira (*Sporophila caeruleascens*), trica-ferro (*Saltator similis*), azulão (*Passerina brissonii*) pintassilgo (*Carduelis magellanica*) sabiá-laranjeira (*Turdus rufriventris*), sabiá-coleira (*Turdus alvicollis*) sabiá-preto (*Platycichla flavips*), bico-pimenta (*Pitylus fuliginosus*) o dançador (*Chiroxiphia caudata*) e o tico-tico (*Zonotricha capensis*). In the third part of the study involving the reports of field trips and interviews it was clear that there were no management system well established, but it was possible to allocate them into two groups, according to their resemblance to Indian or European husbandry points of view. The ones that follow european system confine their animals and have great costs with feeding, sheltering and manure disposal. But raised larger number of animals than the other group. The producers classified to the Indian group raise their animals in a free range system or restrict them in large areas, give to them some supplemental feed and, in general, obtain greater reproduction, lower mortality indices and lower costs of production than their counterparts. However, even in this case, a great part of the management used was developed empirically. Very little is known about Indian environment management principles. As a consequence of this dissertation we hope that new researches be designed to get more insight about how can we adapt the knowledge Indians release to us about environment management. In so doing we hope our society will not only advance in agricultural field but in also in human welfare.

INTRODUÇÃO

Estima-se que o tráfico de animais silvestres movimentava cerca de 10 bilhões de dólares anualmente no mundo e, no Brasil, deve corresponder a 10 % desse valor (RENCTAS, 2002). Nosso país perde, portanto, toda a tributação sobre essa transação, que poderia chegar a 1,5 milhão de dólares caso fosse um mercado legalizado.

Esse tráfico ocorre devido ao fato de que a procura da sociedade por produtos e subprodutos da fauna nativa, em criações legalizadas, não são ofertados no mercado em quantidade suficiente para atender a demanda e, ainda, com preços muito compensadores, muito acima do custo de produção, caso fossem criados em ambiente doméstico, onde as criações desses animais para atender essas necessidades seriam compensadoramente renumeradas.

Em face dessa carência, empresas legalizadas ou não agenciam pessoas, principalmente do meio rural, para capturar espécimes da fauna silvestre, de grande aceitação popular, como a paca, o ratão do banhado, o cateto, várias espécies de macaco, papagaios, araras, o coleira, o pintassilgo, répteis e insetos, principalmente borboletas, para serem comercializadas em mercados clandestinos que ocorrem em todo o Brasil.

Esse problema, em parte, é decorrência do fato de que a lei ambiental brasileira foi muito rigorosa, ao tentar estabelecer normas para a criação da fauna silvestre, criando barreiras burocráticas que dificultavam a implantação de criações por pequenos produtores rurais, esses geralmente com carência de recursos financeiros para atender todas as exigências. Com isso, os responsáveis pela aplicação da lei, ao interpretarem-na literalmente, inviabilizaram as iniciativas dos pequenos criadores de animais da fauna silvestre.

Por outro lado, antes dessas normativas serem transformadas em leis, a criação já era feita, porém de uma forma empírica. A produção em escala comercial é muito recente. Poucas são as universidades ou instituições de pesquisa que se dedicam a investigar as formas de criação desses animais. Quando o fazem, tratam de adaptar esses animais a sistemas de criações usados no modelo da criação dos animais domésticos, obtendo resultados erráticos, exacerbando estresses, que se traduzem principalmente em baixo desempenho reprodutivo e alta mortalidade.

Os indígenas brasileiros, pelo contato milenar com esses animais, desenvolveram um relacionamento com a fauna que os cercava que lhes permitiu usufruírem da mesma sem colocá-la em risco de extinção.

O europeu, quando aportou na América, tinha por objetivo a extração das riquezas para acumular capital, não se importou com o futuro e muito pouco com os conhecimentos acumulados pelos silvícolas. Tratou de trazer os seus animais domésticos e os conhecimentos de como manejá-los e o resultado dessa estratégia foi a paulatina extinção da fauna local.

O animal silvestre, na ótica européia, era para ser caçado. Quando, porém, percebeu a importância de criá-lo pela dificuldade de encontrá-lo na natureza, decidiu utilizar a mesma filosofia da criação européia, ou seja, produzir e armazenar alimentos para fornecer a esses animais em ambiente fechado.

A técnica européia, no entanto, é de alto custo e se justifica quando os animais são selecionados para esse ambiente. Por isso, muitos registros de insucessos têm ocorrido. Por outro lado, há notícias de criadores exitosos, porém, seus métodos de criação são poucos conhecidos ou divulgados.

O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) tem o registro de todos os criadores legalizados, porém não há nenhuma informação sobre as técnicas e os manejos empregados nos criadouros e onde estão esses criadores com técnicas sustentáveis.

OBJETIVOS:

O objetivo geral dessa dissertação é trazer reflexões sobre métodos de criação de animais silvestres dentro de concepções ecológicas e etológicas.

Objetivos específicos são:

- Levantar conhecimentos sobre o uso dos recursos naturais, principalmente sobre a fauna, desenvolvidos pelos povos indígenas e as razões que levaram os povos do ocidente, que colonizaram o Brasil e a América Tropical, a pouco aproveitarem desse conhecimento.
- Contrastar as maneiras desses povos lidarem com a pecuária.

- Obter informações sobre a situação atual dos criatórios de animais silvestres no Brasil e, em especial, em Santa Catarina.
- Inferir sobre possibilidades de adaptar a forma de se relacionar com os recursos naturais desenvolvidos pelos povos indígenas ao estabelecimento de métodos criatórios de animais silvestres que considerem o bem-estar animal com seu uso econômico.
- Mais especificamente, estudar o panorama da criação silvestre no Brasil:
 - Os criadores comerciais da fauna silvestre no Estado;
 - As principais espécies da fauna silvestre criada em cativeiro;
 - As espécies silvestres com maior potencial econômico;
 - A finalidade das criações silvestres em cativeiro;
 - A organização existente na criação da fauna silvestre.

RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado dessa dissertação, esperamos contribuir para adequar os manejos a maiores ganhos econômicos com proteção ambiental na criação de animais silvestres

Também é nossa expectativa estimular a preservação da fauna silvestre, pois julgamos que o conhecimento é essencial para a preservação. Ninguém se convence da necessidade de preservar e valorizar o que não conhece.

Como consequência desse trabalho, também gostaríamos de chamar a atenção dos meios científicos para que a biodiversidade seja estudada como um todo. Gostaríamos de ver nos currículos das escolas de agronomia, zootecnia, biologia e veterinária, disciplinas que tratassem desse tema, de modo a formar técnicos habilitados a assessorar os criadores a manejar de maneira mais sustentável os recursos naturais das suas propriedades. Dessa forma, poderíamos oferecer ao homem rural mais uma perspectiva ocupacional aumentando-lhe a renda e contribuindo para a sua permanência no campo.

Esperamos também que a sociedade possa usufruir de uma oferta mais diversificada de animais e subprodutos criados legalmente, disponha de outra alternativa

alimentar e de lazer, e receba indiretamente, através dos impostos recolhidos com esse mercado, benefícios públicos.

METODOLOGIA

Inicialmente tínhamos proposto estudar os animais silvestres por simples interesse pessoal nesses animais, como já referimos anteriormente na apresentação. Ao buscarmos referência sobre o assunto, nos deparamos com os relatos dos viajantes (LÉRY, 1980; CARDIM, 1980; ANCHIETA, 1998) que trazem informações sobre a qualidade da carne desses animais avaliadas pelos indígenas.

Esses trabalhos nos fizeram pensar que, antes de realizar o estudo das criações hoje existentes, deveríamos trazer de volta o conhecimento sobre como os indígenas se relacionavam com a fauna com a qual coexistiam. Ao nos aprofundarmos na leitura, percebemos que era essencial nos reportarmos a todo o agroecossistema para entendermos a visão indígena sobre o uso dos recursos naturais.

Por esse motivo, primeiro iremos apresentar nessa dissertação um breve resgate do agroecossistema indígena.

Para desenvolver esse estudo, procuramos os relatos dos visitantes ao Continente Americano, e também nos apoiamos em depoimentos de antropólogos e sociólogos que estudaram os usos e costumes dos povos silvícolas antes de terem a sua cultura contaminada pela dos europeus.

Analisaremos em seguida, rapidamente, o conceito do homem ocidental sobre a natureza e de como o europeu, ao chegar nas Américas e conquistar os povos pré-colombianos, forçou-os a adotarem a sua cultura e as prováveis razões que levaram os atuais criadores de animais silvestres a desenvolverem sistemas de criação que hoje praticam.

As informações sobre a cultura européia de manejo de recursos naturais foram compilados de antigos documentos, como a Bíblia, e velhos manuais sobre a domesticação dos animais e a evolução ocidental da exploração dos animais domésticos.

Em seguida, contrastaremos as duas visões de como tirar proveito dos animais. Logo depois, passaremos ao levantamento e diagnóstico da criação silvestre no Brasil e depois nos aprofundaremos no Estado de Santa Catarina, partindo do conhecimento

preexistente em registros no IBAMA, nos clubes e associações de criadores de aves canoras, entrevistas e comentários de antigos caçadores e criadores com destaque na reprodução da fauna silvestre.

Os registros no IBAMA ofereceram oportunidades para conhecermos os criadores das várias espécies e para termos uma idéia das preferências dos criadores por espécie, bem como da localização e da evolução numérica com o tempo.

Além dessas buscas e para melhor conhecimento da realidade, realizamos visitas aos criatórios que tiveram por objetivo levantar as características dos criadores quanto a sistema de manejo, organização e filosofia da criação.

Nas entrevistas, deixamos que os entrevistados narrassem os fatos por eles observados, seguindo a metodologia proposta por BAUER e GASKELL (2003) sem que o entrevistador interferisse na narrativa para não frustrar o objetivo da narração do entrevistado. As entrevistas enfocaram os mais diversos assuntos sobre o conhecimento da fauna silvestre pelos entrevistados.

Essas entrevistas seguiram o método da *entrevista qualitativa* conforme proposto pelos autores:

“Nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. Ela é, como escreveu Robert Farr (1982). “essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista” (BAUER e GASKELL, 2003: 64-65).

BAUER e GASKELL, citando Schütze, 1977, e Bruner, 1990, escrevem:

“Narrações são ricas de colocações, a) porque elas se referem à experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com o enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narração é semelhante à estrutura da orientação para a ação: um contexto é dado; os acontecimentos são seqüenciais e terminam em um determinado ponto; a narração inclui um tipo de avaliação do resultado. Situação, colocação de objeto, planejamento e avaliação dos resultados são constituintes das ações humanas que possuem um objetivo. A narração reconstrói ações e contextos da maneira mais adequada: ela mostra lugar, o tempo, a motivação e as orientações dos sistema simbólico do ator (Schütze,1977; Bruner, 1990)” (BAUER e GASKELL, 2003:92)

Os autores ainda escrevem:

“O contar história segue um esquema autogerador com três principais características, como a seguir:

Textura detalhada: se refere à necessidade de dar informação detalhada a fim de dar conta, razoavelmente, da transição entre um acontecimento e outro. O narrador tende a fornecer tantos detalhes dos acontecimentos quantos forem necessários para tornar a transição entre eles plausível. Isto é feito levando o ouvinte em consideração. A história tem de ser plausível ao público, de outra

maneira não seria história. Quanto menos o ouvinte conhece, mais detalhada serão os dados. O contar história será próximo dos acontecimentos. Ele dará conta do tempo, lugar, motivos, pontos de orientação, planos, estratégias e habilidades.

Fixação de relevância: o contador de história narra aqueles aspectos do acontecimento que são relevantes, de acordo com sua perspectiva de mundo. A explicação dos acontecimentos é necessariamente seletiva. Ela se desdobra ao redor de centros temáticos que refletem o que o narrador considera importante. Estes temas representam sua estrutura de relevância.

Fechamento da Gestalt: um acontecimento central mencionado na narrativa tem de ser contado em sua totalidade, com um começo, meio e fim. O fim pode ser o presente, se os acontecimentos concretos ainda não terminaram. Esta estrutura tríplice de uma conclusão faz a história fluir, uma vez começada: o começo tende para o meio, e o meio tende para o fim (BAUER e GASKELL, 2003: 94-95).

Desse conhecimento pré-levantado, partimos para o conhecimento das realidades. As informações daí obtidas foram analisadas utilizando o método proposto por SANTOS (2002) para analisar os dados coletados e conhecer a realidade envolvida na criação silvestre em todo o Estado de Santa Catarina, utilizando-se de tabelas e gráficos para a explicação dos resultados.

CAPÍTULO I

1 - AGROECOSSISTEMA INDÍGENA

1.1 - Panorama do descobrimento

A Carta de Pero Vaz de Caminha nos conta que naquele dia de 23 de abril de 1500, segundo dia após a descoberta, aconteceu o seguinte:

“Quando chegaram todos os navios, e os capitães se reuniram no navio do Capitão-mor, montaram a estratégia do desembarque, ficando determinado que Nicolau Coelho iria em terra para examinar a foz de um rio que ali desaguava. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já estavam dezoito ou vinte. Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de contilhas brancas, miúdas que parecem de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar” (CAMINHA, em 01/05/1500).

Esses fatos da narrativa de Caminha nos mostram que, na época do descobrimento do Brasil, os índios tinham na fauna, e principalmente nas aves, a maneira de valorizar as suas relações sociais, coisa que ainda hoje é repetida no carnaval brasileiro, como os adornos das fantasias usando plumas (o Brasil é o maior consumidor mundial de plumas) e penas das aves, quando não vem representada, muitas vezes, a ave em alegorias.

Naquele ano de 1500, o primeiro presente que os índios ofertaram ao visitante, em troca de bugigangas, e o que consideravam mais valioso, foram os adornos de penas que usavam em suas cabeças.

Os portugueses, ao aportarem no continente, libertaram um degredado para que ele fosse ter com os silvícolas. Estes não o aceitaram e, quando o devolveram, Caminha, em 1500, relata o seguinte sobre o índio que o veio devolver:

“... era já de uma certa idade, e andava por galanteria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia seteado como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha), tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fenado, mas todos assim como nós” (CAMINHA, 1500).

Figura 1: Artefatos de penas feitos por indígenas



Artefatos de penas feitos por indígena – Acervo da igreja de Madre Paulina – Nova Trento. Foto: Isaac de Souza, em 22/06/02.

Prosseguindo na descrição de Caminha, na segunda-feira, 27 de abril de 1500:

“...depois de comer, saíram todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos; mas não tantos como as outras vezes. E traziam já muito poucos arcs. E estiveram um pouco afastados de nós; mas depois pouco a pouco misturaram-se conosco; e abraçavam-nos e folgavam; mas alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcs por folhas de papel e por alguma carapucinha velha e por qualquer coisa. E de tal maneira se passou a coisa que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles para onde outros muitos deles estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcs e barretes de penas de aves, uns verdes, outros amarelos, dos quais creio que o capitão há de mandar uma amostra a Vossa Alteza”, (CAMINHA, em 1500).

Nesta outra descrição de Caminha, pode-se notar que as aves faziam parte do cotidiano indígena pela quantidade de peças de enfeites trazidos pelos homens da esquadra que visitaram a aldeia indígena.

“Com o conhecimento da existência da aldeia, foram-se lá todos; e andaram entre eles. E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e todas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rede atada com cabo em cada esteio, altas, em que dormiam. E de baixo, pra se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma numa extremidade, e outra na oposta. E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e lhes deram de comer alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem. E como se fazia tarde fizeram-nos logo todos tornar; e não quiseram que lá ficasse nenhum. A ainda, segundo diziam, queriam vir com eles. Resgataram lá por cascavéis e outra coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, espécie de tecido assaz belo, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse. E com isto vieram; e nós tomamo-nos às naus”, (CAMINHA, em 1500).

Esta narrativa de Caminha nos mostra o quanto os nossos índios estavam inseridos no ambiente, e como usufruíam dele. Tinham os seus papagaios grandes e pequenos, conforme narrou, para o seu lazer. Tinham também tecidos feitos com penas de excepcional beleza e cocares enfeitados de penas para as suas festas. Estes fatos mostram que os índios não eram tão ignorantes como narram os portugueses, mas sim gente de uma simplicidade muito grande, que sabia valorizar os elementos naturais existentes na biodiversidade local para as suas reuniões sociais, envaidecendo aquele que os usava.

Voltando à carta escrita por Caminha, é possível se ter uma noção da dieta alimentar dos índios quando da chegada dos portugueses ao Brasil.

Para podermos compreender este aspecto alimentar dos indígenas, vamos nos apoiar na descrição de Caminha referente ao estado físico dos nativos:

“A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem, fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de abaixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita de modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber”, (CAMINHA, em 1500).

Esta descrição nos informa o quanto o índio era bem alimentado. Tinha um físico, segundo a descrição de Caminha, perfeito, e nem se preocupava em esconder a sua nudez. Isso mostra muito bem que o mesmo estava de bem com o ambiente e com a

sua condição de dignidade humana. Pois não tinha do que se envergonhar. Esse era o padrão da sobrevivência do povo que aqui estava.

Figura 2: Araras brasileiras



Araras que os índios utilizavam para retirar as penas e para fazer artefatos e enfeites. Zoológico de Curitiba/PR – Foto: Isaac de Souza, em 20/11/2002.

A esse respeito, outros viajantes que aqui também estiveram fazem narrativas muito semelhantes, como veremos a seguir:

Jean de Léry, narrador francês, esteve entre os Tupinambás, de 10 de março de 1557 a 04 de janeiro de 1558, e nos deixou extenso relato da maneira como os índios desfrutavam da biodiversidade local, descrevendo com minúcias a forma como esse povo se inseria na natureza.

Apesar de ter escrito sob a ótica da visão européia, a leitura atenta de sua obra deixa perceber que esses índios eram grandes manejadores dos recursos oferecidos pelo ambiente.

Em um trecho da narrativa do visitante, quando conta a conversa havida entre ele e um índio velho, percebe-se muito bem que os índios Tupinambás tinham grande conhecimento da riqueza de que dispunham e de como deveriam dispor destes recursos para tornar a vida cotidiana mais confortável:

“Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arabutan (pau-brasil). Uma vez um velho perguntou-me: por que vindes vós outros, mãirs e pêros (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal o faziam com os seus cordões de algodão e suas plumas.

Retrucou o velho imediatamente: e por-ventura precisais de muito?

- Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. – Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? – Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? – Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. – Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros mãirs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados” (LÉRY, 1980).

Por esta narrativa, fica demonstrado o quanto os índios conheciam o meio ambiente. Sabiam da importância do ecossistema e da sua sustentabilidade para manutenção da vida na aldeia e suas futuras gerações. Com isso achavam ridículo o europeu exercer tão grande esforço para acumular riquezas desnecessárias, além de suas necessidades.

Quanto ao modo de vida das mulheres, que eram responsáveis pela manutenção das roças e dos alimentos de origem vegetal, o narrador escreve:

“A alimentação da criança consiste em certas farinhas mastigadas e carnes tenras juntamente com o leite materno; a mãe fica de resguardo um dia ou dois; em seguida pendura o filho no pescoço por uma cinta de algodão e vai tratar da horta como de costume” (LÉRY, 1980).

Esse parágrafo demonstra que os índios Tupinambás não eram tão nômades quanto se poderia supor. Tinham as suas roças e as suas hortas. Essas roças e hortas também foram registradas por Bates que, em dezembro de 1856, visitou a região do Alto-Amazonas, onde ficou atracado por quatro dias na foz do Sapó, um pequeno afluente do Jataí, onde os moradores eram índios Marauá.

“Vivem em pequenos agrupamentos ou em núcleos familiares isolados; não possuem chefe comum e geralmente são considerados poucos inclinados a adotar costumes civilizados ou a se mostrar amigos dos brancos.

Nenhum deles tinha tatuagens, mas os homens exibiam grande orifícios nos lóbulos das orelhas, nos quais introduziam batoques de madeira; seus lábios também eram perfurados, mas os buracos eram menores. Um dos rapazes, um belo tipo de homem de quase um metro e noventa de altura, robusto, de nariz grande e aquilino, parecia particularmente desejoso de me agradar e me mostrou qual era a finalidade dos orifícios feitos nos lábios, enfiando neles uma série de varetas brancas e em seguida contorcendo a boca e fazendo uma porção de caretas, para mostrar arrogância na presença do inimigo.

Quando o meu novo amigo, o rapaz de elevada estatura, me viu recolhendo insetos nas vizinhanças das casas, depois do jantar, ele se aproximou e, segurando-me pelo braço, levou-me ao telheiro onde era guardada a mandioca e indicou-me com gestos – já que apenas umas poucas palavras de tupi – que tinha algo para me mostrar. Foi grande a minha surpresa quando ele, depois de subir no girau e retirar do alto de um mourão um objeto pendurado nele, me mostrou com ar de grande mistério uma enorme crisálida pendente de uma folha, a qual depositou cuidadosamente na minha mão, dizendo “Pana-panã curi” (“borboleta, daqui a pouco). Fiquei sabendo, então, que a metamorfose dos insetos era conhecida daqueles selvagens. Achando-me, porém, impossibilitado de conversar com o meu novo amigo, não tive meios de apurar que idéias esse fenômeno teria feito nascer em sua cabeça. O bom rapaz não se afastou do meu lado durante o resto da minha permanência no lugar; acreditando que eu fora ali em busca de informações, fez tudo o que podia para colocá-las ao meu alcance. Fabricou na minha presença uma certa quantidade de ipadu, ou pó de coca, para que eu visse qual era o processo empregado, executando o trabalho com muitos gestos cerimoniais, como se fosse um feiticeiro fazendo uma interessante magia” (BATES, 1979).

Este naturalista, quanto à dedicação desses índios no uso dos recursos da terra, faz a seguinte narração:

“Despedimo-nos desse povo afável por volta das quatro da tarde e, descemos o ensolarado rio, paramos a meio caminho numa outra casa, construída num dos locais mais aprazíveis que eu tinha visto até então. Um caminho arenoso, estreito e limpo levava desde o penumbroso cais até a casa, passando por um trecho de mata de indescritível exuberância. A propriedade ficava situada numa elevação, no centro de uma área plana e limpa, cujo solo de areia lisa e compacta formava um amplo terraço ao seu redor. O dono era um índio semicivilizado chamado Manoel – um sujeito fechado e taciturno, que, juntamente com a mulher e os filhos, não parecia muito satisfeito em se ver perturbado na sua solidão. A família deveria ser muito industriosa, pois as plantações eram extensas, incluindo um pouco de quase todas as plantas cultivadas nos trópicos – árvores frutíferas, verduras, legumes e até flores ornamentais. O taciturno velho sabia, indubitavelmente, apreciar as belezas da Natureza, pois do local que ele escolhera para construir sua casa se descortinava uma soberba vista da floresta, e para dar um acabamento condigno ao cenário ele havia plantado uma grande quantidade de bananeiras no perímetro plano, ocultando dessa forma os tocos carbonizados das árvores cortadas, que de outra forma teriam prejudicado o efeito causado pelo ondulante mar de verdura. A única informação que consegui arrancar de Manuel foi que, na época das frutas, numerosos bandos de pássaros de vistosas cores apareciam e saqueavam suas árvores. O sol já se tinha posto por detrás da copa das árvores quando deixamos aquele pequeno Éden” (BATES, 1979).

Nesta narrativa, o naturalista se impressiona com a qualidade de vida do morador indígena, decorrente da capacidade de organização e criatividade e do bom-gosto do proprietário, ficando demonstrado, pela descrição dos detalhes, que os habitantes nativos da terra sabiam muito bem manejar o ambiente e tirar o melhor proveito possível dos recursos naturais de cada localidade.

Para reforçar o conhecimento indígena e as suas técnicas de elaboração de novos produtos a partir dos recursos naturais, BATES deixou registrado que em 23 de maio de 1850, quando visitou a tribo dos índios Passés, no rio Teffé, na altura de Ega, região do Alto-Amazonas, conheceu um índio chamado Pedro-Açu, ou Pedro, o Grande, um velho tuxaua dos Passés, num local onde viviam ainda escondidos, na beira dos riachos, pequenos bandos de aborígenes em estado primitivo, embora já tivessem absorvido cultura européia com propriedade particular e trabalhado de empregados:

“Quando desembarcamos, Pedro-Açu veio receber-nos pessoalmente no cais, depois que os latidos dos cães anunciaram a nossa chegada. O tuxaua era um velho alto e magro, de rosto sério mas benevolente e maneiras muito tímidas e desconfiadas do que comumente se vê entre os índios. Estava vestido com uma camisa de algodão grosso tingido de murici e calças do mesmo tecido, arregaçada até o joelho. Suas feições eram muito marcadas – muito mais fortemente do que as de qualquer outro índio que eu tinha visto até então – os lábios eram finos e o nariz alto e afiado. Uma grande tatuagem azul-escuro, de formato quadrado, ocupava o centro de sua face, a qual, como as outras partes visíveis do seu corpo, era de um tom moreno-avermelhado, ao invés da cor castanho-acobreado habitual dos indígenas. Tinha o porte ereto e o andar pausado, e ao se aproximar de nós cumprimentou Cardoso com ar de quem deixava bem claro que ele estava tratando com um seu igual. Meu amigo me apresentou, e eu fui recebido da mesma maneira grave e cerimoniosa. Ele tinha muitas perguntas a fazer, mas quase todas pareciam dizer respeito a D. Felipa, uma índia que cuidava da casa de Cardoso em Ega. Essa polidez estudada é uma característica natural das tribos agrícolas mais adiantadas. A língua usada era o tupi, e não ouvi nenhuma outra ser falada durante o correr do dia. Convém lembrar que Pedro-Açu nunca tinha tido muita ligação com os brancos. Embora tivesse sido batizado, era um índio primitivo, que sempre vivera afastado da civilização; como é comum acontecer entre os aborígenes, a cerimônia do batismo fora realizada apenas para agradar os brancos.

Ao chegarmos à casa fomos recebidos pela mulher de Pedro, uma velha índia magra, encarquilhada e ativa, que tinha tatuagens exatamente iguais às do marido. Suas feições eram igualmente muito marcadas, mas suas maneiras se mostravam mais cordiais e espontâneas do que as dele; ela falava muito, com voz cheia de inflexões, ao contrário do velho cacique, cujo tom era arrastado e lamuriento. Ela vestia uma saia comprida, de algodão grosso, e uma blusa muito curta, que não chegava até a sua cintura. Causou-me admiração ver que havia no lugar uma ordem e uma organização que eu ainda não tinha visto em nenhum sítio no Alto-Amazonas, mesmo nos pertencente a pessoas civilizadas. O número de utensílios domésticos de todo o tipo era

maior do que o comumente encontrado nas fazendas dos brancos ou de índios civilizados. As construções eram do mesmo tipo existentes nas propriedades rurais mais modestas, em qualquer parte do país. A família ocupava um grande rancho aberto, de forma oblonga, construído a sombra das árvores. Duas construções menores, separadas do rancho, com paredes de barro e entradas baixas, funcionavam aparentemente como alojamentos para diferentes membros da numerosa família. Um pequeno engenho de moer cana, composto de dois cilindros de madeira dura e nodosa, juntamente com gamelas de madeira e caldeirões para ferver a garapa e fazer melado, ficava instalado numa cobertura independente, perto da qual havia um vasto galinheiro com paredes de barro. Havia mais uma choupana e uma coberta a pouca distância dali, ocupada por uma família que trabalhava para Pedro, e uma estreita trilha levava, através de uma luxuriante mata, a outras habitações semelhantes. Viam-se árvores frutíferas em abundância ao redor da propriedade, inclusive a indefectível banana, com suas compridas e largas folhas verde-claro, além de tufos de pupunha. Havia também numerosos algodoeiros e cafeeiros. Entre os utensílios domésticos, notei cestos de variados tipos, feitos de talos de maranta e tingidos de cores diversas. A feitura desses cestos é uma arte típica dos Passés, mas acredito que seja também exercida por outras tribos, pois vi vários deles em casas de indígenas semi-civilizados do Tapajós.

Apenas três pessoas encontravam-se na casa, além do velho casal; o resto do pessoal tinha saído, mas muitos voltaram no correr do dia. Das três pessoas presentes, uma era filha de Pedro e exibia uma tatuagem de forma oval ao redor da boca, a outra era um neto dele ainda novo e a terceira o genro que morava em Ega e era compadre de Cardoso. Quando entramos, a velha índia estava ocupada em fazer licor de cará, usando para isso um alambique de argila que ela própria havia fabricado. O licor tinha um tom avermelhado, mas seu sabor não era muito agradável. Não obstante, um cálice dele, ainda morno do alambique, foi recebido com satisfação depois de nossa longa jornada. Cardoso apreciou-o muito, pois esvaziou de um trago o seu cálice e logo tornou a enchê-lo. A velha senhora mostrava-se muito falante, chegando a se tornar quase inoportuna no seu empenho em agradar os visitantes. A moça da boca tatuada, que, embora casada, se mostrava tão tímida quanto as donzelas de sua raça, foi cuidar de esquentar e depenar algumas galinhas para o jantar, no chão perto do fogo, na outra extremidade do cômodo. Pedro, o seu genro e Cardoso iniciaram então uma longa conversa sobre uma filha do primeiro, que havia sido casada com o segundo e era comadre do terceiro. Parece que ela havia morrido de consumação, ou “tísica”, como eles diziam – uma palavra que os índios havia tirado da língua portuguesa. O viúvo repetia, sem parar, a história da doença da mulher; Pedro fazia coro com ele e Cardoso se solidarizava com os dois e emitia conceitos morais sobre o assunto. Na minha opinião, o cauim tinha muito a ver com essa tagarelice e emotividade dos três; o viúvo continuou bebendo até mergulhar numa crise de sentimentos e acabar adormecendo” (BATES,1979).

Esta narrativa de Bates, do ano de 1850, nos mostra quanto eram organizados e adiantados os índios no Alto Amazonas, o que vem a reforçar o que escreveu Jean de Léry, nos relatos de sua “Viagem a terra do Brasil” entre março de 1557 e 4 de janeiro de 1558, sobre a sua convivência com os Tupinambás, no Rio de Janeiro.

Os dois narradores nos mostram o grau de avanço cultural dos índios.

Figura 3: Gravura de índios com os seus escudos protegendo os rins



Índios com os seus escudos protegendo os rins – Fonte: Léry, 1980.

A antropóloga Berta G. Ribeiro, em seu livro “*O índio na cultura brasileira*” (1987), descreve a sua preocupação com a perda de conhecimento, com a extinção das populações indígenas, no uso das riquezas nativas de espécies vegetais e animais, de sua morfologia e de técnicas para a sua utilização e transformação, e para reforçar o seu pensamento ela cita POSSEY, lamentando os desaparecimentos dos grupos tribais em nosso país:

“Com a extinção de cada grupo indígena, o mundo perde milhares de anos de conhecimento acumulado sobre a vida e a adaptação e ecossistemas tropicais. (. . .) A marcha do desenvolvimento não pode esperar muito tempo para descobrir o que se está prestes a destruir”, (Possey, 1983: 877, em BERTA G. RIBEIRO, 1987).

A antropóloga (1987) nos mostra que os índios no Brasil usam a terra em sistema de manejo rotativo, chamada de

“agricultura – do tipo extensivo, intinerante, conhecida como técnica de derrubada, queima e coivara, não deixa de ser uma técnica especializada que se desenvolveu em resposta às condições específicas de clima e solo tropicais, onde existe uma interação entre planta/animal/homem” (BERTA RIBEIRO, 1987).

Voltando ao início da história do Brasil, com os relatos de Jean de Léry, vemos que os índios viviam em grande número e se alimentavam dos recursos existentes na biodiversidade. Além dos alimentos de origem vegetal, e nos prendendo aos de origem animal, para suporte de sua estratégia alimentar de proteína animal, eles usavam os seguintes animais, conforme a ordem na relação descrita por LÉRY, entre os anos de 1557 e 1558, em que relata o seguinte:

“... não existe no Brasil nenhum quadrúpede em tudo e por tudo semelhante aos nossos.

O primeiro e mais comum é o tapirussú de pêlo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com o pescoço mais curto, orelhas mais longa e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com forma de um casco de asno. Difere entretanto de ambos pela cauda, que é muito curta (há aqui na América inúmeras alimentarias sem cauda), pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é entretanto animal perigoso, pois só se defende fugindo. Os selvagens o matam a flechadas como fazem a muitos outros ou o apanham com armadilhas astuciosas.

Esse animal é muito estimado entre os indígenas por causa da pele; depois de esfolado cortam-lhe o couro do dorso e põem-no a secar, fazendo rodela do tamanho de um tampo de tonel médio, que lhe servem de escudos contra as setas inimigas na guerra. Com efeito, a pele assim seca e preparada é tão rija que não há flecha, creio, por mais violentamente lançada que possa furá-la. (. . .)

A carne do tapirussú tem quase o mesmo gosto da de boi; os selvagens a preparam à sua moda, moqueando-a” (LÉRY, 1980).

O animal a que Léry se refere é a Anta (*Tapirus terrestris*), que é o maior animal de nossas matas. Tinha grande importância na alimentação dos índios e uso do couro em preparos de escudos para defesa na guerra, que eram usados nas costas para proteger os rins. A anta é um animal frugívoro e folhívoro que se alimenta de frutas e de todas as folhas encontradas no substrato das florestas. Informação pessoal do senhor Leopoldo Guervin, morador da cidade de São Bonifácio, em Santa Catarina, relata o seguinte:

“A anta come todos os vegetais que encontra no chão da floresta, e que é um animal que se cria fácil na natureza. apresentando melhor desenvolvimento que os animais de sua espécie contidos nos zoológicos, que são menores. O bicho é baixoto, entroncado e grosso. Uma anta abatida na mata, não se faz idéia do tamanho que tem. Ela deitada de lado fica mais grossa que uma vaca. Tira-se um quarto e o resto fica para apodrecer porque não dá para carregar. A última que abati, já faz alguns anos, mas já existia uma proibição para não abater este tipo de caça, resolvi não contar nada em casa para evitar conversa e disse que tinha matado um boi no campo quando da chegada com o quarto da anta em casa. Todos acreditaram e comeram a carne como se de gado fosse e de nada desconfiaram. Isso mostra que a carne da anta é semelhante a de gado” (conversa com o senhor LEOPOLDO GUERVIN, Agosto de 2002, em São Bonifácio/SC).

Figura 4: Foto de Antas (*Tapirus terrestris*)



Parque da Serra do Tabuleiro, Palhoça/SC - Foto: Isaac de Souza, em 01/11/2003.

Para se ter uma idéia a respeito da fauna no Brasil, na época em que os primeiros europeus aportaram, basta verificar o que Léry escreveu sobre a maneira como os tupinambás combatiam:

“... vejamos como os nossos tupinambás se põem em marcha contra o inimigo.

*Reúnem-se em número de oito ou dez mil, aos quais se agregam muitas mulheres, não para combate mas para carregar as redes, a farinha e os demais víveres e, depois de nomeados os chefes entre os mais velhos que já mataram e comeram maior número de inimigos, põem-se todos a caminho. Não observam ordem de marcha, nem categoria; os mais valentes, porém, vão na frente e marcham todos juntos, parecendo incrível que tanta gente se possa acomodar espontaneamente e se erguer ao primeiro sinal para uma nova marcha. Tanto no momento de partida como ao levantarem acampamento nos lugares onde pousam, surgem indivíduos armados de cornetas da grossura de um oboé e de quase um pé e meio de largura na extremidade inferior, a que chamam *inybia*. Esses indivíduos tocam no meio das tropas para lhes dar coragem e excitação. Outros carregam pífanos e flautas feitos de ossos dos braços e pernas dos inimigos devorados e não cessam tampouco de tocar durante todo o caminho, incitando o bando guerreiro a matar e devorar os adversários contra os quais se atiram”, (LÉRY, 1980).*

A análise dessa narrativa de LÉRY serve para avaliar a intensidade do conhecimento indígena na utilização da biodiversidade existente no Brasil. Para deslocar, como fica demonstrado acima, um exército com tantos combatentes, era necessária uma boa estratégia de guerra, principalmente alimentação, pois se

deslocavam por vários dias até encontrar o inimigo. Era preciso ter um bom estoque de alimentos, principalmente de origem protéica, que precisava ser moqueada para resistir ao transporte ao longo da marcha. Para conseguir quantidade tão grande de alimentos, era necessário o manejo sustentável do ambiente local, produzindo os alimentos necessários para nutrir tão grande população.

A história, os contos transmitidos verbalmente de geração em geração dos colonizadores, dizem que os índios eram caçadores. Isto é um grande engano. Se os índios fossem caçadores, eles levariam as populações da fauna silvestre ao extermínio pela pressão de caça, e a fauna, diante de tal pressão, certamente iria migrar e, ao mesmo tempo, deixaria de se reproduzir, pois passaria a ter estresse pelo fato de estar sempre fugindo. Nós sabemos que animal estressado não se reproduz, se bota ovo, não choca, e não faz ninho, não cuida dos filhotes e não trata deles, cometendo até infanticídio. Veja o que registrou DALL'ALBA sobre o depoimento dado por Margarida Perts Schlickmann, senhora de oitenta anos, sobre a época da ocupação de Bom Retiro:

“Era criança, mas lembro.

Capivaras, veados, pacas, estragavam as roças mas de não deixar nada. Uma praga. Veados então, até nos montes de milho colhido. Até não se caçava muito, mas pegava-se muita paca nos mundéus” (DALL'ALBA, 1973).

Se existia tão grande concentração de fauna, é porque ela não estava sob pressão de caça. Quem lida com animais ou é caçador sabe muito bem que a fauna, quando se sente perseguida, busca esconder-se e não se expõe com facilidade, como registra a dona Margarida Perts Schlickmann em seu depoimento. Índios, na região, havia muitos. No ano de 1900, eles estavam sendo combatidos constantemente pelo colonizador e, portanto, estavam fora de seu habitat normal, tendo migrado, os do litoral e os dos campos de Lages, para a encosta da serra para se proteger do invasor. Portanto, eles já não detêm mais o conhecimento sobre o agroecossistema que desenvolviam no passado, devido ao fato de estarem fugindo constantemente, como veremos neste capítulo.

Léry nos conta que, além da anta, os tupinambás tinham a sua alimentação centrada em outras espécies: o veado e o porco-do-mato, e algumas aves, como a jacutinga, o jacu e a jacupema. Alimentavam-se, ainda, de outras espécies de menor importância como: *agutí* (cutia), *tapitís* (semelhante à lebre européia), *pag* ou *pague* (paca), *seriguá* (gambá), *tatu*, jacarés, *taús* (lagarto), certos sapos grandes e serpentes.

Léry escreve, ainda, que os tupinambás chamavam as aves que lhes serviam de alimento de *urá*.

Figura 5: Foto de uru-capoeira (*Odontophorus capoeira*)



Criadouro: Dilza Gevaerd Luiz, Barreiros - São José/SC - Foto: Isaac de Souza, em 21/02/2003.

Aqui se deve tecer um comentário sobre o *urá*. Existem, nas matas e nos campos do Brasil, quatro espécies de aves que são chamadas de urus: Uru-do-campo, *Colinus cristatus*; Uru-capoeira, *Odontophorus capoeira*; Corcovado, *Odontophorus gujanensis* e Uru-de-topete, *Odontophorus stellatus*. Léry não citou esta ave na alimentação dos Tupinambás. “É a melhor caça de penas” (VON HERING, 2002). “Nas matas, vivem em pequenos bandos, ciscando o chão à vontade, comendo pequenos artrópodes, moluscos, bagas e, sementes” (SICK, 1997 e VAN HERING, 2002). “O ninho é feito no chão e contem de 10 a 15 ovos brancos” (VAN HERING, 2002). “É o representante deste continente da família da galinha doméstica, família Phasianidae” (SICK, 1997).

Como o uru é a ave silvestre cuja carne é muito apreciada, considerada a melhor caça existente no Brasil, provavelmente os índios não a mostraram para o visitante, a esconderam, apesar de existir em abundância nas matas brasileiras. É fácil de criar e aprisionar em urupucas. Se existia a urupuca, armadilha própria para a captura de urus, porque Léry não escreveu sobre elas? Provavelmente, não tomou conhecimento e nem

provou da carne dessa ave. À paca, também, Léry não deu muita importância, mas referiu-se à cutia, um animal bem menor, como de maior importância. Isso mostra que os índios não revelaram suas iguarias ao visitante, reservando para o seu uso.

Léry fez questão de registrar todos os animais com expressão, até o gambá, mas não se referiu ao maior roedor do planeta, a capivara. Será que não a viu ou os índios não a quiseram mostrar?

Figura 6: Foto de uma família de capivaras



Parque da Serra do Tabuleiro, Palhoça - Foto: Isaac de Souza, em 29/03/2003

Diante desses fatos, ou talvez pelo fato de o europeu julgar que a sua cultura fosse superior ao do silvícola, não prestou atenção ao agroecossistema indígena. Considerou que aquilo que observou era resultado da natureza intocada, quando, na verdade, era uma natureza manejada para dar suporte alimentar aos índios, que a administravam com sabedoria, conhecimento, lazer e distração, colocando os serviços da natureza a seu favor para uso racional do ambiente natural, pois a sua convivência com o meio físico era milenar e provavelmente tinham experimentado situações de reação da natureza quando, por alguma razão, a violaram.

Foi muita pretensão apropriar-se dos recursos naturais locais e transportar para a Europa e acreditar que essa espoliação os deixaria numa situação superior. A filosofia

do velho índio entrevistado por LERY (1980) refletia bem a sabedoria de um povo que aprendera a ser parte da natureza, legando-nos um exemplo que infelizmente não é explorado nos bancos escolares.

1.2 - Introdução

O modelo do agroecossistema utilizado para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro está se tornando insustentável e não tem gerado emprego para os filhos daqueles que trabalham na terra. A sociedade urbana não oferece perspectiva de emprego às novas gerações e, com o avanço das novas tecnologias, ainda tira do mercado os que estão empregados. Por esses motivos, temos que encontrar alternativas que dêem sustentação econômica, social e ambiental à atividade rural. O agroecossistema do indígena brasileiro foi praticado por mais de dez mil anos (BERTA RIBEIRO, 1987), não degradava o ambiente e protegia a biodiversidade. O colonizador europeu não entendeu a filosofia desenvolvida pelo povo silvestre e impôs-lhe a sua cultura em prejuízo do povo indígena e em prejuízo do mesmo colonizador e de seus descendentes. Face aos grandes problemas encontrados pela sociedade e para contribuir na busca de soluções aos problemas ambientais e sociais decorrentes do modelo equivocado de desenvolvimento rural em uso, devemos investigar os procedimentos dessas civilizações que aqui viveram para que possamos resgatar essas técnicas para que, ao mesmo tempo, forneçam alimento de melhor qualidade e protejam os ecossistemas naturais.

É de conhecimento geral que várias espécies, na natureza, ou foram extintas ou correm sério risco de extinção. Segundo os geólogos, a primeira grande devastação da biodiversidade ocorreu no Permiano, há 250 milhões de anos, quando foram extintas 97% de todas as espécies. No Cretáceo, há 65 milhões de anos, os dinossauros foram extintos. Esses fenômenos foram em decorrência de impactos de imensos corpos interplanetários na Terra. Hoje, as ações humanas estão direcionando a biodiversidade para trajetórias similares¹ (LEINZ & AMARAL, 1974).

Os procedimentos agropecuários desenvolvidos pelas técnicas modernas de manejo dos recursos naturais colocam em risco a sustentabilidade do planeta. Na

agricultura, a mecanização dos meios de produção, além de degradar o ambiente natural existente, produz com custos financeiros muito baixos ou com lucros menores mas em larga escala os produtos agropecuários, o que torna economicamente insustentável a atividade agrícola dos produtores rurais mais pobres. Para agravar esse quadro e liberar mais mão-de-obra, surge a agricultura de precisão com o emprego do computador e do GPS, transformando a atividade agrícola, que passa a ter capacidade de produzir mais, com a máxima eficiência econômica, destruindo o emprego de milhares de trabalhadores e, ao mesmo tempo, exaurindo a biodiversidade local.

Nas cidades, a informática, com o emprego do computador, oferece cada vez mais mercadorias de melhor qualidade, com mais eficiência, maior produção e com menos mão-de-obra, levando ao desemprego em massa.

Na pecuária, derrubadas das matas para a implantação de pastagens ou mesmo as criações intensivas causam cada vez mais degradação da biodiversidade com a destruição de sistemas complexos (matas, cerrados, drenagem de bacias) para produzir ambientes artificiais e sustentar a pecuária. O mesmo ocorre com as monoculturas para a implantação dos cultivos intensivos de soja, milho, arroz, cana-de-açúcar, reflorestamentos homogêneos de eucalipto, pinus e muitas outras plantas com alto valor fitotécnico.

Os cientistas informam que, em função desses procedimentos humanos, a Terra está em vias de sofrer grandes alterações no clima como efeito estufa, redução da camada de ozônio, contaminação de alimentos e água. As espécies existentes que não tiverem condições de se adaptar serão extintas, como já ocorreu nas épocas passadas. Supõe-se que as alterações no ambiente sejam maiores que as causados pelos impactos dos corpos celestes que colidiram com o planeta (MÉRICO, 1996).

Esses fatos nos levam a procurar alternativas sustentáveis a serem utilizadas nos procedimentos empregados na atividade agropecuária. Precisamos criar empregos, garantir a qualidade de vida, produzir alimentos para a sociedade e manter a biodiversidade através da sustentabilidade na atividade da agropecuária.

O nosso sistema de produção é altamente degradante do ambiente natural. Os animais domésticos, em geral, exigem ambientes artificiais que precisam ser mantidos com muito investimento para preservação e manutenção. A produção vegetal, da forma

¹ Ver www.territoriosdinossauros.hpg.ig.com.br/extincao.htm. Acesso em 28/11/2003.

como está sendo praticada, degrada o ambiente. O Brasil, país com grande biodiversidade, muito benefício poderia oferecer à sociedade se, ao invés de investir vultosas somas no estímulo a monoculturas, estudasse formas mais ecológicas de manejar o seu ecossistema e buscasse conhecer práticas utilizadas pelos silvícolas que tinham, pelo que se conhece de descobertas arqueológicas, mais de 50 mil anos de convivência com esse ecossistema.

1.3 - O conhecimento indígena e sua relação com a natureza

Os silvícolas tinham grande conhecimento do ambiente onde desenvolviam as suas atividades para a obtenção de recursos para a sobrevivência, sentiam-se inseridos no agroecossistema e tinham consciência do seu papel. Esse fato foi comprovado pela carta escrita, em 1854, pelo chefe índio americano, de nome SEATTLE, ao governo dos Estados Unidos, em resgate ao pedido para venderem as suas terras, quando diz:

“O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao [seu próprio] mau cheiro. (...)”

Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se nós a decidirmos aceitar, imporei uma condição: O homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos.

O que é o homem sem os animais? Se os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma lição em tudo. Tudo está ligado” (SEATTLE, 1854).

Em outro trecho da carta ele diz:

“Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção de terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra tudo que necessita. A terra, para ele, não é sua irmã, mas sua inimiga e, quando ele a conquista, extraindo dela o que deseja, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa... Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto” (SEATTLE, 1854).

O índio brasileiro também tinha a mesma opinião a respeito do ambiente, segundo informa LÉRY, no século XVI, quando relata a conversa que teve com o índio Tupinambá sobre os motivos dos esforços desenvolvidos pelos portugueses e franceses para vir ao Brasil buscar o pau-brasil, conforme descrito neste capítulo.

Esses fatos são suficientes para mostrar o respeito que o silvícola tinha pela terra. Ele sabia que, se suas atividades não fossem sustentáveis, não teria os mesmos recursos no futuro. Considerava a natureza sagrada. Tinha o Deus da Floresta, o Deus do Rio, o Deus Sol, o Deus Trovão, o Deus Chuva, o Deus Vento, o Deus Lua, o Deus Grande-Árvore. Tudo o que tinha importância, e que de certa forma representava força e poder, para ele era Divino. A natureza era a encarnação de Deus e precisava ser respeitada e adorada. Ele era dependente da natureza. Tinha na natureza a sua fonte de alimento e abrigo. Portanto, tratava a natureza com respeito para que ela o sustentasse ao longo de sua vida. Por isso, ele a manejava inteligentemente sem agredí-la. Era uma relação simbiótica, onde todas as partes saíam ganhando. A natureza ficava enriquecida e ele aproveitava os seus recursos de forma sustentável, sem diminuir as possibilidades de utilização futura pelos seus descendentes.

O europeu tirou do índio o Deus Natureza e colocou o monoteísmo, Deus no Céu, ou Deus nas Alturas do infinito. Com isso, pôde explorar as riquezas que a natureza oferecia. Pôde extrair as madeiras, derrubar as matas, introduzir os animais domésticos e dilapidar o patrimônio natural sem se preocupar com a sustentabilidade do ambiente. Transformou as florestas em campos e os campos em agricultura intensiva. Trocou o agrossistema do complexo pelo agrossistema do simples. Deixou de produzir as variabilidades genéticas no mesmo local para produzir apenas a monocultura. Perdeu a biodiversidade e criou a erosão de planta, animal, solo e nutriente. Transformou um sistema sustentável em um novo sistema insustentável (agricultura moderna), onde quem perde são as gerações futuras, que não terão mais esse recurso ambiental tão rico, disponível.

O agroecossistema indígena consistia em manejar o ambiente de maneira que a biodiversidade fosse protegida. Por esses motivos, eles conservavam as matas, as capoeiras, as roças em um sistema integrado (BERTA RIBEIRO, 1997).

Como o indígena fazia da mata, da capoeira e da roça um só ambiente diversificado, ele ganhava com essa integração porque propiciava as mais variadas condições locais e sublocais para que todas as espécies tivessem condições de sobreviver e, com isso, ficava mantida a biodiversidade. Assim, eles mantinham porção do ambiente intacto e, ao mesmo tempo, dentro desse ambiente maior eles construíam

sub-ambientes para produzir as suas roças e capoeiras, criando os micro-climas e fazendo os seus plantios na medida em que o ambiente ia se desenvolvendo.

Darrell A. Possey, citado por BERTA RIBEIRO (1987), relata que “os índios Kayapó servem-se de suas roças por longos períodos, apesar de que são feitas para produções de dois ou três anos, onde armazenam batatas-doces por 4 a 5 anos, inhame e cará durante 5 ou 6 anos, mamão por 4 a 6 anos, bananas por 15 a 20 anos, urucu por 25 anos e o cupá (*Cissus gongylodes*) por 40 anos” e nos dá uma lista das plantas indígenas cultivadas pelos grupos indígenas brasileiros (tabela I).

No nosso entender, apesar das críticas que o agroecossistema indígena tem recebido, de que não seria eficiente para produzir alimentos para 180 milhões de habitantes existentes na nação brasileira, não se justifica a agressão ao ambiente, com as monoculturas e os seus defensivos que vão destruindo a biodiversidade. Temos certeza, e por isso acreditamos no nosso trabalho, que, no futuro, com as pesquisas científicas sobre o potencial de exploração do agroecossistema indígena que deverão ser desenvolvidas, ficará comprovado que este sistema é produtivo e capaz de sustentar populações muito maiores que as atuais, sem agredir tanto a natureza, propiciando maior expectativa de vida, podendo tornar o homem mais ajustado ao seu meio em convivência mais harmoniosa com a biodiversidade.

BATES (1850) nos conta que, no Amazonas, os caminhos cortavam a floresta para chegar em locais onde existiam as plantações de abacaxi, banana e outras frutas em áreas com uma circunferência de até 5 km de diâmetro. Estes caminhos, segundo BOND (1998) e DALL'ALBA (1973) tinha a largura de 1,40m a 1,60 m. Essas dimensões coincidem com as dos caminhos que se encontram em mata do município de Santo Amaro da Imperatriz, onde o colonizador fez o seu carro de boi com a largura do rodado, puxado pelo cabeçalho², entre 1,00 m a 1,20 m de comprimento do eixo entre as duas rodas para ser puxado pelos bois e que se dirigiam para as roças, construídas muitas vezes em reboleiras³, conforme citados por BATES (1850), de onde se conclui, ou reforça a idéia, que o agrossistema indígena consistia em plantios em reboleiras esparsas dentro da mata, que eram servidas por caminhos de acesso. Nessas reboleiras,

² Cabeçalho: largura do tampo ou do chão da caixa (mesa) do carro de boi que serve para transportar os produtos (lenha, mandioca, farinha, milho, sacos). O carro-de-boi é formado pela roda, eixo, cabeçalho e a canga. O tampo é parte posterior do cabeçalho formando um só conjunto.

³ Reboleiras: roças feitas no meio da mata ou circundadas por matas, normalmente em formato circular e servidas por caminhos.

os silvícolas faziam os seus plantios e os enriqueciam com suas plantas, conforme visto acima, de acordo com as modificações do micro-clima, para o desenvolvimento de certos cultivares que eles iam plantando. Muitas dessas espécies não precisavam nem do cultivo do solo, bastava apenas jogar as sementes que elas prosperavam. Outras exigiam mais cuidados, e então, era feita a derrubada de árvores ou o aproveitamento de alguma que tinham caído e formado clareira para plantar as novas mudas.

Tabela 1: Plantas cultivadas pelos índios

**Tabela II – Plantas indígenas cultivadas.
Número de cultivares segundo a taxonomia tribal**

Nome	Designação científica	Tribo	Fonte	Nº cultivares
Mandioca e macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> <i>Manihot dulcis</i>	Kayapó	Kerr & Posey 1984	21
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Tukano	Chenela 1986	134
Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i>	Kayapó	Kerr & Posey 1984	22
Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i>	Asurini	B. Ribeiro 1982: 37	20
Cará	<i>Dioscorea</i> sp.	Kayapó	Kerr & Posey 1984	21
Cará	<i>Dioscorea</i> sp.	Asurini	B. Ribeiro 1982: 37	8
Milho	<i>Zea mays</i>	Kayapó	Kerr & Posey 1984	11
Milho	<i>Zea mays</i>	Asurini	B. Ribeiro 1982: 37	9
Banana	<i>Musa paradisiaca</i> , <i>M. Sapientum</i>	Kayapó	Kerr & Posey 1984	14
Banana	<i>Musa paradisiaca</i> , <i>M. Sapientum</i>	Asurini	B. Ribeiro 1982: 37	11
Banana	<i>Musa paradisiaca</i> , <i>M. Sapientum</i>	Yanomami	Lizot 1980: 31	11
Cupá	<i>Cissus gongyloides</i>	Kayapó	Posey 1983: 884	4
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Kayapó	Posey 1983: 884	4
Feijão	<i>Phaseolus</i> sp.	Asurini	B. Ribeiro 1982: 37	8
Feijão	<i>Phaseolus</i> sp.	Kayabi	B. Ribeiro 1979: 120	5
Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i>	Kayabi	B. Ribeiro 1979: 120	6
Mangarito ou taioba	<i>Xanthosoma</i> sp. <i>Xanthosoma sagittifolium</i>	Kayabi	B. Ribeiro 1979: 121	5
Ariá	<i>Calathea allouia</i>	Yanomami	Lizot 1980: 21	7
Pimenta	<i>Capsicum</i> sp.	Desana	Kerr & Clement 1982: 259	2
Mamão	<i>Carica papaya</i>	Desana	B. Ribeiro 1980ms	14
Pupunha	<i>Guilielma gasipaes</i>	Kayapó	Posey 1983: 884	4
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Yanomami	Lizot 1980: 34	4
Sapota	<i>Quararibea cordata</i>	Desana	Kerr & Clement 1980: 258	1
Abacate (*)	<i>Persea americana</i>	Tukuna	Kerr & Clement 1980: 256	1
Abacaxi (*)	<i>Ananas parguazensis</i>	Yanomami	Lizot 1980: 29	1
Caju	<i>Anacardium</i> sp.	Yanomami	Lizot 1980: 22	1
Maracujá	<i>Passiflora</i> sp.	Kayabi	B. Ribeiro 1979: 121	1
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	Kayabi	B. Ribeiro 1979: 121	1
Biribá	<i>Rollinia mucosa</i>	Desana	B. Ribeiro 1980ms	1
Cacau	<i>Theobroma</i> sp.	Desana	B. Ribeiro 1980ms	1
Cucura ou Mapati	<i>Pourouma cecropiaefolia</i>	Desana	B. Ribeiro 1980ms	2
Goiaba	<i>Psidium</i> sp.	Desana	B. Ribeiro 1980ms	2
Graviola	<i>Annona</i> sp.	Desana	B. Ribeiro 1980ms	1
Toá	<i>Gnetum</i> sp.	Desana	B. Ribeiro 1980ms	3
Umari	<i>Geoffroya</i> sp.	Desana	B. Ribeiro 1980ms	3
Ingá	<i>Ingá edulis</i> ; <i>I. cinnamomea</i>	Desana	B. Ribeiro 1980ms	1
Mirriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Desana	B. Ribeiro 1980ms	1
Pequi	<i>Caryocar</i> spp.	Trumai	Murphy & Quain 1975: 100	1
Tabaco	<i>Nicotiana tabacum</i>	Kayapó	Posey 1983: 884	3
Urucu	<i>Bixa orellana</i>	Kayapó	Posey 1983: 885	6
Algodão	<i>Gossypium arboreum</i>	Kayapó	Posey 1983: 884	4
Caroá	<i>Neoglaziovia variegata</i>	Araweté	B. Ribeiro 1984	3
Flecha	<i>Maranta arundinacea</i>	Kayapó	Posey 1983: 884	6
Cabaça	<i>Lagenaria siceraria</i> ; <i>L. vulgaris</i>	Yanomami	Lizot 1980: 23	7
Junco (**)	<i>Cyperus corymbosus</i> ; <i>C. distans</i> ; <i>C. articulatus</i>	Yanomami	Lizot 1980: 24	15
Barbasco (***)	<i>Phyllanthus piscatorum</i>	Yanomami	Lizot 1980: 26	1
Paricá (**)	<i>Anadenanthera peregrina</i>	Yanomami	Lizot 1980: 29	1
Cambará (****)	<i>Lantana tryphylla</i>	Yanomami	Lizot 1980: 38	1
Coca	<i>Erythroxylum caractarum</i>	Desana	B. Ribeiro 1980ms	1

(*) Abacate e abacaxi são também cultivados pelos Wanana (informação pessoal de Janet Chernela). A indicação de um único cultivar significa a menção da planta na bibliografia sem especificação de cultivares. (**) Planta de uso mágico-ritual. (***) Veneno para peixe. (****) Planta odorífera.

Tabela apresentada pela antropóloga Berta Ribeiro mostrando a biodiversidade dos cultivos indígenas. Fonte: Berta Ribeiro, 1987.

O índio enriquecia o ambiente local com plantas selecionadas para seu consumo ou para alimentar a fauna. Esses silvícolas criavam em suas roças ambientes propícios para o desenvolvimento da fauna, que era manejada com grande habilidade. Selecionavam os animais para abate de acordo com as suas necessidades e as características de cada espécie, usufruindo antes daquelas que não apresentavam bom desempenho. HANS STADEN (1999) nos conta que, em 1556, um prisioneiro, para não ser devorado pelos silvícolas, começou a não comer para não engordar e, com isso, se ver livre da moqueação⁴ que os selvagens planejavam. Um índio, vendo a sua tática, avisou-o de que, se ele não voltasse a comer e a engordar, eles o comeriam antes do tempo e, assim, ele foi obrigado a desistir do seu regime de fome. LÉRY (1557) relata que, na aldeia dos Tupinambás, na Guanabara, encontravam-se mais araras que nas florestas em volta e que os índios arrancavam as suas penas 3 a 4 vezes durante o ano com extremo cuidado para não danificar o animal. Esse procedimento revela que as araras eram manejadas com o cuidado de não lhes afetar o bem-estar. Ele também conta que esses índios riam muito quando viam um francês comer um ovo de galinha por ser muito apressado e não esperar a galinha crescer, comendo em uma única bocada. Nesses exemplos, nós podemos imaginar ao grau de desenvolvimento do pensamento indígena.

Da análise desses fatos, podemos deduzir que os índios exploravam o ambiente na plenitude do agroecossistema, vegetação e fauna, onde obtinham os melhores resultados.

Exploravam na floresta todos os estratos, desde as camadas inferiores da vegetação, sub-bosque, a vegetação intermediária entre a copada e as de superfície inferior e a vegetação superior do topo da floresta. Com a fauna adotavam a mesma estratégia: exploravam as espécies de superfície e as que viviam trepadas, aves e mamíferos. Esse aproveitamento dos recursos em todas as dimensões da floresta produzia muito mais riqueza para uso humano do que as formas de exploração da nossa civilização européia, que apenas explora intensivamente uma única superfície, seja com cultivos ou com pastagens para a produção de rebanhos.

Os índios cultivavam o complexo enquanto que o colonizador europeu busca o simples (monocultura, bovinocultura, caprinocultura, suinocultura). A agricultura do índio era sustentável porque aproveitava todos os recursos sem diminuir a possibilidade

⁴ Moqueação: ato de assar e secar a carne em fogo brando por 24 horas ou mais, até extrair toda a água

de sobrevivência dos concorrentes (plantio diversificado). O índio fazia da diversificação o meio de sobrevivência e nós a eliminamos com a prática do simples ou a preservamos de forma intocável em parques e reservas naturais.

Nós transformamos o ambiente onde produzimos os nossos alimentos de maneira que a sua evolução no futuro fica insustentável. O índio transformava com base em um **projeto de manejo sustentável da biodiversidade. Essa é a grande diferença.**

1.4 - Como funcionava o agroecossistema indígena

A antropóloga Berta Ribeiro escreve que os índios costumam explorar as suas roças por períodos que podem chegar a 40 anos (BERTA RIBEIRO, 1987). Com essa informação e somando-se as observações referentes ao comportamento de regeneração da vegetação e o custo-benefício para retorno econômico e melhor manejo das áreas em reciclagem de uso intensivo, podemos determinar que os ciclos de uso da terra no agroecossistema indígena são de 40 anos.

Para formar o ciclo, era preciso dividir o ambiente formado pelo território em parcelas para que cada uma fosse capaz de produzir em sua capacidade máxima os produtos de origem vegetal e animal. Para isso, o sistema baseava-se num tripé: aumentar a biodiversidade, aumentar a fertilidade do solo e aumentar a produção dos recursos para a utilização humana, de origem vegetal e animal, resultando assim em habitats diversificados com grande disponibilidade de recursos.

Praticamente, o ambiente era dividido em duas parcelas: as áreas de preservação de matas e as áreas destinadas a cultivos de ciclos curtos em sistema de rotação, com manejo de enriquecimento com plantas de ciclos mais longos. No município de Santo Amaro da Imperatriz, ainda se observa perfeitamente, em uma análise minuciosa, no terreno das localidades de Varginha, Sítio de Dentro, Canto dos Cazuzas, Rua de São João e Taquaras a influência do legado indígena no manejo destes ambientes. Hoje, ainda se observam locais preservados com matas virgens localizadas nos topos dos morros e de locais onde o uso da terra era intensivo, nas encostas. Em todas as matas virgens, se for feita uma análise detalhada do solo, vão se encontrar caminhos antigos

contida no alimento, para guardá-la ou para se alimentar.

fazendo a travessia da mesma de uma área de ocupação intensiva para o outro lado da floresta, chegando no lado oposto de ocupação rotativa. Esses caminhos se observam nas florestas virgem, denominados Mato do Adolfo Derner, Mato da Doraci, Mato do Chico Cunha, Morro Alto, Morro do Pedro Amaro, Mato do Chica Milo. São caminhos que vão ter a largura entre 1,40 e 1,60 metro e a finalidade era servir de caminho de controle e manejo de caça. Eram os locais onde se encontrava a caça. Fora do caminho, pouca caça era encontrada. O que indica que esses caminhos foram feitos pelos índios e a sua consistência, bem feitos, sem ocorrer erosão, suaves, dificilmente acentuados, formando uma malha com os caminhos das áreas de ocupação intensiva muito coesa, deixando a região toda entrecruzada de caminhos para todos os sentidos, facilitando o deslocamento do indivíduo em qualquer direção. O fato mostra que existia uma população de índios muito grande. Eram caminhos muitas vezes, em certos lugares, profundos, fortemente sulcados. Outro fato que mostra que essas áreas eram de ocupação intensiva e de ocupação indígena era a falta dos tocos das árvores derrubadas, não se notando a ocorrência dos cepos. Nas matas virgens onde foram derrubadas as árvores pelos colonizadores, encontram-se os tocos das árvores derrubadas, mas, nas roças, isso não se observa. Além desse fato, nas terras ocupadas pelos colonos a partir de 1850, deveriam permanecer os tocos das canelas, perobas, ipês, canharenha e outras madeira nobres que deveriam ter mais de um metro de diâmetro ao serem derrubadas. Os tocos deveriam existir nas área de plantios, pois não foram destocados. Como não se encontram, isso indica que essas áreas são de ocupação indígena, ocupadas com a sua expulsão pelo colonizador. Para confirmar esta hipótese “dos tocos”, vamos nos apoiar no depoimento registrado por Dall’Alba:

“As árvores eram de uma altura e de uma grossura tal que hoje nem se pode imaginar. Eu ainda peguei uns roçados de mata virgem. Era de se perder dia inteiro correndo um só tronco. – É do depoimento de um filho de imigrante de S. Ludgero” (DALL’ALBA, 1973).

A informação dada por esse imigrante vem ao encontro do que observamos na localidade de Morro da Varginha II, município de Santo Amaro da Imperatriz. Nessa localidade conheci uma peroba que Gregório Guesser ajudou o seu pai a derrubar. Tinha 100 (cem) palmos de fuste, o que corresponde a 22 metros de tronco, como se fosse um poste, e em cima abria-se em dois ramos, cada um com mais de oitenta centímetros de

diâmetro. A primeira tora na ponta mais fina do fuste, por ser mais fácil de explorar foi cortada com 3 m de comprimento, deu 1,10 m de diâmetro. O pé do tronco dessa peroba media aproximadamente 1,80 de diâmetro. Era uma peroba vermelha, que tinha só cerne. No lado que ficava virado para o chão, o lado de baixo, ainda observava-se a casca da árvore. Ela já havia sido derrubada há mais de trinta anos, por volta de 1920. Eu tinha uns sete anos e fui diversas vezes com o meu pai serrar a peroba. Lembro-me muito bem, pois foi quando vi pela primeira vez o tucano (*Ramphasto dicoloris*). Era uma ave mansa, pois chegava bem perto para dar pelotadas de funda, o que a tornou, depois, um pouco arredia.

O toco (cepo) dessa árvore ainda deve estar lá, no mesmo local. Isto sugere que as terras ocupadas pelos colonizadores europeus eram terras de uso indígena. Meu avô, que nasceu e viveu na localidade, sendo um homem muito respeitado pela sua força, segundo contam homens que o conheceram e por minha mãe, sempre dizia que o lavrador que derrubasse uma coivara (mata virgem) era tido como homem muito valente, porque não era serviço para qualquer um. Esse fato mostra que os colonizadores evitavam derrubar essas matas por exigir muito esforço do lavrador e eles, com certeza, se contiveram nas terras onde os índios faziam as suas roças. Primeiro, porque os índios não usavam a terra até ela perder a sua fertilidade. Segundo, porque nessas áreas de manejo indígena, as árvores eram menores, com diâmetro menor, e eram árvores, no geral, mais moles, porque as árvores mais duras levam muito tempo para crescer e normalmente surgem no estágio mais avançado da floresta, como as madeiras de lei (canela-preta, imbuia, peroba). O incremento de crescimento das madeiras de lei é 50% inferior ao das madeiras de “qualidade mole”⁵. As florestas de estágio mais avançado levam o dobro ou mais de tempo para serem formadas em relação às formadas por madeiras de qualidade mole. Isto é uma classificação grosseira, mas serve para exemplificar como era o comportamento das terras onde os índios faziam os seus plantios.

⁵ Madeira de qualidade: existem três classificações para madeira: madeira de lei que são aquelas que no tempo do império eram comercializadas e controladas pelo rei: cedro, peroba, canela, pinho e pau-brasil, as de qualidade dura como angelim, jacatirão, ipê. Essas madeiras são de lento crescimento, até 2,50 metro de altura e 2,5 centímetro de diâmetro e ocorrem no estágio mais avançado da floresta. As madeiras de qualidade mole são de crescimento rápido, até 5 metro de altura e 5 centímetro de diâmetro e ocorrem no estágio inicial da regeneração da floresta. Hoje, essas madeiras de qualidade dura são comercializadas como madeira de lei e as de qualidade mole como de caixaria. Temos, ainda, a madeira de pinus e a de eucalipto proveniente de plantios homogêneos.

As áreas de preservação de matas serviam para criar ambientes para a vegetação arbórea e para a fauna mais exigentes em ambientes mais preservados. Nessas áreas, preservavam as árvores de grande porte que tinham necessidade de ciclos muito longos para se desenvolverem plenamente, como a canela, a peroba e certas plantas mais exigentes desse tipo de ambiente. Nessas áreas, ficavam preservados os ambientes para a fauna mais exigente em ambientes preservados, animais que tinham a floresta como seu habitat, como a anta, o veado-mateiro, a jacutinga, o macuco, os bugios. Essas áreas ainda eram enriquecidas com o plantio de espécies vegetais que, de uma forma ou de outra, fossem mais eficientes para a produção de frutos, resinas, medicamentos ou madeiras de usos mais nobres, como árvores para fornecerem a casca para a fabricação de canoas.

Ao enriquecerem as florestas com plantas frutíferas, a fauna tornava-se mais abundante, pois tinha maior disponibilidade de alimentos e se reproduzia com mais facilidade. Exemplo desse fato é a reprodução de porcos-do-mato (queixadas) existente na propriedade do engenheiro civil, Hélio Fronza, no município de São Lourenço da Serra, próximo a São Paulo. Em cativeiro na floresta de Mata Atlântica, ele tem um criadouro comercial com reprodução acima da média, obtendo dois partos por ano com três filhotes cada, 50% acima da média, devido ao ambiente propiciado à criação (HOSKEN, in: Revista *Globo Rural*, maio de 2003).

Este é mais um dos motivos pelos quais as florestas, na época do descobrimento do Brasil, tinham tanta riqueza de fauna.

As áreas destinadas para cultivos de ciclos curtos em sistema de rotação, com manejo de enriquecimento com plantas de ciclos mais longos, destinavam-se à estratégia de produção de alimentos de suporte alimentar direto. É nessas áreas que os índios cultivaram a mandioca, o milho, o feijão, a abóbora e as plantas de ciclos mais longos.

Nessas áreas os índios faziam as suas roças com queimada da vegetação, para dar início ao processo de manejo da terra. Os homens derrubavam a mata e, no período de pouca chuva ou de estiagem, a queimavam. Então, as mulheres se encarregavam de fazer o plantio da mandioca, do milho e de outros produtos de ciclos mais curtos. A partir desse momento, essas roças iam sendo enriquecidas com plantas de ciclos mais longos para que fossem produzindo ao longo do período em que a terra estava

descansando. Essa técnica permitia que a roça fosse explorada por até 40 anos (BERTA RIBEIRO, 1987).

Esse tipo de manejo da roça com plantio inicial de produtos de ciclos curtos, como milho, feijão, amendoim, batata-doce, mandioca, abóbora, e depois com plantas de ciclos mais longos, permite várias estratégias:

- Aumentar a fertilidade do solo;
- Melhor gerenciamento dos recursos naturais;
- Controle da erosão;
- Controle das pragas;
- Permitir a formação de micro-climas para as plantas;
- Oferecer ambientes para atender a etologia da fauna.

1.4.1 - Aumentar a fertilidade do Solo

O solo, ao ficar em repouso pelo período de até 40 anos, sofria transformações decorrentes das reações físicas, químicas e biológicas, permitindo o desenvolvimento da vida vegetal junto a atividades de microorganismos em íntima associação com a vida de vegetais mais desenvolvidos (LEINZ & AMARAL, 1974) e, ao mesmo tempo, permitindo que o processo do intemperismo tornasse possível melhor disponibilidade de nutrientes, ficando o solo mais maturado, atingindo o equilíbrio dinâmico com o seu ambiente (BUCKMAN, 1976), possibilitando melhor qualidade e fertilidade.

As reações físico-biológicas se dão no sentido da desagregação das partículas do solo, tornando-o mais poroso, solto e arejado, deixando-o mais profundo⁶ e bem estruturado através da ação do intemperismo.

As reações químicas que ocorrem no próprio solo são facilitadas pela presença dos ácidos provenientes da decomposição da matéria orgânica de origem vegetal e animal, transformando e reagindo com a parte lítica do solo, liberando nutrientes que vão sendo acumulados em seus horizontes. As reações biológicas são responsáveis pelos processos físicos e químicos decorrentes da atividade de fazer reagir ou movimentar as

⁶ “Desde que possua fendas por onde penetram as raízes, e desde que a resistência oferecida pela rocha não seja muito grande. A pressão osmótica do protoplasma atingindo até 15 atm (pressão atmosférica) durante o crescimento das raízes das plantas pode provocar ruptura das rochas” (LEINZ & AMARAL, 1974).

camadas superficiais do solo, afastando ou aglutinando partículas decorrentes das ações biológicas dos seres vivos (LEINZ & AMARAL, 1974).

1.4.2 – Melhor gerencianeto dos recursos naturais

O índio não fazia uma derrubada para plantio de mandioca, outra para milho, outra para abóbora, outra para espécie frutífera. Nesse aspecto, ficou na observação do europeu com a alcunha de “mandrião”, porque misturava tudo, criava um sistema embaraçoso e complexo, onde, na mesma área, colhia de tudo. Esse tipo de sistema levava ao melhor aproveitamento da área cultivada e possibilitava, ao mesmo tempo, que o solo ficasse coberto de plantas, evitando a erosão e a perda de nutrientes, além do que uma planta podia oferecer sombra e ambiente mais propício para outra. Como eles iam colhendo e plantando ao mesmo tempo no próprio local, conforme ia evoluindo a roça, começavam a plantar espécies mais adequadas ao ambiente que ia se formando. Começavam com as de ciclo curto e, à medida que vai se desenvolvendo o agroecossistema, plantavam as de ciclo mais longo, menos exigentes em ambiente mais aberto, principalmente frutíferas ou plantas de maior porte. Assim, na clareira que fora aberta, tinham sempre algo a acrescentar e para plantar, tornando cada vez mais diversificada a roça, que vai evoluindo em diversificação de ambientes. Nesse borbotão que ia se formando, plantas, vegetação nativa nasciam nos micro-ambientes cada vez mais complexos formados pelos vegetais e animais. Com isso ganhava a biodiversidade. Como o período era de até 40 anos, porque acima disso a vegetação passava para a categoria de mata e era muito difícil de manejar, isto é, derrubar, queimar e recomeçar a roça e a terra nesse ponto já estava bem estruturada e enriquecida, isto é, fertilizada, podiam recomeçar o ciclo do plantio.

Nesse sistema, quem sai ganhando é o solo, porque recompõe a sua fertilidade, as plantas, por serem atendidas no desenvolvimento do ciclo em todos os micro-climas, e as sementes existentes no solo que, ao perceberem as condições ideais, vão germinar e encontrar um ambiente adequado ao seu desenvolvimento. Na fauna, cada espécie tem o seu nicho mais adequado e vai migrando de local em local, sempre para o mais adequado para o seu bem-estar, aproveitando esse sistema rotativo. O índio sempre vai ter área em todos os estágios, no primeiro, segundo, terceiro estágio até chegar ao estágio final, que poderá ser aos 40 anos, quando terminará o ciclo.

Meu pai contava que na localidade de Garopaba, em Santa Catarina, eles roçavam, queimavam e plantavam. Só voltavam para colher o produto na roça no final do ciclo da planta. Dizia, ainda, que quando plantavam feijão, não capinavam, só voltavam para colher. Não tinha inço, mas as aracuãs comiam três braças em volta da roça. Aquela porção era delas, mas ninguém se importava porque a produção era muita e não as matavam porque havia muito peixe, que era mais apreciado. Em dia de chuva o tatu fuçava na porta da casa durante o dia e eles também não se importavam. Dizia que hoje se trabalha muito para obter o mesmo resultado, que naquele tempo a terra era mais fértil. O meu sogro, Paulo Joaquim da Silva, contava que no começo do século XX, no Pagará, em Santo Amaro da Imperatriz, com um pé de abóbora no pasto engordava-se uma ninhada de porco⁷, e que a altura do capim alcançava a barriga do boi.

Esses exemplos mostram o quanto o agroecossistema era ajustado, não havia plantas invasoras e pragas como ocorre hoje.

1.4.3 - Controle da erosão

No agroecossistema praticado pelos indígenas praticamente não existia erosão. Como o uso da terra era feito em ciclos muitos longos e o solo estava sempre encoberto pelos vegetais, a erosão não podia se estabelecer a ponto de desestruturar o solo e levar as camadas mais férteis para os rios, como acontece no sistema convencional, praticado pela civilização européia, em que nas épocas de enxurradas o horizonte “A” é praticamente carregado pelas águas ou forma voçorocas que vão engolindo o solo com prejuízos irreparáveis.

No manejo indígena isso não acontecia, porque o solo ficava descoberto por pouco tempo, tinha os tocos e os troncos carbonizados das árvores que haviam sido derrubadas e que não foram completamente queimados ao se começar a roça. Outra queimada só iria acontecer no final do ciclo, que poderia ser depois de quarenta anos. Só para se ter uma idéia, a terra em que um indígena planta vai ser queimada por, no máximo, três vezes durante toda a sua vida e vai ficar descoberta, no período da vida dele, somando todas as vezes em que ficou sem cobertura vegetal, menos de seis meses.

Esse fato mostra porque as terras indígenas de seu uso eram tão férteis.

⁷ Ninhada de porco: são todos os leitões que nascem no parto decorrente da gestação da porca.

1.4.4 - Controle das pragas

As pragas são sempre decorrentes de desequilíbrios no ambiente.

Como o agroecossistema indígena era um processo formado por um ciclo evolutivo, onde os agentes da natureza agiam na plenitude do ambiente, criava-se um ambiente desfavorável para a instalação de pragas de origem vegetal ou animal.

Como já foi visto nos parágrafos anteriores, as plantas invasoras não existiam, principalmente as gramíneas. Esses fatos eu mesmo pude comprovar quando desmanchei uma cerca de gravatá, em meu sítio, no Pantanal, município de Santo Amaro da Imperatriz/SC. Era uma cerca muito antiga e larga que separava a pastagem de uma área de mata que circulava a área de pasto. Como tinha comprado parte da pastagem além da cerca, essa não tinha mais a mesma serventia. Mande desmanchar parte da cerca de gravatá com diversas variedades que, naquele momento, ficava dentro do pasto, e construir novamente por fora, onde se situava agora a extrema (divisa), pois gosto muito de cerca viva. Para minha surpresa, depois de desmanchada a cerca de gravatá que se achava dentro do pasto, o solo ficou exposto à luz e sem cobertura vegetal. Eu esperava que fosse nascer muito inço, mas o fato não aconteceu. Anos se passaram, mais de dois, e a terra permanecia sem cobertura vegetal. Nasciam somente dicotiledôneas que eram invasoras, e não apareciam gramíneas (monocotilidôneas) que se alastram com grande facilidade. Isso mostra, por comparação, o quanto era sadio e livre de plantas invasoras o agroecossistema indígena.

Quanto aos animais predadores de plantas, esses também encontram um ambiente desfavorável nesse agroecossistema. O sistema é um ciclo evolutivo, que caminha a passos largos à procura de equilíbrio. Não podemos nos esquecer que a fauna faz parte do agroecossistema indígena, convivendo com o índio em suas roças e plantações. Como nasci no meio rural, fui criado e permaneço nesse meio, sempre convivi com pragas que eram objeto de minha atenção. Muitas vezes, perdia horas as observando. Não tinha pressa de chegar a uma conclusão, mas procurava encontrar uma possível solução. Conheci grandes plantações de bergamoteiras. As do meu tio João, nos Morretes, as das Solteironas, na Taquara, as da nossa chácara, e as do meu sítio tinham bergamota até o mês de agosto, sendo que a fruta começa a amadurecer no final de maio. O que aconteceu é que eu vi esses pomares definharem, atacados pela broca. Isso me intrigou, porque em determinado momento, o ataque da broca foi muito severo.

Devia haver uma explicação. Quando comprei o meu primeiro sítio, no Morro do Gato, em Santo Amaro da Imperatriz, quem o vendeu mostrou-me uma bergamoteira enorme no meio do mato, na encosta superior de um morro no terreno vizinho ao que ele tinha me vendido, e disse: “*Dessa bergamoteira, colho todos os anos cinco mil frutos dos grandes*” (informação de Bertoldo da Silva, 1981). De fato, era a maior bergamoteira que eu já tinha visto. Dava para serrar o tronco, que deveria ter uns 30 centímetros ou mais. Mas já estava morta, sem folhas, mostrava alguns frutos ainda, atacada pela broca e pela formiga carregadeira (saúva), que formava o maior carreiro que devo ter visto. Ficou a indagação: o que teria acontecido com aquele pé de fruta tão robusto? Como eu ia todos os anos para a casa do meu tio João caçar tié, de funda, vi as bergamoteiras definharem uma a uma. Sempre havia formigas carregadeiras e depois se observa a infestação das brocas. O mesmo aconteceu no sítio das Solteironas, onde estive, pois meu pai era negociador de laranjas e, sempre que podia, acompanhava-o para ajudá-lo a apanhar os frutos, pois a bergamota tem que ser apanhada com parte do pedúnculo e com cuidado para não danificar a fruta para garantir boa aceitação. Nessa propriedade aconteceu a mesma coisa: o pomar de bergamota foi extinto. Anos depois, por volta de 1985, comprei o sítio do Pantanal, em Santo Amaro da Imperatriz/SC. Havia uma excelente plantação de bergamota, com já descrevi. Mas no novo sítio eu tinha um tamanduá, que se livrava dos caçadores escondendo-se na porteira do pasto, no lado aberto da pastagem. Os caçadores eram muitos, mas todos entravam pelo outro lado, onde existia a floresta e, desse modo, o tamanduá ficava livre. O coitado do tamanduá sujava (excremento) só formigão, tinha muitos e eu também não tinha formiga-carregadeira na propriedade, ou pelo menos não as observava. Anos depois, os caçadores passaram pela porteira, encontraram o tamanduá e o mataram. Pouco depois, começou a infestação das saúvas, que passaram a carregar as folhas das bergamoteiras, principalmente. Notei que depois de elas terem carregado as folhas, especialmente as mais novas e tenras, num período de mais ou menos um ano as plantas começaram a ser atacadas pelas formigas e a serem vitimadas pela broca. Como eu estava indignado com a destruição das plantas, declarei “guerra” às formigas. Passei a atacá-las com veneno (isca), e o resultado foi que consegui acabar (controlei) com as formigas. O resultado do trabalho foi que as bergamoteiras não “bicharam” mais. Daí se tira uma conclusão: quem matou os pomares não foi a formiga nem a broca, que surge no pomar depois do

ataque das saúvas, mas sim o caçador, que mata e destrói a fauna que se alimenta das formigas. O tamanduá, por ser comedor de formigas, não faz mal algum, mas os caçadores o matam simplesmente pelo prazer de matar, pois não o comem. A única serventia é o seu couro, usada na confecção de ajojo para tanger os bois no carro-de-boi. O ajojo é utilizado para aparelhar os chifres dos animais para que eles não virem a cabeça para trás e puxem sempre para frente.

Esses fatos mostram que o índio, ao criar os animais em suas roças como estoque de caça (BERTA RIBEIRO, 1987), tinha outras vantagens além de ter a fauna disponível para o seu abate.

1.4.5 - Permitir a formação de miclo-climas para as plantas

Da maneira como o índio manejava o ambiente, não usava só a roça para plantar; interferia nas capoeiras e matas para fazer plantios de espécies que fossem consideradas mais importantes nos locais que eles identificavam serem mais adequados tanto para o desenvolvimento das plantas como pela facilidade de acesso. Assim, as laterais dos caminhos que se dirigiam para as suas plantações e para as matas ficavam todas enriquecidas, com plantas que serviam para seu uso ou para alimentar a fauna (BERTA RIBEIRO, 1987). Dessa maneira, tornavam o ambiente local, sem grandes esforços, mais próprio para a utilização humana.

1.4.6 - Oferecer ambientes para atender a etologia da fauna

Os índios eram manejadores de ambiente e conheciam muito bem a biodiversidade local nas regiões onde estavam inseridos (BERTA RIBEIRO, 1987). Sabiam que, sem manejo, muitas espécies vegetais e florestais caminhariam para o desaparecimento. Por esse motivo, observavam cada planta e providenciavam as condições ambientais necessárias para desenvolvimento das espécies. Dessa maneira, criavam ou possibilitavam a formação de vários tipos de ambientes para que os organismos pudessem sobreviver e para que esses recursos estivessem disponíveis no momento em que deles necessitassem também seus filhos e descendentes. Aqui está a primeira lição de sustentabilidade indígena. Para comprovar esse fato, vamos repetir a conversa do velho índio com o francês, indagando sobre o porque de os franceses acumularem tanta riqueza, passando muito trabalho. Depois de o índio saber o motivo,

afirmou que não tinha tal preocupação, pois sabia que quando morresse, os seus filhos teriam as mesmas condições que ele de se alimentar e viver. Portanto, vivia despreocupado (LÉRY, 1980).

Para que todos os seres vivos pudessem sobreviver, os índios manejavam o ambiente em forma de rotação, como já foi explicado. Eles mantinham matas em todos os estágios de desenvolvimento: áreas abertas (roças); roças passando para mato; roças que viraram capoeiras; capoeiras em estado mais avançado, passando a capoeirão; capoeirão passando para o estado de mata. Então, providenciavam todos os ambientes de que os organismos vivos precisavam, de acordo com a sua etologia, se fosse animal, para poder se abrigar, se alimentar e se reproduzir adequadamente e ter assim os recursos disponíveis, além de saber em que o solo estava evoluindo e tornando-se cada vez mais fértil. Assim, a fauna especializada que necessitava de local aberto, de capoeira, de capoeirão, de mata ou de floresta podia sobreviver sem estresse. Desta maneira, eles tinham recursos animais e florestais em abundância, conforme os relatos colhidos por DALL'ALBA (1973):

“Os tigres matavam os nossos porcos. Cobríamos os chiqueiros com grossos toros de madeira, mas os bichos conseguiram abrir e entrar. Aí os tios fizeram uma gaiola e pegaram os famosos tigres que deram o nome a nossa família. Eu vi. Era criança, mas me lembro.

Capivaras, veados, pacas, estragavam as roças mas . . . de não deixar nada. Uma praga. Veados então, até nos montes de milho colhido. Até não se caçava muito, mas pegava-se muita paca nos mundéus. Peixes havia uma enormidade, também nos rios pequenos. [. . .] Depoimento de Margarida Perters Schlickmann, 80 anos.

Mais ou menos em 1900, foi o primeiro a entrar no Bom Retiro. Era um sertão de mata. Bem para cima, antes dele morava o João Rosa. As terras foram compradas do João Rocha. Comprou 500 braças de frente por dois contos de réis, com tigre e tudo. Tigre deu muito trabalho. Batia na criação, assustava a gente. O pai e os tios fizeram uma gaiola de ripa. Numa repartição colocaram um cachorro. O tigre foi. O alçapão caiu. Era domingo de manhã. De tarde veio a vizinhança para ver. Fizeram um caixão e levaram para Tubarão, onde venderam por duzentos mil réis. Numa noite escura, os cachorros deram em acuar e ganir com medo. Armados, fomos indo até uma coivara. Subimos numa tranqueira. O tigre devia estar perto. E estava. Não é que o bicho estava em baixo da tranqueira? Na manhã seguinte é que vimos os rastos. Depois de tempos pegamos também.

Aos sábado a noite íamos caçar macuco. Quanto carreirão ganhávamos. Uma vez, eu e um serrano corremos mesmo, de perder tamanco e tudo. E tigre atrás. Nossa sorte foi uma roça limpa. Ali não veio.

Cachorro nenhum resistia. Entrava na mata e nunca mais se via. Compramos então um grandão. “Esse ataca até leão.” Que nada. Durou só um mês”. Depoimento de Filipe Schlickmann, 77 anos, em DALL'ALBA, (1973).

Essas narrativas comprovam o quanto era equilibrado o agroecossistema indígena. Quando os colonizadores apareceram, começaram a caçar para evitar que a

fauna invadissem suas plantações. Caçavam com cachorro, com armadilhas e com espingardas. Há o registro de que matavam muita paca no mundéu. Quando a caça começou a rarear, os animais carnívoros tiveram que buscar fonte alternativa de presa para satisfazer as suas necessidades e começaram a atacar o gado, os porcos e até os cachorros que penetravam no mato. Nesse momento, o agroecossistema já estava desequilibrado e foi preciso eliminar as “feras” para viabilizar a criação doméstica.

Agora, precisamos analisar do ponto de vista do homem nativo. O índio plantava roças de mandioca e batata-doce. Vamos colocar apenas esses dois exemplos para compreender melhor o sistema. Nessas terras, no início da colonização, o rendimento da mandioca e da batata-doce podia chegar a 100 toneladas por hectare. Disse Francisco de Oliveira Souza, no registro de Dall’Alba: “*Agora batata dava bem mesmo. Batata de seis quilos era comum. Terras novas*” (DALL’ALBA, 1973). Com essa produção por hectare, os índios podiam dividir a roça com a fauna, havia alimentos em abundância. Como eles estavam sempre alterando o local da roça, os animais levavam tempo até encontrá-la, e assim a planta crescia e eles colhiam e não se importavam com a parte que a fauna comia ou estragava. Quando a antropóloga BERTA RIBEIRO (1987) informa que os índios tinham na roça um estoque de fauna, confirma o que se observou no início da colonização (DALL’ALBA, 1973). Era o ambiente ajustado.

1.5 - A exploração do Agroecossistema Indígena.

Existem dois enfoques para se explorar uma área ou região, a do europeu e a do indígena.

O europeu, quando chegou às terras que denominaram de Brasil, observou a riqueza existente e sentiu que podia explorar extraindo os recursos, já que tinha ferramentas adequadas para a sua ação devastadora. Achou que extraindo riquezas e substituindo os cultivos existentes por cultivos de maior valor comercial, cana-de-açúcar, café, teria grandes resultados econômicos, ao custo da degradação sistemática da biodiversidade, sem medir as conseqüências desta devastação e a perda da sustentabilidade do agroecossistema. Darcy Ribeiro, um dos maiores antropólogos brasileiros, a esse respeito assim escreve:

“Nada é mais continuado, tampouco é tão-permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo. No afã de gastar gente e matas, bichos e coisas para lucrar, acabam com florestas mais portentosas da terra. Desmontam morrarias incomensuráveis, na busca de minerais. Erodem e arrasam terras sem conta. Gastam gente, aos milhões.

Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo e produzindo. Não o que querem e precisam, mas o que lhes mandam produzir, na forma que impõem, indiferentemente a seu destino.

Não alcançam, aqui, nem mesmo a façanha menor de gerar uma prosperidade generalizável à massa trabalhadora, tal como se conseguiu, sob os mesmos regimes, em outras áreas. Menos êxito teve, ainda, em seus esforços de integrar-se na civilização industrial. Hoje, seu desígnio é forçar-nos à marginalidade na civilização que está emergindo” (DARCY RIBEIRO, 1995)

O índio, por conhecer a natureza devido a sua convivência milenar, e ter formação cultural que valorizava a biodiversidade, desenvolveu técnicas sustentáveis para o manejo e uso dos recursos ambientais existentes.

O antropólogo português Jorge Couto descreve que os índios brasileiros tinham a seu dispor:

*“... uma enorme diversidade de espécies, muitas das quais comuns em mais de uma zona botânica. Na imensa região amazônica, os indígenas tinham ao seu alcance uma multiplicidade de frutos, originários de árvores frutíferas e de palmeiras, nomeadamente o abiu (*Pouteria caimito*), o pirimã (*Pourouma cecropiaefolia*), o sapoti (*Achras sapota*), a pupunha (*Bactris gasipae*), o buriti (*Mauritia flexuosa*), o taperebá-açu (*Poupartia amazonica*), o açaí (*Euterpe oleraceae*) e o biribá (*Rollinia orthopetata*), anonácea como a gravióla (*Anona muricata*) e o araticum-ponhé (*Anona montana*), o cupuaçu (*Theobroma gradiflorum*) e o cupuaí (*Theobroma subincanum*), o murici-da-mata (*Byrsonima crispera*) e o murici-penima (*Byrsonima chrysophylla*), o cacau (*Theobroma cacao*), que surgiu nas florestas da parte superior das bacias do Orenoco e do Amazonas, bem como o guaraná (*Paullinia cupana*), cujas sementes possuem propriedades estimulantes (a cafeína e a teobromina).*

*Os habitantes da região tropical obtinham predominantemente frutos como, Ananas comosus), o abacaxi (*Ananas sativus*), a goiaba (*Psidium guayava*), o caju (*Anacardium occidentale*), o araçá (*Psidium cattleianum*), a pitomba (*Eugenia litescens*), a mangaba (*Hancornia speciosa*), a jabuticaba-comum (*Myrciaria cauliflora*), o umbu (*Spondias purpurata*) e numerosas variedades de macacujás (*Passiflora*), designadamente o maracujá-mirim (*Passiflora edulis*) e o maracujá-açu (*passiflora quadrangularis*).*

*Entre os frutos típicos da mata subtropical utilizados intensivamente pelos ameríndios destacam-se a pitanga-do-campo (*Eugenia pitanga*), a jabuticaba (*Myrciaria trunciflora*), o ingá-ferradura (*Inga sessilis*) e o ingá-feijão (*inga marginata*), o jataí (*Butia jatay*) e o butiá (*Butia capitata*), amora-branca (*Rubus brasiliensis*), a amora-vermelha (*Rubus hassleri*) e a amora-preta (*Rubus sellowii*), bem como diversos tipos de guabirobas (*Campomanesia*), nomeadamente a guabiroba-preta (*Campomanesia maliflora*), a guabiroba-do-campo (*Campomanesia aurea*), a guabiroba-do-litoral (*Campomanesia litoralis*) e a guabiroba-miuda (*Campomanesia rhombea*).*

Os indígenas aproveitavam avidamente as reduzidas fontes vegetais ricas em proteínas e gorduras que os vários ecossistemas lhes forneciam, com especial destaque para o tocari ou castanha-do-pará, abundante nas planícies amazônicas; o pequi, uma

oleaginosa rica em vitamina A, existente na zona dos cerrados e o ibá ou pinhão-do-paraná, abundantes nas matas subtropicais.

Dos frutos de diversas palmeiras, em especial da tucumã (Astrocaryum tucuna), da brejaúva (Astrocaryum aculeatissimum), da bacabeira (Oenocarpus distinchus), da indaiá (Attalea dubia), da copaíba-verdadeira (Copaifera officinalis) e da bicuiba (Myristica bicuhyba), os indígenas extraíam óleo. Além desses frutos procuravam, ainda, caules, fungos, folhas e raízes comestíveis” (COUTO, 80-81:1998).

Entre esses produtos supracitados, existiam muitos outros na natureza que também eram fonte de alimentos principalmente para a fauna silvestre. A reprodução dessas plantas passou a ser interessante para o silvícola para atrair a fauna silvestre, obtendo assim duas fontes de alimentos: a vegetal e a animal no mesmo local. Enquanto colhia os frutos, poderia abater espécimes da fauna que eram de seu interesse e isso possibilitava economia de tempo e de trabalho, não necessitando caçar, e com isso evitava que elas se afugentassem para lugares distantes, utilizando técnicas de manejo do ambiente com eficiência que diminuíram o trabalho e favoreceram a biodiversidade.

Além desse produtos de origem florestal que, em sua maioria, eram de longo período vegetativo, obtendo a produção de frutos ano após ano, como sapoti, jabuticaba, goiaba, ainda desenvolveu para a sua alimentação planta de ciclos curtos que cultivava em suas roças:

“A mandioca (Manihot esculenta Grantz), denominada mandioca amarga (mandiocamirim, manibuçu, manubaru, manaitinga, etc), cultivada em covas bem cavadas separadas seis palmos uma das outras, onde se metem três pauzinhos de 15 a 20 centímetros cada que são quebrados com a mão, feitos da rama da planta; o aipim ou macaxeira (Manihot dulcis Baill) mandioca doce. Nas roças a mandioca marga era colocada no centro, sendo as outras plantas dispostas à sua volta em pequenos lotes. Aimpim, necessitando de maior irrigação, era plantado na áreas mais baixas. Os indígenas adotavam, por conseguinte, os chamados <padrões de cultivos intra-roça>, isto é, uma estratégia que combinava a característica das plantas e dos solos com a drenagem e as condições climáticas.

Cultivavam o amendoim (Arachis hypogaea), nas regiões, onde existia maior fertilidade cultivava o milho (Zea mays), o feijão (Phaseolus vulgaris), uma variedade de tremoço (Lupinus), araruta (Marantaa arundinacea). Destacava-se, ainda, jética ou batata doce (Ipomoea batat), o cará (Dioscorea trifida), variedade americana de inhame, o taiuiá-de-comer (Cyclanthera pedata), o gerimum, quer dizer abóbora, (Cucurbita sp)

Próximo as residências, onde os solos eram mais ricos em nitrogênio, decorrentes da decomposição dos detritos domésticos, no perímetro da aldeia, cultivavam produtos alimentares e não alimentares (plantas tintureiras e manufactureiras), o cumari (Capsicum frutescens buccatum), uma pimenta que tem grande numero de variedades no Brasil; a purunga (Lagenaria vulgaris), cujos frutos dão cabaças e o urucuzeiro (Bixa orellana), arbusto de origem sul-americana cujo pigmento proporciona a obtenção de corantes (de cor vermelha) utilizado nas pinturas corporais destinadas quer às atividades guerreiras, que à proteção contra os raios solares e as picadas dos insetos.

Nas terras baixas e quentes do litoral brasileiros cultivavam o barbadense (Gossypium barbadense), uma variedade de algodão. No nordeste, proliferou outro tipo adequado as regiões secas (Gossypium hirsutum).

Utilizavam venenos vegetais como de vegetais que produziam alcalóides, a timboína, do tibó-cipó (Derris guyanensis), o timbó-macaquinho (Lonchocarpus nicou), o tururi ou cipó-de-timbó (Serjania ereta) e o guaraná-timbó (Dahlstedtia pinnata).

Os horticultores da mata tropical cultivam o tabaco (Nicotiana tabacum), onde os Tupis Guaranis davam diversas aplicações” (COUTO, 65-75:1998).

Todas essas plantas de ciclo longo e curtos eram cultivados na medida em que os microclimas iam surgindo.

Tudo começava com a derrubada da mata e a queimada, denominada de coivara. Os homens se preocupavam em escolher a terra, preparar a derrubada, fazer a queimada e o abate dos animais. As mulheres se encarregavam do plantio, das colheitas e do preparo dos alimentos (BERTA RIBEIRO, 1987).

Como os índios não dispunham de instrumentos adequados para manejar os ambientes (machado de pedra e dentes de cutia e paca para fazer os seus instrumentos), tinham que se utilizar de técnicas de menos esforço e desgaste físicos, que diminuíssem a mão-de-obra e com maior obtenção de produtos.

A técnica que melhor se encaixava nesse ecossistema era a agricultura do complexo. Nesse tipo de agroecossistema é aproveitado o ambiente local na sua eficiência máxima.

O sistema começa com a derrubada da mata, a queima, o primeiro plantio das culturas de ciclos curtos, intercaladas com as de ciclos mais longos, aproveitando o terreno de acordo com a sua vocação e com a exigência de cada tipo de planta. Começava com o plantio da mandioca nos locais mais secos e o aipim nos locais que recebiam mais umidade, ou mais baixos. Entre esses cultivos, iam plantando os outros como abóbora, batata doce, feijão, fazendo intercalações. Na medida em que esses sistemas iam se desenvolvendo, outras espécies iam sendo plantadas, com ciclos mais longos, abacaxi e frutas diversas na medida em que o ambiente ia ficando sombrio e as plantas iam tendo os seus microclimas mais adequados. Esta evolução se estendia até quando a vegetação chegava ao estágio de floresta, tendo passado pelas roças, capoeira fina, capoeira, capoeirão, mata secundária, mata. Após esse estágio temos o que chamamos de mata virgem, onde as árvores atingem grande porte, espessura

considerável, onde algumas podem medir um metro de DAP⁸, apresentando alto rendimento econômico para a exploração da madeira.

Como os índios não tinham ferramentas adequadas para derrubadas de grandes árvores, dividiam o terreno em duas áreas, a de mata e as de uso intensivo.

No ambiente da mata eram exploradas as plantas que tinham necessidade desse tipo de micro-clima e de solo rico em matéria orgânica.

Nas áreas de usos intensivos, exploravam plantas que tinham menor exigência em matéria orgânica, como a mandioca e a batata-doce, e plantas com capacidade de se desenvolverem em ambientes mais pobres, o que favorecia o desenvolvimento do ambiente.

Assim, começavam explorando uma sistema mais simples, dirigindo-se para um sistema muito complexo, rico em biodiversidade, porque as sementes das plantas que estavam dormentes, à medida em que o solo ia evoluindo, iam germinando e as espécies florestais iam surgindo.

Essa evolução da vegetação de um sistema mais simples para outro mais complexo atraía a fauna que tinha exigência peculiar para o microclima que ia surgindo, começando com os animais de vida em ambientes abertos e, na medida em que o ambiente ia se tornando complexo, com a evolução da vegetação que ia sendo cultivada, possibilitavam-se os ambientes de que a fauna necessitava, atendendo a etologia de cada espécie.

Nesse tipo de manejo, com a rotação do uso da terra em período longos, os indígenas dispunham de áreas em todos os estágios de desenvolvimento, da mais simples à mais complexa. Eles permitem, em seu agroecossistema, o desenvolvimento de todos os tipos de plantas e de animais, tendo o aproveitamento grandemente eficiente da energia incidente.

Temos que ressaltar que o ambiente era usado em todas as dimensões do agroecossistema, na horizontal e na vertical. Assim eles aproveitavam as plantas rasteiras, as que se desenvolviam no sub-bosque, as que se apoiavam nos ramos das árvores, como as epífitas e trepadeiras, e as que se desenvolviam no topo das árvores, como a floresta em si.

⁸ Diâmetro à altura do peito (DAP).

Com a fauna era a mesma situação. Exploravam os animais terrícolas, como a ema, o macuco, a anta, o porco-do-mato, a paca; os que viviam na meia altura da floresta, como o jacu, a jacutinga, a aracuã, o gambá, o ouriço; e os que viviam no topo da floresta: as aves de vôo de longa distância, como a arara e o papagaio, os tucanos, e entre os mamíferos, os macacos. Podemos dizer que a fauna silvestre brasileira é muito rica e possui espécies evoluídas e adaptadas a cada nicho de vegetação.

O índio, ao diversificar o ambiente, conhecia esse fato e providenciava todos esses ambientes no seu agroecossistema. Com isso, necessitava trabalhar muito menos para obter os alimentos para a sua sobrevivência, ficando assim atendidas as exigências da biodiversidade e da sustentabilidade do agroecossistema.

O europeu, por ter ferramentas mais avançadas com o emprego do ferro, ter cultura que tinha por necessidade estocar os alimentos para os períodos de carência em casa, não confiou no que viu e não entendeu e nem acreditou no manejo indígena que estocava os seus alimento no próprio ambiente, onde o clima não tinha os invernos tão rudes.

Com esse trabalho, o europeu trabalhava muito, cultivava a superfície horizontal e não utilizava a superfície vertical tão bem explorada pelo índio.

1.6 - A perda do agroecossistema indígena

O colonizador, ao deparar-se com a biodiversidade existente no Brasil, ficou encantado. Basta ler a carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei de Portugal relatando as maravilhas da nova terra.

A tradição européia era de acumular e concentrar produtos que pudessem ser comercializados naquele continente para aumentar as reservas financeiras e adquirir mais prestígio e poder, e para isso precisavam explorar as terras descobertas na América, eliminando a cultura dos povos nativos, escravizando-os para que os mesmos trabalhassem na obtenção de produtos (FREIRE, 2003).

Conta DARCY RIBEIRO (1995) que no período imperial, no Brasil, a situação de exploração do índio não mudou. O brasileiro, descendente do colonizador, continuou

a explorá-lo da mesma forma que na época da colônia. Nessa época, à medida que a colonização ia progredindo, o escravo de origem indígena ia perdendo valor em comparação com o de origem africana, ao ponto de um negro valer cinco vezes mais que o nativo americano. Usavam os índios para fazer serviços pesados, como transporte de carga e guias, remadores, carpinteiros, e cultivar produtos da terra que tinham pouco valor e que serviam para a alimentação. O africano era usado para a plantação das monoculturas exóticas introduzidas com finalidade comercial. O mesmo se sucedeu no período da República e agravou-se ainda mais com a abolição da escravatura e com a chegada do imigrante italiano e alemão. Os índios passaram a ser perseguidos não para serem escravizados, mas pela ameaça que representavam (SANTOS, 1972). O que se nota é que durante todos esses períodos, as técnicas de combate e aculturação dos índios permaneceram praticamente as mesmas, não dando condições para que o índio mantivesse o seu agroecossistema de produção milenarmente desenvolvido e aprimorado através da experimentação e observação vivenciada no cotidiano da sua convivência com a natureza local, no manejo da flora e da fauna.

A técnica desenvolvida pelo europeu de uso intensivo da terra e de separação dos animais do local de produção agrícola era diferente da técnica dos indígenas praticada no Brasil. O europeu entendia que o uso intensivo da terra produzia e concentrava muito mais produtos para obtenção de recursos que as práticas desenvolvidas pelos índios. Os índios viam nas técnicas européias um desperdício de trabalho e chamaram o francês de “louco” por esse empenhar tanto na obtenção de recursos, como já foi descrito em parágrafos anteriores.

Os europeus trabalhavam para obtenção de riqueza, em períodos de 12 a 18 horas por dia. No depoimento registrado por Dall’Alba, de Teresa Eying, 61 anos, lê-se:

“No meu tempo de solteira e ainda por muitos anos depois de casada se trabalhava como nos tempos antigos. Muito mesmo. Das quatro da manhã, até as dez da noite. Engordávamos 250 a 300 porcos por ano. Uns 150 criados em casa e comprava-se uns outros tantos dos serranos, para a engorda. Com quatro meses de trato ficavam prontos. Eram tratados três vezes por dia a batata doce cozida. Tinha um tacho grande, com um cocho de madeira ao lado para deixar esfriar. Tirada uma, encaminhava-se nova tachada. Era um sacrifício! Isto também depois de casada. Nunca tive empregada. Tinha nove vacas para ordenhar. Às seis e meia já partia para levar leite até a estrada. Os filhos que iam à escola partiam antes, abrindo as porteiras, pois eu levava o leite a cavalo. Meu marido, o José Eyng, falecido recentemente, sempre me dizia: “Vamos trabalhar bastante para formar nossos filhos nos estudos”. E trabalhávamos. Ao meio-dia era uma hora para o almoço, e vai na enxada. Podia ser calor de verão. Até que se enxergava. Depois ia-se para casa tratar dos animais, fazer

comida. Limpeza da casa era de noite. Até onze horas da noite, quando se tirava a última tachada de batatas para esfriar. As quatro horas recomeçava a vida.

Nossa gente era forte, alta, muito encorpada. Uma força! De carregar toras de madeira no carro, a muque. Também, comiam! Café com pão de milho, de manhã cedo. Às nove horas era o früstick, em que comiam cinco ou seis ovos. O avô sempre dizia que, se era para menos que isso, não valia a pena começar. Ao meio-dia, feijoada com toucinho, costela e lingüiça. Toucinho, eram aquelas talhadas de palmo e mais comprido. À quatro horas era pão de milho, broa, com nata e coalhada. De noite também era comida substanciosa.

Vivemos mesmo foi criando porcos. E fazia-se dinheiro! Num ano conseguimos juntar dez contos. Foi um caso comentado até em Tubarão. Éramos os mais ricos da colônia. Mas trabalhamos sempre. Demais até. Perdi dois filhos por causa do trabalho. Numa tarde, como sempre, levei um, de poucos meses para a roça e deixei-o numa sombra feita com o pano de feijão, “baunlag”. A criança ficou dormindo e eu fui capinar. Depois de umas duas horas não se acordava. Fui ver. O vento tinha carregado o pano, e a criança estava dormindo, vermelha, queimada de sol. Morreu no dia seguinte. Passamos sacrifícios! Uma vez o marido ficou quatro meses doente no hospital, e eu conseguí levar adiante sozinha todos os trabalhos.

Caprichamos para que as crianças sempre tivessem escola. Para eles não poupamos. Mas todos se formaram: Três médicos especialistas, dois contadores, uma professora de Faculdade. Pagou a pena. É uma alegria quando posso preparar o “bron” para os filhos que sempre me vem visitar” (DALL’ALBA, 1973).

Para contrastar com essa situação de muito trabalho, satisfação e realização na velhice, vamos analisar o que escreve Clovis Lugon, em seu livro *A República “Comunista” Cristã dos Guaranis*, que conta a vida e a organização entre os anos de 1610 a 1768, pelo período de 158 anos, quando existiu o apogeu da civilização indígena, de origem guarani, sob a orientação dos padres jesuítas, nas regiões das Missões, entre a República da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil:

“O comércio privado não existia.

A busca do lucro egoísta não maculava em momento algum e em domínio algum a mentalidade dos guaranis. ...

De uma ponta a outra de sua história, a Republica Guarani viveu sob o regime de propriedade comum das terras. ...

A propriedade individual do solo nunca se concretizou em parte alguma de seu território. ...

Comprar, vender, alugar ou legar a mais modesta porção de terras, utilizar o trabalho de outrem para benefício e lucro próprio, transformar o solo em instrumento de dominação ou exploração do homem pelo homem, são tantas outras operações que se mantiveram desconhecidas até o fim.

O lote vitalício que se tentou introduzir, encontrou a indiferença total dos guaranis, muitos satisfeitos com o seu regime de comunidade integral.

Pe. Florentim de Borges: ... Não se vêem pobres, nem mendigos e todos se beneficiam de uma abundância igual das coisas necessárias. ...

Os índios são pobres e, entretanto, nada lhes falta. Conservam entre si uma igualdade perfeita que é o mais firme apoio da união e da tranqüilidade. ...

A situação dêles, “considerada segundo os verdadeiros princípios, é preferível à das mais florescentes nações da Europa. Uma liberdade bem regulada, provisões abundantes de todas as coisas necessárias a vida, alojamento estreitos, na verdade, mas suficiente, a paz, a união, a concórdia, não será isso o que faz a verdadeira felicidade dos povos?”

Padre Chomé: ... Jamais teria pensado que se falava, no meio de uma floresta virgem, uma língua que, em meu entender, não é suplantada por nenhuma língua européia em finura e em harmonia. ... Em nada fica devendo a qualquer uma que aprendi na Europa. Ela possui, aliás, suas concordâncias e sutilezas, e são precisos anos para dominá-la com perfeição”.

A Republica Guarani desfrutava de uma liberdade pelo menos tão completa, visto que possuía uma constituição original, suas próprias leis civis e penais, suas próprias autoridades, juizes, orçamento, exército, polícia e chefes militares. Tinha suas fronteira bem delimitadas e defendidas. Sua economia era mais autônoma que a de todos os estados do Mundo. ...

Na agricultura – as culturas davam 100% sem cuidados e sem adubos. Estabelecem em pleno bosque, cortam as árvores a dois pés da superfície da terra, queimam sumariamente as ervas daninhas e, no meio dos troncos abatidos, os cepos ainda de pé, semeiam ao acaso, sem mais se inquietam com outros trabalhos. É o que eles chamam um roçado. A colheita é sempre admirável. ...

As mulheres pouco contribuam para os trabalhos do campo, salvo na época de colheita. Não se lhes entregavam trabalhos pesados ou perigosos, que pudessem extenuá-las. Suas mãos “eram tão finas e delicadas que as espanholas mais elegantes não as desejariam ter mais distintas”.

A jornada de trabalho não ia além das seis a oito horas, deixando, assim algumas horas livres para a vida familiar ao meio-dia e a tarde, e quase todo o dia de Quinta-feira, de Domingo e as datas festivas.

O guarani era espontaneamente matinal. Ele ceia com o crepúsculo e logo se deita. Levanta-se com as galinhas, muito cedo, não para trabalhar, mas para beber a yerba, fazer o desjejum e bater um papo.

Após alguns anos todas as profissões prosperavam: oficinas de douradores, pintores, escultores, ourives, relojoeiros, serralheiros, carpinteiros, marceneiros, tecelões, fundidores, todos os ofícios que eram úteis, sapateiros, alfaiates, pedreiros, açougueiros, toneleiros, torneiros, correeiros, telhadores, violeiros, fabricantes de alfaias agrícolas (arados, charruas, grades, etc), de carroças, rosários e círios, etc, cerâmica avançada, sabiam extrair corantes e perfumes. Só numa grande cidade européia se encontravam tantos mestres artesãos e artistas. Fabricavam relógios, clarinetas e trombetas tão bem quanto na Alemanha. As oficinas tipográficas de Candelária, Loreto, Santa Maria e São Francisco foram destruídas ou abandonadas para que o povo não se esclarecesse demais. A carta geográfica mais exata da América desse tempo foi impressa pelos guaranis, imprimiam boletim meteorológico, muito apreciado no Peru. Aprendiam qualquer coisa e faziam idêntico com grande facilidade, de candelabro a tapetes da Turquia. A orientação profissional foi praticada 200 anos antes de ser praticada na Europa.

A economia era planejada e dirigida. Uma iniciativa só era lançada em função das necessidades e vantagens da comunidade. Isso explica o progresso dos guaranis.

Epidemias: em 1718 – varíola matou 50 mil índios, 1773 – varíola, 1734 – sarampo, 1738 – escarlatina, 1740 – varíola mata 12% dos índios nas reduções do Uruguai. As epidemias seguidas de escarlatina, varíola e sarampo durante vários anos seguidos grassaram no exército guarani e tinham causado muito mais baixas do que os combates.

Os Guaranis cultivavam e levam vida mais ou menos nômade. Cultivavam o milho, a mandioca, e a batata-doce.

Padre Sepp: “Jamais vira no território da republica uma demarcação, uma cerca”.

Não encontrei em parte alguma qualquer menção de mais leve conflito de limites entre particulares. E como poderia ter ocorrido se não existia “qualquer demarcação, qualquer limite?”

O loteamento ficou liquidado, assim que nasceu” (LUGON, 1976).

Basta analisar as duas situações e comparar a vida que o colonizador levava com a vida que os índios levavam nas reduções para notar que a melhor qualidade de vida estava no lado do povo que vivia na república comunista cristã dos guaranis, apesar de que esta civilização foi formada por uma civilização à parte, mas que teve por base para a sua formação o pensamento indígena da época. Nela havia melhor escola, melhor desenvolvimento, trabalhavam das nove horas até às três, quatro ou mais tardar cinco horas da tarde, com repouso para o almoço. Nas Quintas-feiras, Domingo e dias festivos apenas divertiam-se.

O europeu trabalhava, com já foi dito, entre 12 e 18 horas por dia, sem descanso durante a semana. Até aos Domingos tinham que cuidar dos seus animais domésticos, como muito bem relatou a dona Tereza Eying, que depois de ter dedicado toda a vida ao trabalho e à educação dos filhos, disse que aquele esforço exagerado, reconhecido por ela, valera a pena, pois tinha conseguido dar educação da melhor qualidade aos seus filhos.

As mães guaranis e os índios em geral eram muito delicados com seus filhos. Sabiam que qualidade de vida eles teriam, ao dizer ao europeu que não tinham com o que se preocupar, pois se eles se fossem, os seus filhos teriam as mesmas condições de vida. A terra que os nutriu também nutriria os seus filhos de igual maneira, conforme relatou LÉRY (1980), que no século XVI esteve entre os Tupinambás.

Para reforçar essa observação sobre a qualidade de vida levada pelos silvícolas brasileiros citamos dois relatos: um de LÉRY quando diz que os índios viviam mais de 120 anos, e outro do Pe. CARDIN, que citou que se escolhessem quatro índios velhos em qualquer aldeia e somassem a idade deles, o resultado chegaria a mais de 500 anos. Nas reduções dos jesuítas, na república dos guaranis, por outro lado, fazem referência os padres que a longevidade dos índios era escassa. *“O Padre Sepp informa que dificilmente se atingem os cinqüenta anos de idade por causa, pensa ele, dos vermes proveniente da carne que eles comem sem cozinhar o suficientemente”* (LUGON, 1976). Provavelmente, esta redução de longevidade na república dos guaranis deve ter sido decorrência dos surtos de epidemias que avassalaram muitas vezes as comunidades dos índios que viviam na república, destruindo o seu sistema imunológico e a sua longevidade, face ao contato com os europeus, principalmente os padres.

Os três registros informam que havia uma boa qualidade de vida entre os índios que viviam junto ao litoral, mas que os guaranis que viviam afastados do litoral, nas reduções jesuítas, morriam bem antes, pelo motivo acima exposto. Esses relatos mostram que o índio, no seu agroecossistema tradicional, vivia muito melhor que as sociedades hoje existentes no planeta, com todo o avanço tecnológico e científico.

Pelo que podemos depreender da literatura, a perda do agroecossistema indígena deu-se por quatro motivos:

- 1 – Pelas epidemias trazidas pelo colonizador;
- 2 – Pela perseguição imposta aos índios para transformá-los em mão-de-obra escrava;
- 3 – Pelas guerras imposta aos índios para ocupar as suas terras;
- 4 – Pela fuga do índio para as regiões mais afastadas da zona de contato.

Essa perda se deu, em resumo, por dois motivos principais: a morte dos índios e a migração deles para as regiões mais longínquas, para que pudessem ficar livres da perseguição do colonizador e das epidemias que o europeu introduziu nas populações indígenas. Eles tinham pouca resistência para sobreviver às doenças de origem principalmente européia. Os índios da América do Sul, 100% da população, tinham o sangue tipo “O”⁹, que dá grande resistência à verminoses e baixa resistência a doenças de origem epidêmica, como varíola e sarampo.

As tribos do litoral, ao se deslocar, além de deixar para trás o seu agroecossistema, tiveram que combater as que viviam no interior para ocupar os seus territórios.

Para mostrar que esses deslocamentos entre os índios foram muito constantes depois da chegada do europeu ao continente, vamos observar o que escreve SILVA em: *História dos Índios no Brasil*, no capítulo *Dois Séculos e Meio de História Xavante*, organizado por CUNHA, 2002, sobre a questão do deslocamento:

“A história do povo Xavante tem algumas peculiaridades de interesse em um volume como este, que busca oferecer um quadro geral da história indígena no Brasil (...)

De um lado, os Xavantes estiveram sempre mudando de território, em migrações contínuas, desde que se tem registro; de outro, tendo convivido com os não-índios pelo menos a partir do século XVIII, negaram-se ao contato em fins do XIX,

⁹ Ver: http://www.hemoterapia9dejulho.com.br/tipos_sanguineos_main.html, (Serviço de Hemoterapia 9 de Julho – Banco de Sangue), acesso, em 09/06/03)

afastando-se das regiões colonizadas de Goiás e migrando em direção oeste. Iam em busca de refúgio seguro, que encontraram na região da serra do Roncador, para além do rio das Mortes. Ali, no coração do que é hoje o Mato Grosso, em região que pertence à Amazônia Legal, foram alcançados novamente pelos brancos, já na década de 40 deste século.

Por outro lado, as constantes migrações (sentido geral NE – SO) foram feitas mediante o confronto freqüente com muitos outros grupos indígenas. A sua é, ao que tudo indica, uma história marcada por conquista atrás de conquista, atravessando territórios de grupos que, se não eram, tornaram-se inimigos; desalojando uns, fugindo de outros, as guerras parecem ter se sucedido em escala significativa. Pelo menos, assim o registram as narrativas orais a respeito do passado e assim o ethos guerreiro que os caracteriza.

A imagem que nos 40 e 50, a imprensa apresenta dos Xavantes ressalta o heroísmo dos que desbravam o sertão: as notícias mostram selvagens que flechavam os aviões que sobrevoam suas aldeias, num misto de belicosidade, barbárie e ingenuidade. (...)

A partir de meados da década de 40 chegam às cidades informações sobre as primeiras “vitórias”, em que se haviam empenhado agentes federais, grupos particulares de “neo-bandeirantes” paulistas e missionários. A rendição de uma primeira aldeia, à margem do rio das Mortes, é celebrada com a “pacificação dos Xavantes”: a região estava aberta, afinal, à colonização e ao “progresso”; os selvagens destemidos, afinal, amansados. Abre-se o campo de batalha: a década de 50 divulga-se notícias das expedições punitivas, dos massacres, das transferências de território, das epidemias que dizimam mais da metade da população Xavante, segundo as estimativas possíveis. Nos anos 60 cala-se a imprensa. Os índios Xavantes deixam de ser notícia. De um lado, os índios tentam sobreviver, buscando modos de se reorganizar na nova ordem, acomodando-se, como se fosse possível, na perplexidade da perda de autonomia” (SILVA, em CUNHA, 2002).

A história do povo Xavante serve muito bem para ilustrar a perda do um agroecossistema. Um povo que viveu constantemente migrando de uma região para a outra não consegue levar junto aquilo que desenvolve e que realiza junto à natureza. Ao migrar, deixa para trás muito do que aprendeu pelo convívio com o ambiente e por isso os índios defendiam os seus territórios com tanto heroísmo, porque sabiam que, com a presença e a ganância do colonizador, o seu agroecossistema se perderia.

Para Santa Catarina, Celso Martins registra que, em 1836, existia uma Companhia de Pedestres, criada pela Lei nº 28, de 25 de abril, para “proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto gentio”. No ano de 1877, foi criado pelo presidente José Bento Araújo a Companhia de Batedores do Mato. Inconformado com as injustiças praticadas pelo Batedores do Mato, em 1905, o tenente Vieira da Rosa escreve:

“ vagueiam pelas nossa matas virgens alguns índios indônitos e ferozes, não por qualidade, mas porque lhes forçam a viver como nômades, perseguidos a ferro e fogo pelo branco conquistador de suas florestas. Corridos de um ponto e d’outro, mortos às dezenas todos os anos, de sedentários que eram tornaram-se vagabundos que não dormem três noites num mesmo local” (ROSA, in: MARTINS, 2001).

No nosso ponto de vista, todos os índios que tiveram que migrar ou sair de seus territórios perderam a cultura e o conhecimento de como manejar o seu agroecossistema e, portanto, tiveram que voltar ao seu passado de caçadores. Aquele manejo agroflorestal/animal que ele soube tão bem desenvolver vai ficando no esquecimento, porque a transmissão do conhecimento indígena é oral e feita na medida em que as experiências e as práticas vão se desenrolando. É um conhecimento aprimorado no dia-a-dia, transmitido de geração em geração.

1.7 - Lições que podemos tirar do agroecossistema indígena

O conhecimento sobre agroecossistema indígena, em nosso entendimento, pode ser utilizado nas propriedades rurais, ou nas cooperativas ou assentamentos da reforma agrária pelos agricultores desde que a área de utilização não seja muito pequena, dependendo da criatividade do proprietário.

Esse manejo racional e sustentável da propriedade envolve os cultivos de ciclos curtos, médios, longos e perenes, a vegetação de ciclos curtos e longos como as árvores e, ainda, incorpora a fauna silvestre. É um sistema complexo, onde o proprietário tem que gerenciar a biodiversidade sem diminuir as espécies florestais e animais em seu benefício, tirando o máximo de proveito de cada espécie. Na natureza, todas as espécies têm uma função ou mais de equilíbrio no agroecossistema para que o mesmo possa ir evoluindo, aumentando a biodiversidade e a fertilidade do solo. Esse sistema é o grande segredo para explicar porque os índios viviam tanto e trabalhavam tão pouco. **Era a fauna gerenciando a biodiversidade sobre a supervisão do índio.**

No agroecossistema indígena, a cerca não existia. A propriedade era comunitária e todos se empenhavam no gerenciamento e supervisão do ambiente. Assentamentos de reforma agrária poderiam ser criados com a mesma visão. Por outro lado, nas pequenas propriedades, onde há cerca delimitando as confrontações com limites definidos, ainda assim podemos aproveitar, embora mais limitadamente os conhecimentos.

Hoje, no sistema capitalista, a propriedade não é mais comunitária. É demarcada e geralmente cercada. Então, o que pode fazer o proprietário? Vai ter que fazer um

mini-agroecossistema indígena, dentro dos limites de sua propriedade e, para que isso aconteça, terá que planejar e dividir a propriedade em parcelas de acordo com o tipo de rotação que vai ser dada no uso da terra. Quanto maior o período de tempo que cada parcela de solo vai ficar em manejo, melhor é o desempenho do sistema implantado. BERTA RIBEIRO informa que os índios do Amazonas exploravam as suas roças por períodos de até 40 anos. Todo o colono que se criou no meio rural sabe que em uma chácara velha¹⁰ dá uma roça muito boa para plantio de feijão, amendoim, abóbora, batata, milho. Como diz o caboclo: “*é terra descansada*”. O manejo da terra pelo índio era assim, só que ele incorporava a fauna em sua roça, que, segundo os antropólogos, serve como estoque de caça que estaria disponível quando dela necessitassem e não a encontrasse nas matas (BERTA RIBEIRO, 1987) .

Na implantação do agroecossistema indígena, o proprietário deve seguir passos semelhantes: se a sua área for um pouco maior, deve separar uma área para a preservação permanente para manejo da floresta e de fauna, não uma área intocada, mas uma área de preservação que poderia ser usada para refúgio da fauna e preservação de espécies florestais de ciclos muitos longos, de crescimento lento e com baixo incremento florestal.

A legislação ambiental, hoje, determina que as áreas de florestas não podem ser exploradas. Para a implantação do agroecossistema indígena, necessitamos talvez de adequação na legislação, permitindo o manejo racional da área de preservação e das áreas de rotação onde é necessário o corte raso na vegetação arbórea muito desenvolvida, já podendo ser chamada de floresta secundária e que, por isto, sofre a proteção da lei¹¹. Precisa haver entendimento entre órgão ambiental e proprietário na implantação desse tipo de manejo para que possa haver a exploração da propriedade sem questionamento dos ambientalistas, por ser um sistema complexo, como já foi dito, e que oferece uma variação de produtos muito grande quando bem manejado: ervas medicinais e aromáticas, madeira e produtos da fauna.

¹⁰ Chácara velha: lugar destinado ao cultivo de frutíferas e que como o passar do tempo as árvores frutíferas envelheceram e precisam ser renovadas. Local onde existem muitas árvores nativas que se desenvolveram e estão com grande porte passando a sombrear ou já tenha eliminados as frutíferas existentes.

¹¹ A mata secundária pela legislação vigente está protegida de corte raso. A legislação permite o corte seletivo, conhecido por planos de uso sustentado da floresta.

O agroecossistema indígena, se fosse aplicado no Estado de Santa Catarina, traria um ganho ambiental enorme, além de gerar renda para os proprietários rurais, a comunidade, o Estado e incrementar o turismo. Preservaria a fauna da extinção, e ainda, preservaria os mananciais aquíferos existentes, melhorando a qualidade da água com a diminuição da poluição dos rios e o riscos de enchentes. Teríamos melhor distribuição de chuvas, diminuindo o risco de secas prolongadas, além da melhoria da qualidade de vida do cidadão, por respirar um ar de melhor qualidade ambiental, além de dispor da beleza e dos sons emitidos pela fauna. Ainda haveria produtos alimentícios de melhor valor biológico, que poderiam remunerar dignamente o trabalho.

O Dr. Moacir Roberto Darolt¹² escreve que a qualidade do alimento orgânico é superior ao convencional, mostrando a necessidade de práticas mais ecológicas na produção de alimentos. Esses dados servem para justificar a necessidade da reimplantação do agroecossistema indígena.

Então, a implantação do agroecossistema indígena na propriedade seria dividida em duas partes: uma de floresta permanente, conforme já explicado nos parágrafos anteriores, e outra que serviria para fazer o manejo da área de cultivo.

Na área de floresta permanente ficaria a floresta nativa, que só poderia ser manejada, sem sofrer o corte raso. É nela que vão se abrigar as espécies de crescimento demorado e que, portanto, precisam ser preservadas. Nessa área também vai se abrigar a fauna que necessita de mata perene para se desenvolver, como o macuco, o jacu, a anta e outros animais mais exigentes em ambientes. É de fundamental importância, para a formação de todos os elos dos micro-ambientes que queremos formar para dar sucessão às parcelas que estão em rotação e em evolução para incorporar fertilidade, combater as pragas e propiciar ambientes adequados ao desenvolvimento de cada espécie.

Nas parcelas que são formadas pela área de manejo, estão a chave do sucesso do agroecossistema indígena. É aqui que o proprietário vai mais se inserir no contexto, explorando o ambiente na medida em que os nichos vão surgindo.

Ele começa com a implantação da roça. Planta os produtos que mais lhe convêm. Pode até adubar, corrigir o PH, como se fosse uma roça convencional. Nada ao contrário. Só que ele, depois do primeiro plantio, não pode mais virar a terra, nem gradear. Vai plantando o que escolheu e gradativamente passa a plantar árvores

frutíferas, laranjeiras, pessegueiros, caquizeiros, bananeiras, todas as frutas que mais lhe convêm, desde que não formem plantio homogêneo. Tem que combater as formigas cortadeiras (carregadeiras).

Nessa segunda fase, o agricultor deve chamar a fauna para dentro de sua área de plantio para ajudar no trabalho de manejo e controle das pragas. A fauna, ao se alimentar dos frutos, laranja, goiaba e outros, está controlando as pragas. Vamos ver como isso funciona: o gambá come laranja, banana, goiaba, chupa coco, caqui, abacaxi, tudo desde que esteja maduro, e ainda come as cobras, os ratos, passarinhos e ovos. Gosta de apanhá-los no chão. Só vai trepar quando não encontrá-los no chão. Para o animal, trepar dá mais trabalho. Ora, comendo as frutas que caíram durante o dia no chão, ele procura as mais maduras e as mais cheirosas, e são essas as que estão mais atacadas pelas larvas das moscas das frutas. No paladar do gambá, são as mais gostosas, e são essas que ele vai comer primeiro. O gambá, por gostar de se alimentar de frutas, sempre foi muito procurado pelos outros animais e pelo homem para ser saboreado. Tanto é assim que desenvolveu as glândulas de cheiro desagradável para diminuir a perseguição dos seus predadores. Como é muito caçado, a fêmea gera uma prole numerosa. Aqui, nós já temos o primeiro exemplo do manejo indígena: plantar frutas para o gambá e outros bichos para poder alimentá-los e ter as frutas para o seu próprio consumo (assim, ele possuía as duas coisas: a carne e a fruta). À medida que as plantas vão crescendo, plantam-se outras, derrubando algumas para servir de adubo para as seguintes e abrindo espaço para outras que o proprietário considere mais interessantes para crescer. Pode ser uma árvore para lenha ou produção de frutos para a fauna e o homem. Nesse agroecossistema, o homem está colocado depois da fauna. Primeiro é a fauna; depois, o homem. Como disse o índio americano quando quiseram comprar as suas terras: “*Se os animais morrerem, o homem morre também*”. Essa é a máxima do agroecossistema indígena.

No ano seguinte, o proprietário toma outra porção, pode virar, adubar, corrigir o PH, plantar o que desejar e começar a fazer os mesmos procedimentos da parcela anterior. Estas correções normalmente se farão necessárias porque nós estamos transformando o solo onde se praticou a monocultura, que está esgotado dos principais

¹² Roberto Darolt, Engenheiro Agrônomo, doutor em Meio Ambiente, Pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Disponível em: www.jornadadeagroecologia.com.br. (acessado em 10/05/03)

nutrientes, e com essas correções no início do ciclo iremos apressar o revigoramento do agroecossistema que estamos implantando.

No outro ano, faz-se a mesma coisa e assim sucessivamente, até se esgotarem todas as parcelas. Se tiver 20 parcelas e usar cada parcela com cultivos intensivos por dois anos, e fazendo uma nova parcela a cada dois anos, o seu agroecossistema de rotação será de 40 anos, muito bom. Porque, ao final de 40 anos, a primeira parcela já estará com a vegetação muito desenvolvida, passando para a floresta secundária, se a fauna silvestre tiver marcado presença em sua área. Hoje, os centros urbanos estão sendo invadidos principalmente pelos pássaros, que não encontram mais abrigo nas zonas rurais. Foram expulsos gradativamente. É essa fauna que vai fazer a semeadura e o plantio das árvores nativas na propriedade, comendo as sementes. As que não digere, excreta, ou geralmente as regurgita nos locais distantes onde vai descansar. Para isso, é preciso que haja plantas bem distribuídas dentro das áreas de manejo para que as sementes ingeridas e devolvidas ao solo fiquem bem localizadas.

O agroecossistema indígena, como foi visto, no nosso entender é muito abrangente. O proprietário vai fazer como os índios faziam: **a fauna gerenciando a natureza sobre a supervisão do proprietário.**

Portanto, como é uma exigência do IBAMA, o proprietário vai ter que cercar a propriedade na área em que vai manejar a fauna, para que essa não saia do local e para que aquelas que se encontrem nas redondezas não possam entrar. A legislação só permite que se abatam animais criados e devidamente contidos, sem a interferência de animais de espécies da fauna local.

Dentro dessa grande área cercada, o proprietário poderá fazer as suas áreas de manejo, cercando, no primeiro ano, a roça e nos anos seguintes tirando ou abrindo a cerca para que a fauna que vive dentro do cercado maior possa para lá se dirigir e se alimentar. Se a alimentação existente na propriedade não for suficiente para alimentar a fauna, o proprietário é obrigado a suplementar e a providenciar fontes de alimentação, que deve ser colocada nos tratadouros.

Para abate da fauna, o proprietário deve solicitar registro no IBAMA, na categoria de criadouro comercial da fauna silvestre, apresentando projeto de manejo devidamente elaborado por técnico especializado, seguindo as portarias 117/97, 118/97 e a Lei 5.197/67, em anexo.

1.8 - CONCLUSÃO

O índio se inseria no ambiente e extraía, para a sua sobrevivência, os recursos necessários, manejando com poucos esforços os recursos naturais, privilegiando uns sobre os outros.

O europeu não entendeu o agroecossistema produtivo do indígena. JEAN DE LÉRY, HANS STADEN, GANDAVO, ALEIXO GARCIA, BATES, CABEÇA DE VACA presenciaram o agrossistema indígena, mas não foram capazes de entender a importância do que se apresentava naquele momento. Estavam cegos para compreender aquele sistema ou só visavam a procura de recursos (riquezas) para serem transformadas em produtos para a venda na Europa.

Nós, ainda hoje, continuamos com a mesma cegueira. Não avaliamos a importância dos recursos oferecidos pela biodiversidade local. A riqueza que a natureza oferece é enorme, tanto de origem florestal, quanto animal (mamíferos, aves, insetos, répteis e anfíbios), a qual poderia ser explorada sem agredir o ambiente e produzindo alimentos de alto valor biológico para a sociedade, lazer e artefatos para a indústria.

Devemos explorar a biodiversidade como fez o índio, sem diminuir as possibilidades de uso futuro de todos os seus recursos e garantir a sustentabilidade, possibilitando às populações carentes garantia de alimentos fartos e a dignidade de cada ser humano e, com isso, garantir um futuro justo para a sociedade humana.

CAPÍTULO II

2 - ANÁLISE DO USO DOS RECURSOS DA FAUNA

2.1 - Introdução

Revisando a história da agropecuária brasileira, vemos que o colonizador não deu importância aos recursos oferecidos pela fauna existente no País. Podemos até dizer que deu, sim, mas no sentido de divertimento, de fazer caçadas com o objetivo de lazer ou para afugentar ou extinguir animais de suas propriedades que considerava perigosos ou causadores de prejuízo, como onças que ameaçavam as pessoas (DALL'ALBA, 1973). Até os índios temiam as onças e as chamavam de "*ian-u-are*" pois silvícolas advertiram um grupo de franceses que passava por certa ilha, dizendo que tomassem cuidado com o animal, que rodeava a área e comera, naquela semana, três pessoas da aldeia indígena (LERY, 1980).

Os índios faziam as suas plantações para alimentar os de suas aldeias, como pessoas e animais. Os animais que se alimentavam na roça não eram maltratados e sim considerados estoques de caça (BERTA RIBEIRO, 1987). A abate da fauna era feito com métodos silenciosos para não espantar ou assustar os animais, empregando armadilhas silenciosas, como urupuca, mundéus, flechas, evitando perturbações no ambiente.

Os europeus, ao plantarem, tinham as suas roças invadidas pela fauna silvestre. Viam nessas incursões um grande problema em face dos estragos que causavam em suas roças ao comer as plantações. Ora, o europeu, movido pela ganância capitalista do lucro imediato, fácil, e pela necessidade de acumular riquezas, via nesses animais um grande problema, passando a combatê-los com as suas caçadas, empregando todo meio possível para afugentá-los ou matá-los. Empregou os espantalhos, armas de fogo, armadilhas que aprendeu a fazer com os índios e o cachorro que, de todos os meios, foi o mais prejudicial, pois, além de matar a caça, a afugentou para locais mais distantes. A fauna silvestre, diante desta ameaça e perseguição, vai se tornar arredia, desconfiada, deixando de se reproduzir muitas vezes por estar em constantes embates em defesa de seu território diante de outros de sua espécie, além de estar disputando comida. Assim, a

fauna regrediu, como também o índio, que teve que migrar para deixar a sua terra para a ocupação do colonizador europeu, que passou a fazer pressão sobre as aldeias no sentido de escravizá-lo ou afugentá-lo para os rincões existentes no interior. O problema é que o interior estava ocupado por tribos que também tiveram que recuar para abrir espaços para os que vinham sendo empurrados pelo colonizador. Foi uma situação em que todas as aldeias perderam homens nos embates de defesa de seus territórios. Esses grupos que estavam recuando e que sofreram o contato com o europeu também levaram consigo doenças contagiosas para os novos grupos que viviam no interior do continente. HANS STADEN (1999), em sua *História dos selvagens nus e ferozes comedores de homens*, nos conta que todos os índios da América eram antropófagos. Esse fato nos leva a crer que a principal forma de contaminação dos silvícolas com doenças dos brancos foi o hábito de antropofagia, que fez reduzir consideravelmente as populações indígenas. Esse narrador nos conta também que, na época em que esteve entre os Tupinambás, estavam presos com ele dois homens que os índios perceberam terem adoecido. Eles os sacrificaram antes que morressem e os comeram, apesar da advertência de que estavam doentes. Esse hábito antropofágico pode ter servido para a transmissão de doenças de um grupo para o adversário.

Mas esses fatos nos mostram um detalhe da inteligência indígena: comer aqueles que não tinham possibilidade de bom desempenho. Este tipo de manejo mostra que a seleção indígena era uma seleção positiva, no sentido de que devia prosperar o melhor, o mais apto. Esse era o grande trunfo do manejo indígena, a seleção dos melhores.

Não tinham liderança organizada para formar um governo com uma grande causa. Quando tinham um problema, todos os caciques se reuniam para discutir a estratégia e encontrar a solução mais viável (LUGON, 1976, DARCY RIBEIRO, 1995). O líder para cada atividade era sempre o mais experiente, o mais apto, com capacidade de poder ensinar e transmitir novos conhecimentos (LÉRY, 1980). Juntavam experiência, observação e conhecimento para analisar as posturas a serem tomadas, seja na guerra ou nas atividades do seu dia-a-dia.

A história da convivência do europeu com os recursos naturais brasileiros foi desde o início marcada pela predação e exploração. Vários foram os relatos de

transferência de milhares de peles de onças, tamanduás, capivaras, antas, jacarés, lagartos, cobras, papagaios, araras. A este respeito Fernandez¹³, escreve:

“..., apenas pelo porto de fluvial de Iquitos, que exporta parte da produção da amazônia peruana e brasileira, em cinco anos (1962-67), foram exportados legalmente mais de 1,6 milhão de peles de mamíferos, incluindo quase duzentos mil macacos, novecentos mil porcos-do-mato, 2.259 ariranhas e 5.345 onças, entre outros (9). Os números falam por si, mas infelizmente ainda há muito mais. Primeiro, este é um só porto; segundo, esta é caça legal, enquanto calcula-se que a caça comercial ilegal seja pelo menos o dobro disso; terceiro, estes dados são dos anos sessenta, e hoje a população da Amazônia é pelo menos umas cinco vezes maior, com a caça crescendo em proporção; e em último mas não por último, ainda há a caça de subsistência. Na mata cada vez mais habitada, os macacos substituem os açougues como fonte de proteína; uma única família típica de seringueiros mata por volta de duzentos e cinquenta macacos por ano com este fim” (FERNANDEZ, 2000).

Conforme já apresentamos na introdução deste trabalho, a prática do comércio ilegal de animais silvestres é preocupantemente expressiva. Essa atividade contribui de uma forma importante para o desabastecimento de reprodutores.

Com a floresta, o cenário é ainda pior. O tráfico levou à quase extinção do pau-brasil, do jacarandá-da-bahia, mais recentemente a araucária, a imbuia, canela, o mogno, o jatobá.

A derrubada da floresta para a implantação de projetos agropecuários, como está largamente acontecendo hoje na Amazônia e já aconteceu na Mata Atlântica, produz resultados ainda mais graves, pois leva a fauna que estava associada ao nicho ecológico à extinção.

A busca por riqueza fácil foi a principal força motriz responsável por todos esses desastres. Raramente houve preocupação em criar animais silvestres seja para reposição de estoques, seja para a comercialização. O problema é que, quando pela escassez, os colonizadores resolveram tentar criá-los, o fizeram aos seus moldes, isto é, aprisionando-os, repetindo a cultura milenar do confinamento sem levar em consideração os custos adicionais de se criarem ambientes artificiais, como os de natureza ambiental (destinação dos dejetos) e sem considerarem o bem-estar animal.

Os animais, para os silvícolas, representavam seres equivalentes a eles próprios (BERTA RIBEIRO, 1987) e, para o europeu, um ser inferior e sem alma, principalmente mais uma fonte de renda.

¹³ Fernando Fernandez – PhD, professor da pós-graduação em ecologia da UFRJ.

2.2 - Pensamento da zootecnia européia

Para entendermos melhor porque o colonizador não deu importância aos recursos da fauna silvestre e não desenvolveu criações mais ecológicas e adaptadas ao clima tropical, precisamos analisar a formação cultural do colonizador europeu.

Comparações entre culturas, sob qualquer critério, dependem muito da visão da pessoa que as faz, mas alguns aspectos da cultura européia ocidental que subjogou a cultura indígena americana devem ser conhecidos para que se compreendam as razões que levaram os conquistadores espanhóis e portugueses a agirem da forma como fizeram, na conquista do novo continente.

A cultura ocidental recebeu, ao longo da história, influência marcante do cristianismo e judaísmo. Durante séculos, os reis eram sagrados pelo representante religioso da cúria romana. A burocracia da Igreja católica, com o tempo, por outro lado, foi se afastando dos ideais do seu fundador e se aproximando da reinante na época de Cristo, adotada pelos doutores da lei e fariseus hebreus. Basta comparar as recomendações de Cristo quanto à vida simples, comunitária, de perdão e solidariedade, com as diretrizes da igreja quando da "Santa Inquisição", do apoio às monarquias absolutistas, do apoio velado à colonização das Américas, com o desrespeito às outras crenças e às outras culturas (ver citação referente à república comunista cristã dos guarani nas páginas 48 e 49). Serviram-se, os reis de Espanha e Portugal, de sua amizade com o Vaticano para, sob o manto protetor das missões, facilitar a escravidão dos "gentios", cometer genocídios e destruir conhecimentos e culturas (FREIRE, 2003; CASAS, 2001).

Os ensinamentos bíblicos:

- a crença num único Deus acima de todas as coisas:

"Eu sou o Senhor teu Deus, que te fez sair do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de minha face" (Êxodo 20, 2-3);

- a superioridade dos crentes sobre os pagãos:

"... sereis o meu povo particular entre todos os povos. Toda a Terra é minha, mas vós me sereis um reino de sacerdotes e uma nação consagrada." (Êxodo 19, 5 - 6) e " ... Sereis para mim santos, porque eu, o Senhor, sou santo; e vos separei dos outros povos para que sejais meus" (Levítico 20, 26);

- a presunção de domínio do homem sobre a natureza:

"...e então façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e

*sobre toda a terra e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra..”,
 “...frutificai, disse Ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a e
 dominai-a sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os
 animais que se arrastam sobre a terra” (Genesis 1, 26-30);*

- o armazenamento dos alimentos:

*“Haverá sete anos de grande abundância para todo o Egito. Virão em
 seguida sete anos de miséria que farão esquecer toda a abundância no Egito.
 A fome devastará o país. E a abundância do país não será mais notada, por
 causa da fome que se seguirá, porque será violenta. Se o sonho se repetiu duas
 vezes ao Faraó, é que a coisa está bem decretada da parte de Deus, que vai
 apressar-se em executá-la. Agora, pois, escolha o rei um homem sábio e
 prudente para pô-lo à testa do país. Nomeie também o Faraó administradores
 no país, que recolham a quinta parte das colheitas do Egito, durante os sete
 anos de abundância. E eles ajuntarão todos os produtos deste bons anos que
 vêem e armazenarão o trigo nas cidades, à disposição do Faraó como
 provisões a conservar. Estes mantimentos formarão para o país uma reserva
 em previsão dos sete anos de fome que assolarão o Egito. Dessa forma, o país
 não será arruinado pela fome” (Gênesis 41, 29-36);*

Esses são alguns dos princípios e das características hebraicas que foram inculcadas na cultura ocidental e que, de um certo modo, vieram a influir nas normas da Igreja medieval e a ditar o relacionamento do colonizador europeu com o meio físico e com o homem americano.

Claro está que outros pensadores ocidentais, como Sócrates e Aristóteles, tiveram sua importância, inclusive no estabelecimento de normas da Igreja católica, influenciando doutores da Igreja medieval como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino e várias gerações de devotos. Aliado a isto, a competição por descobertas que dessem poder e status às cortes e dinheiro aos burgueses e banqueiros holandeses e italianos fez com que esses entusiasmassem jovens e ambiciosos navegadores a partirem para o desconhecido e empreenderem conquistas surpreendentes (CASAS, 2001).

Olhando sob esse prisma, fica mais fácil entender a agricultura de espoliação da natureza e o sistema de organização social e econômica desenvolvido até hoje no mundo ocidental com o predomínio do capitalismo. Seguindo esses princípios, os europeus desenvolveram sua agricultura e foram muito eficientes em criar tecnologia para poupar esforço humano, transformar em dinheiro os recursos naturais. Surgiram as monoculturas em larga escala, os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes das plantas selecionadas para produzirem em ambientes modificados, o armazenamento dos alimentos, a estrutura de distribuição desses alimentos. Na pecuária, surgem primeiro as cercas para delimitar as propriedades individuais, depois a derrubada das matas para

ampliar as áreas de pastagem, para garantir o alimento para os bovinos e, mais recentemente os grandes confinamentos de aves, de suínos e de bovinos (RICE e ANDREWS, 1956)

DOMINGUES (1968) nos conta de uma forma muito didática a evolução da criação dos animais. Cita que desde a antiguidade até meados do século XIX os animais eram considerados um mal relativamente necessário à atividade agrícola, ocupavam espaço, representavam custo mas produziam alimentos, produziam o esterco, tracionavam veículos e eram instrumentos de lazer. Aponta que somente em 1844, através da interferência do conde Gasparin, a criação animal ganhou ares de ciência e um discípulo de Gasparin, Emile Baudement, escreveu no livro que deixou por terminar:

“ – os animais domésticos são máquinas, não no sentido figurado da palavra, mas na sua aceção mais rigorosa, tal como a admitem a mecânica e a industria. São máquinas, da mesma sorte que as locomotivas de nossas estradas de ferro, os aparelhos de nossas usinas onde se destila, onde se fabrica o açúcar, a fécula, onde se reduz a pó, onde se transforma uma matéria qualquer. São máquinas que dão serviços e produtos.

Os animais comem: são máquinas que consomem, que queimam certa quantidade de combustível, de certa espécie. Eles movem-se: são máquinas em movimento obedecendo às leis da mecânica. Produzem leite, carne, força: são máquinas fornecendo um rendimento, pôr uma determinada despesa.

Essas máquinas animais são construídas segundo um plano, são compostas de elementos determinados, de órgãos, como se diz em anatomia e também em mecânica. Toda suas partes têm função certa, conservam entre elas certas relações, e funcionam em virtude de determinadas leis, para produzirem trabalho útil.

A atividades dessas máquinas constitui sua própria vida, que a fisiologia resume em quatro grades funções: nutrição, reprodução, sensibilidade, locomoção. Esse funcionamento, que caracteriza a vida, é também a condição de nossa exploração zootécnica, a causa de despesas e de rendimentos, que devemos balancear de maneira a atenuar os preços de custo, para aumentar os lucros.

Mas essas máquinas admiráveis foram criadas por mãos mais potentes que as nossas: não fomos chamados a estabelecer as condições de sua existência e de sua marcha, e para conduzi-las, multiplicá-las, modificá-las, devemos conhecê-las sob pena de destruí-las e deixar nosso trabalho, nosso tempo, nosso capital serem levados no jogo fatal de suas engrenagens. Quanto melhor conhecermos a construção dessas máquinas, as leis de seu funcionamento, suas exigências e seus recursos, melhor poderemos entregar-nos com segurança e vantagem na sua exploração”
(BAUNDEMENT em DOMINGUES, 1968)

DOMINGUES continua trazendo manifestação de SANSON, outro notável zootecnista da época:

“Não poderia dizer melhor, exclamou Sanson. Aí nestas poucas linhas, está o fundamento de toda a zootecnia. Com essa concepção admirável dos animais domésticos é que a ciência zootécnica pode prosperar, pode aperfeiçoar-se, absorvendo e aplicando o que a química e a higiene foram descobrindo e criando de novo. O animal doméstico é, então, uma máquina viva transformadora e valorizadora de alimentos.

Como vimos, a arte de criar animais é remota e a ciência relativamente nova. Até antes de BAUNDEMENT reinava o empirismo, Não nascera a Zootecnia” (DOMINGUES, 1968).

Esses relatos confirmam que, mesmo até há pouco, os intelectuais de origem européia que falaram sobre a zootecnia entenderam o animal como um ser a serviço do homem e não como mais um integrante da natureza.

Somente uns poucos cientistas recentemente compreenderam a importância dos animais nos ecossistemas e estão considerando-os como os silvícolas os tratavam há 500 anos.

Ao nosso ver, adotar a cultura existente no continente americano significava uma perda cultural muito grande para as elites européias que buscavam a riqueza fácil através do simples extração vegetal, mineral e mesmo animal.

Os silvícolas eram politeístas, tinham muito mais respeito pelos membros de sua comunidade e repartiam seus pertences entre todos, eram legitimamente comunistas, embora suas guerras costumeiras e até a prática da antropofagia não fossem raras.

A respeito da domesticação Diamond (2003) escreve:

“A domesticação envolve a transformação dos animais selvagens em algo mais útil para os seres humanos. Os animais verdadeiramente domesticados têm várias diferenças em relação aos seus ancestrais selvagens. Essas diferenças resultam de dois processos: a seleção humana dos animais mais úteis e respostas evolutivas automáticas dos animais à alteração das forças da seleção natural que agem em ambiente humanos, quando comparados com os ambientes selvagens. (.....)

No total dos 148 grandes mamíferos herbívoros terrestres selvagens do mundo – os candidatos à domesticação – só 14 passaram no teste” (DIAMOND, 2003).

Esse mesmo autor, citando os princípios de Anna Karenina, escreve:

“Para ser domesticada, uma espécie selvagem candidata tem que possuir muitas características diferentes. A falta de qualquer um dos atributos obrigatórios compromete os esforços de domesticação, assim como compromete as tentativas para o estabelecimento de um casamento feliz. Bancando os conselheiros matrimoniais do casal zebra/humano e de outros casais destoantes, podemos identificar pelo menos seis grupos de motivos para uma domesticação fracassar: dieta, taxa de crescimento, problemas de criação no cativeiro, má índole, tendência ao pânico, estrutura social” (DIAMOND, 2003).

Essa caracterização para a domesticação dos animais não deve ser levada em consideração na criação da fauna silvestre brasileira porque, se ela atendesse aos requisitos propostos por Anna Karenina, deixaria de ser criação silvestre e não atenderia aos padrões zootécnicos da fauna silvestre de qualidade ambiental e etológicos de cada espécie.

Não pretendemos incentivar a domesticação da fauna silvestre, mas sim propor metodologias de gerenciamento da fauna silvestre para o uso sustentável da biodiversidade, preservando as espécies vegetais e animais em cada micro-clima existente na diversificação dos ambientes naturais, valorizando a vegetação e fauna local, evitando a sua extinção local ou regional ou definitiva.

Concluindo este comentário, o que caracteriza a domesticação dos animais é a dominação do homem sobre as espécies com a manutenção delas no cativeiro. Essa foi a forma como os colonizadores europeus interpretaram o que deveria ser a relação do homem com a fauna. Os índios brasileiros, no entanto, tinham outra percepção e por isso gerenciavam os animais. Essa forma de domesticação nós não queremos que aconteça com a fauna silvestre, e sim o seu gerenciamento nos ambientes domiciliares, copiando o manejo indígena.

Ao observar-se o potencial zootécnicos da fauna silvestre, fica-se impressionado com a potencialidade existente em muitas espécies, o que mostra que elas sofreram processos de melhoramento genético por muitos séculos para terem as qualidades apresentadas, e que são, em certos casos, muito superiores aos dos animais domésticos, e que foram criadas soltas em ambientes locais.

2.3 - Preocupações atuais

O físico e escritor Fritjof Capra, no capítulo I do livro *“Ecologia Profunda – Um Novo Paradigma”*, de *A Teia da Vida*, escreve, cita o filósofo norueguês Arne Naess, no início dos anos 70, com sua distinção entre *“ecologia rasa”* e *“ecologia profunda”*:

“A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de “uso”, à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa - do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular da teia da vida” (CAPRA, 1996).

A definição de ecologia rasa define o sistema de dominação exploradora e antiecológica praticado pelo imperialismo e capitalismo do mundo atual, levando à insustentabilidade do sistema global, colocando em risco a vida no planeta, possibilitando a extinção de espécies vegetais e animais muitas vezes desconhecidas ou conhecidas por grupos indígenas que são extintos pelo avanço da agricultura moderna sobre os seus sistemas produtivos.

A ecologia profunda pode ser representada pelos agrossistemas indígenas, os quais ficaram, de certa forma, registrados pelos naturalistas e escritores que visitaram o Brasil colonial e imperial nos séculos passados. Algumas civilizações indígenas isoladas ainda trazem esse conhecimento, conforme é relatado por BERTA RIBEIRO (1980) em seus estudos com populações existentes na floresta amazônica. Neste sistema, o homem faz parte da natureza e acha-se inserido nela. Maneja o ambiente e sobrevive dos recursos ofertados pelo serviço da natureza, que o colonizador europeu não soube compreender porque estava interessado em acumular riquezas obtidas através da extração dos recursos minerais, florestais e animais existentes no rincão brasileiro.

Essa conduta desastrosa do capitalismo leva o físico Fritjof Capra a escrever:

“Defrontamo-nos com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível. Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores” (CAPRA, 1996).

A preocupação desse autor deve ser a preocupação dos governos e das Políticas Públicas no Brasil e no mundo, onde cada vez se destrói mais para implantação de lavouras e cultivos de pastagens para alimentar o gado. No Brasil, a destruição do cerrado para o plantio de soja, milho e pastagem têm reduzido um dos agroecossistemas mais ricos em biodiversidade, eliminando espécies desconhecidas que poderiam muito contribuir para o bem-estar da sociedade humana. Este avanço, além de levar espécies à extinção, tem contribuído para a perda dos serviços da natureza, como fornecimento de matérias-primas para a economia local, por falta de conhecimentos adequados para utilização dos recursos oferecidos (apicultura e manejo da flora e da fauna) para o bem-estar das populações locais, que produzem muito mais benefícios do que os plantios homogêneos (monoculturas). Isso leva os sítiantes a migrarem para as cidades, aumentando as favelas e criando bolsões de pobreza e delinquência, onde a marginalidade faz vítimas todos os dias, além das perdas dos serviços ambientais de conservação e manutenção da água, do combate à erosão e manutenção da fertilidade acumulada ao longo da evolução do solo.

Neste sentido, escreve Luiz Fernando Krieger Merico em *Introdução à Economia Ecológica*:

“A mudança paradigmática em curso aparece como um elemento reorganizador dos processos econômicos, cujo principal eixo é a busca da sustentabilidade, entendida como a capacidade de as gerações presentes alcançarem suas necessidades, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também o fazerem. O sentido de orientação do desenvolvimento econômico deverá ser a inserção dos processos econômicos nos limites da biosfera, portanto, a operacionalização da sustentabilidade é o grande desafio civilizatório das próximas décadas” (MÉRICO, 1996).

Este autor enfatiza que precisamos reorganizar nossas condutas e pontua muito bem as necessidades de mudanças nas práticas e técnicas que precisam ser adotadas pela agricultura atual para poder dar continuidade à sustentabilidade e à biodiversidade que precisa ser preservada para as gerações futuras.

Preocupado com as técnicas empregadas na agricultura moderna, Joan Martínez Alier escreve:

“À medida que o sistema de mercado generalizado se espalhou no mundo, o uso de recursos renováveis e não-renováveis ficou mais intenso, assim como a produção de “externalidades”, ou seja, de prejuízos não medidos por valores de mercado, incluído o prejuízo que representa o esgotamento dos recursos para as gerações futuras. O mercado cresce e, paradoxalmente, utiliza ou põe a perder mais recursos e serviços ambientais que estão fora de mercado e, como não estão no mercado, não lhes dá nenhum valor. Essa é a batalha em que estamos metidos” (ALIER, 1998).

Diante desse fato, deve-se valorar o custo da perda do solo (erosão), a perda de fertilidade, a diminuição da biodiversidade vegetal e animal, as perdas futuras por não estar o recurso disponível, atendendo os princípios da economia ecológica, definida por Joan Martínez Alier da seguinte maneira:

“É uma economia que usa os recursos renováveis (água, pesca, lenha e madeira, produção agrícola) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação, e que usa os recursos esgotáveis (petróleo, por exemplo) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis (energia fotovoltaica, por exemplo). Uma economia ecológica conserva, assim, a diversidade biológica, tanto silvestre quanto agrícola” (ALIER, 1998).

O parágrafo descreve muito bem a responsabilidade que deve ter a agricultura atual desenvolvida principalmente pela sociedade ocidental e capitalista. Com a percepção das sociedades agrícolas e ambientais dos problemas trazidos pela agricultura moderna, que não valoriza a biodiversidade e a relação do homem com o ambiente, do qual ele faz parte, têm surgido no mundo movimentos sociais de protesto contra muitas práticas impostas, como a luta “dos verdes”, dos povos das florestas, dos seringueiros do Amazonas, que vêm expressada na luta de Chico Mendes, denominada movimento pela preservação da floresta contra a implantação das pastagens (motivo do assassinato do defensor, praticado por fazendeiros da região). A partir dessa idéia, surgem os chamados projetos coletivos do futuro, definidos por Joan Martínez Alier como neonarodismo ecológico, dando a seguinte definição:

“O neonarodismo ecológico é a ideologia e a prática das lutas populares para a preservação dos recursos naturais na esfera da economia moral, sendo também uma defesa, que podemos apreciar em termos científicos, de uma economia que valoriza a biodiversidade e usa razoavelmente os fluxos de energia e de materiais, sem esperanças injustificadas nas tecnologias futuras. O neonarodismo ecológico não é um exemplo pós-moderno da falta de confiança no progresso social e científico, mas uma via de modernidade alternativa, um radicalismo racional. Concretamente, qual seria sua atitude ante a ciência “ocidental”?” (ALIER, 1998).

Esses movimentos fazem frente à insustentabilidade de certas práticas desenvolvidas principalmente pelos colonizadores ocidentais, em que o gasto de energia

é muito superior ao obtido com a cultura estabelecida. Assim escreve o autor supracitado:

“Em um ano de produção econômica consumimos vários anos de reservas. Estamos devorando o tempo e, ainda, lançamos sobre o ambiente uma carga de resíduos que os ciclos biogeoquímicos naturais não tem tempo para reciclar. As civilizações anteriores não fizeram assim. Portanto, pode-se afirmar, com J.P. Deléage que nas civilizações “em que os humanos são a força produtiva principal, a adaptação ao ecossistema é o princípio fundamental do funcionamento da sociedade”, podendo esperar-se, portanto, que a mesma atenção que nossa civilização dedica ao desenvolvimento das novas tecnologias, fundadas em geral na espoliação dos recursos naturais, outras civilizações dedicaram-na e dedicam-na à observação e ao conhecimento do ambiente com vista para o uso sustentável. Esta é a razão para se pensar que os indígenas e os camponeses e camponesas são por si bons conhecedores das condições ecológicas, sem necessitar de apelar, pois, a nenhum romantismo com respeito às virtudes dos humanos primitivos e rústicos” (ALIER, 1998).

Nesse parágrafo, ALIER nos fala da importância de resgatar e preservar os conhecimentos tradicionais que são resultado da observação e da prática de nossos índios, camponeses e camponesas. Também não podemos ignorar o conhecimento de nossos caboclos, dos agricultores familiares tradicionais e, principalmente, os mais idosos, por deterem muitos conhecimentos transmitidos oralmente pelos seus pais, familiares e vizinhos na troca de informação. Para comprovar que muitos desses conhecimentos indígenas ainda estão impregnados no conhecimento popular antigo, basta ver o índice de sangue indígena, que é representado pelo tipo sanguíneo do grupo “O”, contido na população local do litoral catarinense. A pesquisa foi realizada no Laboratório de Análises Clínicas “CONTINENTE LTDA”, de Barreiros, município de São José, SC, por um período de três meses, onde se examinou o grupo sanguíneo das pessoas que se dirigiram ao laboratório para exame de sangue. O sangue foi coletado pela auxiliar técnica Sandra Karina e o responsável pela análise foi o bioquímico Isaias Araújo. Foram feitas, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, 227 coletas, e verificou-se que, desse total, 102 pessoas possuíam o tipo sanguíneo “O” (ver Tabela 01) mostrando quanto os índios contribuíram para a formação do povo brasileiro no genótipo, na cultura, no lazer, nas tradições, nos costumes, na língua, nos hábitos alimentares, nos recursos do ambiente que, hoje, em face da modernização, devido ao avanço tecnológico, ficaram pouco valorizados ou esquecidos.

A tabela 02 sugere o quanto o índio contribuiu na formação do povo brasileiro. Nesta observação, comprova-se que a influência indígena é muito maior do que se imagina.

Tabela 2: Distribuição dos grupos sanguíneos

**LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
"CONTINENTE LTDA"**

Relação: Grupo Sanguíneo/Fator RH (Meses: Julho, Agosto e Setembro/2002)							
Grupo Sanguíneo - Número de exames realizados no período							
"A"		"O"		"AB"		"B"	
positivo	negativo	positivo	negativo	positivo	negativo	positivo	negativo
86	5	92	10	4	1	17	2
91		102		5		19	

Observação: Análise de grupos sanguíneos existentes na população local, localidade de Barreiros, município de São José/SC para verificar a importância do Grupo "O", que possivelmente seria de populações de descendência indígena - Pesquisa: Isaac de Souza/2002.

Esses resultados da influência indígena na formação do povo brasileiro são reforçados pelo que escreveram o sociólogo Gilberto Freire e o antropólogo Darcy Ribeiro, segundo os quais na colonização do Brasil, vieram para cá apenas indivíduos do sexo masculino, e que foram poucas as mulheres que para cá migraram:

“Não vieram mulheres solteiras, exceto, ao que se sabe, uma escrava provavelmente moura, que foi objeto de viva disputa. Consequentemente, os recém-chegados acasalam-se com as índias, tomando, como era o uso da terra, tantas quantas pudessem, entrando a produzir mais mamelucos. Os jesuítas, preocupados com tamanha pouca-vergonha, deram para pedir socorro do reino. Queriam mulheres de toda a qualidade, até meretrizes, porque “há aqui várias qualidades de homens [...] e deste modo se evitarão pecados e aumentará a população no serviço de Deus” (carta de 1550 in Nobrega 1955:79-80). Queriam, sobretudo, as órfãs del-rei, que se casariam, aqui, com bons e os ricos. Poucas conseguiram. Em 1551, chegaram três irmãs; em 1553, vieram mais nove; em 1559, mais sete. Essas pouquíssimas portuguesas pouco papel exerceram na constituição da família brasileira” (DARCY RIBEIRO, 89:1995).

O medo sentido pelos primeiros colonizadores ao se embrenharem nas matas para colonizá-las proporciona uma impressão de que o índio não teve influência na formação do conhecimento agroecológico do uso da terra. Esse fato fica muito bem registrado na memória dos primeiros colonizadores, mas eles logo esquecem das

dificuldades, dos favores, da ajuda que os povos nativos prestaram ao colonizador. Forneceram alimentos, seus serviços braçais, as suas filhas para servirem de esposas aos homens que para cá vieram em busca de riquezas. Na ocupação do Vale do Braço do Norte, em Santa Catarina, iniciada por volta de 1850, pelos povos de origem alemã (que consideravam o indígena um inimigo) relata João Leonir Dall’Alba, em *O vale do Braço do Norte*, que nos primeiros tempos, segundo a tradição oral, os alemães passaram muito medo, sendo a vida muito difícil. Ele escreve:

“A gente de agora não sabe o que é medo. Precisavam eles viverem no meio do mato, o primeiro vizinho a mais de um quilômetro, com tigres, com bugres, com cobras. Pensa que a gente ia caçar no mato? E quando precisava ir de um lugar a outro pelas picadas da floresta a gente levava cachorro, facão e pistola. Era assim: Uma pistola na roça e outra em casa. As mulheres também sabiam usar. E de noite? Quanta vez a gente acordava com barulho no quintal, os cachorros ganindo baixinho, tremidos, na porta da casa. Era tigre. Às vezes era bugre. Às vezes não era, mas a gente pensava que fosse. E medo sempre. Medo até de acender a lamparina na escuridão, a família toda se agarrando quieta. Gente que vive com luz elétrica não sabe o que é medo. Nós sim. Medo de bicho, medo de bugre, medo de cobra, medo de entrar no mato, medo de qualquer fruta que podia ser venenosa. Medo de doença. Se a gente adoecesse? Era preparar-se para morrer. Sem padre, sem médico. Uma apendicite, uma inflamação, um acidente de trabalho E dor de dente, quanta! Mas o medo era tanto que até de encontrar-se com outra gente, a gente evitava. E temia-se dos caboclos, de escravos fugitivos de Laguna ... Vivendo no Mato a gente sentia tão ínfima que se tinha medo até de falar com o padre, nas poucas vezes que aparecia. As crianças então! Olha se a vida tivesse continuado assim, a gente virava bugre. Virava. Eu não vivi nos primeiros tempos. Mas vivi no mato, em terras novas ali pra dentro do Rio dos Bugres. A vida dos primeiros tempos era assim.” (DALL’ALBA, 1973).

O relato da tradição oral contado por Dall’Alba nos dá a idéia da relação do colonizador alemão no vale do Braço do Norte, onde se presume que houve pouca informação entre o índio e os colonizadores. Ele nos conta em seu livro que nos primeiros tempos a terra era assim:

“A floresta dominando tudo. Árvores multisseculares sobressaindo ao emaranhado da vegetação subtropical. Abundância de águas, flora exuberante, fauna rica e variada a desenvolver-se neste ambiente propício. Feras carnívoras, pumas, leões, onças, jaguatiricas, alimentando-se na fartura, disputando aos índios botocudos antas, capivaras, pacas, porcos do mato, veados mateiros, cutias, tatus, e lagartos. Grarachains, gambás, mãos-peladas, à noite atacavam os poleiros dos urus, macucos, jaós, inhambus, jacus, jacutingas, jacucacas, aracuãs, tucanos, marrecos, pombos e sabiás. No espaço celeste revoadas de rolas, papagaios, tirivas, periquitos, fugindo a mil aves de rapina. Nas copas dos pinheiros e das fruteiras macacos, bugios, quatis, em bandos infíndos, alimentavam-se dos frutos variados da mata. Jararacuços, quatiaras, cascavéis, caninana, serpentes à cata de ratos e rãs. Ainda quero-queros, pica-paus, bem-te-vis, tico-ticos, colibris vivendo de sementes e insetos. E tamanduás acabando com as formigas. E besouros, lagartas, borboletas, abelhas, moscas, mosquitos, louva-deus, libélulas, vivendo de que? E a floresta, ora florida, ora com frutos, com sementes nascendo, com troncos secos caindo, a abrigar o cotidiano grande

drama da vida, num surgir e morrer sem descanso. Seria mais tranqüila a vida em nossos rios? Cascudos, traíras, carás, lambaris, sardas, badejos, jundiás, bagres, e carpas, fugindo às lontras, aos cágados, às colhereiras e garças que aos milhares espreitavam nas margens e lageados” (DALL'ALBA, 1973).

A descrição da terra acima expressa muito bem o cotidiano que o colonizador encontrou no Brasil. Eles se depararam com um ambiente ao mesmo tempo rico e apavorante. Os primeiros colonizadores, ao chegarem, sentiram medo de tudo, até do padre, do vizinho, que por lá aparecia.

A Tabela 02 mostra que a contribuição indígena foi muito grande para que o colonizador pudesse sobreviver ao deparar-se com a biodiversidade local, que parecia ser invencível.

Para vencer essa natureza indomável, precisaram apoderar-se de parte do conhecimento indígena, pois não obtiveram sucesso nos primeiros anos da colonização, passaram muita necessidade e fome. Dall’Alba relata que na fundação de Teresópolis, em 1863, os colonos deparam-se com grandes dificuldades:

“Mais uns meses e virão as roças viçosas. De volta ao rancho, nem sempre encontram como tal qual. Os bugres bateram. E o porquinho? Rastos de onça. Não, a vida é dura. Mas o pior é que as roças não vêm, não crescem, produzem muito pouco. Talvez é pela primeira vez, talvez não tinham prática, fora de tempo, quem sabe? Mas no segundo ano é assim. No terceiro, no quarto ... Pobreza, doenças, miséria. Os Westfalianos, outrora gigantes forçados, definham nos ranchos de palha” (DALL’ALBA, 1973).

Este registro mostra que os imigrantes não tinham conhecimento para trabalhar a biodiversidade encontrada. Passavam fome no meio de tanta riqueza, chegando a emagrecer e a definharem, perdendo a força, como ficou registrado. Plantavam, mas não colhiam. Não sabiam quando plantar e como plantar.

Em virtude de não se adaptarem em Teresópolis, esses colonos migraram por iniciativa de colonização espontânea para o Vale do Braço do Norte, em 1874, formando um núcleo de 122 famílias com 716 indivíduos, 353 do sexo masculino e 363 do sexo feminino.

Quatro anos após, em 1878, eles possuíam, segundo DALL’ALBA, três moinhos à água, quatro atafonas, três engenhos de farinha à água e dezoito com tração animal, quatorze engenhos de açúcar com tração animal, nove alambiques e nove teares. Olaria para telha e tijolos e uma casa pequena para negócio. Os colonos possuíam 387 cabeças de gado vacum; cavalos, 57; muar, 233; suínos, 1.387; aves, 2.626 cabeças.

As exportações do ano de 1878, segundo o autor, conforme a tabela 03, foram as seguintes:

Tabela 3: Exportações de produtos coloniais em 1878

NÚCLEO COLONIAL DE BRAÇO DO NORTE EXPORTAÇÕES DE 1878		
Produto	Quantidade	Unidade
Milho	386.656	litros
Feijão	67.067	litros
Batata	12.476	litros
Farinha de Mandioca	127.449	litros
Fubá de Milho	98.781	litros
Aguardente	14.907	litros
Açúcar	55.080	quilogramas
Toucinho	42.262	quilogramas
Gracha	6.144	quilogramas
Manteiga	867	quilogramas
Algodão	260	quilogramas
Aves	1.892	peças

Observação: A tabela mostra que provavelmente os colonos do Braço do Norte/SC sofreram grandes influências indígenas no começo da colonização. **Fonte: DALL'ALBA, 1973**

O autor demonstra que o núcleo colonial do Braço do Norte obtinha uma excelente produção em 1878. Se somarmos essa produção, vamos concluir que foram exportados milho, feijão, batata (o autor não especifica, mas deve ser batata-doce porque eles plantavam muita batata-doce para comer e engordar os porcos), farinha de mandioca, fubá de milho, somando 707.336 litros, o que dá uma média de produtos exportados por família de 5.798 litros. É importante notar que os produtos de origem indígena eram exportados em litros. Os índios usavam como medida para aferir quantidade de produto a “*fanega*”, medida essa que a uma unidade corresponde 55,5 litros (BOND, 1998). Desse fato presume-se que os agricultores devem ter recebido orientação indígena para produzir seus produtos e obter tão alta produção. Outro fato que comprova que os alemães receberam orientação indígena é o relato registrado por Dall'Alba, quando escreve:

“Chefe eles não tinham. Só padre. Vieram vindo sem proteção do Governo, passaram os maiores trabalhos.

Os caboclos de então não sabiam ler e escrever. Os alemães escolheram os mais competentes para dar aula. E por isso que eu sei ler e escrever”. Até aqui o Governo não nos tinha dado proteção e já era o ano de 1912. A escola era custeada pelos colonos que pagavam uma contribuição mensal” (DALL'ALBA, 1973).

Se os alemães escolheram os mais competentes para ensinar a ler e escrever, não foi por bondade, mas sim para que os ensinassem o manejo da terra e por isso obtiveram as excelentes produções.

DALL'ALBA também escreve o seguinte para comparar o desempenho dos alemães e dos italianos:

“Dizem que os tirolezes são a melhor raça para colonizar, e depois os lombardos e piemonteses. A maior parte dos colonos de Azambuja compõem-se de Lombardos. Esta colônia de Azambuja não tem ido adiante. Os italianos com boa administração são bons colonos, com exceção dos napolitanos.

Os alemães são geralmente excelentes colonos. Lançando a vista para as experiências feitas nas vizinhanças das terras do patrimônio, forçoso é dizer que os alemães têm distanciado muito dos italianos. Ambos em começos eram pobres. Os alemães até pobríssimos. Os alemães contam com só três anos a mais que os italianos desde a instalação. Nunca receberam auxílio de um só vintém do Governo, enquanto o Estado já gastou em Azambuja uma soma elevadíssima.

Os alemães estão todos livres de dívidas, e tem posto, mais de 30 contos de réis de suas sobras a juros, enquanto que italianos ficaram devendo seus lotes ao Governo, consomem mais do que produzem, achando-se entre os superiores os próprios colonos alemães.

Os alemães já estão ricos e os italianos ainda ficam pobres.

Pode ser que esta disparidade provenha de terem os alemães melhores terras do que os italianos, mas há muitos que dizem que as terras de Azambuja são tão boas.

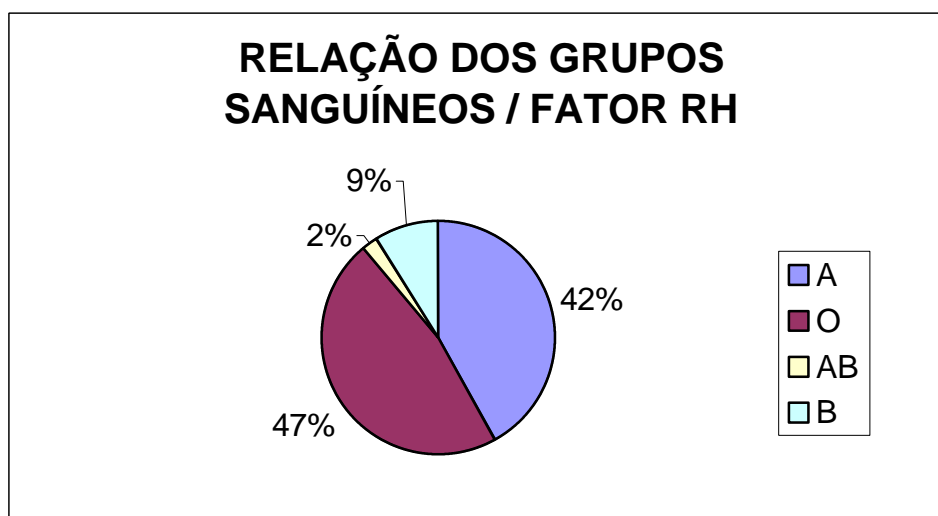
Pode ser na diferença que existe entre uma colônia espontânea e outra do Estado. Pode ser proveniente do caminho livre de uma e do restringido da outra. Pode ser da ausência de direção de uma, e da má direção da outra. Seja qual for a razão, não se pode negar aos alemães a felicidade e a boa sorte que gozam, sem deixar de simpatizar com os italianos pela infelicidade que os pesam” (DALL'ALBA, 1973).

O relato nos mostra que os alemães obtiveram muito sucesso, mais que os italianos, com a sua boa administração, e que os italianos estavam pobres e os alemães, ricos. Isso mostra mais uma vez que os índios tiveram participação efetiva na exploração da terra no início da imigração, ajudando os alemães, enquanto que os italianos dessa fase, pela ganância, avareza e falta de humildade, desprezaram o conhecimento dos povos que conviviam com a floresta produzindo os mesmos produtos que os italianos queriam cultivar. Os alemães, por sua vez, iam às vizinhanças, conforme o relato acima, observar como o vizinho cultivava. Ofereceram escolas para os caboclos mais competentes, que não deixavam de ser índios, conforme o gráfico 01, para ter a amizade e assimilar os seus conhecimentos no uso da terra, mas que não foram muitos bem-sucedidos nos primeiros anos da colonização.

O gráfico 01 nos mostra o quanto o índio participou do processo de colonização do Brasil. Apesar de ser caçado, expurgado do seu ambiente, quando se analisa uma

pequena amostra de grupo sanguíneo da sociedade, conclui-se que a participação indígena no processo de formação do povo brasileiro foi muito intensa, pois o tipo sanguíneo de origem indígena, que é o grupo “O”, é predominante sobre os demais grupos, com uma participação na formação de 47% do total dos grupos que compõem a sociedade, de acordo com a amostra.

Figura 7: Gráfico 01 - Grupo sanguíneos, Barreiros, município de São José/SC



Obseção: Mostra a predominância do grupo sanguíneos “O” na população existente, localidade de Barreiros, município de São José/SC, que é uma área formada pela migração das áreas rurais do interior de Santa Catarina. Pesquisa: Isaac de Souza/2003

Se o sangue indígena é do grupo “O” e no gráfico fica demonstrado que ele é predominante sobre os demais grupos, evidencia-se que provavelmente o índio teve uma participação muito grande, fornecendo as informações para os primeiros plantios naquele início de colonização.

Para reforçar a presença do sangue índio em nosso meio, precisamos ver o que Maria Sylvia Porto Alegre, em *Rompendo o silêncio por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas*, escreve:

“Após 1760, a política indigenista passa diretamente para as mãos do Estado metropolitano, cuja preocupação é uma só: integrar o índio à sociedade luso-brasileira, transformando-o em súdito do português.

Findo do domínio colonial, o Estado passou a exercer o papel de favorecer os interesses dos setores regionais e nacionais dominantes, cujo objetivo principal era submeter os índios ao trabalho compulsório e apossar-se de suas terras. ...

A integração dos índios à sociedade nacional é um dos pilares dessa ideologia e a assimilação passa a ser vista como uma decorrência necessária e “natural” da formação do povo brasileiro. ...

A cobiça pelas terras indígenas encontrava um instrumento perfeito na legislação que regulamentava a propriedade da terra no Brasil, a qual determinava que os índios em contato com a população nacional perderiam o direito às terras que habitavam. ...

A noção de “desaparecimento” passa a se confundir com a de assimilação: desaparecimento significa assimilação e assimilação significa extinção. Gradativamente, o discurso do “desaparecimento” é absorvido pela historiografia, para descrever qualquer transformação decorrente do contato e da integração das sociedades indígenas, tornando-se um conceito vago e impreciso mas de grande aceitação. ...

Desaparecer significa, portanto, “deixar de ser visto”, “sumir”, perder visibilidade. ... com a diminuição dos conflitos ele é silenciado e “desaparece” no sentido de que deixa de ser visto, torna-se ausente” (ALEGRE, 1994)

Conforme relato de DALL’ALBA, tabela 03, os colonos tiveram muitas dificuldades de plantar, não sabiam a época, como e quando plantar. Plantações sucessivas nos primeiros anos, apesar da boa fertilidade do solo, resultavam em insucesso. Depois conseguiram excelentes produções, quando formaram amizades com os caboclos. Mediram os produtos de origem indígena em litros, e os produtos introduzidos pelos colonizadores foram medidos em quilogramas (açúcar, toucinho, graxa, manteiga, algodão (uma exceção: esse de origem indígena, mas já era do conhecimento europeu)) e somaram 104.873 quilogramas, o que corresponde, em média, à exportação, por família, de 860 kg desses produtos.

Esses dados mostram que a produção naquele ano foi excelente. Segundo DALL’ALBA (1973), as exportações renderam 70:500\$000 (setenta contos e meio) e os produtos foram exportados para abastecimento da colônia de Azambuja e para as cidades de Laguna e Tubarão.

Mas esse sucesso não durou muito tempo. Segundo o autor, essa excelente produção obtida logo entrou em declínio, sobre o que escreve o seguinte:

“Mas terra boa. Naquele tempo se colhia num hectare de terra barbaridade! Sem esterco, sem adubos, sem remédio. O feijão era plantado onde se colhia o muno ao cedo. De uma quarta de feijão (10 litros) hoje se colhe 3 ou 4 sacos. No meu tempo, 10 ou 12. Mas as vezes o tempo, não ajudava, havia seca, havia! E cheias brabas” (DALL’ALBA, 1973).

O relato mostra que os alemães não aprenderam tudo sobre como manejar a terra adequadamente para obterem sempre a máxima produção. Quer dizer que os índios

ensinaram, mas não tudo, esconderam alguns segredos. Jean de Léry, quando esteve entre os Tupinambás, também foi enganado pelos indígenas. Quem lê os relatos sobre a descrição da fauna que ele observou nota que o autor não deu ênfase para a paca (*Agouti paca*) e o uru (*Odontophorus capoeira*), que eram os melhores manjares das florestas brasileiras, hoje tão cobiçados pelos que conhecem caça. Pelo que se percebe, não lhe foram dados para que Léry os provasse, porque ele teria feito melhor comentário. Essas duas espécies eram dois representantes da fauna, muito abundantes, e de presença constante em qualquer parte da floresta. Os índios sabiam o que era bom e o valorizavam. Não eram bobos. Basta ver o que a índia que possuía um papagaio de estimação respondia quando os franceses tentavam adquiri-lo. Pedia aquilo que os franceses não podiam dar. Pedia simplesmente o maior canhão para fazer a troca, como quem diz: “Se meu bicho é de estimação, o teu canhão grande também é, e portanto tem valores iguais.” Desse modo, os franceses nunca puderam adquirir o papagaio da índia. Os índios sabiam dar valor ao que era importante e, ao mesmo tempo, esconder. Mostravam o cotidiano, sem mostrar os destaques de importância.

Aqui se deve citar a história da onça e do gato. A onça, vendo o gato apanhar animal muito grande em relação ao seu tamanho, com muita destreza e facilidade, pediu ao gato que a ensinasse a saltar. O gato concordou e passou a ensinar o bichão. A onça, vendo-se sabida e achando que não precisava mais do professor, sentiu vontade de saborear o gato, pois nunca tinha conseguido pegar um. Com esse pensamento, saltou sobre ele com todas as garras, na certeza de que pegaria o famigerado professor. Mas o gato, que era astuto, não ensinou todos os pulos. Deu um salto para trás e escapou das garras da onça. Nesse momento, a onça gritou: - Esse pulo você não me ensinou! O gato olhou para a onça e disse: - Nem tudo os mestres ensinam, porque senão deixariam de ser mestres, e foi-se embora. Ora, essa história serve para avaliar o comportamento dos europeus com os nossos índios. Pensando que já sabiam tudo, podiam desprezá-los. Mas os índios não ensinaram tudo, ensinaram o começo, a maneira como deveriam se inserir no ambiente natural, mas não o último pulo, que era o princípio da sustentabilidade. Por isso, as plantações dos europeus produziam tanto nos primeiros anos, mas depois a produtividade caía para 25% da inicial, despencando para a insustentabilidade do sistema, necessitando arar a terra, adubar e tratar as plantações com venenos (defensivos). As produções ficavam cada vez menores, até a situação se tornar

insustentável, fazendo com que o proprietário fosse buscar novas áreas para continuar plantando. A este respeito o escritor Warren Dean, em “*A ferro e fogo*”, sobre a Mata Atlântica, escreve:

*“A rápida expansão da área ocupada por neo-europeus nos anos de 1600 sugere uma dilapidação impiedosa de recursos florestais. Os paulistas (isto é, os habitantes de São Paulo) e seus dependentes e escravos talvez totalizem 15 mil indivíduos em 1650. Seus assentamentos estendiam-se por 250 quilômetros ao longo dos vales do rio Tietê e Paraíba do Sul, uma expansão que evidencia o acerto do cronista Gabriel Soares de Souza ao observar, neste caso com óbvia aprovação, que “tratando em suma da fertilidade da terra, digo que acontece muitas vezes valer mais a novidade de uma fazenda que a propriedade, pelo que os homens se mantêm honradamente com pouco cabedal”. Sua observação não só era inferida, como fundamental para o entendimento da construção de uma forma peculiar, extrativa, de capitalismo, na qual o estoque de capital é totalmente *in natura*, preexistente à ocupação neo-européia, e rapidamente dissipado, reduzindo a população ao nível de subsistência. Ousaremos chamar isto de capitalismo, ou se trata de capitalismo pelo avesso? A espantosa imprevidência da adaptação neo-européia da lavoura em regime de derrubada e queimada, nos antípodas da concepção do pauperizado campesinato português, cujos estabelecimentos sobrevivem com um único hectare, que ainda devia passar de geração para geração, sem redução de produtividade, desde então vem provocando o espanto e o horror dos observadores estrangeiros” (DEAN, 1997).*

Aqui se vê que o agroecossistema indígena era um perfeito ciclo de produção, onde ganhava o ambiente. Esse agroecossistema baseava-se em um tripé: aumentar a biodiversidade, aumentar a fertilidade e aumentar a produção dos recursos para utilização humana e para fauna nela inserida. Assim, esse agroecossistema era uma máquina perfeita de produzir recursos e sustentabilidade, conforme foi contado pelos que conheceram o solo brasileiro nos primeiros tempos da colonização, mas que não foi compreendido perfeitamente pelo imigrante.

CAPÍTULO III

3 – PANORAMA DA CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE NAS DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL

3.1 - Introdução

A criação da fauna silvestre é controlada e fiscalizada pelo órgão responsável pelo controle do meio ambiente no Brasil, o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ela pode ser dividida em dois segmentos: o primeiro é formado pelos criadores de pássaros canoros, onde a maioria está associada em clubes, associações e sociedades que se reúnem e formam as federações, reunidas na COBRAP – Confederação Brasileira dos Criadores de Pássaros Nativos, tendo assim um foro final para tratar dos assuntos de interesse dos criadores de pássaros canoros. A segunda parte é formada pelos criadores da fauna silvestre que não estão associados aos clubes ou organizações para defenderem os seus interesses. A maioria dos criadores filiados em associações nomeiam o seu clube para os representarem junto ao IBAMA, obtendo melhor gerenciamento das suas atividades.

No segmento em que os criadores não estão associados aos clubes temos os criadores de mamíferos, répteis, insetos, aves não canoras e os criadores de aves canoras não filiados aos clubes e associações, que se registram diretamente no IBAMA sem a participação ou interferência dos clubes ou federações.

O IBAMA classifica os criadores da fauna silvestre em quatro categorias: Criador Conservacionista, Criador Científico, Criador Amadorista e Criador Comercial. É necessário que o criador, ao solicitar o seu registro no órgão ambiental, escolha a categoria de criador em que pretende ter o registro. Além dessas categorias, existem mais três modalidades de registros: Comerciante, Importador e Exportador de Produtos da Fauna Silvestre.

3.2 - A legislação

Cada categoria é regida por uma Portaria especial, além de seguir a **Lei 5.197**, de 03 de janeiro de 1967 – denominada Lei de Proteção à Fauna Silvestre.

3.2.1 – Criador Conservacionista.

Os registros nas categorias de Criador Conservacionista são regidos pela **Portaria 139/93** e têm por objetivo apoiar as ações do IBAMA e os demais órgãos ambientais envolvidos na conservação das espécies, auxiliando na manutenção de animais silvestres em condições adequadas de cativeiro e fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estudos sobre a biologia e a reprodução. Os criadouros que se enquadram nesta categoria não podem vender ou doar os seus animais, apenas fazer intercâmbios com outros criadouros e zoológicos para fins de reprodução.

3.2.2 – Criador Científico

Os criadores registrados na categoria de Criador Científico são regidos pela **Portaria 016/94** e destinam-se à criação e à pesquisa científica da fauna silvestre nacional. Estes registros destinam-se a atender as necessidades de órgãos e instituições com reconhecimento do Poder Público, como Universidades e Centros de Pesquisa.

3.2.3 – Criador Amador

Os registros na categoria de Criador Amador são regidos pela **Portaria 06/02** e destinam-se a normatizar as criações de passeriformes da fauna brasileira. Cada criador cria por ano ou temporada 50 (cinquenta) aves e utiliza, portanto, número igual ou inferior de anéis que são solicitados ao órgão ambiental.

3.2.4 – Criador Comercial

Os registros nas categorias de Criador Comercial são regidos pela **Portaria 118/97** para os registros de criação da fauna nacional e pela **Portaria 102/98** para os registros de criação de animais da fauna que não ocorram no Brasil e que não sejam considerados domesticados pela legislação brasileira. Exemplo é o avestruz, que é proveniente da fauna africana, é criado no Brasil e precisava de registro para ser mantido no território nacional. Tendo em vista que essa ave já estava sendo criada em

cativeiro por 100 (cem) anos e que as pesquisas mostraram que já poderia ser considerada domesticada, o Brasil entendeu que deveria adotar nova postura e considerou a ave como domesticada, deixando de exigir que os criadores dessa espécie fossem obrigados a se registrar no órgão ambiental, passando apenas a seguir os procedimentos da criação doméstica convencional. O javali (*Sus scrofa*), apesar de ter sua criação muito difundida no Brasil, ainda é considerado silvestre e, portanto, todo o criador necessita de registro no órgão ambiental para poder criar a espécie considerada, ainda, exótica, tendo em vista a sua ferocidade por não ter sofrido processo de domesticação, como aconteceu com o animal da mesma espécie, o porco doméstico (*Sus scrofa scrofa*).

3.2.5 – Comerciantes de Produtos da Fauna Silvestre

Os registros na categoria de Comerciante de Produtos da Fauna Silvestre são regidos pela **Portaria 117/97** e destinam-se à comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos da fauna silvestre brasileira provenientes de criador com finalidade econômica e industrial e, em caráter excepcional, dos zoológicos registrados junto ao IBAMA.

3.2.6 – Importador e exportador da Fauna Silvestre

Os registros na categoria de Importador e Exportador são regidos pela **Portaria 93/98** e destinam-se a normatizar a importação e exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre de outros países.

3.2.7 – Manejo da Fauna Silvestre

Além desses registros, o IBAMA ainda tem uma categoria que é regida pela **Portaria 003/99**, que estabelece os critérios para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades que envolvam manejo da fauna silvestre brasileira e silvestre exótica em cativeiro.

3.2.8 – Mantenedor da Fauna Exótica

Por último, existem ainda os que são regidos pela **Portaria 108/94**, que normatiza o mantenedor da Fauna Silvestre Nativa e Exótica.

Entre todas as categorias de registros existentes no órgão ambiental que são de importância para a preservação e uso sustentável do ambiente, elegemos os criadores que estão cadastrados na modalidade de Criador Comercial. O motivo é que essa categoria permite a exploração econômica da fauna silvestre, contribuindo para que a propriedade rural, além de preservar a espécie da extinção, também possa auferir rendas para a manutenção da família rural brasileira e combater o tráfico de fauna silvestre, por poder ofertar produtos ecologicamente criados e dentro dos padrões permitidos pela legislação brasileira.

3.3 – A criação com fins econômicos

A criação da fauna silvestre para fins econômicos em Santa Catarina está se tornando uma fonte de renda, emprego, lazer e de atração turística e, ainda, atraindo outros produtores do Estado e de outras regiões do Brasil.

Essa criação pode ser dividida em dois setores distintos: os criadores amadores da fauna silvestre que são representados pelos passarinhos e os criadores comerciais da fauna silvestre.

3.3.1 – Criadores amadores da fauna silvestre

Este setor é formado por criadores da fauna canora que criam em ambientes domiciliares anualmente até cinquenta aves. Este é um segmento com muita organização social. Ao nível local estão organizados em clubes ou associações de criadores da fauna canora. Estes clubes ou associações de criadores da fauna canora estão reunidos em federações, que aqui na Região Sul é chamada de Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros Nativos - FSB. Estas federações, em nível de Brasil, foram a Confederação Brasileira de Criadores de Pássaros Nativos – COBRAP.

O resultado desta estrutura organizacional foi a criação de um órgão formador de opinião com muita força política porque, além de sua estrutura organizacional, os sócios

são pessoas de todas as classe sociais (juizes, desembargadores, deputados, prefeitos, delegados, médicos, engenheiros, profissionais liberais, pedreiros, carpinteiros e cidadãos em geral) que formam uma instituição onde prevalece o objetivo comum, independente da posição social de cada membro, que é defender as suas paixões e a sua dedicação. Se perguntarmos para um passarinho sobre a estrutura organizacional da sua família, ele com certeza responderá: “A minha família é formada pela minha mulher, meus filhos e meus passarinhos.” Isso mostra que na nossa sociedade ainda existem muitos xerimbabos convivendo junto às famílias brasileiras. Criam um mercado que atrai cada vez mais participantes com uma atividade de lazer muito contagiante, que se organizam e tem como finalidade fazer os torneios para avaliar a intensidade e o qualidade dos cantos de suas aves.

Tabela 4: Número de aves canoras filiados na FSB

FEDERAÇÃO SUL BRASILEIRA DE CRIADORES DE PASSÁROS (Número de pássaros por espécie, dezembro/2003)				
Ordem	Nome vulgar	Nº de passáros	Nome Científico	%
1	CURIÓ	48.478	<i>Oryzoborus angolensis</i>	41,3
2	COLEIRA	17.669	<i>Sporophila caerulescens</i>	15,1
3	TRINCA-FERRO	16.658	<i>Saltator similis</i>	14,2
4	CANÁRIO-DA-TERRA	7.079	<i>Sicalis flaveola</i>	6,0
5	AZULÃO	4.587	<i>Passerina brissonii</i>	3,9
6	PINTASSILGO	3.469	<i>Carduelis magellanicus</i>	3,0
7	SABIÁ-LARANJEIRA	3.180	<i>Turdus rufiventris</i>	2,7
8	SABIÁ-COLEIRA	1.630	<i>Turdus albicollis</i>	1,4
9	CARDEAL-DO-SUL	1.625	<i>Paroaria coronata</i>	1,4
10	BICO-PIMENTA	1.546	<i>Saltator aurantiirostris</i>	1,3
11	TANGARÁ-DANÇADO	1.541	<i>Chiroxiphia caudata</i>	1,3
12	TICO-TICO	1.128	<i>Zonotrichia capensis</i>	1,0
13	BICUDO	1.020	<i>Oryzoborus maximiliani</i>	0,9
14	SABIÁ-PRETO/UNA	837	<i>Platycichla flavipes</i>	0,7
15	OUTRAS (118 espécies)	6.853	xxxxxx	5,8
SOMA DOS PÁSSAROS		117.300		100

Observação: Número de pássaros criados por espécie pelos criadores da aves canoras filiados na Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros Nativos – FSB – Pesquisa: Isaac de Souza.

Nesses torneios, cada apaixonado mostra o valor de seus “pupilos”, que reúnem multidões nos finais de semanas, durante as temporadas, para apreciar o canto e trocar informações sobre as suas aves.

As aves criadas por esses criadores são das mais variadas espécies da fauna local e nacional. Podemos dizer que todas as aves que têm disposição de cantar são criadas

pelos passarinhos, mas existe destaque para certas espécies com tradição já bastante antiga como o curió no Sul do Brasil, que foi extinto praticamente em todas as localidades da região Sul. Exemplo dessa extinção local é o canto Florianópolis, que não existe mais na natureza e que só se mantém porque passarinhos apreciadores desse canto fizeram o pássaro reproduzir em cativeiro, o que possibilitou a preservação do canto que hoje é ensinado para novos pássaros através das escolas de cantos da espécie.

Os criadores de pássaros canoros filiados na FSB, em 2003, somavam 11.965 criadores e criavam 117.300 aves das mais variadas espécies, conforme tabela 04, onde se observa o destaque para a criação do curió (*Oryzoborus angolensis*), do coleira (*Sporophila caerulescens*) e do trinca-ferro (*Saltator similis*).

Tabela 5: Média dos cantos das aves canoras, temporada 2002/2003

MÉDIA DE CANTO DAS AVES
Temporada: 2002/2003 - Fonte: FSB

FEDERAÇÃO SUL BRASILEIRA DE CRIADORES DE PÁSSAROS			
Resultados dos Torneios			
Cantos	Curio	Trinca-Ferro	Coleira
Média de cantos das aves inscritas no torneio	70	56	28
Média de cantos dos Campeões na temporada	290	188	119
Relação média campeão/média torneio (%)	314%	235%	325%

Fonte: FSB

Pesquisa: Isaac de Souza, Temporada 2002/2003.

A medida que de uma certa espécie vai sendo reproduzida em cativeiro, os criadores se organizam com essas aves em torneios para avaliar a qualidade das aves criadas. A tabela 05 mostra o quanto essas aves criadas em cativeiro são superiores em quantidade de canto quando comparadas com as que vivem nos ambientes naturais, mostrando que a criação em cativeiro é uma atividade que tem contribuído para a preservação das espécies porque, ao serem selecionadas as melhores para a reprodução em ambientes domésticos, formam um plantel de aves com altos desempenhos no número de cantos dados em determinado espaço no qual são avaliadas as aves nos torneios.

Pela análise dos dados da tabela 05, e notando-se o desempenho das aves, na temporada 2002/2003, observando-se as médias dos cantos das aves inscritas no torneio e média dos cantos dos campeões durante os torneios, conclui-se que a criação das aves canoras em cativeiro atingiu um alto patamar de seleção zootécnica. Isso mostra que uma ave que se desenvolve em ambientes naturais não tem capacidade para competir com essas máquinas de cantos obtidas através da seleção e da reprodução em ambientes domiciliares. Esse é o grande legado desses apaixonados que se dedicam a selecionar, reproduzir e criar essas aves em cativeiro e ainda mostrando que este trabalho é de alto valor para a preservação das espécies na natureza. O comprador, ao saber que uma ave reproduzida em cativeiro tem melhor qualidade zootécnica, não vai aceitar uma ave sem procedência, que não tenha a anilha de identificação, e que não seja criada em ambientes domiciliares. Podemos dizer que esse trabalho é uma eficiente prática para se combater o tráfico das aves silvestres no Brasil.

3.3.2 - A criação comercial no Brasil

A criação comercial da fauna silvestre no Brasil está representada por 563 (quinhentos e sessenta e três) registros no IBAMA e distribuída por praticamente todos os estados brasileiros (ver Tabela 06). É uma criação recente e a frequência média de criadores por Estado é de 21 registros, encontrando-se a atividade em quase todos os Estados da Federação.

A criação é normalizada pela Portaria 118/97, que disciplina a criação comercial da fauna silvestre brasileira, e pela Portaria 102/98, que disciplina a criação comercial da fauna exótica. A pesquisa indicou que a população no Brasil está disposta a criar esses animais silvestres, apesar de as portaria serem rigorosas com a criação da fauna para que não sejam comercializados animais capturados ou abatidos em habitats naturais sem a devida permissão.

Observamos que as criações comerciais atendem as peculiaridades locais de cada região. É uma atividade que envolve as espécies da fauna local e as tradições culturais decorrentes dos processos de mestiçagens das etnias locais. Assim, cada região brasileira tem um hábito diferente para o uso da fauna que nela se apresenta.

Tabela 6: Número de criadores comerciais da fauna silvestres no Brasil

CRIADORES COMERCIAIS DA FAUNA SILVESTRE NO BRASIL																									
Espécie criada por Estado da Federação																									
Estado	Nº criadores	Paca	Capivara	Cateto/Q.	Tartaruga	Jacaré	Ema	Psitacídeo	Mamífero	Ave	Canoro	Ofídeo	Bicudo	Curio	Jabuti	Javali	Anta	Cutia	veado-mateiro	Perdiz	Canário-da-terra	Jacu	Nutria	Borboleta	
AC	8	1	1	2	6																				
AL	4					1	2																		
AM	62		2		60	1																			
AP	1				1																				
BA	6			1			4								1										
CE	3																								
DF	15		1				4		2	2			6			1									
ES	14	4	5				1					3				1									
GO	51	6	23	12			9	7		6							1	2	2	2					
MG	39	1	1					2	16	12	12	4	3	3								5			
MS	16		4	1		7	4	1																	
MT	53					53																			
PA	13	1			5	1						2	1	1	1										
PB	4		1				4												1						
PE	64											1													
PR	18	5	8	2		1		1				2						1		1		1			
RJ	17	1	6	1				4																	
RN	1																								
RO	18				18																				
RR	4				4																				
RS	102	1	27	2	1	3	64	3			1		1					2		1				5	
SC	24	8	3	7			4	4			1				2			1					2		1
SP	19		2					9			5														
TO	7					1	2																		
Soma	563	28	84	28	95	68	98	31	18	20	19	12	11	4	4	2	1	8	2	4	5	3	5	1	

Criadores da faunas silvestres por espécies e nos Estado - Fonte:IBAMA/2003 - Pesquisa: Isaac de Souza

A Região Norte tem 113 registros de criadouros comerciais (ver Tabela 07) e sofre a influência muito forte da existência do Rio Amazonas. Nessa área, o destaque é para a criação de tartarugas e de tracajás, atendendo as necessidades culinárias locais decorrentes da formação cultural do povo ribeirinho, que gosta desse tipo de carne e ovos. Bates visitou a região na década de 1850 e já encontrou essa disposição para o consumo da carne e dos ovos da tartaruga e do tracajá, sendo que, naquela época, a coleta dos ovos já era organizada pelas lideranças locais para que todos pudessem capturar a quantidade necessária para a sua sobrevivência em gordura e óleo, que eram extraídos desses animais na época da desova (BATES, 1979). Devido à escassez, o povo

ribeirinho teve que modificar os seus hábitos e criar essa fauna em cativeiro para ter o seu consumo garantido através da comercialização. Para atender a lei ambiental brasileira, eles foram obrigados a se registrar na categoria de Criador Comercial da Fauna Silvestre. Por este motivo é que predominam nessa região os registros de criação de tartaruga e tracajá. O Estado do Amazonas, por exemplo, tem 62 (sessenta e dois) registros comerciais, mas desses, 60 (sessenta) registros são para a criação da espécie citada. Rondônia tem 18 (dezoito) registros, e todos são para a criação da tartaruga e do tracajá. Essa preferência também é visível nos estados do Acre, Pará e Amapá.

A região Centro-Oeste soma 174 registros na categoria de Criador Comercial, colocando em evidência a fauna da região Pantaneira, destacando-se a criação do jacaré no Mato Grosso, com 53 registros. No Estado do Mato Grosso do Sul, além da criação do jacaré, destacam-se, ainda, as criações de capivaras e emas. No Estado de Goiás, a preferência é pela criação de capivara, cateto, ema, psitacídeos (araras e papagaios) e paca. Observa-se, ainda, a criação de cutia, veado-mateiro, perdiz e anta. É um Estado onde a criação silvestre prospera muito rápido, com tendência de um parque criativo muito diversificado na criação de espécies silvestres e que poderá fornecer matrizes para os estados onde a criação ainda é muito incipiente. O Distrito Federal se destaca com a criação de bicudos e emas.

Na região Nordeste, a criação da fauna silvestre é muito incipiente, mas com destaque para a criação da ema por ser um animal característico dessa região. Temos criação dessa ave na Bahia, Alagoas e Pernambuco.

Na Região Sudeste há 56 (cinquenta e seis) registros na categoria de criador comercial. O Estado que mais se destaca é Minas Gerais, com 39 (trinta e nove) registros. A preferência dos mineiros é pela criação de mamíferos e de aves, com destaque para os pássaros canoros como bicudo, e curiós. Ainda se destaca na criação de ofídios, tendo em vista que hoje existe uma grande procura por esses animais para servir de xerimbabos ou produzir antídotos muitos procurados pela indústria farmacêutica mundial e que são extremamente valorizados. O Estado de São Paulo, apesar de ter um grande desenvolvimento industrial, tecnológico e científico, não tem dado a devida atenção para a criação da fauna silvestre, pois apresenta-se apenas com 49 (dezenove) registros de criadouros comerciais, destacando-se a criação de psitacídeos e pássaros canoros. Devemos esclarecer que nesse Estado estão os melhores centros de pesquisa

para a criação da fauna silvestre em cativeiro, especialmente a Faculdade de Piracicaba, de onde tem partido muito conhecimento para reprodução e manejo da fauna, mas esses resultados não têm encontrado respostas do parque criativo silvestre estadual. O Rio de Janeiro também tem pouca expressão na criação da fauna silvestre, com destaque para a criação de capivara e psitacídeo. No Estado do Espírito Santo, o destaque é para a criação da capivara, paca e ofídios.

Tabela 7: Número de criadores comerciais por Região Brasileira

CRIADORES DA FAUNA SILVESTRE						
Regiões Brasileiras						
Estado	Número de Criadores					Número
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	
AC	8					8
AL		4				4
AM	62					62
AP	1					1
BA				6		6
CE		3				3
DF			15			15
ES				14		14
GO			51			51
MG			39			39
MS			16			16
MT			53			53
PA	13					13
PB		4				4
PE		64				64
PR					18	18
RJ				17		17
RN		1				1
RO	18					18
RR	4					4
RS					102	102
SC					24	24
SP				19		19
TO	7					7
Soma:	113	76	174	56	144	563

Criação comercial nas regiões brasileiras - Pesquisa: Isaac de Souza, Fonte: IBAMA/2003

A região Sul se apresenta com 144 (cento e quarenta e quatro) registros comerciais. É a região que tem a melhor performance na criação comercial da fauna silvestre, já bem iniciada nos três estados. Cada estado cria as espécies que são mais

abundantes no hábitat local. Rio Grande do Sul se destaca com a criação de emas, com 64 (sessenta e quatro) registros, e capivara, com 27 (vinte e sete) registros, além de criar a Nutria, conhecida por alguns como rato-do-banhado (*Myocastor coypus*), de pelagem muito valorizada, com comprimento que pode chegar a um metro, e pesar até 7 Kg. Criam, ainda, cutia, psitacídeos, jacaré, cateto, paca, bicudo, perdiz. É um Estado que, com certeza, terá um movimento de preservação da natureza muito forte devido ao parque criativo da fauna silvestre que está se formando.

O Estado do Paraná segue o exemplo do Estado Gaúcho e vem diversificando a criação silvestre com preferência para a criação da capivara e paca. Além dessas, criam, ainda, ofídios, catetos, jacaré, psitacídeos, cutia, perdiz e jacu, mostrando que as peculiaridades locais têm muita influência na criação silvestre.

A criação silvestre na categoria de criadouros comerciais em Santa Catarina é muito diversificada devido às peculiaridades regionais do Estado. A principal espécie silvestre e que vem se afirmando na criação é a paca, seguida do cateto, da ema, dos psitacídeos (arara e papagaios).

CAPÍTULO IV

4 – EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE

RESUMO

Neste capítulo pesquisou-se a origem da denominação da fauna silvestre e da fauna doméstica. Fomos em busca dos relatos dos viajantes que percorreram o Brasil, principalmente durante o século XVI, para verificar o que foi observado sobre a criação da fauna silvestre pelo indígenas brasileiros, os seus comentários a respeito da fauna. Também pesquisou-se o desenvolvimento da criação da fauna silvestre nestes últimos 500 anos, desde os animais domesticados pelos indígenas até aos dias atuais e verificando as diversas fases da criação silvestre no transcorrer dos séculos, principalmente urante o século XX. Estudaram-se as criações comerciais, o seu desenvolvimento, os manejos empregados e verificou-se que as criações mais abertas têm as melhores taxa de sucesso e são as que mais se aproximam do agroecossistema indígena. No final, estudou-se a perspectiva econôica da criação silvestre para o país.

4.1 - Introdução

O primeiro registro da história da descrição de animais silvestre e domésticos pode ser visto na Bíblia. O primeiro livro da Bíblia, chamado Gênesis, conta como Deus criou o céu, a terra, as águas e os animais domésticos e selvagens, registrado em seus versículos:

“No primeiro dia, Deus criou céu e a terra.

No segundo dia, que haja firmamento no céu e separação entre as águas.

No terceiro dia, juntou as águas em um só lugar, e que aparecesse a porção seca. Determinou que a porção seca (terra) produza a relva, ervas que dêem semente e árvores frutíferas que dêem frutos segundo a sua espécie, cuja semente esteja nele, sobre a terra.

No quarto dia, construiu o firmamento, o dia e a noite.

No quinto dia, determinou que povoem as águas de seres viventes; e voem as aves sobre a terra.

No sexto dia, determinou que produza a terra animais domésticos, répteis e selváticos. E fez também o homem e criou a mulher.

No sétimo dia, descansou.” (BÍBLIA SAGRADA)

Percebe-se nesta citação religiosa da cultura ocidental que, já na Antiguidade, houve uma discriminação entre animais domésticos e selvagens. Essa classificação foi muito prejudicial para o uso dos recursos oferecidos pelo ambiente, relegando a fauna silvestre a segundo plano, ficando implícito que os animais existentes na natureza local serviriam para a distração e o lazer, não importando na sua manutenção e preservação. Isso mostra um dos motivos de tanto extermínio no período da colonização, nas regiões que originaram principalmente os países do Terceiro Mundo. Foi o extermínio do índio, da fauna e da vegetação para atender o interesse do colonizador.

Portanto, o estudo da Bíblia Sagrada, como está resumido acima, mostra, na concepção religiosa, a origem da fauna silvestre. A colonização da América foi exercida pelos povos europeus, que tinham a formação cristã ou judaica em sua cultura. Esse fato, em nosso entender, é o principal argumento para a fauna silvestre brasileira não ter sido valorizada pelo europeu, apesar de estar aclimatada e não necessitar ser criada em ambientes artificiais para propiciar o seu desenvolvimento sustentável.

Essa cultura européia propiciou a diminuição da diversidade da fauna silvestre existente. Isso, de certa forma, fez com que espécies com grande valor para alimentação ou lazer fossem extintas, como é o caso do papagaio anapurú¹⁴, criado pelos índios brasileiros (conforme GÂNDAVO: 112, 1558 – 1572, (1980); Frei THEVET: 154 - 159, 1558 (1978); LERY: 150 - 151, 1578 (1980) e Pe. CARDIM: 32, 1625 (1980) e que servem para comprovar a estima dos índios pelos animais que conviviam em seus ambientes familiares.

Esses registros e observações feitos pelos viajantes que passaram pelo Brasil, no século XVI, são de fundamental importância para se entender o valor da fauna silvestre para o ser humano de então.

Pero Vaz de Caminha registra que antes de avistarem os vestígios do continente que estavam por descobrir, os marinheiros toparam com aves, a que chamaram de “fura-buchos”, marcando assim o início da descrição da ornitologia brasileira. Depois, quando chegaram em terra firme, descrevem a beleza dos adornos produzidos com penas e plumas de aves, registrando que os índios, além de artefatos e tecidos confeccionados com penas muito bonitos, se apresentavam com alegorias, conforme escreve: “traziam carapuças de penas amarelas, e outros de vermelhas e outros de verdes” (CAMINHA, 1500), além de descrever algumas espécies de papagaios e araras.

Ainda no século XVI, JEAN DE LÉRY, francês, que viveu entre os Tupinambás, nos deixou muita informação no seu livro: “*Viagem à terra do Brasil*”. HANS STADEN, de origem alemã, esteve no Brasil a serviço dos portugueses, foi prisioneiro dos Tupinambás e escreveu o livro “*A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América*”, que descreve os costumes dos índios, registrando como eles usavam a fauna para a sua sobrevivência e bem estar. Temos, ainda, os registros dos jesuítas, como JOSÉ DE

¹⁴ Papagaio colorido desconhecido que os índios possuíam. Muito falador.

ANCHIETA, com a “*Carta de São Vicente*”, de 1564, descrevendo a terra, a floresta e a fauna, onde deixou registrado que a capivara é um animal doméstico¹⁵. Padre FERNÃO CARDIM também escreve “*Tratados da terra e Gente do Brasil*”. Temos os missionários protestantes, como PERO DE MAGALHÃES GÂNDAVO, com “*Tratado da terra do Brasil: História da província de Santa Cruz*”, e JEAN BAPTISTE DEBRET, com “*Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil*”, onde pinta com muita expressão de realidade o cotidiano da flora, fauna e as realizações humanas vistas por ele na colônia.

Pode-se dizer que no século XVI o Brasil foi o país dos viajantes, o que vai se estender até os séculos XIX e XX, quando muitos outros também aqui estiveram para relatar e pesquisar a biodiversidade brasileira. Nesse período, talvez o explorador mais importante para a região do Rio Amazonas foi HENRY WALTER BATES, com “*Um naturalista no Rio Amazonas*”, onde descreve o dia-a-dia da paisagem observada com grande rigor. Em termos de Brasil, temos entre os grandes viajantes AUGUSTO SAINT-HILAIRE, que descreve diversas viagens pelo interior do Brasil, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul.

O professor JOSÉ FERNANDO PACHECO, do Departamento de Zoologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreve na história da ornitologia brasileira uma frase que ele leu certa vez e que vai se encaixar perfeitamente neste trabalho, sobre a fauna brasileira valorada pelos estrangeiros e à qual os brasileiros não deram importância e continuavam ignorando: “SÓ O BRASIL CONTINUA A DESCONHECER O BRASIL”.

Apesar da pouca atenção que o Brasil tem dado à sua fauna, não faltaram esforços de alguns pesquisadores e estudiosos para valorar a fauna, e entre eles podemos destacar EURICO SANTOS, que muito se dedicou ao estudo das aves, começando pela tradução do livro “*Ornithologie Brésilienne: Histoire des Oiseaux du Brésil*” para o português, recebendo o título de “*História natural das aves no Brasil*”, de autoria do francês JOÃO TEODORO DESCOURTILZ¹⁶, além de numerosa obra de sua autoria, começando com “*O homem e a fauna no Brasil*” e numerosos livros sobre a ornitologia.

¹⁵ “Há também outros animais do gênero anfíbio, chamados capiyûára, isto é, “que pastam ervas”, pouco diferente dos porcos, de cor um tanto ruiva, com dentes como lebre, ...; não tem cauda; comem ervas, donde lhes provem o nome; são próprios para se comer; domesticam-se e criam-se em casa como os cães: saem para pastar e voltam para casa por si mesmos” (ANCHIETA, 1998)

¹⁶ Considerado por muitos como o primeiro ecologista quando ainda não se conhecia esse termo.

Deve-se registrar o trabalho desenvolvido pela família NOGUEIRA sobre a importância na exploração da fauna, entre eles PAULO NOGUEIRA NETO, pelo trabalho que desenvolveu para mostrar que a fauna brasileira era passível de exploração econômica, pesquisando as espécies criadas em cativeiro no Brasil, tendo publicado o livro “*A criação de animais indígenas vertebrados*”, em 1973.

Quando se procura bibliografia sobre criação da fauna silvestre no Brasil, observam-se dois períodos distintos. Um é anterior a 1970, quando se procurava criar a fauna silvestre. Da década de 1970 em diante, as publicações sofrem uma interrupção até meados de 1990. Nesse período, a pesquisa parece estar dirigida para a preservação das espécies. Um grande autor desse período é HELMUT SICK, falecido em 1991, que organizou uma pesquisa com 1.700 espécies de aves. O resultado foi o livro “*Ornitologia brasileira*”, publicado em 1997, trabalho de inestimável valor científico para a história da ornitologia no Brasil.

A criação de animais silvestres em cativeiro vai se iniciar na década de 1990 em diante. As publicações mais concisas sobre manejo da fauna começam a surgir a partir de 1998, sendo que o volume de obras escritas sobre o assunto é muito reduzido, com poucos volumes impressos e poucos autores dedicados ao assunto. Hoje, os livros escritos sobre criação e manejo de capivaras, pacas, cutias, veados, psitacídeos, canários, curióis, emas são pouco representativos. A bibliografia publicada não corresponde ao valor apresentado pela fauna silvestre quando comparada ao potencial zootécnico existente nessa fauna, que poderia atender as demandas da sociedade que a cada dia torna-se mais exigente em produtos com melhores qualidades ambientais e nutritivas.

Além disso, a busca para se obter alternativas sustentáveis de geração de empregos e alimentos mais saudáveis faz com que as universidades brasileiras e os meios de pesquisa comecem a se preocupar em aproveitar esse potencial zootécnico. Outra preocupação é oferecer animais criados ecologicamente em ambientes domiciliares para atender a demanda da sociedade, hoje suprida pelo tráfico da fauna, que no planeta alcança a cifra de dez bilhões de dólares e, no Brasil, um bilhão de dólares, (RENTAS¹⁷, 2002). Muitos empregos poderiam ser criados nos estados brasileiros se

¹⁷ RENTAS - Rede de Combate ao Tráfico da Fauna Silvestre

fossem desenvolvidas pesquisas para criar animais silvestres destinados ao mercado nacional e internacional.

A sociedade está exigindo produtos mais ecológicos, saudáveis, além de obter lazer. Isso possibilita que a criação da fauna silvestre em locais com vegetação mais natural ofereça ao agricultor nova alternativa, podendo ser considerada, no nosso entender, uma nova fronteira agrícola para desenvolvimento de uma sociedade rural ecologicamente comprometida com a sustentabilidade.

4.2 - Desenvolvimento da criação da fauna silvestre

A contribuição dos povos indígenas das Américas na domesticação de vegetais é bem mais conhecida do que a domesticação de animais. O que eles fizeram com plantas como o milho e a mandioca, esteios da sua alimentação, é surpreendente. Sobre a mandioca, há relatos de que na chegada dos europeus mais de 100 cultivares de mandioca já tinham sido desenvolvidos pelos indígenas. Ora, se conseguiram tamanho progresso no melhoramento de plantas, porque não teriam também aperfeiçoado os animais para melhor servirem aos seus interesses?

A criação da fauna silvestre no continente americano é muito antiga. Foi iniciada pelos índios muito antes da chegada dos europeus na América. É sabido que os índios da América do Sul tropical tinham domesticado o pato (*Cairina moschata*), e os índios do México e do Sudeste dos Estados Unidos, o peru (*Meleagris gallopavo*). Além dessas duas aves, nos Andes houve a domesticação da lhama (*Lama glama*), alpaca (*Lama pacos*), porquinho-da-índia (*Cavia parcellus*) (DIAMOND, 2003). O europeu considerou esses animais domesticados, no nosso entender, porque se adequaram aos moldes da criação doméstica.

Na tradição européia, foram inúmeras as tentativas de domesticação da fauna silvestre. Quando pegavam esses animais vivos, e quando encontravam um bom exemplar, costumavam aprisioná-lo o animal e tratá-lo com se fosse doméstico, em cativeiros feitos no modelo de currais, cercados com madeiras e com pouca dimensão, que não atendiam a etologia do animal.

Esse procedimento levou geralmente à conclusão errônea de que a fauna silvestre não era recomendada para a criação em cativeiro, prejudicando assim a sua

valorização como fonte de renda para os pequenos agricultores, formação de empregos, além de alternativa alimentar e de lazer. A atitude de não valorar a fauna silvestre, decorrente de observações mal-feitas, propiciou que espécimes da fauna mais exigentes em habitats fossem levados para o caminho da extinção, mesmo tendo alto valor zootécnico para a reprodução em cativeiro, em face de ocupação e destruição do seu habitat original.

Os apaixonados pela fauna a utilizavam para divertimento, seja caçando, seja capturando para aprisioná-la em gaiolas, viveiros, ou mesmo cercando-a em piquetes para satisfazer o seu ego, ter a espécie próxima do seu capricho de poder vê-la e observá-la todos os dias. Isso fez com que muitos cidadãos passassem a fazer tentativas de domesticação desses animais.

No Brasil, as citações das pesquisas feitas por PAULO NOGUEIRA NETO, em seu trabalho “*A Criação de Animais indígenas vertebrados*”, mostram que a fauna silvestre sofreu muitas tentativas de domesticação em diversos rincões do Brasil, principalmente em São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro. Não podemos esquecer que todos os zoológicos fazem ou tentam fazer criações com o objetivo de perpetuar as espécies existentes nos seus plantéis. Estes trabalhos foram e são fundamentais para aprimorar técnicas de manejo e criação a serem adotadas em criações sistemáticas de espécies silvestres.

Segundo o autor supracitado, eram criados no Brasil, até o ano de 1973, aproximadamente cem espécies silvestres. Ele mostra, ainda, que a fauna silvestre era muito estimada pelo indígena, descrevendo “o índio e os seus xerimbabos”, fazendo referência aos relatos de cronistas (FREI THEVET, 1558; Pe. ANCHIETA, 1565; GÂNDAVO, 1576; LÉRY, 1578; SOARES DE SOUZA, 1587; Pe. CARDIM, 1625), além de escrever que “*os indígenas do Brasil possuíam animais, que amansavam e mantinham nas suas aldeias*” (NOGUEIRA NETO, 1973).

Esse mesmo autor discute o caso do papagaio Anapurú ou Anupurú, que era um dos xerimbabos indígenas. A ave serve para exemplificar porque devemos incentivar a criação silvestre para preservá-la da extinção. Hoje o papagaio não é identificado,

deixando os ornitólogos sem resposta quando se procura saber a que espécie pertencia esse exemplar. Presume-se que foi extinta. Para reforçar a idéia, cita os seguintes cronistas:

- GÂNDAVO, em 1576:
“Os melhores de todos, e que mais raramente se acham na terra, são huns grandes maiores que Açores a que chamam anapurús. Estes papagaios são variados de muitas cores e criam-se muito longe no sertão dentro, e depois que os tomam, vem a ser tão domésticos, que põem ovos em casa e acomodam-se mais à conversação da gente que qualquer ave que haja, por mais doméstica e mansa que seja”
- Pe. CARDIN, em 1625:
“Este papagaio he formosíssimo, e nele se acham quase todas a cores em grande perfeição, sc, vermelho, verde, amarelo, preto, azul, pardo, cor de rosmarinho, e de todas as cores tem o corpo salpicado e espargido. Estas também falam, e tem mais uma vantagem que he criar em casa, e tirar seus filhos, pelo que são de grande estima.”
- FREI THEVET, em 1558:
“Além das galinhas os índios também criam papagaios, que traficam com os europeus por algumas ferramentas”.

NOGUEIRA NETO escreve em referência à citação de FREI THEVET:

“Embora não houvesse indicações da espécie, ou espécies de psitacídeos, a comparação com as galinhas dá a entender que essas aves se reproduziam nas tabas indígenas ou junto delas. Possivelmente seriam anapurús.

Esse autor ainda pergunta:

“- Qual seria a identidade desse precioso papagaio, o único que criava “em casa”? Teria ele desaparecido? É necessário procurá-lo, na vasta região que vai da Bahia ao Rio de Janeiro, inclusive interior. É provável que Gândavo e o Pe. Cardim tenham visto o anapurú nessa faixa do Brasil. Uma vez descoberto ou identificado, seria importante promover outra vez a sua criação. Receio, porém, que essa espécie esteja extinto. Há no Maranhão um município chamado Anapurús. Existiria lá?” (NOGUEIRA NETO, 1973).

Para o autor, o apego dos índios aos seus “xerimbabos” era muito antigo e foi mantido pelos índios isolados até os dias atuais. Ele se apoia em uma frase do General Couto de Magalhães para comprovar a sua idéia:

“Quem visita uma aldeia selvagem, visita quase um museu vivo de Zoologia da região em que está a aldeia: araras, papagaios de todos os tamanhos e cores, macacos de diversas espécies, porcos, quatis, mutuns, veados, nhandus, siriemas e até sicurujus, jibóias e jacarés” (GENERAL COUTO DE MAGALHÃES, em NOGUEIRA NETO, 1973).

Temos os comentários de CABEÇA DE VACA (1999) (*Naufrações & Comentários*) entre os anos de 1541 - 1543, observando que muitos indígenas tinham criações, principalmente patos e galinhas, e que os índios do Porto dos Reis eram lavradores e prendiam os patos e as galinhas durante a noite para livrá-los dos morcegos, mostrando que já existia, naqueles anos, uma metodologia avançada de criação.

Sobre o amansamento da fauna silvestre, BATES, em 1850, escreve:

“A principal razão pela qual quase todos os animais amansam tão prodigiosamente nas casas dos nativos é porque são tratados com bondade uniforme, sendo-lhes permitido andar à vontade por todos os compartimentos” (BATES, 1980).

No século XX, muitas tentativas de criação da fauna silvestres foram feitas. NOGUEIRA NETO, em seu trabalho *“A criação de animais indígenas vertebrados: peixes – anfíbios – répteis – aves – mamíferos”*, informa que no Brasil, até 1973, quando da publicação do seu livro, procuravam-se criar muitas espécies de peixes, répteis, aves e mamíferos. Entre as aves, criavam-se beija-flores, saracuras, pombas, jacus, jacutingas, pica-paus, macucos, além de mamíferos como roedores, primatas, carnívoros. Era uma experiência de criação das mais diversificadas espécies existentes.

As espécies que se destinavam ao lazer da sociedade e que se encontravam quase em extinção foram reproduzidas em cativeiro com extrema dificuldade por abnegados, amantes da natureza, que descobriram técnicas de manejo que foram aperfeiçoadas e transmitidas e divulgadas entre os criadores para atender as suas necessidades de lazer. Um bom exemplo dessa incansável pesquisa foi o curió (*Oryzoborus angolensis*) devido às dificuldades de acasalamento, e só assim evitou-se que as linhagens litorâneas fossem extintas. Tais dificuldades levaram EURICO SANTOS, em 1952, a escrever: *“não conheço quem tenha criado curió, (...) em cativeiro”* (EURICO SANTOS, em NOGUEIRA NETO, 1973), afirmando que era praticamente impossível criar essa espécie em cativeiro.

Podemos dizer que 50 anos depois que essa frase foi escrita, com todas as dificuldades da criação do curió, a técnica está dominada pelos associados dos clubes dos amantes dessa ave. Em entrevista com Jairo João Ferreira¹⁸, soubemos que 60% dos filiados à associação são criadores de curió. Indagado sobre o motivo para haver tantos criadores, ele respondeu:

“Eu mesmo crio os meus curiós. O motivo é o preço da ave, que é muito elevado. Na natureza não existe mais. Existe aquele do Mato Grosso, do Amazonas, mas estes não servem para a nossa finalidade. O que nós criamos é o do litoral, principalmente o do litoral sul, onde a qualidade do canto é de extraordinária beleza. É melodia, intensidade, além de ser um curió valente. Aqueles do norte são péssimos em canto e em valentia. Por isso criamos os nossos, porque muitas vezes não podemos comprar, para tê-los nas nossas gaiolas e para que possamos disputar os diversos campeonatos durante as temporadas. Nós tratamos e reproduzimos a ave e ela nos dá canto, distração e muita alegria quando obtemos um bom exemplar, que passa a ser muito cobiçado, não faltando proposta de compra por aqueles que apreciam essas aves, de ofertas com valores irrecusáveis, muitas vezes valendo um carro novo. Por isso, todos procuram criá-la na tentativa de obter o prazer de ter uma ave de reconhecido valor que de outra forma não poderia obter” (Informação pessoal do senhor JAIRO JOÃO FERREIRA, 2003).

Os torneios de curió são muito antigos. A figura 08 mostra um torneio ocorrido em 1955, em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, com os participantes e os pássaros premiados. É muito importante notar como as pessoas se trajavam para participar de um torneio dessa ave. Muitos estavam vestidos socialmente, mostrando que eram pessoas influentes e formadoras de opinião na sociedade, como até hoje ainda ocorre.

Em entrevista com o secretário da SAC, Jairo João Ferreira, e com o senhor Zumari Lemos, no dia 23/07/03, ambos informaram que a SAC é formada por 586 sócios adimplentes e 383 inadimplentes. A sociedade é formada por sócios que provém de todas as categorias sociais: deputados, desembargadores, juizes, engenheiros, economistas, médicos, professores, funcionários públicos, majores, capitães, coronéis, aviadores, pedreiros, serventes, comerciantes, prefeitos. Essa composição das mais variadas categorias que formam a sociedade mostra que a associação é grande formadora de opinião, com muita força política e de barganha. Foi essa força política que defendeu o curió da extinção. Outras criações que eram desenvolvidas por criadores amadores, como jacus, jacutingas, urus, pacas, cutias, foram praticamente eliminadas pela pressão do órgão fiscalizador, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Os proprietários dessas criações não puderam cumprir a legislação ambiental e tiveram seus animais apreendidos e as suas criações eliminadas, apesar dos protestos e argumentação dos donos, conforme me relatou Eupídio Vicente Coelho, criador de aracuã (*Ortalis squamata*) e cutia (*Dasyprocta azarae*) na cidade de Palhoça. Tal fato não ocorreu com as associações de criadores de pássaros canoros, porque estavam organizados e puderam pressionar junto ao poder

¹⁸ Secretário da SAC – Sociedade Amigo do Curió, em Florianópolis, em Junho/2003

público e defender os seus interesses e suas paixões, apesar de haver, em contrapartida, muita pressão de outros segmentos da sociedade com a finalidade de acabar com os pássaros em gaiolas e viveiros.

4.3 - A perda da criação silvestre

Podemos afirmar que até os anos sessenta, a criação silvestre era desenvolvida em todos os recantos do estado catarinense. Não podemos esquecer de que muitos criavam em cativeiro, como aracuã, para servir ao caçador de “*chama*” para matar as silvestres. A técnica consistia em pegar a aracuã criada em cativeiro e colocá-la em uma caixa de madeira que acompanhava o caçador. Quando ele percebia que em certo local existia um bando dessa ave, preparava a “*chama*” (aracuã) para fazer a caça. Nesse momento, tirava a “*chama*” da caixa, a segurava pelas pernas e passava a mão nas costas da ave para que ela gritasse. As aracuãs da redondeza, ao escutarem o grito da “*chama*”, vinham em socorro da mesma de todas as direções, até pelo chão. O trabalho do caçador era ir atirando nas aves, que estavam apavoradas com o grito da prisioneira. Assim, muita vezes matava-se um bando todo de uma só vez (Informação pessoal de HONORATO, velho caçador de aracuã).

Com a Lei 5.197, de janeiro de 1967, tudo mudou:

“Art. 1º - Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedade do Estado, sendo proibido a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Art. 2º - É proibido o exercício da caça profissional.

Art. 3º - É proibido o comércio da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem a sua caça, perseguição, destruição ou apanha.” (LEI DE PROTEÇÃO À FAUNA, 1967)

Os criadores amadores sentiram-se impossibilitados de continuar a sua criação. A lei veio de surpresa e o órgão ambiental responsável pela Política de Proteção à Fauna foi muito rigoroso. Passou a dificultar as criações existentes. Esse, no nosso entender, foi o motivo pelo qual as criações silvestres foram desestruturadas e grandes criadores com larga experiência no manejo da fauna deixaram de exercer a atividade a que tantos anos se dedicaram, perdendo-se anos de experiências que foram acumuladas com práticas comprovadas únicas, mas de grande valor científico para o manejo da fauna. Apesar do art. 6º da Lei 5.197 prever que o Estado deveria estimular a criação silvestre

em cativeiro, esse fato não ocorreu. O Art. 35º tratou de proteger a fauna sem se preocupar com a possibilidade para uso humano, quando dispôs:

“Art. 35º - Dentro de dois anos a partir da promulgação desta lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares que não contenham textos sobre a proteção da fauna, aprovados pelo Conselho Federal de Educação” (LEI DE PROTEÇÃO A FAUNA, 1967).

No nosso entender, assim como a lei exigiu que os livros escolares tivessem textos para a proteção da fauna, também deveria ter disposto sobre a necessidade de textos que estimulassem as pessoas a criar espécies da fauna para uso humano. Esse foi o motivo pelo qual as pessoas passaram a se considerar infratores ambientais e a esconder as suas criações com medo de represália. Até hoje, sentimos dificuldades em visitar criadores pelo receio que eles têm de que o órgão ambiental possa descobrir alguma irregularidade e prejudicar o criador com sanção. Os criadores não autorizados não permitem que pessoas alheias visitem seus estabelecimentos, mesmo sendo um pesquisador. A informação de manejo fica assim retida e não é divulgada para a comunidade, ficando restrita a um pequeno grupo de amigos que são de sua confiança, parentes e amigos próximos. Um exemplo desse fato é o senhor José Alípio da Silva, já referido. Na primeira vez que fui à sua casa, ele se escondeu e não me atendeu. Na segunda visita, quando foi acompanhado de seu compadre e amigo íntimo, não quis mostrar a sua criação de cutias, dizendo que não a possuía mais, apesar de demonstrar a técnica que usava no seu criadouro, revelando muita experiência de manejo da espécie.

4.4 - Divisão da criação da fauna silvestre em Santa Catarina

Pode-se fazer uma divisão da criação da fauna silvestre em Santa Catarina em três períodos distintos:

1 – No primeiro, a criação silvestre foi de uma forma ou de outra desenvolvida pelos moradores das zonas rurais e mesmos por aqueles que viviam nos vilarejos e centros mais urbanizados, como as cidades, e aqui citamos: Florianópolis, Blumenau, Brusque.

Esse período é caracterizado como aquele em que a caça era permitida.

É nesse período que as técnicas de criação da fauna silvestre evoluíram sem orientação técnica. O Estado não dava atenção para as técnicas que os criadores iam desenvolvendo, não as protegia e, ainda, as dificultava (CONTI em CHÁCARAS E QUINTAIS, 1958).

São desse período as informações que maior contribuição trazem para o desenvolvimento das técnicas atuais. Cada criador impôs na sua criação a sua observação e a sua sensibilidade etológica para o desenvolvimento de seu manejo. Não podemos esquecer de que a maioria desses criadores era ou tinha sido também caçador, que conhecia as “*manhas*”, isto é, o comportamento de cada espécie e a maneira de tirar mais proveito em cada situação. Prova disso foi a reação observada no torneio de Tia-Chica (*Saltator similis*) no dia 04/08/03, na cidade de Palhoça, Santa Catarina, onde um cidadão levou para o torneio de canto da espécie a sua ave em uma gaiola menor que o padrão e foi impedido de se apresentar. Alegaram os organizadores do evento que: primeiro, porque ele não atendia o regulamento da Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros. Segundo, porque, no entender dos expositores concorrentes, a ave estava sendo maltratada com espaço reduzido e isto era inadequado para o tamanho da ave. Terceiro, como a ave estava com espaço reduzido, movimentava-se menos e tinha menor desgaste de energia e, portanto, teria que cantar mais que as outras com espaços mais adequados para o seu bem estar.

Por outro lado, os criadores e técnicos visam apenas o lado econômico da criação e tem procurado cada vez mais reduzir o espaço destinado para a manutenção da fauna silvestre, semelhante ao imposto para os animais domésticos, e isso tem inviabilizado as criações silvestres em ambientes domésticos pela redução da fertilidade e aumento da mortalidade.

2 – O segundo período surge com a LEI DE PROTEÇÃO À FAUNA, em 1967, que proibiu em todo o País a caça e deixou a cargo das autoridades estaduais do órgão ambiental as políticas de permissão locais para aquelas espécies consideradas pragas ou com populações locais abundantes, caso da marreca-piadeira e da codorna no Rio Grande do Sul.

Como a caça foi proibida, manter animais em casa, mesmo em criadouros não legalizados, também passou a ser proibido. Nessa situação, os criadores da fauna silvestre começaram a ficar assustados porque as autoridades ambientais federais e estaduais passaram a combatê-los, incentivando que as populações locais denunciassem esses criadores “*clandestinos*”. No Estado de Santa Catarina, muita pressão se fez para que se acabasse de uma vez por todas com as criações silvestres em ambientes domésticos. Os criadores, assustados com a possível denúncia e os aborrecimentos que poderiam ter, foram diminuindo pouco a pouco as suas criações. Muitos foram intimidados ao cumprimento da lei pela autoridade ambiental, que apreendeu seus animais. O senhor Eupídio Vicente Coelho, que era criador de cutias, aracuãs, coleiras e curiós, com medo da autoridade ambiental, exterminou com a criação de cutia. Permaneceu com a criação de aracuã, coleira e curió por achar que, como eram aves, não teria tanto problema. Engano seu. Em 11 de abril de 1995, a Polícia Ambiental, por delegação do IBAMA, apreendeu a sua criação de aracuãs e coleiras para dar cumprimento aos artigos 1º e 27º da Lei 5197/67. Ele aprendeu a criar aracuã com o seu pai. Começou quando ainda era jovem, aos 15 (quinze) anos de idade. A sua criação de aracuã já era feita há 40 (quarenta) anos. Era um mestre da criação dessa espécie, mas os policiais ambientais não entenderam assim, deram cumprimento à lei e autuaram-no, emitindo a Notificação nº 071667, às 13:45 horas do dia 11 de abril de 1995, levando todas as suas aves que, por tanto anos, viviam harmoniosamente no terreiro. Assim foram fazendo com que todos os criadores abandonassem a experiência acumulada por anos de dedicação, destruindo anos de manejos apurados e desenvolvidos pela larga experiência. Era a aplicação da legislação ambiental da sustentabilidade tão procurada pela sociedade, mas que não foi compreendida pela autoridade local responsável pela preservação do ambiente. Esse procedimento de preservar a fauna intacta em seu ambiente natural foi o maior erro cometido pelo legislador que, ao elaborar a lei, a fez tão utópica e tão drástica, que inviabilizou a criação silvestre que vinha sendo

desenvolvida pelos moradores locais. O grande erro da Lei 51978/67 foi só se preocupar com a preservação, quando previu, em seu Art. 35º, que “nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares que não contenham textos sobre a proteção da fauna aprovados pelo Conselho Federal de Educação”. Precisaria, na verdade, era estar regulando na lei a criação da fauna silvestre em ambientes domésticos, o que não foi feito. Antes de se aplicar a lei, deveriam ter sido cadastrados todos os criadores domésticos da fauna silvestre. Os que fossem encontrados deveriam ter sido incentivados a manter, em seus plantéis, os animais, para que não se perdessem tantos anos de experiências acumuladas, e que fosse permitida a transferência dos animais criados nesses ambientes para outras pessoas pudessem fazê-lo também. A caça deveria ser proibida e combatida, mas o criador da fauna silvestre merecia ser incentivado.

3 – O terceiro período é o da criação silvestre em ambientes domésticos após a aprovação da Lei 5197/67.

Esse terceiro período pode ser dividido em dois ciclos diferentes: um formado pelos criadores de pássaros canoros e outros formado pelos animais em geral.

Os criadores de pássaros canoros estavam organizados em associações para fazer os seus torneios de cantos desde a década de 50, pelos idos de 1952, quando Roberto Benedetti organizou, em Ribeirão Preto/SP, o primeiro torneio de curiós, canto fibra, nos moldes como hoje existe em que cada passarinho é colocado em uma estaca (TOSTES, 1997).

Como os passarinhos detentores de pássaros canoros estavam organizados em associações e federação, quando da promulgação da Lei de Proteção à Fauna, Lei 5197/67, eles conseguiram barrar as iniciativas para exclusão do uso humano da fauna silvestre das Instituições Ambientais. Estas organizações, desde a sua origem, eram compostas por pessoas formadoras de opinião, como juízes de direito, promotores, desembargadores, delegados, deputados, prefeitos, vereadores, governadores, médicos, engenheiros. As mais diversas classes sociais “*de respeito*” compunham os seus quadros, o que impossibilitou a ação daqueles que eram responsáveis pela aplicação da lei.

Devemos reconhecer os méritos dessas associações no empenho da defesa dos animais de estimação porque, se não tivessem conseguido se impor, certamente o nosso

curió e o nosso bicudo teriam desaparecido e sido extinto, como ocorreu com outras espécies que não foram criadas em cativeiros.

Figura 8: Foto de passarinheiros com seus curiós premiados e seus troféus.



Gentileza de Aloísio Pacini Tostes - Fonte: Tostes, 1997

Observação: A figura evidencia que as pessoas que participavam dos torneios eram pessoas formadoras de opinião.

A legalização da criação da fauna silvestre em Santa Catarina só vai ocorrer a partir da década de 90, mas os responsáveis pela política de preservação da fauna no órgão ambiental dificultavam a atividade por não terem o devido embasamento técnico. Tudo era novo, encontravam muita dificuldade em aceitar e aprovar registros de criadouros da fauna silvestre em ambientes domiciliares (informação pessoal de ZUMARI LEMOS, 2003).

A pesquisa realizada junto ao IBAMA, onde se verificou as datas dos pedidos de registros para a criação comercial, e a visita aos centros de criação e manutenção da fauna silvestre no estado de Santa Catarina nos possibilitaram escrever a história deste segmento da criação.

O primeiro pedido de registro de criadouro da fauna silvestre vai ocorrer em 1989, através de José Francisco Lisieski, em Indaial, Mario Souza, Neumann&Cia Ltda. e Waldemar Strutz, em Taió, para a categoria de criação e comercialização de

lepidópteros, para que pudessem legalizar os artefatos produzidos com asas de borboletas que precisavam ser comercializados no mercado nacional e internacional.

Em 1990, os pedidos de registro no órgão ambiental são para a categoria de zoológicos. Surgem os pedidos do Parque Cyro Gevaerd, de Balneário Camboriú, do Zoológico de Joinville e o de Pomerode, além da Fundação Ecológica Zoobotânica na Cidade de Brusque. Todos esses parques surgem com a finalidade de mostrar a fauna existente no Estado, no Brasil e algumas espécies de outras partes do planeta para que a sociedade pudesse vê-las e conhecer os animais que estão se tornando cada vez mais difíceis de serem observados nos ambientes locais, como o gato-do-mato, a onça-pintada, o lobo-guará, as araras e papagaios, águias, urubus-reis e muitas outras espécies. Para se ter a certeza da importância social dos trabalhos desenvolvidos para mostrar as espécies silvestres, basta ver, nos domingos e feriados, o grande número de pessoas (homens, mulheres, jovens e crianças) que se aglomeram nesses zoológicos para observar a fauna neles existente. Em 2001, estive no zoológico de Curitiba e pelo número de pessoas circulando no local, parecia ser um dia de festa. Era preciso, em certos momentos, tomar cuidado para não se perder do grupo. Era aquele borbotão de pessoas entrando e saindo ao mesmo tempo. Deve-se notar que o zoológico fica fora da cidade e as pessoas necessitam se dirigir para lá de carro ou ônibus. O estacionamento, apesar de grande, estava quase cheio de carros. Em Brusque, em Santa Catarina, é a mesma coisa aos domingos e feriados. O mesmo acontece com o de Pomerode.

Deve-se ressaltar, ainda, que em 1990 surge o primeiro pedido para criação de aves silvestres em cativeiro, solicitado pelo senhor Rubens Marcos Cherobim, na cidade de Tijucas.

Em 1991, surge o primeiro pedido de criação de paca (*Agouti paca*) em cativeiro, na categoria de criadouro comercial, que foi solicitado por Antônio José Goudard, na cidade de Joinville, iniciando-se assim a criação de mamíferos em cativeiro. Deve-se ressaltar que esse proprietário é morador de São José dos Pinhais/PR. O fato nos mostra que essa iniciativa parte de cidadão de outro estado, e não de Santa Catarina, mostrando que o IBAMA em Santa Catarina criava muita dificuldade para que se formassem criadouros da fauna silvestre no Estado. Esse fato é comprovado pelos relatos do senhor Zumari Lemos, que teve que fazer o seu registro de criador de cúrio na cidade de Curitiba/PR, mesmo morando em Santa Catarina, conforme depoimento feito

em entrevista concedida em 2003. Nesse mesmo ano, o senhor Zumari Lemos consegue o seu registro de criador de aves em Santa Catarina, atendendo sua reivindicação e tentativa de conseguir o registro no Estado já há vários anos, sem que o IBAMA, na época denominado IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o atendesse. São essas iniciativas que abrem as portas para a criação silvestre no Estado.

O senhor Zulmari Lemos foi e é o grande incentivador da criação silvestre no Estado de Santa Catarina. Por sua iniciativa foram criados diversos clubes surgidos com a união dos criadores de pássaros canoros em associações. Foi o incentivador, sócio fundador e primeiro presidente da SAC – Sociedade Amigos de Curiós, e da ASBC – Associação Sul Brasileira de Criadores e grande incentivador da SOJ – Sociedade Ornitológica Josefense, além do principal responsável pela formação na Região Sul da FSB – Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros, sendo o seu primeiro presidente e com mandato consecutivo. Hoje, ocupa a vice-presidência, onde está congregada a maioria dos clubes formados pelos criadores de pássaros canoros.

Figura 9: Foto do senhor Zumari Lemos na sede da FSB



Foto: Isaac de Souza, em 30/06/2003.

A Federação Sul Brasileira é quem organiza, solicita a aprovação do IBAMA e controla todos os torneios de cantos e fibras de pássaros canoros criados em cativeiro pelos seus associados, começando os torneios a partir do mês de agosto de cada ano e prolongando-se até o mês de março do ano seguinte, no final da temporada. Esses torneios ocorrem durante a temporada, em quase todos os finais de semana, em quase todas as regiões onde estão localizados os clubes, sendo que, no final da temporada é eleito um foro para fazer o torneio final, ver qual foi o melhor pássaro da temporada e premiar o grande campeão. É uma festa onde todos os membros dos clubes que formam a federação participam direta ou indiretamente, divulgando o evento entre os associados e comentando os resultados, consagrando pássaros que passam a ser respeitados pelo desempenho durante os torneios. Os pássaros campeões nesses torneios têm grande importância para reprodução da espécie, e passam a valer importâncias fabulosas.

Em 1992, foram solicitados dois registros: um na categoria de zoológico – Categoria A, pedido feito pelo Beto Carrero Word para manter atração turística do seu circo, mostrando animais das mais variadas espécies para atração e admiração do público que vê os seus espetáculos de lazer e diversão. O outro pedido foi feito na categoria de mamíferos, para estudos do comportamento animal, feito pelo Departamento de Estudos do Comportamento de Primatas – NUCLEP, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para que os alunos possam observar e analisar os animais em cativeiro, onde se pretende aprimorar o conhecimento sobre os seres vivos e seu comportamento.

Em 1993, vamos ter apenas um pedido de registro destinado à criação de pacas, solicitado pelo senhor Sebastião Luiz Ribeiro, na categoria de criadouro comercial, no município de Lages, destinando-se à criação de animais para consumo. Deve-se notar que até aqui este é o segundo pedido de registro na categoria de criadouro comercial e os dois pedidos são para a criação de paca (*Agouti paca*) mostrando desde já a importância que esse animal tinha e tem para produção de proteínas de qualidade elevada, além do elevado sabor da carne desse animal, tão procurado e caçado. Esse fato mostra que os colonos, quando viram que espécimes da fauna eram de elevado interesse agroecológico e de elevada aceitação popular, sempre desenvolveram suas estratégias para a reprodução em cativeiro.

Em 1994 surge também um só pedido de registro para criação em cativeiro de perdiz (*Rhynchotus rufescens*), cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melanocoryphus*), anatídeos (grupo dos patos e marrecos) pelo senhor Vitor Hugo Cherobim, da cidade de Rio das Antas, na categoria de criadouro conservacionista. Temos que ressaltar que o cisne-de-pescoço-preto é ave que ocorria no litoral Sul do Brasil e é de fundamental importância a sua criação em cativeiro para manutenção da espécie, pois as lagoas costeiras hoje, em face de ocupação humana, dificultam a sua sobrevivência.

Em 1995, surge o primeiro pedido de registro na categoria de Criadouro Comercial para aves procedido pelo senhor Alcino Bus, de Guabiruba, iniciando-se assim o processo de criação em cativeiro de aves para serem comercializadas legalmente no território catarinense depois que o Estado Brasileiro promulgou a Lei de Proteção à Fauna, em 1967. Da promulgação da lei até o surgimento do primeiro registro para produção e comercialização de aves, transcorreram sete anos até que os cidadãos brasileiros começassem a legalizar os seus criadouros. Foi uma grande demora, e esse fato fez com que se perdesse muito do conhecimento sobre a criação silvestre. Foram poucos os que tiveram a coragem e o pioneirismo de se habilitar a fazer o registro de suas criações silvestres, conforme depoimentos obtidos nas entrevistas realizadas com pessoas mais idosas. Elas detinham esse conhecimento porque faziam suas experiências e desenvolveram criações das espécies silvestres em suas propriedades mas, com medo de serem autuados pela autoridade ambiental, destruíram e acabaram abandonando a criação. Alguns soltaram os animais na natureza ou abateram as suas matrizes e saborearam a carne de espécimes muitas vezes de rara ocorrência na natureza e de grande preciosidade.

Neste ano, em Blumenau, Jacy Hummrow solicitou registro para criação de aves na categoria de criadouro conservacionista. Também surge, naquele ano, o primeiro pedido de criadouro comercial de capivaras (*Hydrochaeris hydrochaeris*), do senhor Macimínio G. Thibes, na cidade de Matos Costa, mostrando que esse animal é outro mamífero com grande potencial zootécnico para exploração comercial depois da paca, comprovando ser o segundo animal para exploração comercial, para uso humano, de sua proteína de alto valor biológico. Também foi solicitado naquele ano o registro do Zoológico de Blumenau, encaminhado pelo Parque Ecológico Spitzkopf, com a finalidade de oferecer educação ambiental e de atrair turistas para visitarem a cidade

com o objetivo de distração e lazer, além de poder desenvolver o comércio local. Ainda surge o pedido de Paulo Dirchemambel, da cidade de Guabiruba, para criação conservacionista de aves e passeriformes. Surge também o primeiro pedido para criação de aves exóticas na categoria de Criadouro Comercial de Aves Exóticas, promovido pelo senhor Rudney/Raulino Beppler Filho/Withe Molen, na cidade de São José, para produção de aves com o objetivo de atender o mercado nacional. Devo ressaltar que o senhor Raulino Beppler é juiz da Federação Ornitológica do Brasil e tem realizado trabalhos de avaliação de agapornis (*Agapornis rosicollis*) nos torneios nacionais que ocorrem no Brasil para julgamento das qualidades das aves inscritas nas competições.

O ano de 1996 marca o início da criação sistemática junto ao IBAMA. Entrevistas com pessoas mais idosas (Zumari Lemos, Wilson Jorge Diener, Pedro Baasch, Eupídio Vicente Coelho, José Alípio da Silva, Lealdino da Silveira) mostra, porém que criar animal silvestre era uma prática cotidiana muito consistente entre os moradores e caçadores, que sentiam grande prazer em criar algum animal silvestre, o que fazia deles, muitas vezes, líderes destacados. Com a criação da Lei de Proteção da Fauna, tiveram que deixar e se desfez de um setor que necessitava de apoio para tornar-se sustentável e capaz de atender as necessidades humanas desses tipos de lazer, divertimento e comércio de produtos criados nos cativeiros para atender a demanda da sociedade.

Como a procura estava elevada, podemos dizer que a partir de 1996 se começa a criar animais de acordo com as exigências da lei brasileira, procurando atender o mercado e tendo em vista que os preços desses animais criados em cativeiro eram muito valorizados, como ainda são hoje.

Com relação a esses primeiros registros, se for feita uma análise do requerente, vamos notar que são normalmente pessoas muito instruídas e que se sentiram na coragem de enfrentar o IBAMA e solicitar o seu registro. Os mais humildes, pessoas geralmente de pouca instrução, não tiveram coragem de enfrentar “o Grande Golias”. Muitos ficaram na solidão porque eram esses animais que alegravam as suas vidas no cotidiano simples da roça. Preparavam alimentos, davam comidas adequadas, traziam os bichos para o aconchego do seu lar. Há muitas casas que tinham os animais como única companhia, como o senhor Eupídio Vicente Coelho, hoje já idoso, que não se casou e

mora sozinho. A Polícia Ambiental, no cumprimento da lei ambiental, tomou todas as suas aves, que ele criava há quarenta anos com muita estima e dedicação.

Naquele ano, 1996, foi solicitado o registro para as mais variadas espécies, mostrando que a criação feita no estado era muito diversificada. Foram solicitados (5) cinco registros para criação de aves e (6) seis registros para criação de psitacídeos, mostrando que as espécies dessa família eram muito valorizadas. A família dos roedores também foi valorizada com (4) quatro pedidos para criação de capivaras, (3) três pedidos para criação de pacas, para a família do tayassu, composta pelo porcos-do-mato, temos (2) pedidos para criação de catetos, (2) dois pedidos para criação de sabiá, (1) um pedido para criação de aracuã, uru, coleira, inhambu, jacu, jabuti, trinca-ferro, javali (animal exótico), ofídeo, aracnídeo, além de um pedido para importação e exportação de produto da fauna feito pela Beppler Importação e Exportação Ltda.

Figura 10: Foto de cisne-de-pescoço-preto



Zoológico municipal, Brusque/SC - Foto: Isaac de Souza, em 12/08/2003

Observação: O cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melancoryphus*) ocorria nas lagoas e banhados do litoral catarinense. Foram observado 157 indivíduos na lagoa do Sombrio, município de Sombrio, em abril de 1980 (Rosário, 1996).

Esses pedidos de registros nos mostram que a sociedade valoriza as mais variadas espécies na criação da fauna silvestre, mas apontam caminhos desde o começo para certas espécies com grande potencial zootécnico como a paca, a capivara, a cutia, o porco-do-mato, a aracuã, o uru, o jacu, a arara, o papagaio. Se fizermos uma análise das

potencialidades zootécnicas da fauna brasileira, vamos verificar que as espécies com maior potencial foram bem representadas nos pedidos iniciais de criação silvestre no Estado, mostrando que a sociedade sabe identificar instintivamente as espécies com maior potencial, mesmo sem qualquer estudo das espécies com maior viabilidade econômica, de lazer e com alto potencial para incentivar o turismo no Estado.

Em 1997, foram 19 pedidos. Podemos dizer que a sabedoria popular se repete ao escolher as espécies silvestres para a criação em cativeiro. Foram 5 (cinco) pedidos para criação de psitacídeos e 3 (três) para a criação de aves. Nas visitas feitas aos criadouros, observou-se que quando o proprietário solicita registro para criação de aves, ele o faz para criar uma variedade de espécies considerada grande, normalmente mais de 10 (dez) espécies, mas, com certeza, entre as espécies que ele cria estão o papagaio e a arara, por serem aves muito valorizadas no comércio da fauna silvestre. Raulino Beppler, que possui larga experiência sobre a comercialização da fauna, por ser importador e exportador de produtos, informou que a arara e o papagaio são espécies muito procuradas no mercado nacional e internacional, fato que vem de acordo com o que se observa nos registros da criação silvestre. Os pedidos desse ano (1997) para criação de psitacídeos, incluindo os pedidos para criação de aves (também araras) somaram 8 (oito) pedidos, o que corresponde a 47% dos pedidos de registro para o ano. Os outros pedidos foram 2 (dois) para capivara, 2 (dois) para paca, 1 (um) para cutia, que são mamíferos roedores, correspondendo a 29% dos registros. O restante ficou assim distribuído: 1 (um) pedido para emas, 1 (um) para borboleta e 1 (um) para pássaros canoros que, juntos, somam 24% dos pedidos restantes.

Em 1998, se destacaram os pedidos para a criação exótica no Estado, representada pela criação do javali (*Sus scrofa scrofa*), com 25 (vinte e cinco) pedidos. No nosso entendimento, isso se deu devido à propaganda da qualidade da carne do animal, que provocaria grande procura e, em segundo lugar, por ser uma espécie silvestre exótica, que poderia ser criada sem os embargos da Lei de Proteção à Fauna silvestre nativa, que tinha sua caça proibida desde a criação da lei em 1967. Nesse contexto, a lei que foi feita para proteger a fauna criou mais um embaraço, porque incentivou a criação de fauna silvestre exótica e muito agressiva ao ambiente. Os problemas surgiram com a evasão de animais para o ambiente silvestre, onde se reproduziram e começaram a ameaçar os ambientes urbanizados, destruindo os

silvestres com as propagações dos porcos selvagens. Com isso, criou-se a portaria proibindo o surgimento de novos criadouros de javali no país.

Naquele ano, a criação de paca continua valorizada e surgem 9 (nove) pedidos para registros. A criação de psitacídeos brasileiros também continua se destacando e surgem oito pedidos, incluindo dois que se destinam à criação de aves, mas, como consequência da tradição, podemos considerar que vão se preocupar com a criação da arara e do papagaio, além das outras espécies que se costuma criar. Surgem 2 (dois) pedidos para criação de porcos-do-mato, e 1 (um) para a criação de espécies como: cisne, tié-sangue, ema e veado mateiro (*Mazana americana*).

Em 1999, os registros são para criação de psitacídeos, com 5 (cinco) pedidos, e 6 (seis) para criação de aves que, em sua totalidade, também criam psitacídeos. Assim podemos considerar que a área dos bicos-tortos, como é conhecida a área de criação de psitacídeos totalizou 11 (onze) pedidos. Para a ordem dos roedores foram 7 (sete) pedidos: 4 (quatro) para capivara, 2 (dois) para paca e 1 (um) para a criação de cutia. O porco-do-mato foi contemplado com 2 (dois) pedidos para a criação de catetos. Os primatas foram contemplados com 2 (dois) registros. O javali, a ema e o curió receberam um pedido para cada espécie. Devemos esclarecer que a criação de curió, por ser pássaro canoro, é contemplada com legislação especial permitindo que as criações que utilizarem até 50 anilhas fiquem dispensados do registro de criador no IBAMA, necessitando apenas serem cadastrados no órgão ambiental, o que pode ser feito através de pedidos dos clubes, associações ou federações de criadores de pássaros canoros junto ao IBAMA, diminuindo a burocracia que cada pequeno criador teria que enfrentar se fosse ao órgão ambiental fazer o seu registro. Para entender melhor isso, vamos reprisar a informação dada na entrevista concedida por Jairo João Ferreira, secretário da Sociedade Amigos do Curió, que tinha, até dezembro de 2002, um total de 586 sócios em dia com a sociedade, e que 60 % deles eram criadores de curiós. Esses sócios são todos cadastrados no órgão ambiental como criadores, mas não aparecem na relação porque utilizam por ano menos de 50 anilhas na criação de seus curiós e, portanto, ficam dispensados da burocracia existente. Apenas Jorge Guerreiro Heusi, dono do Sítio do Curió, no Córrego Grande, município de Florianópolis, aparece na listagem do IBAMA porque é um criador comercial que cria e comercializa os seus curiós em quantidade acima das 50 anilhas estabelecidas na portaria do órgão ambiental.

No ano de 2000, os principais grupo que mais solicitam registro continua sendo os dos psitacídeos, com 9 (nove) pedidos, sendo 3 (três) para psitacídeos e 6 (seis) para aves, mas que sempre incorporam criação de psitacídeos no seu plantel, sendo por isso considerados como tal. Nesse ano, a criação de emas (*Rhea americana*) desbancou o grupo dos roedores, com 5 (cinco) pedidos. O grupo dos roedores ficou com 4 (quatro) pedidos, 3 (três) para criação de capivara e 1 (um) para a criação de cutia. Vem a seguir a criação de lepidóptero, com 2 (dois) pedidos e, para as demais espécies (sabiá, coleira, graúna, trinca-ferro, jacu, tucano, cisne, tié-sangue, avestruz (exótico) e veado-campeiro), 1 (um) pedido. Deve-se ressaltar que o pedido para a criação de avestruz é o primeiro, mas hoje não existe mais necessidade de ser solicitado, apesar de o avestruz ser uma ave exótica silvestre do continente africano. A sua criação foi considerada doméstica, Portaria N° 93/IBAMA, de 07/07/98, depois de 100 anos de criação intensiva em cativeiro em diversas partes do planeta, mas que ainda carece de muitos estudos para aprimorar a criação como animal doméstico.

Podemos considerar que 2001 foi o ano em que tomou impulso a criação de avestruz (*Struthio camelus*), com 6 (seis) pedidos no Estado. A criação de psitacídeo continua importante, com 12 (doze) pedidos de registro, somados os 8 (oito) da criação de araras e papagaios e mais 4 (quatro) provenientes dos pedidos para criação de aves, sendo que, na verdade, todos têm psitacídeos nos seus plantéis. Os pedidos para criação de curió foram 4 (quatro) pelo fato já explicado anteriormente. Quando o criador extrapola o uso de 50 anilhas no ano, ele precisa se registrar com criador da ave, perdendo a sua qualidade de produtor através de cadastro. O grupo dos mamíferos roedores continua persistente, com 5 (cinco) registros: 2 (dois) para paca, 2 (dois) para capivara e 1 (um) para cutia. Com dois pedidos de registro surgem canário-da-terra, primata e passeriformes. As demais espécies ou ordens tem 1 (um) pedido de registro para ofídios, urus, jabutis, emas, tico-ticos, coleiras, trinca-ferros, anatídeos e lepidópteros.

Em 2002, as criações silvestres se desenvolveram dentro da normalidade dos anos anteriores. Os pedidos para a criação de psitacídeos continuam dominantes, com 12 (doze) solicitações, sendo que 8 (oito) foram dirigidas para o grupo das araras e papagaios e 4 (quatro) para o grupo das aves, que também cria as espécies citadas. O grupo dos mamíferos roedores também foi destacado com 9 (nove) pedidos, sendo que 5

(cinco) para a criação de pacas, 3 (três) para a criação de cutia e 1 (um) para a criação de capivara. Nota-se que nesse grupo o destaque tem sido para a criação da paca, apesar do seu baixo índice de reprodução por parto que normalmente é de um só filhote, com a possibilidade de, ocasionalmente, parir dois filhotes. Geralmente, quando isso ocorre, dificilmente se criam os dois filhotes, morrendo um deles. A cutia começa a ter destaque, mas esse animal já mais prolífero, podendo gerar até 4 (quatro) filhotes por parto, mas normalmente são 3 (três) filhotes por ela paridos e criados, podendo ocorrer até dois partos por ano. O que chamou atenção para o desempenho de 2002 é o surgimento mais expressivo da criação dos pássaros canoros. Foram 5 (cinco) solicitações para criação de curió, o que demonstra que os criadores dessa ave estão se expandindo, devido ao fato de não necessitarem de registro e sim de cadastro conforme já foi explicado. Com a expansão dos clubes e associações, vai aumentando a procura por essa ave, e os criadores vão se tornando especializados e aumentando a sua produção para atender o lazer da sociedade. Também nesse grupo das aves canoras estão pedidos para criação de outras espécies como 2 (dois) pedidos para a criação de canários, coleira e sabiá e 1 (um) para graúna, cardeal e trinca-ferro. É nesse grupo de aves canoras que os criadores estão mais organizados em associações e com grande força política. Portanto, deve ser o setor da criação silvestre que mais vai se desenvolver e criar empregos, divertimento e turismo, surgindo uma sociedade organizada com muito prestígio social. O baile de abertura da temporada dos torneios de trinca-ferro na cidade de Palhoça, no dia 01/08/03, foi uma grande comemoração com muito destaque, tendo a presença do secretário da agricultura, deputado Moacir Sopelsa, prefeito, promotores, agentes da Fazenda Estadual, delegados. Para o jantar-dançante foram vendidos todos os convites e houve até indignação de certos associados que não puderam participar porque se atrasaram na compra dos convites, mostrando que, no próximo ano, terá que se aumentar o número dos convites para atender a demanda dos associados.

Outro grupo de mamíferos que vem se destacando é o da criação do porco-donato, com 2 (dois) pedidos para a criação de catetos e 1 (um) para queixada. Esse grupo é muito importante para a produção de proteína (carne) para uso humano, tende elevado valor biológico, além de couro para confecção de utensílios para uso da sociedade, sendo que os principais importadores do couro desse animal são a Itália, Alemanha e o

Japão, que hoje ainda são abastecidos com a caça predatória, principalmente na Floresta Amazônica, por caçadores ilegais, o que precisa ser revertido com a oferta de peles de alto padrão produzidas em criadouros legalizados de acordo com a lei vigente.

4.5 - A evolução da criação comercial da fauna silvestre em Santa Catarina

A criação comercial em Santa Catarina se inicia com a produção artesanal de artefatos feitos a partir do uso de insetos para decoração. Os trabalhos decorados com asas de borboletas atendem demandas dos mercados mundiais existentes na América do Norte, na Europa, além do mercado brasileiro, que gostam desse tipo de produtos decorados com rigor.

Essa criação comercial pioneira iniciou-se no município de Joinville, com a empresa ARTEVAL – Ind. Com. Artesanato Vavassori Ltda., em 1989, o que mostra a importância que tem a criação silvestre para o Estado de Santa Catarina ao valorizar a fauna local produzindo produtos de decoração e, ao mesmo tempo, mostrando a beleza de nossa biodiversidade. Esse fato mostra que a produção silvestre serve para preservar espécies da fauna da extinção e produzir empregos, principalmente por ser uma atividade agregadora de mão-de-obra de pessoas simples que são treinadas para exercer a atividade pelas empresas, além de incentivar o turismo por mostrar nos outros países a nossa rica fauna e despertar o interesse em conhecer a natureza existente no Estado e no Brasil.

Em 1991, é também o município de Joinville que inicia a criação de mamíferos para produção de proteína de alto valor biológico para o uso humano com criação comercial de pacas (*Agouti paca*) para atender a demanda por esse tipo de caça, considerada uma verdadeira iguaria pelos que dela fazem uso. Esse pedido foi solicitado pelo senhor Antônio José Goudard, morador da cidade de São José dos Pinhais/PR, o que mostra que a criação silvestre sofreu inicialmente a influência de empreendedores de outros Estados.

Em 1993, Sebastião Liz Ribeiro, do município de Lages, iniciou a criação comercial de pacas.

Em 1995, surge José Nitro Silva, de Florianópolis, criando a paca em sistema de manejo coletivo em galpões (Foto 11).

Surge nesse ano, ainda, um pedido para criação de capivaras feito pelo senhor Macimino G. Tibes, do município de Matos Costa, e um pedido para criação de aves feito pelo senhor Alcino Boos, do município de Guabiruba.

Figura 11: Foto dos galpões de criação de paca



Galpões para criação de pacas do senhor José Nitro da Silva, localidade de Tijuquinhas, município de Biguaçu/SC - Foto: Isaac de Souza, em 28/07/2003.

Em 1996, surgem 3 (três) pedidos para a criação de pacas, 3 (três) de cateto, 3 (três) de capivara, 2 (dois) de ema, 1 (um) de cutia e outro para a criação de jacu. Podemos dizer que esse foi o ano em que surgiu a diversificação da criação comercial das espécies silvestres, predominando a criação de roedores (paca, capivara, cutia), mas já despertando o interesse por outros animais da nossa fauna.

A tabela 8 nos mostra que a criação da fauna silvestre foi se diversificando de ano para ano. Chegou no ano de 2002 muito diversificada, com a produção comercial em cativeiro de paca, capivara, cutia, cateto, ema, curió, arara, papagaio, borboleta, tucano, canário, cisne, tié-sangue, coleira, trinca ferro, entre muitas outras espécies de nossa fauna.

41	141	Cateto								1						
42	143	Capivara					1									
43	145	Paca, Cateto												1		
44	148	Canário, pintassilgo												1		
45	149	Ara ararauna												1		
46	151	Paca, cutia, capivara, ema											1			
47	154	Arara								1						
48	160	Paca											1			
49	162	Paca, cutia						1								
50	168	Ema										1				
51	170	Capivara										1				
52	171	Cateto e capivara								1						
53	172	Capivara						1								
54	174	Cateto, paca, ema, jacu								1						
55	177	Jacaré								1						
56	182	Papagaio, Queixada												1		
57	190	Capivara									1					
58	191	Cateto, ema, jacu, paca						1								
59	192	Papagaio												1		
60	193	Capivara, cateto						1								
61	200	Capivara, Jacu										1				
62	202	Paca				1										
63	205	Anatídeos											1			
64	206	Curió, papagaio											1			
65	207	Cutia e aves												1		
66	217	Paca							1							
67	219	Curió, coleira, trinca-ferro											1			
68	224	Sagui, arara, papagaio								1						
69	235	Papagaio, arara, cisne, tié-sangue				0				1						
SOMATÓRIO			1	0	1	0	1	0	3	7	3	9	6	9	9	20

Fonte: IBAMA/2003

Pesquisa: Isaac de Souza

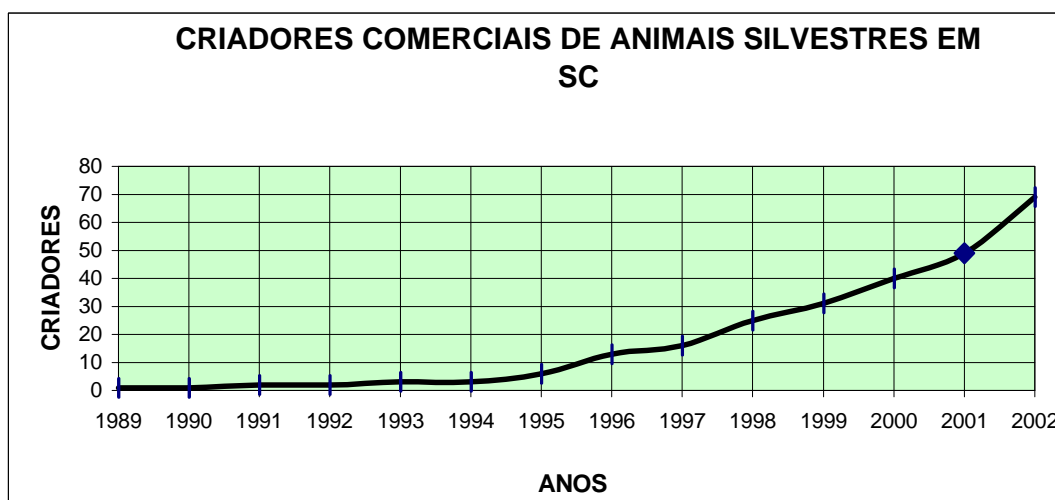
O crescimento do número de criadores da fauna silvestre em cativeiro tem demonstrado que a atividade é cada vez mais procurada pelos produtores. Começou muito tímida no ano de 1989 e continuou assim até o ano de 1994. Do ano de 1995 em diante, começou a se desenvolver com mais intensidade. Um número cada vez maior de criadores foi se registrando no órgão ambiental para legalizar as suas criações, conforme mostra a curva de crescimento do gráfico 02, figura 12, chegando ao ano de 2002 com um crescimento acelerado, mostrando que a atividade começou a despontar como uma nova fonte alternativa para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Hoje se cria nos cativeiros do Estado, com finalidade comercial, uma infinidade de espécies da nossa fauna silvestre. Animais para produção de proteína para uso humano: paca, cateto, queixada, cutia, capivara.

Animais para distração e lazer (xerimbabos): curió, bicudo, coleira, papagaio, arara, tucano. Animais para servir de efeito visual e quebra de monotonia de jardins e parques: cisne-de-pescoço-preto, coscoroba, marreca e pato-do-mato.

Além desses animais, outros são usados em grandes viveiros para distração de turistas e de crianças como o tucano, o jacu, mutuns e até gaviões e urubus-rei. Devemos esclarecer que esses animais também servem para atração turística e, na falta de ambientes familiares para maior contato com a natureza, as pessoas têm procurado recintos onde existe fauna para ser observada. Está se tornando comum os pais levarem seus filhos pequenos para esses lugares e até os jovens sentem necessidade de irem para praças e jardins para se divertir, namorar e observar a beleza que a natureza oferece através da aparência que cada animal possui.

Figura 12: Gráfico 02 - Evolução das criações comerciais entre 1989 e 2002 em SC.



Fonte: IBAMA, 2003 – Pesquisa: Isaac de Souza, em 2003.

Os livros escolares precisam trazer mais informações sobre a nossa fauna, mostrando a sua importância, a necessidade de preservação em cativeiro, evitando que seja extinta devido à destruição de seus habitats decorrente das atividades humanas, como a expansão da agropecuária em todo o Brasil, o seu uso para a produção de medicamentos (répteis, anfíbios, aracnídeos) e, ainda, mostrar o benefício da fauna silvestre ao dispersar as florestas e fazer a sua manutenção.

O senhor Nilso Furlanetto, criador no município de Mondaí, localizado no Extremo Oeste-Catarinense, nos informou que foi procurado por proprietários de restaurantes de Balneário Camboriú para fornecimento de carne, mas não pôde atendê-

los porque todas as pacas e cutias que produz em cativeiro são destinadas para outros criadores, e que para se obter animais de seus plantéis é preciso encomendar com seis meses de antecedência, tendo em vista a grande aceitação que têm. Hoje só se abate animal que é descartado no criadouro. O senhor Lealdino da Silveira foi criador de pacas na localidade de Três Riachos, município de Biguaçu, e também informou que não abateu nenhum animal porque havia grande procura. Disse que todas que criou foram vendidas para criadores principalmente das regiões de Joinville e Blumenau, e que quando extinguiu a sua criação por não poder atender as exigências da lei Ambiental, o plantel não foi abatido e sim vendido para um criador do município de Joinville.

A tabela 09 traz o número de criadores e as principais espécies da fauna silvestre criada em cativeiro no Estado de Santa Catarina.

Tabela 9: Número de criadores comerciais fauna silvestre em SC

CRIADOUROS COMERCIAIS Em Santa Catarina																	
CRIADOUROS COMERCIAIS	Espécies da Fauna silvestres																
	Paca	Capivara	Cateto	Cutia	Psitacideos	Curio	Ema	Canoros	Tucano	Jacu	Tiê-Sangue	Lepidoptera	Anatideos	Veado mateiro	Queixada	Jacaré	TOTAL
Número de criadouros por espécie:	20	17	10	8	16	9	8	9	5	3	2	1	2	1	2	1	114

Fonte: IBAMA/2003 - Pesquisa: Isaac de Souza

O segundo animal em número de criadores é a capivara. Essa espécie é criada por 15% dos criadores do Estado. É um roedor de tamanho avantajado e alguns exemplares podem pesar 100 Kg, sendo portanto o maior roedor do mundo. Vive nos banhados, onde existem muitos capins suculentos que são os seus preferidos, se afastando da água (rios e lagoas) até a distância de 500 metros por motivos de segurança da espécie. É um excelente animal para ser criado em cativeiro. Reproduz duas vezes ao ano e cada fêmea pode dar por parto até 4 (quatro) filhotes que atingem o peso de 30 kg com um ano de idade. A vantagem de se criar esse animal em cativeiro é que, por ser pouco exigente em alimentação, basicamente gramínea, pode ser criado a pasto, em áreas pantanosas, sem exigir infra-estrutura de drenagens, preservando o ambiente

natural para que outras espécies silvestres possam conviver e se reproduzir adequadamente, preservando a biodiversidade local existente. Por esse motivo, pode conviver com bois e outros animais domésticos sem grandes transtornos. O único problema que a espécie apresenta é que forma comunidades fechadas e não aceita a introdução de outros elementos da espécie em local e território definidos, sendo difícil de ser manejada quando queremos introduzir novos elementos ao rebanho. Quanto aos problemas sanitários, a espécie é sensível ao carrapato, que torna-se um fator limitante se não for controlado a tempo. Outro problema é a verminose, que pode ser controlada com o uso de vermífugo adicionado na ração que é fornecida no cocho de manejo, que deve ser feito dentro do cercado onde fica o curral de contenção dos animais quando da necessidade de manejo do rebanho. Para segurança das pessoas que fazem o manejo, torna-se necessário um brete de contenção dos animais para evitar mordidas, que podem ser muito perigosas se desferidas no manejador. Os dentes incisivos da capivara, quando adulta, podem medir até 7 (sete) centímetros, e ela costuma desferir dentadas com muita violência quando se sente acuada ou desprotegida. Quanto à carne, alguns que já comeram dizem que não é muito agradável ao paladar. Outros a acham saborosa mesmo assada no espeto. No nosso entender, a não aceitação da carne por alguns que provaram dela e não gostaram tem relação com a dieta do animal, que pode ter comido certas ervas que não são recomendáveis para a sua alimentação por produzirem gosto acentuado na carne quando servida. Esse mesmo problema também acontece com os animais domésticos quando são fornecidos alimentos inadequados. Para evitar isso, antigamente, quando se abatiam animais, seja galinhas, porcos ou outros, eles eram deixados de quarentena para que a carne adquirisse melhor aspecto e proporcionasse melhor paladar. Meu pai costumava engordar os porcos por dois meses presos no curral para limpá-los das imundices¹⁹ e para que a carne tivesse o melhor gosto possível. Por isso, tratava durante esse período com mandioca e farinha de mandioca para produzir uma banha bem branquinha. Se fossem tratados com milho, a banha teria o aspecto amarelo, como se diz amarelada, e o gosto da carne não seria tão bom ao paladar. Se fizermos o mesmo com a capivara, com certeza teremos os mesmos resultados, que

¹⁹ Imundices: o porco solto na natureza come muita coisa desagradável que encontra, desde fezes, animais em decomposição, minhocas.

precisam ser comprovados através de pesquisas futuras no sentido de eliminar de vez a frase: “Carne de capivara não é boa”.

É um animal que criado a pasto pode dar excelentes resultados. Na Venezuela, com o desfrute do rebanho em 30 % ao ano por período continuado de 10 (dez) anos em população silvestre sem interferência humana, a população tem apresentado crescimento, mostrando que a espécie pode ser manejada desde que se usem critérios de seleção no abate, não se abatendo as matrizes e respeitando os machos líderes que conduzem o rebanho (JIMÉNEZ, 1995). Segundo algumas pessoas idosas, ricas de conhecimento popular, a capivara tem um outro fator de grande interesse social que é o seu óleo que, no passado, era extraído e vendido com o nome de capivarol para combater principalmente dores musculares e reumatismo. Além desse fato, outro de importância é que a carne da capivara é afrodisíaca porque se abatem os machos inteiros, sem a castração, e o teor de hormônio masculino, testosterona, é elevado. A pessoa, ao se alimentar da carne com maior teor de hormônio masculino, certamente vai sentir-se mais disposta e com maior vigor físico. Esse fato pode ser comprovado pela força que os índios tinham, conforme informa Ireno Pinheiro, caçador de bugres no município de Anitápolis²⁰ (DALL’ALBA, 1973). Em seu depoimento, conta que um bugre agarrou um cidadão por trás, pelo braço, e onde passou as mãos ficou preto. “*O bicho é de muita força. Hi! Quando bugre agarra e leva, não adianta se grudar na madeira, mas ele vai porque vai mesmo!*” (citado em DALL’ALBA, 1973). No nosso entender, essa força bruta provém do tipo de alimentação que o índio tinha e que só pode ser adquirida pelo consumo de animais inteiros. Os animais da fauna silvestre podem ser consumidos inteiros porque o sistema fisiológico dessa fauna é diferente da fauna doméstica, em que os animais, quando não castrados, têm gosto muito acentuado na carne, devendo ser castrados antes de ser abatidos para evitar o problema. O fato é que um boi, quando castrado, tem diminuída a testosterona na carne. Até o próprio animal adquire características femininas, chegando a afinar o chifre. Essa é a diferença, no nosso entender, para se valorizar mais a carne da fauna silvestre para uso humano.

²⁰ Capitão-tenente Lucax Bioteaux, História Catarinense, 1905 – Como nossos silvícolas continuassem a cometer tropelias em vários pontos, ordenou o governador a organização de turmas de batedores do mato, para afugentá-los. Tão desumanamente se portaram as tais turmas sinistras, que fuzilaram desapiadadamente 145 botocudos entre adultos e crianças, e como troféu de sua campanha assassina trouxeram para a capital dez inocentes, que o governador, penalizado, fez entrega ao Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo. Essas míseras crianças, arrancadas ao carinho dos seus, vieram todas a falecer ... (COSTA, 2003).

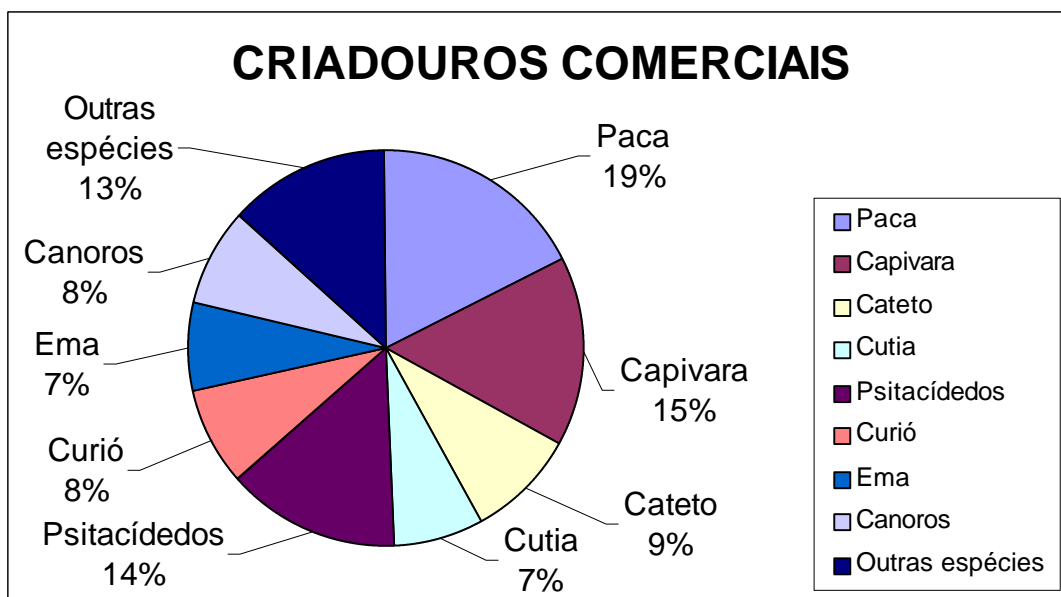
A criação de porco-do-mato, representado pela família dos Tayassuídeos, vem como terceira opção para a criação de mamíferos e na criação silvestre agrega 9% dos criadores. Podemos dizer que é a família dos animais mais rústicos, considerada entre as espécies criadas em cativeiro como a que apresenta menor exigência na qualidade de alimentos fornecidos e de ambientes artificiais como abrigos. Pode ser manejada no meio do mato ou da capoeira sem exigir investimentos de infra-estrutura. Esses animais podem ser tratados com produtos da roça ou produtos considerados sem valor econômico como o inhame, principalmente na alimentação do queixada, que entre as duas espécies da família citada, é o animal de maior porte e também o mais agressivo e o mais rústico. O animal pode ser alimentado com produto do próprio meio como o inhame, já citado. Essa planta é muito rústica, oferece altas produções por hectare, deve chegar até 150 toneladas. Os queixadas a comem na natureza, mas provocam grandes estragos quando a vara invade a plantação. Essa planta, por vegetar em lugares úmidos, deve ser cultivada fora da área em que se manejam os animais. O lavrador pode colher os inhames arrancando-os e limpando ao mesmo tempo e já vai plantando os perfilhos da planta que são extraídos com a limpeza. Assim, colhe e planta ao mesmo tempo e sempre terá o inhame para colher, fazendo um rodízio. Se as plantas começarem a diminuir no processo de rotação, o criador terá que aumentar a área cultivada com os inhames; se começar a ficar muito grande, terá que diminuir a área cultivada ou aumentar o rebanho para consumir mais inhames. Assim, terá no sistema de rodízio a alimentação básica para a criação de seus queixadas. Essa planta tem três tipos: o inhame branco, o inhame roxo e o inhame de porco, que é de menor valor para uso humano, mas é o que apresenta melhor desenvolvimento, produzindo socas que podem ultrapassar 10 (dez) quilos. As pessoas antigas usavam esse inhame para tratar e engordar porco doméstico (*Sus scrofa domesticus*). Para que o porco doméstico se alimentasse dele, era preciso cozinhar o alimento durante um dia inteiro. Depois de cozido, era colocado para esfriar e só então oferecido aos porcos. Existiam casas que possuíam preparados para cozinhar esse inhame para os animais. Era um tipo de fôrnelha cheia de serragem ou sepilha de madeira, bem socada, e colocava-se na parte de cima o tacho de cobre que continha os inhames para cozinhar. Ao lado da fôrnelha existia um buraco por onde entrava o ar para arder a serragem e que também servia para atear o fogo. Colocado o fogo, essa serragem queimava por 24 horas e cozinhava o

inhame para que os porcos pudessem aceitar o alimento. O queixada não precisa desse procedimento, já está acostumado a alimentar-se do inhame na natureza. Meses atrás, na Várzea do Braço, município de Santo Amaro da Imperatriz, foi morto um queixada que era o líder de uma vara de uns oitos porcos que se aproximaram de uma residência para se alimentar do inhame que existia no córrego. O dono, vendo os porcos no inhame, foi em casa, pegou a espingarda, retornou e conseguiu abater o líder porque ele enfrentou o homem armado para que os outros pudessem fugir. O cateto é um porco mais exigente em comida, parece que não aceita o inhame in natura. Esses dados precisam ser comprovados com pesquisas científicas para confirmar a veracidade da informação e verificar o porcentual que pode ser adicionado na ração. Esses animais ainda podem ser alimentados com aipim, milho, batata-doce, cana-de-açúcar e outros produtos que devem ser fornecidos em um tratador acimentado e coberto para que nos dias de chuva não junte lama. Também deve ser lavado constantemente para evitar contaminação com produtos estragados ou excrementos dos animais. A ESALQ/USP tem feito pesquisas com esses animais e tem obtido bons resultados mostrando a viabilidade da criação (NOGUEIRA FILHO, 1993). A pele desse animal é uma das mais procuradas no mercado de confecções para produção de roupas, bolas e luvas em países como a Itália, Alemanha e Japão. Temos, além do couro, a carne, que é uma das mais saborosas e de grande procura nos restaurantes especializados, o que tem elevado o preço no mercado consumidor. A primeira criação comercial desses animais surgiu em 1996, portanto são menos de oito anos, e já está entre as espécies de mamíferos mais criadas em cativeiro.

A criação de cutia está, entre a criação de mamíferos, em quarto lugar. É um animal que se reproduz com muita facilidade em cativeiro tornando-se muito dócil. Os relatos dos viajantes contam que os índios sempre tinham essa espécie dentro de suas moradias, sendo considerada animal doméstico pelos europeus. A tradição européia era criar os animais estabulados, como faziam com os animais domésticos. A fauna silvestre da América era constituída de roedores: capivara, paca, cutia, nutria, preá, que precisam roer continuamente para desgastar os dentes incisivos, que têm crescimento constante. Naquele tempo não existia arame para conter os animais e a tradição não aceitava a presença da fauna em plantações. Qualquer animal que visitasse uma plantação era exterminado e, por esse motivo, a fauna foi combatida e não valorizada. A cutia tem uma excelente carne e é um animal de baixa exigência na qualidade dos

alimentos fornecidos: mandioca, milho, batata-doce, frutas em geral, sementes. Essa característica faz o animal ter alto potencial para reprodução em cativeiro para uso humano. A melhor técnica de criá-lo é cercar uma área com vegetação natural, como faz o senhor Nilso Furlanetto, e tratá-la com esses produtos naturais produzidos no meio rural com baixo custo. Como a cutia é pouco exigente em abrigos e comida, representa um animal com grande potencial para a criação em pequenas propriedades rurais, onde os donos precisam buscar uma alternativa sustentável de exploração que diminua os impactos do uso da terra sobre o ambiente.

Figura 13: Gráfico 03 - Gráfico da preferência da criação comercial por espécie.



Fonte: IBAMA/2003 - Pesquisa: Isaac de Souza

Entre as aves, a espécie de maior importância na criação em cativeiro é a família dos psitacídeos, que congrega 14% de todos os criadores da fauna silvestre. Nesse grupo estão incluídos as araras e os papagaios, aves de grande interesse para servir de companhia por aprenderem a repetir a voz humana. Elas muito têm contribuído para distração e lazer do proprietário. Devo ressaltar que muitas dessas aves são capazes de fazer intrigas e até brigas quando, em situações poucos recomendáveis, começam a falar e repetir frases e palavras que colocam as pessoas em situações embaraçosas. Há pouco tempo minha esposa arrumou um pintor para pintar a casa. Na vizinha havia um papagaio (*Amazona aestiva*) numa gaiola atrás de casa. Não sei porque cargas-d'água o papagaio estranhou o pintor, que era de cor negra, e começou a chamá-lo de macaco.

Toda vez que via o pintor, exclamava: “*Lá vem o macaco! Macaco, macaco*”. Se o pintor subia na parede, uma construção de dois andares, dizia o papagaio: “*Macaco, macaco*”. Quando descia, lá vinha a frase: “*Lá vem o macaco. Macaco, macaco*”. Colocava a gente, que não tinha nada a ver com o palavreado do papagaio, em situação embaraçosa, de tanto que o bicho insistia em chamar o coitado do homem de macaco. São esses amimais que dão muita vezes alegria aos lares e, por isso, deveriam ser melhor avaliados para que o ser humano não se sinta tão só em seu destino.

Outra ave que tem despertado a paixão dos brasileiros é o curió, que é criado por 8% dos criadores comerciais da fauna silvestre. Se for considerado que a maioria dos passarinhos são criadores de curió, podemos afirmar que o Brasil é o país dos criadores de curíos. Mas como aqueles que utilizam menos de 51 (cinquenta e uma) anilhas por temporada não precisam se registrar como criador comercial da fauna silvestre, e sim como criadores amadores, essa criação, apesar de muito abrangente, ainda é considerada como menos expressiva. A reprodução dessa ave em cativeiro tem tido enorme ganho pela identificação para a apuração de maior número de cantos da espécie por minuto. Hoje já temos pássaros que dão mais de 30 (trinta) cantos por minuto, transformando a ave em uma “matraca de canto”. Essa identificação foi impulsionada pelos torneios. Os campeões se transformaram em reprodutores da espécie. Isto tem favorecido o valor das aves, a sua beleza, além de que o produtor que as reproduz torna-se reconhecido. Com o aumento do número de aves em cativeiro devido a sua reprodução em cativeiro, abre-se perspectiva para a ampliação do mercado para a produção de rações e a sua produção pelos produtores rurais e, ainda, possibilita o turismo de temporada caso haja divulgação das datas dos torneios pelos meios de comunicação existentes.

Das aves silvestres brasileiras, só a ema está sendo reproduzida para a obtenção de produtos para uso humano. É criada por 7% dos criadores. Dela se extraem produtos muito valorizados no mercado nacional como a carne, o couro e as plumas. É ave muito rústica e pode ser criada a campo, formando grandes bandos. O problema da criação está na fase jovem da ave, que precisa ser tutelada até o terceiro mês de vida, quando então adquire a plumagem definitiva. Passada essa fase, ela pode ser solta no campo para se alimentar de gramíneas. Por isso, a ema tem se tornado uma boa fonte de renda para pequenos agricultores, que podem criá-las em suas propriedades sem fazer grandes

investimentos e ter nas pastagens um animal silvestre de grande efeito ornamental e com grande valor comercial. Muitos estudos precisam ser feitos, ainda, para avaliar o desempenho da ave, já que as descobertas empíricas anteciparam vantagens significativas.

Os pássaros canoros são criados por 8% dos criadores da fauna silvestre. É uma organização mais unida e atuante e por isso há grandes possibilidades de que se expanda e atinja seus objetivos, com a valorização das aves devido aos torneios feitos pelos clubes, associações e federações, onde se agregam. Neste grupo estão incluídos as aves, como trinca-ferro (*Saltator similis*), o curió (*Oryzoborus angolensis*), o coleira (*Sporophila cerulescens*), o pintassilgo (*Carduelis magellanica*), o canário (*Sincalis flaveola*), azulão (*Passerina brissoni*), ferrerinha (*Volatinia jacarina*), enfim, todas as aves que cantam e dançam e que são objeto da atenção dos passarinhos.

Para finalizar, temos a criação silvestre concentrada em quatro espécies de mamíferos, a paca, a capivara, o cateto e a cutia, e as aves, também centrada em quatro grupos: psitacídeos (arara e papagaio), curió, ema e pássaros canoros. Além desses grupos de destaque criamos ainda outras espécies em menor escala, mas que poderão vir a ser grupos de destaque, na medida em que vão se reproduzindo espécies em cativeiro, tais como: veado (*Mazana spp*), jabuti (*Geochelone spp*), macuco (*Tinamus solitarius*), jacu (*Penelope obscura*), jacutinga (*Pipile jacutinga*), tucano (*Ramphastos spp*), inhambu (*Crypturellus spp*), jacaré (*Caiman latirostris*), queixada (*Tayassu pecari*), tié-sangue (*Ramphocelus bresilius*), aracuã (*Ortalis squamata*), jacupema (*Penelope superciliaris*) e algumas espécie que ainda não foram encontradas nas criações do Estado, mas que são de grande potencialidade econômica para o uso humano como a nutria ou ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*) e o preá (*Cavia aperea*).

Devemos, ainda, fazer uma observação sobre o nosso preá, que é um roedor de alto potencial produtivo e rendimento de carcaça, ultrapassando os 50%. É preciso fazer estudos para reproduzi-lo em cativeiro para consumo humano devido à qualidade da sua carne. Precisamos ressaltar que, quando os europeus chegaram ao continente americano, já encontraram essa espécie domesticada nas regiões da Cordilheira dos Andes, onde hoje é criado em cativeiro, até em apartamento e em propriedades locais para seu abate e consumo. É uma espécie muito rústica, de fácil manejo, que se alimenta de gramíneas principalmente e que poderia ser criada e consumida em larga escala como nos

informou o senhor Lauro Vargas Camargo. Quando jovem, ele abatia esses animais por ordem do religioso²¹ para saboreá-los recheados e assados no espeto, e o bicho parecia um porquinho.

4.6 - Manejo da fauna silvestre

O manejo da fauna silvestre tem se apresentado muito complexo porque cada criador desenvolve a sua criação segundo a sua intuição, copiando algum modelo observado, principalmente os modelos da criação doméstica.

Nesse estudo foi observado que os criadores têm senso de observação apurado. Notou-se, ainda, que o passarineiro, ao reproduzir os pássaros em seus criadouros, tem perfeito conhecimento da etologia da espécie. Eles informam que, se a criação fosse feita em grandes viveiros, as aves seriam de melhor qualidade, mas, para evitar problemas sanitários e de higiene, preferem reproduzir as aves em gaiola²². Segundo informou AMARAL, que cria curiós, é melhor trabalhar mais do que correr o risco. TOSTES (1997), grande criador de curiós e bicudos, também alerta para esse fato. Um pássaro criado em grande viveiro exercita melhor a sua musculatura e deve ter melhor saúde e disposição que uma ave criada dentro de uma gaiola com pouco espaço, sem poder voar. Eles também alegam que a criação exige muito cuidado e que precisa ser medicada desde o primeiro dia com antibiótico, porque senão os filhotes não se criam, principalmente na criação do tia-chica. Os criadores mais antigos criavam essas aves em viveiro e não usavam antibióticos e sim produtos naturais, como Eupídio Vicente Coelho e Pedro Baasch, ambos criadores de curiós e coleiras no município de Palhoça. Em virtude dessas constatações, precisamos também desenvolver essas pesquisas para comprovar qual é o manejo mais adequado para a criação de passeriformes.

A fauna silvestre de animais de porte maior, de um modo geral, quando criada em ambientes mais extensivos, em contato com a natureza, apresentou bons resultados.

²¹ Estudou no internato e todos os anos iam para a fazenda do colégio onde o Pastor determinava a caça de preás para almoço. Ver entrevista em anexo.

²² Mãe solteira: É a criação em que todas as fêmeas recebem o macho só para fecundá-las, sendo retirado após a cobertura da fêmea. Utiliza-se um bom exemplar macho geralmente para cobrir todas as fêmeas do plantel.

Esses trabalhos de criação extensiva já são feitos também por criadores de outros Estados, conforme reportagem da revista *Globo Rural* (nº 211, de maio de 2003), que trata da criação de queixada em cativeiro na floresta, mostrando bons resultados.

Esse mesmo tipo de manejo já vem sendo desenvolvido pelo senhor Nilso Furlaneto, no município de Mondaí, Oeste catarinense, desde 1996, onde cria paca e cutia em consórcio numa área de mata nativa de capoeira cercada, com excelentes resultados. Ele informou que possui paca com registro de 16 (dezesesseis) partos, mostrando que o animal está perfeitamente adaptado.

Esse tipo de criação em contato com a natureza respeita mais a etologia da fauna. Apesar de alguns criadores com larga experiência, como Armin Ax, que cria pacas há mais de 40 anos, não recomendarem esse tipo de manejo, mas criadores que o têm praticado estão satisfeitos com os resultados. Essas criações extensivas têm um custo acentuado na implantação, mas depois vão barateando à medida que os resultados vão aparecendo, com menor mão-de-obra devido à redução do trabalho de manejo com os animais e a limpeza do criadouro.

Esse tipo de criação no meio da floresta vem ao encontro do sistema criativo dos índios, que criavam a sua fauna em volta das malocas e em suas roças. A antropóloga BERTA RIBEIRO informa que o índio fazia na sua roça os estoques de caça e só as utilizava em momentos de escassez, quando não a encontrava na floresta. Para a cultura européia, isso é praticamente um absurdo, criar bicho no meio da roça. Seria, para o europeu, uma situação inadmissível porque os bichos iriam estragar as plantas. Esse fato, para o planejamento europeu, que gosta de colher as plantas ordenadamente, transformaria o agricultor em um “louco” ao ver as plantas danificadas ou roídas pela fauna local. Por isso temos que discutir o manejo indígena.

É do conhecimento da sociedade que os índios cultivaram a mandioca, o milho, a batata-doce, o inhame e muito outros produtos, partindo de plantas muito simples e transformando-as em uma planta de alta produtividade. Quem estuda a fauna chega à mesma conclusão. Se observarmos o rendimento de carcaça decorrente do abate da fauna silvestre, e formos bons observadores, vamos dizer: Alguém passou por aqui. Esse trabalho não pode ser o resultado da evolução natural, apenas. Para que um animal tenha tal rendimento da carcaça, é preciso seleção genética muito aprimorada. Essa

observação nos leva a crer que o índio, ao manejar as plantas, também manejou a fauna da qual se alimentava.

Figura 14: Foto de antas deitadas



Anta (*Tapirus terrestris*) - Zoológico de Brusque/SC - Foto: Isaac de Souza, em 10/12/2002

As duas antas da figura 14 nos mostram um animal com uma boa conformação. Eles poderão apresentar um alto rendimento de carcaça quando abatidos, o que é comprovado pelo depoimento de Leopoldo Guervin, morador de São Bonifácio, que matou muita anta e disse que o bicho, depois de abatido na mata, parece uma vaca no porte do corpo, e que o caçador, para trazer um quarto do animal para casa, precisa ser muito forte para poder carregar, caso contrário não consegue trazer.

Observação semelhante podemos fazer sobre a cutia, animal de estimação criado pelos índios. É um animal que, apesar de pequeno, no máximo 5 Kg, tem um bom rendimento de carcaça.

A cutia da foto 15 identifica o trabalho de seleção genética realizado provavelmente pelos índios na apuração da qualidade do animal para uso humano. Pernas inexpressivas, finas, orelhas pequenas, cabeça pequena, lombo acentuado, barriga ou pança inexistente quando comparada com os animais domésticos, boa cobertura de pêlos, boa conformação de carne.

É um animal que gosta de raízes, principalmente mandioca, batata-doce, sementes como pinhão, nozes, coco-indaiá, frutas como laranja, chuchu, legumes e hortaliças em geral.

E de fácil criação, amansando muito no cativeiro, chegando a lamber a mão do tratador devido à presença do sal contido na pele.

A fêmea tem dois partos ao ano, produzindo em média 3 filhotes por parto que se desenvolvem com grande facilidade desde que sejam mantidos certos espaços adequados para reprodução. Se a criação for intensiva, com espaços restritos, o animal necessita ficar em isolamento para evitar que as outras fêmeas matem os recém-nascidos.

Figura 15: Foto de cutia caminhando.



Cutia (*Dasyprocta azarae*), Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/SC - Foto: Isaac de Souza, em 29/03/2003.

O mesmo acontece com a paca. A intervenção humana deve ter ocorrido, pois tem uma carne de grande aceitabilidade. É considerada a melhor carne de caça do ambiente silvestre, podendo pesar até 15 kg quando criada em cativeiro.

A paca apresenta alto rendimento de carcaça. É um animal semelhante à cutia, com baixa necessidade de alimento. O senhor Nilso Furlaneto, criador de pacas e cutias, informou que “*uma meia batata-doce é o bastante para alimentá-las por um dia, mas a*

gente não pode dar só batata, precisa alternar os alimentos, procurando cada dia dar alimentos diferentes para melhorar a disposição dos animais e a sua saúde. É assim que eu faço". É um animal rústico, membros curtos, mas a conformação do corpo é robusta, com muita carne e ossos finos, mostrando a seleção sofrida pela espécie.

É um animal de comportamento tímido, de hábito noturno, que gosta de viver geralmente sozinha em sua toca.

Certos criadores as têm criado em agrupamentos de um ou mais machos com diversas fêmeas e têm obtido um bom desempenho, o que é contestado por outros criadores que criam esse animal aos casais, formando uma só família, separando o macho próximo ao parto da fêmea para que ela possa parir sossegada. São duas técnicas diferentes que precisam ser estudadas e comprovadas para verificar qual o manejo mais recomendável e econômico.

Figura 16: Foto de um casal de paca com filhote criada em ambiente doméstico



Criação de pacas (*Agouti paca*), José Nitro da Silva - Tijuquinhas, município de Biguçu/SC - Foto: Isaac de Souza, em 15/09/2002.

A paca se alimenta principalmente das frutas, que são os principais componentes da sua dieta alimentar e provaram ser o seu alimento predileto. Come laranja, banana, goiaba, carambola, abacate, milho que deve ser amolecido na água por um dia para ficar mais palatável e ter melhor aproveitamento. Como não existe ração própria para a espécie no comércio, alguns criadores usam a ração para coelho, que tem sido muito bem aceita e aproveitada pelos animais.

A capivara é outra espécie que também deve ter sofrido seleção artificial. Segundo pesquisa realizada, o rendimento de carcaça é de 53% depois de tirados o couro, as vísceras, as patas, a cabeça. Alimenta-se principalmente de gramíneas, mas também gosta de frutas e raízes quando oferecidas na sua alimentação. Produz, conforme nos falam seus criadores, em média 4 (quatro) filhotes por parto, que são dois por ano. Cada filhote, no final de um ano, atinge o peso de abate de 30 kg, mostrando que o rendimento da prole de cada matriz manejada em ambientes naturais é de 240 kg de peso vivo, muito superior ao da vaca em criações convencionais, que é exigente em pastagens de melhor qualidade. A capivara não exige manutenção da pastagem, drenagem das valas e abertura de canais para escoamento das águas, pastoreando as gramíneas aquáticas existentes na natureza e preservando assim os ambientes naturais e a biodiversidade local de fauna e vegetação que ficam associadas nesses nichos ecológicos. Esse animal pode ser tratado em cevas que devem ser cimentadas para facilitar os processos de limpeza, diminuindo os riscos de contaminação dos alimentos para evitar principalmente verminose. A figura 16 mostra o processo de seleção que sofreu o animal.

Figura 17: Foto de capivaras sendo criadas em ambiente cercado



Criação de capivaras (*Hydrochaeris Hydrochaeris*) com outras espécies em ambiente cercado. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Foto: Isaac de Souza, em 12/11/2003.

Os animais da figura 16 têm recebido pouca alimentação adicional e se alimentam da vegetação local existente no parque do Tabuleiro. Observa-se que, apesar de estarem em ambiente silvestre, numa área de 180 hectares, elas ficam dóceis e aceitam a presença de estranhos, desde que esses não façam movimentos bruscos e de ameaça. Mesmo assim, elas estão atentas a todo o momento para correr em qualquer eventualidade.

Essas fotos mostram, no nosso entender, o quanto os índios foram astutos na criação da fauna. Selecionaram os animais para obter o melhor rendimento com a maior eficiência possível. Prole não muito numerosa para não criar muitos impactos sobre o ambiente, mas eficiente para dar sustentabilidade à sua necessidade. É um número que não estressa a mãe ao amamentá-los e logo podem sobreviver na natureza sem precisar da ajuda materna.

4.7 - Diferença entre os agroecossistemas atuais e o agroecossistema indígena

Existe uma grande diferença entre o agroecossistema atual que vem se estudando e o agroecossistema indígena. No agroecossistema indígena, a fauna é considerada parte integrante e de ajuste do sistema. No agroecossistema atual, a fauna não é o componente principal do ambiente, podendo ser considerada inexistente porque o que está em jogo é a produção para a extração. A fauna, por sua vez, é tratada como um componente a ser tutelado e monitorado, o que não ocorre no agroecossistema indígena.

Diante desse fato, o agroecossistema indígena é muito mais complexo. O que devemos ressaltar é que no agroecossistema atual, a fauna silvestre (aves e mamíferos) é excluída completamente porque “atrapalha e danifica” os produtos cultivados e, portanto, não é permitida a sua presença. Os animais de maior porte e com capacidade de destruição maior são completamente eliminados do ambiente e, com isso, a biodiversidade fica prejudicada. Podemos afirmar que a recomposição da vegetação nos ambientes naturais, que vem ocorrendo onde se insere a agricultura moderna, é para formação de florestas de passarinhos. A floresta de fauna de maior porte só pode ocorrer nos agroecossistemas indígenas.

A floresta de passarinho é uma formação vegetal mais simples e mais pobre em biodiversidade porque ali a maioria das plantas que surgem nascem das sementes

transportadas por pequenas aves, não dando a devida sustentação para a fauna de maior porte, que necessita de maior quantidade de frutos e, principalmente, frutos de maior tamanho. Observando-se uma floresta secundária, vamos ver que as árvores existentes são plantas que produzem frutos que são consumidos por passeriformes de pequeno tamanho, como gaturamo, saíra, sabiá, e onde predominam os vassourões, as licuranas, o espinho-amarelo, as canelas. Aquelas plantas que dão frutos que são transportados por animais de maior porte não ocorrem pela inexistência desse tipo de fauna. Não podemos esquecer que toda a fauna procura se esconder normalmente para descansar em locais mais protegidos, como as capoeiras mais fechadas, e ali normalmente deixam os seus excrementos com as sementes ingeridas, como é o caso do coqueiro, denominado de coco-de-cachorro, porque o cão do mato é o seu principal propagador. Hoje, esse coqueiro tende a desaparecer no ambiente natural devido à falta do disseminador de suas sementes, que as transportava para muito longe.

Figura 18: Foto de uma floresta regenerada.



Foto: Isaac de Souza, em 19/01/2002.

Observação: Floresta regenerada, sem a presença de mamíferos a biodiversidade fica reduzida por falta de propagadores específicos de sementes de certas plantas. Fotografia na localidade denominada Pantanal, município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, comprova a redução da biodiversidade.

Floresta de mamíferos é a floresta mais diversa possível e poucas áreas hoje contêm a sua biodiversidade original devido à ação do homem branco, que altera os

componentes ambientais principalmente praticando a caça indiscriminada. A falta da fauna autóctone tem empobrecido estas florestas e, com o passar do tempo, elas vão se transformando em floresta de passarinhos. Por este motivo devemos ter políticas públicas para preservação da fauna original, que é a responsável pela manutenção da floresta ao longo do tempo. Hoje, com o extermínio da anta, do veado mateiro, do cão-do-mato e de aves que são capazes de transportar sementes a longas distâncias, como a gralha-azul, tucanos, jacutingas, podemos afirmar que a floresta de mamíferos está regredindo para florestas de sistemas menos complexos, diminuindo a sua produtividade e a sua capacidade de sustentação da fauna local por produzir menor quantidade de frutos adequados para alimentar a fauna. Assim, fica diminuída a sustentabilidade local.

4.8 - O uso da sustentabilidade

Os projetos de sustentabilidade precisam levar em consideração a fauna e, por este motivo, devem considerar o agroecossistema indígena por ser de maior complexidade e, portanto, ter maior capacidade de criar ambientes mais produtivos que os praticados pela agricultura moderna.

A aplicabilidade do agroecossistema indígena é muito superior às técnicas que hoje são conhecidas pela agricultura moderna e orgânica. Mesmo as técnicas que levam em consideração o esterco produzido a partir de dejetos animais não obtêm a eficiência que os indígenas conseguiam no manejo de seus ambientes, obtendo produtividades sustentáveis de tão alto valor nutricional e biológico. Existem estudos para uso da produção agrícola baseada em plantas onde não se leva em consideração o esterco, e sim as plantas para obtenção dos fertilizantes porque o animal, ao consumir a planta, perde 75 a 90 % do nitrogênio contido no vegetal através da urina e a pastagem absorve do nitrogênio excretado na urina apenas 10 a 30 % do nitrogênio (BALL & RYDEN, 1984). Assim, o vegetal, ao ser usado diretamente na fertilização do solo, contém mais nitrogênio do que o esterco, que é um resíduo do vegetal consumido pelo animal. Esse é o método desenvolvido pelos agricultores veganos e que vem ao encontro das técnicas usadas pelos nossos silvícolas, que precisavam trabalhar menos e obtinham mais resultados.

4.9 - Perspectiva econômica da criação silvestre

A criação silvestre de animais para abate (capivara, paca, cutia, porco-do-mato, ema), ornamentação (tucano, psitacídeos, tié-sangue) e canto (curió, coleira, tia-chica, sabiá, canário) tem se tornado uma nova fonte de renda para aqueles que a praticam. O senhor Naure Sell, morador na cidade de Palhoça/SC, informa que a criação da fauna nativa e exótica é uma fonte complementar de renda. Aposentado com um salário mínimo, foi necessário continuar trabalhando para completar a renda familiar. Tendo criado a fauna silvestre desde criança e necessitando continuar trabalhando, encontrou na atividade uma nova fonte de renda e de passatempo sem se estressar. É o irmão mais velho de uma família de cinco irmãos em que todos sofrem de pressão alta e de estresse, problemas que ele não tem. Considera que a sua saúde provém do prazer que sente ao cuidar da sua criação. Faz amizade com pessoas de todas as partes do Brasil, médicos, juizes, promotores, militares e gente de profissões mais simples. A visita destas pessoas ao seu criadouro é constante, ele conversa muito e mostra a todos as qualidades de suas aves criadas. Além de falar sobre as melhores maneiras de fazer a criação, troca informações que considera muito importantes, além de obter recursos financeiros da atividade. Com a sua criação, obtém dois salários mínimos livres de despesas por mês e acha-se muito satisfeito explorando um lote urbano de 400 metros quadrados.

O exemplo do senhor Naure Sell serve para mostrar que a criação de animais silvestres é uma atividade econômica e sustentável que poderá ser desenvolvida nas pequenas propriedades agrícolas do estado de Santa Catarina.

O rendimento médio por hectare passaria a ser muito elevado, atraindo os moradores para as áreas rurais e desestimulando a ocupação desenfreada das cidades por atrair novas fontes de renda e de lazer.

A tabela 10 mostra o rendimento econômico por matriz de espécimes da fauna silvestres quando manejadas em cativeiro.

A capivara, a paca, a cutia, o cateto, a ema podem ser criadas em locais com pastagens ou áreas com vegetação nativa. A lotação por hectare é muito superior a da fauna doméstica pelo fato de aproveitar melhor os nichos ecológicos²³ existentes, sem

²³ Criadouros domiciliares abertos – São aqueles criadouros ecológicos em que a fauna fica solta em áreas não muito restritas, geralmente com muita vegetação natural dando abrigo e proteção ao animal.

exigir investimento em infra-estrutura, como manutenção de pastagens e valas, bastando apenas ser mantida em área cercada para contenção e manejo da criação.

Tabela 10: Rendimento Econômico por matrizes da fauna silvestre

RENDIMENTO ECONÔMICO POR MATRIZ										
Espécie	Nº parto/postura	Nº crias		Peso no abate		Rendimento			Manejo	Animal por hectare
		Parto Postura	Crias Ano	cria Kg	cria/ano Kg	valor Kg	Por cria R\$	Por ano R\$		
Capivara	2	4	8	30	240	4,00	120,00	960,00	pasto	18
Paca	2	1	2	7	14	70,00	490,00	980,00	cercado	10
Cutia	2	3	6	3	18	40,00	120,00	720,00	cercado	10
Cateto	2	2	4				300,00	1.200,00	cercado	20
Ema	1	32	25	20	500	2,00	40,00	1.000,00	cercado	20
Curió	3	2	6				300,00	1.800,00	gaiola	
Tia-chica	3	2	6				200,00	1.200,00	gaiola	
Coleira	3	2	6				100,00	600,00	gaiola	
Papagaio	3	2	6				700,00	4.200,00	viveiro	
Arara	3	2	6				1200,00	7.200,00	viveiro	

Pesquisa: Isaac de Souza/2003

Os valores informados na lotação por hectare na tabela 10 são os de lotação mínima. Essas lotações serão aumentadas com base nas pesquisas que deverão ser desenvolvidas na criação das espécies. Não podemos esquecer de que essa fauna poderá ser consorciada com outras espécies e, portanto, aumentará muito o rendimento econômico por área de ocupação.

O gasto para a alimentação e manutenção de cada espécie em cativeiro é mínimo, o que viabiliza a sua criação dando bons rendimentos por matriz/ano e, ao mesmo tempo, faz surgir um mercado para os produtos que alimentam essa fauna.

Os pássaros canoros que se alimentam principalmente de alpiste e painço, que são produtos importados principalmente do hemisfério Norte, como Canadá, e de países europeus, poderiam ser mantidos por cultivos feitos em nosso Estado, o que melhoraria muito a renda do agricultor e diminuiria o custo da ração para as aves criadas em cativeiro. Isso também possibilitaria o aumento do parque criativo existente, porque muitas pessoas deixaram de ter pássaros em suas gaiolas devido ao custo de manutenção das aves. Barateando o custo, os criadores teriam maior mercado para oferecer os seus produtos e muitas pessoas, ao adquirirem as aves, teriam entretenimento e contribuiriam para diminuir os problemas de saúde e o gasto público com medicamentos, construindo uma sociedade mais sadia e mais divertida.

Aloísio Pacini Tostes (2002) informa que o Brasil possui 8 (oito) milhões de passarinhos. Considerando que cada passarinho tem, em média, 10 (dez) aves, estima-se que existam no cativeiro 80 (oitenta) milhões de aves. Os passarinhos estimam que o custo mensal é de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para alimentar cada ave. Diante desses fatos, calculamos que os passarinhos gastam mensalmente cerca de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) com rações para alimentar o plantel de aves em cativeiro. Assim, o mercado anual de rações é estimado em R\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) só para alimentar a fauna canora criada pelos passarinhos.

Diante desses argumentos, torna-se necessário que sejam criadas políticas públicas para atender este setor, que está desestruturado e com carência de técnicos para incentivar a criação e para produzir rações adequadas. As faculdades precisariam investir em pesquisa e desenvolver centros de formação com profissionais voltados ao setor da criação da fauna silvestre criada em cativeiro, principalmente para aquelas espécies apontadas neste estudo.

O estudo proposto nesta dissertação poderá contribuir para a fixação dos filhos de agricultores na suas zonas de origem, melhorar a renda no campo e diminuir a marcha de migrantes rurais para os centros urbanos, que asfixiam a vida na cidade com o aumento da marginalidade urbana.

Os custos para a implantação dessas políticas públicas não exigem grandes somas de recursos, mas sim atenção para que possam firmar sua vocação de criar empregos, renda e bem-estar social para as famílias rurais.

Para que isso aconteça, é necessário que sejam criadas linhas de incentivo nos moldes das pequenas empresas, que a sociedade apoia e que têm dado tantos resultados na criação de empregos e renda para os trabalhadores e pequenos empresários.

Para isso, precisamos estimular a criação, desburocratizando o pequeno produtor da fauna silvestre aos moldes dos criadores amadores de passeriformes.

Precisamos criar, então, um limite para exigir que o produtor se cadastre como criador comercial. Abaixo desse limite, o produtor seria incentivado a criar e desenvolver a sua criação sob a tutela do Estado. Para que isso aconteça, torna-se necessário que seja criado um valor mínimo como exigência necessária para que o criador apresente responsável técnico para continuar a sua criação. Este limite deveria

ser calculado em 50.000 UFIR (Unidade de Referência do Tesouro Nacional) que, ao nosso ver, seria o meio mais eficiente para estimular a criação.

Os criadores comerciais que, com a venda de seus produtos, na soma anual, não atingissem o valor das 50.000 UFIR, não precisariam cumprir a exigência de ter um responsável técnico pelo criadouro e sim apresentar uma simples declaração de profissional habilitado que vistoriou o criadouro e o declarou dentro das normas exigidas e padrões aceitáveis da criação. Essa declaração poderia ser fornecida por técnicos de instituições oficiais e/ou profissionais liberais devidamente cadastrados nos seus conselhos de classes.

De 50.000 UFIR em diante, os criadores comerciais teriam que seguir a lei vigente por terem condições de arcar com as despesas que se fazem necessárias.

Com essa nova política, quem sai ganhando é a sociedade, que terá mais empregos no campo, novos produtos de alto valor biológico à disposição para o consumo, nova fonte de lazer e, principalmente, nova fonte de arrecadação ao ser emitida a nota fiscal que é exigida na transação dos produtos da fauna. Os pequenos criadores emitiriam as suas notas fiscais sem ter que arcar com os novos custos, e os grandes criadores ficariam tributados pela venda de seus produtos.

Para cada produto da criação da fauna silvestre seria criada a pauta de valor mínimo. Essa pauta, ainda, poderia servir para incentivar o melhoramento genético dos animais comercializados vivos. Um animal de grande valor genético poderia ser vendido pelo preço mínimo da pauta e assim ficaria assegurado o recolhimento do tributo pela criação da espécie existente, e o proprietário pagaria menor tributação por usar o preço da pauta em vigor. Esse fato, ainda, contribuiria para melhorar o valor genético da fauna criada em cativeiro e ao mesmo tempo preservaria na natureza a espécie silvestre não selecionada.

4.10 - Mercado para os produtos da fauna silvestre

O mercado para os produtos da fauna silvestre está dividido em quatro setores distintos: o tráfico da fauna no Brasil e no mundo, a reposição dos animais contidos em cativeiro, o crescimento do número de pessoas que adquirem animais para os terem em seu convívio e, por último, os animais criados para abate e consumo de proteínas para uso humano.

4.10.1 – O Tráfico

Existe uma grande procura por produtos de origem silvestre no mundo. Essa procura é tão intensa que tem possibilitado o surgimento de um mercado clandestino de produtos da fauna silvestre, gerido por uma rede de traficantes nacionais e internacionais. O tráfico da fauna silvestre está colocado no ranking da contravenção em terceiro lugar, vindo depois do tráfico de drogas e das armas.

O mercado clandestino de produtos da fauna, segundo estimativas dos organismos internacionais que combatem a atividade, está avaliado em 10 (dez) bilhões de dólares no mundo. No Brasil, esse tráfico estaria calculado em 10% desse valor, ou seja, 1 (um) bilhão de dólares (RENCTAS, 2003).

A criação silvestre poderia minimizar muito esse mercado clandestino com a oferta de animais criados em cativeiro por criadores comerciais legalizados no órgão ambiental, com documentação e registros de procedência, valorizando-se a atividade dos proprietários que criam a fauna silvestre.

Esses produtos, ao serem ofertados, combateriam o tráfico, trariam renda para os criadores e receita para o Estado. A comercialização desses animais deve atender todos os requisitos necessários, principalmente a emissão de notas fiscais para garantir o êxito e a legalidade das transações e autenticidade dos produtos.

4.10.2 - A reposição

A estimativa é que existam em cativeiro 80 milhões de aves. Estas aves vão ficando velhas e precisam ser substituídas por novas que, por sua vez, precisam ser criadas em cativeiro.

Não se tem pesquisas da expectativa de vida de uma ave em cativeiro. Algumas espécies duram muito, chegando a viver mais de 20 anos. Essas aves que envelhecem em cativeiro são tratadas pelos passarinhos como aves que recordam momentos de alegria e diversão e, portanto, são muito bem cuidadas. Aquelas que não despertam o interesse são vendidas para outros passarinhos e, assim, vão passando de mão em mão sem que os donos saibam ao certo a sua idade, mas todas são cuidadas até que venham a morrer de alguma doença.

Quanto à reposição anual dessas aves, estima-se que seja de 10% (dez) das existentes, ou seja, 8 (oito) milhões de aves que precisam ser criadas em cativeiro para atender a reposição.

4.10.3 – Crescimento da atividade

O número de passarinhos cada vez aumenta mais. As sociedades e os clubes vão se formando e se organizando cada vez melhor. Esse fato tem atraído para essas sociedades cada vez mais passarinhos e criadores, o que faz aumentar dia a dia o seu número. O associado leva os amigos, os filhos, para os clubes e sociedades, onde vão tomando conhecimento da atividade, principalmente, dos torneios, e sentem a vontade de participar, passando a adquirir os animais que mais despertaram a sua atenção e também a participar desse clubes.

Para atender os novos sócios que vão se incorporando na atividade, é preciso criar animais em cativeiro. Estima-se que o número de novos passarinhos aumente em 10% (dez) ao ano, o que cria uma demanda por aves nos criadouros muito elevada. Se cada novo criador adquirir 5 (cinco) aves para atender os seus caprichos, calcula-se que será preciso criar em cativeiro, por ano, 4 (quatro) milhões de aves para esse novo mercado.

4.10.4 - Animais silvestre para o abate

O abate para atender a demanda pelo consumo de produtos para uso humano tem aumentado constantemente. Hoje, não se abatem animais para consumo, só aqueles que são descartados para a atividade. O senhor Nilso Furlanetto, criador em Mondaí, Extremo-Oeste Catarinense, cria pacas e cutias, não as abate, vendendo toda a sua produção para criadouros de outras regiões, mostrando que a atividade está em franca evolução. As pacas, ele vende a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), e as cutias, a R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Hoje, o grande mercado da fauna silvestre para abate está na produção e venda de reprodutores e matrizes para os novos criadores que não os encontram no mercado

com facilidade, necessitando fazer encomenda para obtenção do plantel para a formação dos novos criadouros.

Em resumo, o mercado para produtos provenientes de criadouros está em larga expansão. Necessitamos, por ano, de 12 milhões de novas aves criadas em cativeiro para atender a demanda de reposição e os novos criadores que vão surgindo, e de muita produção para atender a demanda de restaurantes que necessitam de iguarias para os seus clientes, exigentes de produtos de elevado padrão nutricional e de alto valor biológico e degustativo.

O valor dessas aves para atender a demanda do mercado existente, ao preço de hoje, considerando que cada ave criada em cativeiro custa R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), fica estimada em R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais). Esse é o valor das aves que precisam ser criadas em cativeiro para atender as necessidades dos passarinhos, sem falar do valor da fauna criada em criadouros para atender as necessidades de abate para o uso humano como paca, cutia, porco-do-mato, capivara e ema.

Ainda devemos considerar que a fauna silvestre abatida para consumo humano que não sofre o processo de castração, como ocorre com a fauna doméstica e, portanto, são animais que possuem maior teor de hormônio e melhor disposição orgânica, tornando-se uma iguaria de valor especial e que certamente terá uma grande procura e aceitação nos restaurantes, estimulando o produtor a aumentar a criação com o aumento da demanda e da cotação do preço desses produtos silvestres no mercado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação silvestre é uma nova fonte de riqueza para as pequenas propriedades catarinenses. Ela propicia empregos, renda, lazer, evita que os filhos dos agricultores tenham que abandonar a casa paterna em busca de empregos e, com isso, fica diminuída a miséria e seus efeitos nas zonas urbanas. Possibilita, ainda, que trabalhadores desempregados, vivendo em áreas de pobreza em torno das cidades, possam retornar para os locais de origem e reconstruir a sua vida com uma atividade digna e valorizada pela sociedade, recolocando esses empobrecidos pela agricultura moderna no caminho da sustentabilidade e do progresso social. A atividade, ainda, atrai turistas e estudiosos para aprender, observar, comprar ou participar dos eventos, principalmente torneios e exposições, locais onde se aglomeram muitos criadores.

A criação silvestre está dividida em dois setores distintos:

- 1 – Criadores de pássaros canoros filiados aos clubes e associações
- 2 – Criadores da fauna silvestre registrados no IBAMA

Os criadores de pássaros canoros estão muito organizados. Formam associações e clubes que se reúnem em federações. Essas federações por sua vez, para aumentar o seu poder de organização e defender a classe associada, formaram a COBRAP – Confederação de Criadores de Pássaros Nativos.

Na região Sul do Brasil, esses criadores que formam as associações locais, como a Sociedade Amigos do Curió, em Florianópolis, o Clube Paranaense de Criadores de Pássaros, em Curitiba, o Clube Gaúcho de Criadores de Bicudos e Curiós, e demais clubes localizados, principalmente, nas cidades do interior de Santa Catarina, constituem a Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros, sediada em Florianópolis. Esses criadores associados e federados são responsáveis pela criação e preservação em ambientes familiares de diversas espécies de aves canoras silvestres como: curió, coleira, trinca-ferro, canário-da-terra, azulão, pintassilgo e sabiá-laranjeira, sabiá-coleira, cardeal-do-sul, bico-pimenta, tangará-dançador, tico-tico, bicudo e sabiá-preto.

Esses criadores, com seus criatórios, irão possibilitar o repovoamento de locais onde a biodiversidade esta sendo recuperada com a reintrodução das espécies consideradas extintas localmente.

Muitas dessas espécies correm o risco de extinção porque está havendo muita interferência humana nos seus habitats pelo avanço da agropecuária, e sofrem, ainda, a pressão dos caçadores por tratar-se de espécies que são alvos de passarinhos inescrupulosos que, não podendo criá-las, procuram aprisioná-las em seus cativeiros. Essas espécies, se não foram criadas, certamente serão, no futuro, espécies extintas na natureza, como ocorreu com o curió, que tem cantos de inestimável valor, e hoje só existe porque os passarinhos mais dedicados o reproduziram no cativeiro e formaram verdadeiras escolas de cantos para que os novos pássaros aprendam o canto nativo sem defeitos ou vícios.

Os criadores da fauna silvestre que criam animais principalmente para o abate não estavam organizados, sofreram muita pressão dos ambientalistas e hoje estão reduzidos a poucos criadores que enfrentaram a burocracia e se registraram no órgão ambiental para poder continuar a sua atividade. Esses criadores começaram a se registrar a partir de 1995 e já em 2002 existiam no Estado de Santa Catarina 69 (sessenta e nove) criadores comerciais registrados ou com pedidos de registro em andamento, mostrando que a criação está se tornando importante e que vem agregando valor e destaque no cenário catarinense.

Entre os criadores comerciais, se destacam, na criação de mamíferos, a paca, capivara, cateto, cutia e, entre as aves, a ema, indicando que a fauna criada para abate soma 57% dos criadores do Estado de Santa Catarina. A fauna criada para servir de animais de estimação é bem representada no Estado. Temos os psitacídeos (araras e papagaios) e os pássaros canoros, entre eles o curió. As criações do curió tem destaque pois ele é o principal xerimbabo na criação das aves silvestres, e é considerada ave de inestimável valor por todos os passarinhos que fazem questão de tê-lo entre as aves do seu plantel.

O desenvolvimento da criação de animais silvestre tem propiciado o surgimento de um novo mercado para a atividade agrícola, para a produção de grãos destinados a alimentação das aves em ambientes familiares, que poderiam ser plantados no Estado catarinense, diminuindo o custo final da ração que é quase toda importada de países do hemisfério norte, como alpiste e painço, que podem ser cultivados pelos nossos agricultores agregando renda para a pequena propriedade rural, melhorando a qualidade de vida no campo e poupando divisas do país para a importação desses produtos, além

de baratear o custo da ração e possibilitar que pessoas com menor poder aquisitivo possam também criar, apressando o desenvolvimento da criação. Isso possibilita diminuir o tráfico da fauna existente com maior oferta de animais devidamente criados dentro dos parâmetros da lei e, por conseqüência, ocupando os espaços, hoje, dos traficantes da fauna silvestre que tanto têm maltratado os nossos animais com transportes inadequados para burlar a fiscalização existente e subtraído divisas nacionais para o exterior. Essa fauna criada em ambientes familiares, por ter documentação adequada, não precisaria ser escondida e certamente chamaria a atenção dos compradores, que não iriam querer incômodos com a fiscalização e, por tratar-se de criações sustentáveis, teriam grande procura e serviriam para incentivar a criação ainda mais, tendo em vista que o valor do tráfico no Brasil e no mundo chega a bilhões de dólares. Esse fato mostra o mercado promissor que é oferecido para a criação da fauna silvestre, sem considerarmos que existem no Brasil milhões de passarinhos.

A criação silvestre, além de combater o tráfico, atende a procura da sociedade por produtos muito apreciados como animais silvestres para consumo que agregam grande valor. Esses animais, quando criados em cativeiro, agregam valor muito superior se comparados com os da fauna doméstica, como paca, cutia, capivara, porco-do-mato, ema, arara, papagaio, curió, trinca-ferro, coleira, e uma infinidade de espécies da fauna silvestre que agregam, por matriz, valor altamente compensador em função do valor da matriz, do seu consumo para mantê-la e do valor de suas crias no final do período de um ano.

É preciso que sejam desenvolvidos centros de pesquisa nas universidades, e que os alunos de ciências agrárias possam aprender estas técnicas para que possam levar aos pequenos produtores a nova atividade agregante de valor, sustentável e ecológica por preservar as espécies da extinção e a biodiversidade local.

Estas políticas públicas de incentivo à criação silvestre são de valor ecológico e ambiental inestimável porque, através delas, podemos valorar a fauna silvestre e mostrar para a sociedade que aquele pedaço de mata existente na propriedade, se preservado, poderá agregar valores monetários extras numa exploração futura, servindo os animais nelas existentes como estoque genético para iniciar o criadouro quando o proprietário o desejar. A sociedade, conhecedora dessa importância, não vai permitir que caçadores invadam as suas terras à procura de animais, evitando-se assim a diminuição da

biodiversidade existente. A criação silvestre é a maneira mais prática de preservar o ambiente e colocar um freio no avanço da agricultura moderna por existir atividade mais rentável e que exige menos recursos para a sua instalação e manutenção em função de retorno financeiro da atividade.

Outro fato que contribui para a preservação das espécies silvestres que ocorrem na natureza é a seleção genética feita pelos passarinhos para que seus pássaros cantem cada vez mais. Ficou comprovado pela pesquisa que as aves campeãs nos torneios cantam muito mais vezes no mesmo período de tempo que as concorrentes.

A reprodução desses campeões tem contribuído para o aprimoramento de cantos da qualidade genética das aves e, ao mesmo tempo, também contribui para preservar as aves soltas na natureza porque não dispõem da seleção que sofreram as aves no cativeiro. Isso inviabiliza que passarinhos continuem a capturar as aves silvestres porque não vão contribuir para a sua seleção, e sim provocar uma perda na intensidade de cantos das aves, havendo assim um retrocesso na seleção em andamento.

Outro fator importante abordado na pesquisa foi quanto ao manejo empregado na criação silvestre. Foi observado que quanto mais intensivo for, mais problemas vão se formando, apesar de que há um melhor controle do animal quanto à prevenção de doenças e ocorrência da consangüinidade, que foi levantada por alguns criadores. Mas nas visitas foi observado que os melhores resultados estão com os criadores que fazem suas criações mais abertas, com espaços maiores, onde fica respeitada a etologia do animal. Nesses criadouros em ambientes domiciliares mais abertos, a fauna tem se reproduzido melhor e os animais apresentam melhor disposição, mostrando que é o manejo mais correto. Esse tipo de manejo vem ao encontro do agroecossistema de criação indígena, onde a fauna geria o ambiente e o índio o supervisionava para corrigir as distorções e melhorar as qualidades ambientais como providenciar habitats para toda a biodiversidade.

As criações de curiós hoje são feitas em baterias, ou, como os passarinhos chamam, “*criação de mãe solteira*”, e são muito produtivas e rentáveis. Mas a criação de curiós em viveiros onde o casal fica junto, os pais ensinando o canto aos filhotes, já na fase em que o ovo está chocando, produz aves muito boas e com menos problemas (estresse) que nas criações de “*mães solteiras*”. Nestes sistemas, os filhotes são obrigados a passar muito tempo na “*escolinha-de-canto*” para adquirir canto perfeito.

Concluindo, a criação silvestre é uma atividade que traz grande retorno

econômico ao proprietário, incentiva a preservação da espécie na natureza e no cativeiro, possibilita o uso de novas fontes de alimentos e produtos, cria novos empregos no campo e na cidade, desenvolve o comércio local, suscita novo campo para a pesquisa científica no estudo da etologia, de produtos laboratoriais e alimentares, possibilita novas áreas de trabalho para os técnicos formados nas universidades para prestar orientação adequada aos criadores, que sentem muita falta dessa assistência e que vão buscar os seus conhecimentos nas experiências desenvolvidas pelos companheiros na atividade. Com a pesquisa científica, esses trabalhos poderiam ser encurtados e a criação avançar com mais agilidade e aumentar os retornos financeiros com maior rapidez. Com isso, o Estado ganharia no recolhimento dos tributos decorrentes da atividade. As criações que respeitam a etologia da espécie têm obtido melhores resultados, mostrando a importância de se valorizar e estudar, também, o conhecimento indígena.

É claro que considerar o clima inóspito no inverno também muito contribuiu para que os traços culturais europeus, à semelhança dos judeus, se solidificassem, mas não valorizar o conhecimento indígena foi um grande erro. Era uma cultura diferente que tinha dezenas de milhares de anos de convivência com uma biodiversidade, que hoje é considerada uma das mais ricas do planeta e que não foi valorizada porque o objetivo era dominar os povos da América e, se assim não o fizessem, talvez não teriam alcançado o êxito que procuravam.

No agroecossistema indígena poderiam ser explorados os recursos oferecidos pela biodiversidade em todas as dimensões do sistema. Na superfície, a vida que se desenvolve no solo, animais e vegetais. Na vertical, ao longo do fuste das árvores e espaços e abrigos entre as mesmas, a fauna e os vegetais que ocorrem nesse nicho. Na parte superior do ecossistema, topo das árvores, todos os seres que necessitam desse ambiente para viver. Assim teríamos, numa mesma área, uma diversidade de produtos muito grande, o que melhoraria a qualidade de vida, incentivaria o turismo, preservaria a biodiversidade, aumentaria o emprego e diminuiria o esforço físico do cidadão, diminuiria o uso de remédios, evitaria o estresse e aumentaria a longevidade das pessoas e, como consequência deste resultado, teríamos nova fonte de arrecadação para os cofres públicos. Isso diminuiria a despesa e o atendimento ambulatorial nos hospitais, devido ao gerenciamento humano dos serviços da natureza de maneira mais adequada e ecológica.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALIER, Joan Martínez.-Trad. LISBOA, Armando Melo. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Ed. FURB, Blumenau, 1998.

ANCHIETA, José de. Carta de São Vicente - 1560. Série Cadernos da Reserva da Biosfera, 2ª ed. Caderno nº 7, Inverno. 2000.

BALL, R. P.; RYDEN, J. C. Nitrogen relationships in intensively managed temperate grasslands. Planta Soil, 1984.

BATES, Henry Walter. Um naturalista no rio Amazonas (1848 – 1859). Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1979.

BAUER, Matinn W. e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2ª ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.

RIBEIRO, Berta G. O índio na Cultura Brasileira. UNIBRADE/UNESCO, rio de Janeiro, 1987.

BÍBLIA SAGRADA. 3ª ed., Ed. Santuário, Aparecida, SP. 1983.

BOND, Rosana. A saga de Aleixo Garcia: o descobridor do Império Inca (1515 - 1525). Ed. Insular, Florianópolis, 1998.

BUCKMAN, Harry O. e BRADY, Nyle C. – Trad. Fº FIGUEIREDO, Antônio B. Neiva. Natureza e propriedades dos solos: compendio universitário de edafologia. Livraria Freitas Bastos S. A., Rio de Janeiro, 1976.

VACA, Álvaro Nuñez Cabeça de. Naufraços & Comentários. Trad. Jurandir Soares dos Santos, L&PM, Porto Alegre, 1999.

CAPRA, Fritjof - Trad. ELICHEMBERG, Newton Roberval. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. ed. 14, Ed. Cultrix, São Paulo, 1997).

CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1980.

CASAS, Frei Barlolomé de Las. O paraíso destruído. Trad. Heraldo Barbuy, L&PM Editores, Porto Alegre, 2001.

CONTI, Nicanor Delfino. Chácaras e Quintais: Periquitos, Tuim-tuim, curios, Bicudos e uma ilha maravilhosa. Volume 98, Nº 1, 1958.

COUTO, Jorge. Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos. Ed. Cosmos, Lisboa, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro - org. História dos índios no Brasil. 2ª ed. Ed. Schwartz Ltda., São Paulo, 2002.

DALL'ALBA, Pe. João Leonir, O vale do Braço do Norte. Edição do Autor, Oreleans/SC, 1973.

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Trad. Silvia de Souza Costa, 4ª ed., Ed. Record, Rio de Janeiro, 2003.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Ed. Schwartz Ltda., São Paulo, 1995.

DEAN, Warren. – Trad. MOREIRA, Cid Hnipel A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1997.

DEBRET, Jean Baptiste. – Trad. de MILLET, Sérgio. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

DESCOURTILZ, João Theodoro.- Trad. SANTOS, Eurico. História natural das aves do Brasil. 4º v., Ed. Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1983.

DOMINGUES, Otávio. Introdução à zootecnia. 3ª ed. Serviço de Informação Gráfica, Ministério da agricultura, Rio de Janeiro, 1968.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47 ed. Ed. Global, São Paulo, 2003.

GANDAVO, Pedro de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz (1570). Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1980.

JIMÉNES, Eduardo Gonzáles. El capibara (Hydrochoerus hydrochaeris): estado actual de su producción. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura Y la Alimentación – FAO, Roma, 1995.

Lei 5.197, de 03 de janeiro de 1.967. Lei de proteção à fauna.

LEINZ, Viktor e AMARAL, Sérgio Estanislau do. Geologia geral. 5ª ed. Companhia Ed. Nacional, São Paulo, 1974.

LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil (1555 – 1557). Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1980.

LUGON, Clovis - Trad. Cabra, Álvaro. A república “comunista” crisã dos guaranis (1610 – 1768). 2ª ed. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

MATINS, Celso. Tabuleiro das águas: Resgate histórico e cultural de Santo Amaro da Imperatriz. 2ª ed. Ed. Recriar, Florianópolis, 2001.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. Introdução à economia ecológica. Ed. da FURB, Blumenau, 1996.

NOGUEIRA NETO, Paulo. A criação de animais indígenas vertebrados: peixes – anfíbios – répteis – aves – mamíferos. Ed. TECNAPIS, São Paulo, 1973.

NOGUEIRA FILHO, Sérgio Luiz Gama. Criação de cateto e queixada. Série Animais Silvestres, Manual 169, Centro de Produções Técnicas – CPT, Viçosa, 1999.

Portaria 102, de 15 de julho de 1998. Normatizar o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre exótica com fins econômicos e industriais. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBMA. Ministério do Meio Ambiente.

Portaria 117, de 15 de outubro de 1997. Normatizar a comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos da fauna silvestre brasileira proveniente de criadouros com finalidade econômica e industrial e jardins zoológicos registrados junto ao IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBMA. Ministério do Meio Ambiente.

Portaria 118, de 15 de outubro de 1997. Normatizar o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBMA. Ministério do Meio Ambiente.

RIBEIRO, Berta G. O índio na cultura brasileira. UNIBRADE/UNESCO, Rio de Janeiro, 1987.

RICE, Victor Arthur y ANDREWS, Frederick Newcomb. Cria y mejora ganado. Union Tipografica Editorail Hispano Americana, Mexico, 1956.

SAINT-HILAIRE , Augusto. Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1980.

SANTOS, Izequias Estevam dos. Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica. 3ª ed. IMPETUS, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Silvio Coelho dos. O índio e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Dissertação de Doutorado, UFSC, Florianópolis, 1972.

SICK, Helmut. Ornitologia brasileira. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997.

STADEN, Hans. A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens (1548-1555). Livraria e Editora Dantes, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1999.

TOSTES, Aloísio Pacini. Criação de curios e bicudos. Ed. e Gráfica Scala, Ribeirão Preto, SP, 1997.

VON HERING, Rodolpho. Dicionário dos animais do Brasil. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

Outras referências bibliográficas

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. Disponível em <http://www.billio.ufpe.br/libvirt/revistas/ethnos/pelegre.lht>. Acesso em 15/09/2003.

Boletim Galileu. A luta contra a extinção. Disponível em <http://galileu.globo.com/>. Acesso 13/06/2002.

CAMINHA, Pero Vaz. Carta de caminha. 01/05/1500. Disponível em <http://geociies.yahoo.com.br/>. Acesso em 19/02/2003.

COSTA, Terezinha de Jesus Thibes Bleyer. Caminhos percorridos pelo dr. Jorge Clarke Bleyer nos campos da medicina tropical e da pré-história brasileira. História, Ciência, Saúde, Manginhos, Vol. 10, nº. 1, Rio de Janeiro, 2003.

Disponível em http://www.scielo.br.php?script=sci_artex&pid. Acesso: em 11/03/2004.

DAROLT , Roberto, Engenheiro agrônomo, doutor em Meio Ambiente, Pesquisador do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Disponível em [Http://www.google.com.br/q=cache:6rDm_c2pHEC: www.jornadadeagroecologia](Http://www.google.com.br/q=cache:6rDm_c2pHEC:www.jornadadeagroecologia). Acesso em 10/05/2003.

FERNANDEZ, Fernando. Brasil 12.500 anos: um esboço de uma história ecológica do nosso país. Artigo: maio de 2000. Disponível em <http://www.conhecerparapreservar.org>. Acesso em 12/05/2002.

Atualidades ornitológicas. Disponível em <Http://www.ao.com.br>. Acesso em 21/08/2003.

Banco de Sangue. Disponível em http://www.hemoterapia9dejulho.com.br/tipos_sanguineos_main.html, Serviço de Hemoterapia 9 de Julho. Acesso em 09/06/2003.

PACHECO, José Fernando. Centro de estudos ornitológicos. Disponível em <http://www.ib.usp.br/ceo/biblioint.htm>. Acesso em 19/08/2003.

RENTAS. Rede de combate ao tráfico de animais silvestre. Disponível em <http://www.rentas.org.br>. Acesso em 15/11/2003.

SEATTLE. Carta do chefe Seattle ao presidente dos EUA em 1854. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/desejos/sonhos/seatle.htm>. Acesso em 12/12/2003.

TOSTES, Aloísio Pacini. Confederação Brasileira de pássaros Nativos – COBRAP. Disponível em <http://www.cobrap.org.br/>. Acesso em 05/09/2003.

Território dos dinossauros. Disponível em www.territoriodosdinossauros.hpg.ig.com.br/extincao.htm. Acesso 28/11/2003.

7 - ENTREVISTAS

7.1 - JAIRO JOÃO FERREIRA

Sargento aposentado da aeronáutica

Fone: 228-8521

Secretário da Sociedade Amigos do Curió – SAC

Data da entrevista: 30/06/03

Local: SAC

Tema: O Curió

A fundação da SAC foi em 23/07/80

Nº de sócios: 586 adimplentes, com as contribuições em dia até dezembro de 2002.

383 inadimplentes

Categorias profissionais que são sócios da SAC: advogados, juizes, desembargadores, coronéis, capitães, médicos, engenheiros, economistas, professores, prefeitos, deputados, pedreiros e serventes.

Torneios: até dezembro de 2001 os torneios eram só na modalidade de canto-praia e canto-fibra. De 2002 para cá, passou a ter torneios de cantos regionais como Florianópolis e canto-fibra, que pode ser qualquer canto. O que entra em jogo é o pássaro cantar na frente do outro fazendo-o se calar e nos torneios de cantos o que é valorizado é a qualidade do canto.

O canto-praia e o florianópolis são cantos que valorizam a melodia, a persistência do canto e a repetição com elegância.

Nº de curiós por torneio: 160 curiós - 120 no canto fibra e 40 no canto melodia (Fpolis e Praia).

SAC tem dois empregados: um na limpeza e outro no escritório. O restante do serviço é feito pelos associados em serviços voluntários (José Rodrigues Luciano, Carlos Bristot – tesoureiro)

Criadores: 60% dos sócios são criadores de pássaros: curió, coleira, trinca-ferro, sabiá, tico-tico, cardeal, canário-da-terra.

Tem criadores grandes: mais de cem filhotes por temporada.

Criadores importantes: Ilso Frigo (presidente), Ademir Estácio – 23238776 e 99712729 – Barra da Lagoa., Fernando Egat – 2423426.

Com relação ao curió:

“No mato, os pais, após criarem os filhos, os fazem migrar de sua área de domínio, dispersando-os.” JAIRO JOÃO FERREIRA, 25/06/03.

7.2 - CARLOS CARIOCA

Entrevistado: Carlos Galberto, conhecido pelo apelido de “**Carlos Carioca**”

Fone: 2374272

Vendedor de Ração dentro da SAC

Data da entrevista: 30/06/03

Tema: Consumo de ração

Nº de Consumidores: 800 (que ele atende mensalmente).

Ração para curió: 450 KG/mês

Ração para sabiá, trinca-ferro: 120 Kg/mês

Areia: 100Kg/mês.

Formula da obtenção da areia: Tira a areia do Sambaqui – metade lava na água do mar e outra metade na água doce para tirar o excesso de iodo e as impurezas. Põem a secar. Depois de seca, juntam as duas partes e trituram as partes maiores.

Vende ainda: milho verde, jiló, pepino, chicória, talo de couve. Para trinca-ferro: banana e maçã.

Reprodução: Uma boa fêmea cria oito filhotes por temporada.

7.3 - ZUMARI LEMOS

Entrevista: 03/07/03

Vice-presidente da Federação Sul Brasileira de Pássaros Canoros - FSB

Presidente: ASBC – Associação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros.

Local: rua Coronel Pedro de Moro, 1793 – Estreito, Florianópolis/SC

Fone: 244-4489

Tema: **Registro de Criador de Curió Amador**

Registro: Desde de 1973 tinha o registro de criador amador no ex-IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

O pessoal do IBDF ficou apavorado quando nós fomos tentar fazer o registro no Órgão. Não sabia nem como proceder. Fizeram de tudo para que eu desistisse.

Fiz um croqui e retornei e disseram que tinha que ser assinado por um engenheiro. Paguei uma taxa exorbitante. Ficou essa pendência até 1975 no IBDF de Santa Catarina.

Em 1975 consegui fazer o registro no IBDF do Paraná, em Curitiba, residindo aqui em Santa Catarina.

Esse fato mostra o quanto era complicado o IBDF naquela época e as dificuldades que eram encontradas.

Torneio

O primeiro torneio foi feito em Tijucas, de curió de fibra, com as gaiolas penduradas em estacas de canto. Participaram 30 pássaros. Foi a manhã inteira.

Em 1977, o torneio foi realizado em Florianópolis, na sede do Tribunal de Contas, em Sambaqui.

Clubes

Em 1978 – Itajaí saiu na frente e fundou o **primeiro Clube de Curió** de Santa Catarina.

Em 1978 – Nós entramos como um departamento de curió anexo ao Clube de Canário-do-Reino (ACO), localizado no Estreito.

Em 1980 – Achávamos por bem fundar um clube. Vinha de viagem, chegando a Florianópolis e fundamos um Clube. Falamos com o João Rabelo da Silva, na época Superintendente do DAE (Departamento de Estradas e Rodagens/SC).

No dia seguinte, fui ao DAE e saí de lá com o estatuto do Clube (minuta) pronto, sem nome do Clube. A partir dessa data, passamos a fazer reunião no apartamento do João Rabelo da Silva, em sua residência no Edifício Carolina, na Avenida Hercílio Luz, e ali surgiu o nome da SAC – SOCIEDADE AMIGOS DO CURIÓ, sugestão dada por Waldemar Carpes e aprovada sem contestação por todos.

João Rabelo da Silva foi prefeito de Tijucas.

Os fundadores do clube foram: João Rebelo da Silva, José Correia de Amorim, Luiz dos Santos, João Natalício Pereira, Zumari Lemos, Waldemar Pereira Carpes, Rui Arino Cardoso, Walmor Carpes, Carlos Joaquim Nascimento.

Diretoria

A primeira diretoria foi assim constituída:

Presidente de Honra: Walter Moritz

Presidente: Zumari Lemos

Vice-presidente: Luiz dos Santos

1º secretário: Rui Arino Cardoso.

2º secretário: José Carlos da Silveira

Diretor Social: Gerson Cherem

1º Diretor de Criação: Walmor Carpes

2º Diretor de Criação: Manoel Medeiros

1º Diretor de Fibra: Walmor Pereira Carpes

2º Diretor de Fibra: João Natalício Pereira
 1º Diretor de Canto: Carlos Joaquim Nascimento
 2º Diretor de Canto: Alfredo Plácido de Souza
 1º Diretor de Bicudo: Zumari Lemos

Conselho Fiscal:

Manoel Pedro Camilo
 Dílson M. de Mello
 Emmanoel Gevaerd Jr.

Sup. Conselho Fiscal:

Oswaldo Kinceski
 João Adriano
 Joaquim dos S. Goulart

ASBC – ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE CRIADORES DE CURIÓ

Foi criada em 05/03/1983.

Fundadores:

Zumari Lemos - Presidente fundador
 Sérgio Soares Mattos
 Luiz dos Santos
 Zuri Lemos
 Raul Antonio Galdert
 Arno Corbani

Hoje a ASBC está com 83 sócios em dia.

A sede é na rua Coronel Pedro de Moro, 1793 – Estreito, Florianópolis/SC (sede própria).
 O Estatuto prevê que só criadores de curiós praia-grande e bicudos podem se associar.
 O canto praia-grande é o canto da Praia Grande, do Estado de São Paulo. É um canto universal e se expandiu para todo o Brasil.
 Cantos regionais: Florianópolis, Piracicaba, Paranaguá, Vivi Tetel (Nordeste, que não fazem parte.

FSB – FEDERAÇÃO SUL BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CURIÓS E BICUDOS

Fundação: 12/07/86

Surgiu da decisão soberana de dez clubes.

Todos os clubes eram filiados à Federação Paulista com sede em Piracicaba/SP. Todos os anos iam para Piracicaba representar os clubes de SC – Zumari Lemos, do Rio Grande do Sul – Raul Galdert e do Paraná - Humberto Ultrabo.

Fundadores:

Dez Clubes: seis clubes de Santa Catarina, três do Paraná e um do Rio Grande do Sul.

Santa Catarina:

Associação Sul Brasileira dos Criadores de Curiós
 Associação Esportiva Criciumense dos Criadores de Curiós
 Associação dos Criadores de Curiós de Itajaí
 Sociedade Amigos dos Curiós
 Sociedade Ornitológica Batistense
 União dos Criadores de Curiós de Tubarão

Paraná:

Associação Esportiva dos Criadores de Bicudos e Curiós do Paraná
Clube Paranaense dos Criadores de Curiós
Sociedade Ornitológica de Foz do Iguaçu

Rio Grande do Sul:

Clube Gaúcho dos Criadores de Curiós e Bicudos

Motivos da Fundação:

Dependíamos muito do Estado de São Paulo para fazer reivindicação: reunião.

Numa dessas viagens, tive a idéia de fundar um clube no Sul, em SC, o que não foi aprovado a fundação da federação. Faltaram argumentos.

Não me contive, por não ter argumentos porque não fundar e fui vencido. Fiz nova reunião em 24/05/86, quando houve acordo e fundamos a federação.

Fiquei de presidente até 1990 e a sede da Federação nesse período foi em Santa Catarina.

De 1990 até 1996 – A sede da Federação ficou no Rio Grande do Sul e o seu presidente foi Raulino Raup da Rocha.

Em 1996, os Clubes se reunirão para trazer de volta a sede para Santa Catarina e um dos candidatos forte era Zumari Lemos, que venceu a eleição por 16 X 6 votos, e a sede voltou para Santa Catarina.

Com a sede em Santa Catarina, começaram a ser feitas reformulações totais na Federação: abriu-se maior campo de trabalho, passaram a criar vários documentos e normas. Ex. CTP (Certificado de Transferência de Passeriformes) individual para cada passarinho, nominal, que passou a ser a certidão do pássaro, isso graças um sistema desenvolvido para a federação que monitora cada pássaro, cada criador e a quem pertence. É um sistema que dá os dados dos pássaros criados a partir de 1997.

Foi proposto pelo entrevistado a mudança da razão social devido ao crescimento de outras espécies de pássaros para **Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros Canoros**, porque até aqui só era permitido a filiação de curiós e bicudos.

Hoje, abrangem toda a criação de pássaros canoros, todos os torneios: coleira, canários, bico-pimenta.

CLUBES

História dos Clubes:

O Clube mais antigo é o de Curitiba, de Curiós, onde o Zumari se filiou.

Depois veio de Itajaí – CCI – Associação de Criadores de Curiós de Itajaí.

Antigamente os clubes eram filiados aos clubes de criadores de Canário do Reino, como um departamento. As brigas de Canário nunca foram permitidas.

Antes da fundação da associação, nos éramos encostados (associados) num clube de canário-do-reino para poder melhor organizar nossos torneios.

Quando fomos fundar o nosso clube, o sr. Ademar Cardoso, motorista do Aderbal Ramos da Silva, presidente da ACO – Associação Catarinense Ornitológica, achava que se nós fundássemos a associação, íamos prejudicar a ACO porque o número de filiados na ACO de criadores de curió já era maior que o de criadores de canários do reino.

A ACO tinha a sede onde era a Kimoto, no Centro.

Território de um Curió

Cada curió na natureza deve ocupar uma área de domínio de um raio de 5 Km.

Meu pai tinha um potreiro longe de casa, de mais ou menos 10 km, local onde ele conservava uma fêmea de curió para atrair machos e capturá-los.

O primeiro criador de curió foi o Alfredo Plácido de Souza, morador de Blumenau. Tinha um curió, denominado de “Garanhão”, que eu tentei comprar e que ele não vendeu.

O canto praia-grande veio de São Paulo através de um curió muito bom comprado pelo Luiz dos Santos e que passou a disseminar o canto.

O Bastos, casado com a Eliane, em Criciúma, tinha 70 bicudos e tem num prédio de quatro andares, reservando três andares para manter os passarinhos.

Tem um curió com o canto praia-grande que ele não vende por R\$ 50.000,00. Uma ave para ser boa não pode ter um clipe de nada. Tem que ter o canto puro e um recinto só para ele.

O canto do praia-grande tem que ter treze notas no canto inteiro. O Florianópolis por exemplo tem seis ou sete notas.

Clube especializado de canto praia-grande é Blumenau e Itajaí. Uma ave com o canto praia-grande vale cinco vezes mais que a do canto Florianópolis. Ex. “Se uma ave com o canto praia-grande vale R\$ 1.000,00, o canto Florianópolis vale R\$ 200,00”.

Francisco Natal Parmegiano, de São Paulo, tinha uma criação de dar inveja. Os curiós eram criados em cabines acústicas para que um filho não escutasse o outro e no entanto deu o melhor curió de fibra para Florianópolis.

Francisco Coelho, o Tico, tinha as melhores matrizes de curió que foram vendidas para Francisco Natal Parmegiano,. Esse passarinho deixou crias em Joinville e Blumenau. O de Joinville chamava-se “Bugrinho”, e a todos repete.

O canto é outra história, mas o repetidor é genético.

O de fibra é canto na frente do outro. É pássaro valente, que canta na frente do outro. Quem dá para fibra não desfruta da qualidade do canto.

Entre os melhores passarinhos de fibras está o “Popó”, criado por Francisco Parmegiano em São Paulo, ganhador de diversos campeonatos.

O Zumari pagou R\$ 9.000,00 pelo “Popó”, que era filho da mãe “Dirce”, anel 42. Dei para o Doco. Vendeu por R\$ 15.000,00 em 2002. Nasceu em 1997.

A partir de 1996, começou a desenvolver os torneios de outros pássaros, principalmente trinca-ferro.

Dos curiós criados em cativeiro, 10 % vai para canto e o restante vai para o de fibra.

A diferença entre o curió e o trinca-ferro é que o curió da para ter no apartamento e o trinca-ferro não dá.

Torneios

O trinca-ferro, hoje, nos finais de semana, domingo, temos na região do Vale, Norte, Sul e Florianópolis, temos em média 400 aves disputando os torneios, mais ou menos 100 pássaros para cada roda.

O curió faz um torneio no final de semana com 100 pássaros no Estado. Cada final de semana um em uma região. Hoje, uma roda com 160 pássaros só ocorre em época boa.

Criação e manejo

Criei muito filhote de passarinho no bico sem a presença da fêmea. Há uma grande diferença entre o que a gente cria no bico e aquele que a fêmea tratou e criou. O que foi criado no bico não agüenta 3 (três) minutos no sol e o que a fêmea tratou agüenta e não se nota nada. Parece que aquele que recebeu a saliva da fêmea ficou mais forte e de fato é mais forte em tudo. Existe uma grande diferença, nem se compara.

7.4 - WILSON JORGE DIENER

Fiscal de Tributos Estaduais

Data da entrevista: 01/07/03

Florianópolis

Tema: **Criação de paca**

Meu pai, Alfredo Diener, foi prefeito de Jaraguá do Sul, criava paca naquela cidade faz uns 50 anos. Elas eram criadas num cercado de madeira. Um dia elas roeram as madeiras e fugiram todas. O interessante é que depois elas voltaram, menos uma, que o vizinho pegou e comeu. Deveriam ser umas 15 pacas naquele cercado. Não havia brigas, nem doenças e se reproduziam e criavam. Depois que elas fugiram então o meu pai começou a abatê-las e acabou com a criação. Mas foi muito boa a experiência. É muito fácil de cria-las em cativeiro.

7.5 - ISAIAS ARAÚJO (Bioquímico)

Data da entrevista: 01/07/03

Tema: **Malária**

(Esta entrevista tem por finalidade explicar como ocorreu a grande mortalidade dos índios brasileiros, sendo que ocorreu a epidemia a menos de 60 anos, como seria severa a mortalidade na época do descobrimento e colonização, já que os índios tinham pouca imunidade a epidemias européias.)

Eu tinha sete irmãs. Em 1946 ocorreu uma epidemia de malária nos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Imaruí de Laguna e Araranguá. Na epidemia de malária que ocorreu na localidade de Braço de São João, município de Santo Amaro da Imperatriz, das sete irmãs que eu tinha, cinco morreram. A irmã mais velha tem seqüelas, até hoje, no fígado, baço e problemas hepáticos.

Moravam no Braço de São João, em Santo Amaro da Imperatriz, local onde não existia a doença. Com certeza, a doença foi introduzida e dizimou a população. Muitas pessoas morreram e o Braço de São João foi abandonado.

Os meus pais ficaram e sobreviveram. As crianças tinham menos resistência, não resistiam ao acesso febril e morriam. Na época, o único remédio era o quinino.

Depois que meus pais abandonaram o Braço de São João, vieram morar em Florianópolis, tiveram mais quatro filhos e estes não tiveram malária.

7.6 - PEDRO BAASCH

Criador de paca e aves canoras

Entrevista: 19/07/03

Local: Palhoça – SC

Fone: 242-6304

É natural de Palhoça, tem 70 anos.

Tema: Criação de paca

O segredo da criação de paca é só o dormitório, porque se o macho vê os filhotes na luz do dia, os mata. Quanto mais escuro for o dormitório, melhor. Põem-se palha de bananeira dentro do cercado e elas puxam tudo para a boca da entrada do dormitório e elas tapam a entrada de tal maneira que quanto mais se puxa o material colocado por elas na saída, esse mais se fecha e tranca, formando uma bucha.

A paca come frutas, folhas de árvores (folha de canela, goiaba, araçá), pão velho (dois para cada paca no anoitecer), folhas de couve elas adoram, caqui, manga roem até o caroço.

Tomam banho todos os dias.

Tempo de gestação: *“Três meses, três semanas, três dias e três horas e o paqueto esta fora.”* (Bassch, 2003)

$90 + 21 + 3 = 114$ dias

(Observação: Fabio Morais Hosken informa que é de 116 a 135 dias e diz que outros autores informam 157 dias.) Necessita de estudos devido à controvérsia.

A carne mais saborosa de animal doméstico é a de porco e a do animal silvestre é a de paca.

A burocracia imposta pela entidade IBAMA é um convite para o extermínio das espécies. Acabei com a criação porque era impossível atender a tanta exigência e para não me incomodar dei fim a todas. Foi uma grande dó. Os animais vinham ao anoitecer buscar o alimento na mão dos meus netos. De noite elas saiam do dormitório e iam todas passear no terreiro. Antes que o dia amanhecesse já estavam todas de volta ao dormitório, uma paca deitada sobre a outra. Dava gosto de ver.

Os machos tinham lideranças. Sempre tem um líder. Briga não existe. Existem uns enfrentamentos, mas de pouca relevância, na manutenção da liderança. Então existe um macho líder e os outros submissos. Quando a fêmea está no cio e o macho líder não dá conta, os outros aproveitam. Assim todos cobrem a fêmea.

A casinha de dormitório deve ser feita de tijolo. Um dormitório só. O meu era de três metros de comprimento por 1,20 de largura, com tampa de concreto ou de madeira.

O dormitório deve ser repartido no meio com uma passagem estreita onde se coloca uma porta com guilhotina para facilitar a limpeza. Quando se limpa um lado, toca-se os animais para o outro lado e vice-versa, facilitando o processo de higiene do local sem atropelar os animais, que não gostam da luz do dia. A limpeza deve ser mensal no dormitório. No meu entender, eu usava o piso do dormitório de concreto, mas se eu fosse fazer hoje, faria com barro, por ser mais poroso, porque as pacas costumam urinar dentro do dormitório e sendo mais poroso ficaria mais arejado.

A banheira deve ser 2,00 x 1,00 x 0,40 (comprimento, largura, profundidade), com uma rampinha para os filhotes não ficarem afogados.

O grande segredo da criação de pacas é o abrigo da luz solar.

Criação de aves canoras

Fiz criação de muitas aves canoras que muita gente achava impossível, principalmente o bicudo. O meu irmão trouxe de Brasília, de presente, um bicudo e eu disse a ele que ia reproduzir a ave. Ele achou graça e riu muito. Pois em Brasília, local onde a ave ocorre, não se consegue, ele aqui em SC também não iria

conseguir, e por isso deu gargalhadas. Fui num município vizinho e consegui com um colega uma fêmea de bicudo. Coloquei no viveiro e logo ela começou a esquentar. Foi fácil. Quando ele veio novamente em dezembro, mostrei o casal e quatro filhotes. Ficou abismado.

Já fiz criação de curió, azulão, bicudo, cardeal e coleira.

Tirei bicudo com canto de curió, coleira com canto de curió. Quem cria é que dá o canto. Se você coloca os ovos do curió no ninho do coleira, esses vão nascer, mas vão cantar como coleira. Se o curió descasca os ovos de coleira, esses vão cantar curió. O ovo da genética, mas o canto é quem trata, quem educa, é a língua.

De duas fêmeas de curió, num ano, tirei 25 filhotes de curió em dois viveiros.

O curió cria de agosto até março, pelo período de oito meses. Uma boa fêmea põe em média dois ovos. O choco é de 12 dias. Na primeira postura, 3 (três) ovos. Os filhotes saem do ninho com 12 dias e três dias depois a fêmea já está com nova postura de ovos. O pai cria os filhotes e a fêmea vai chocar a nova postura.

Colocava os viveiros numa distância de 20 metros um do outro. A dimensão de cada viveiro era 1,00 x 1,00 x 1,00 ou 2 x 2 x 1,5 metros.

O ninho de curió eu fazia com casco de côco serrado ao meio. Pegava um pedacinho de saco de linhagem, daqueles antigos, e forrava por dentro, colando o saco no casco do coco. Eles adoravam. Era só colocar que eles já começavam a carregar palha para fazer o ninho. Colocava principalmente raiz de capim, que é o que eles mais gostam.

Na alimentação dos filhotes é utilizado cupim. Não tem coisa igual. Larva de mosca tentei dar diversas vezes, mas não obtive sucesso. Os curió não procuravam e a conclusão foi que não gostavam. As larvas ficavam se mexendo na vasilha, mas eles não davam importância.

Agora, cupim, sim. Principalmente, os com asas. Esses eles não perdoavam. Era só ver e eles “vupte”, já pegavam e levavam para os filhotes. Dava gosto de ver.

A gente pega uma vasilha de boca e profundidade larga, como um prato. Enche de água até a metade e coloca no meio um pedaço de tijolo de forma que o tijolo fique uma ilha, cercado de água por todos os lados. Em cima do tijolo colocam-se os cupins para que os curió possam capturá-los. Daí o cupim começa a andar e a contornar a água porque não pode passar e os curió vão pegando. Se não fizer assim, tem viveiro para pouco tempo. Eles comem toda a madeira.

Criação de Cutias

Criei cutias por dois anos. Tive que parar porque me mudei para Florianópolis para que meus filhos pudessem estudar na Universidade.

A criação de cutia é igual a criação de paca. É a mesma coisa. Só que precisa ter esconderijos suficientes para o animal, na hora em que for parir, ter onde se esconder e as outras não perturbar. Cria de um até três filhotes por parto. O que precisa é alimentação suficiente, daí elas deixam a outra em paz. Muitos têm problemas porque as cutias são mal-alimentadas e, na hora que uma vai parir, é perseguida pelas outras para atender as suas necessidades de alimento. Esse é o problema.

7.7 - EUPÍDIO VICENTE COELHO

Criador de Cutias, Aracua e Coleira

Entrevista: 20/07/03

Local: Cova Funda – Palhoça / SC

Natural da Cova Funda, Palhoça, tem 63 anos

Tema: Criação de cutias

A gestação da cutia é de 101 dias. Não pode deixar o macho junto porque senão ele come a cria quando ela nasce. É obrigado a separar. Dá de um a quatro filhotes por parto. Observação: Fabio Morais Hosken escreve que o período da gestação é de 117 dias – (Período entre 116 a 135 dias). Há controvérsias.

Comida: milho, aipim, repolho.

Só numa roça foram abatidas 28 cutias. Tinha muitas e ainda tem.

A cutia se abate o ano todo porque ela se reproduz o ano todo. O tatu, só nos meses de abril, maio e junho porque nos outros meses está em gestação.

Uma cutia grande chega a pesar até 4 Kg.

Receita para preparar a cutia:

Abre o animal em 4 pedaços.

Coloca alho (uma cabeça), vinagre, pimenta, cominho e sal.

Fica no tempero por 12 horas e depois assa.

Não tem carne igual.

Acabei com a criação de cutias para evitar problemas com o IBAMA, fiquei só com os passarinhos porque eu gostava muito e não tive coragem de me desfazer.

Criação de Aracua

Criei aracua desde os 15 anos, até 1995, quando a Polícia ambiental num dia em que eu estava hospitalizado, veio na minha casa e levou todas as minhas aracuas e meus passarinhos. Foram levados dez aracuas, oito coleiras e um sabiá amarelo. Os oitos coleiras eram um casal velho (pais) e os seis filhotes criados na temporada. Ver notificação do IBAMA nº 071667, série B, de 11/04/1995.

Aracua, eu criei por 40 anos até que fui impedido pela lei ambiental.

Na apreensão das minhas aves, levaram junto uma aracua que tinha há quinze anos no cativeiro. Botava os ovos em ninho de galinha e chocava. Dava gosto de ver ela criar os filhotes. Eram aves muito mansas e dóceis. Nos dias de chuva, era aquela cantoria: grurancoco, guarancoco, guarancoco.

Foi o meu pai que me ensinou a criar aracua em cativeiro. O meu pai morreu com 84 anos e criou aracua a vida toda. A criação de aracua é muito bonita. É uma ave muito fácil de tratar. Come de tudo, menos milho. Repolho, couve, frutas, coco-de-cachorro (engole inteiro e depois regurgita só a semente), banana, folha de taiá, ração de postura, arroz cozido, resto de comida, pão velho, ameixa, fruto do palmito (engole inteiro e depois regurgita só a semente), menos comida seca como milho, isso ela não come.

Faz o ninho na mata, no capim corta-corta (capa-cão). Amontoa o capim com o bico puxando para o monte. É aquele ninho grandão, muito bonito, dá gosto de ver. Fazem o ninho sempre na beira do mato, entre a capoeira grossa e a fina, geralmente na vassoura fina, ou na beira de caminhos. É muito fácil de achar. É só observar onde elas cantam que lá está o ninho. É só procurar que acha.

Põem três ovos brancos, geralmente maiores que o de galinha. É mais comprido, dando o aspecto de mais fino.

O choco é por 28 dias, igual ao de peru.

Nasce um pintinho pintadinho que sai do ninho na hora que nasce. Está sempre debaixo das asas dos pais até poder se virar sozinho.

A aracuã trata o filhote que descascou no bico.

Uma técnica de se pegar as aracuã no ninho e colocar um ovo de galinha no ninho da aracuã para ela chocar e outro na galinha em casa. Quando o ovo da galinha descascar a gente sabe que o ovo no ninho da aracuã também descascou. A gente vai ao ninho da aracuã e pega o pintinho que descascou e coloca em baixo de uma arapuça armada. A aracuã vai protege-lo e fica presa na arapuça.

Tem aracuã que não adota o ninho de galinha. Põe o ovo no poleiro. Para que ela não ponha os ovos do poleiro, tiram-se os poleiro do viveiro e então ela coloca os ovos no chão, na areia, daí ela não quebra os ovos. Esses ovos, então, são chocados na galinha garnisé.

Criação de coleira

Na apreensão, a Polícia Ambiental levou uma fêmea de coleira da qual num ano eu tirei 12 filhotes de coleira. Melhor que aquilo não existia. Só fizeram foi prejudicar a mim e ao pássaro. Hoje, não existe mais coleira solto. Os que caçam eles não proibem, basta sair por aí e olhar as casas. Como é que vieram até aqui destruir um criador que, no meu entender, só fazia o bem? Para onde levaram minhas aves até hoje eu não sei. Só sei dizer que, se eu tivesse ficado com as minhas aves, quantas eu teria criado até agora? Não era mais importante a minha atitude? Ou destruir um criador que criou aves tantos anos era mais correto?

A criação de coleira precisa de cupim e milho verde (dá aos pedacinhos, quanto mais verde, leitoso, melhor).

Para fornecer os cupins, eu usava duas vasilhas com água dentro até a metade, onde eu inseria a base do pé da mesa sobre a qual expunha os cupins para que as aves pudessem apanhá-los. Se não fizer assim, os cupins vão fugir e passar a comer a madeira do viveiro, que durará pouco tempo. Para ter o cupim disponível, pega-se um saco de naylon e arranca-se um cupinzeiro nos matos, e coloca inteiro dentro e traz para casa. Tem que amarrar a boca do saco bem apertada porque senão eles fogem. Quando percebe-se que esta próximo de descascar, a gente já passa a fornecer os cupins para que eles possam tratar os filhotes, colocando em cima da bandeja, que está com os pés imersos na água um pedacinho de cupinzeiro que contenha cupim. A medida que eles vão pegando, a gente vai quebrando, um pedacinho do cupinzeiro para os cupins ficarem expostos a ave possa capturá-los. Esse é o processo e o segredo da criação de coleira, curió, azulão e outros passarinhos. Todos os passarinhos de canto gostam de cupim para tratar os seus filhotes.

Notificação emitida pela Polícia Ambiental para apreensão das aracuãs e coleiras do senhor Eupídio Vicente Coelho, na localidade de São Sebastião, no município de Palhoça, em 11 de abril de 1995.

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis		NOTIFICAÇÃO		07 REGISTRO NO IBAMA	NÚMERO
					071667
				SÉRIE B	
02 NOTIFICADO INTERESSADO A:	03 DATA DA NOTIFICAÇÃO	04 ATIVIDADE DO NOTIFICADO	05 CÓDIGO GRUPO/CONVÊNIO	06 PARA USO DO PROCESSAMENTO	
13 45 01 ABRIL 1995		S/R	580.7026		
08 NOME COMPLETO				07 CÓDIGO	
EUPÍDIO VICENTE COELHO					
09 ENDEREÇO				10 CEP	
RUA PAULO JOSÉ DE SOUZA					
11 BAIRRO/DISTRITO		12 MUNICÍPIO		13 UF	
SÃO SEBASTIÃO		PALHOÇA		SC	
14 DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA					
- UTILIZANDO PASSARO CÂNDIDOS E OUTROS, NATIVO, SEM REGISTRO E ANILHAMENTO, CONSOANTE A LEGISLAÇÃO VIGENTE					
OBS.: A RELAÇÃO APREENSÃO DAS AVES NO TAD N.º 66616					
15 NOTIFICADO DEVEIR COMPARECER AO IBAMA NO ENDEREÇO AO LADO, NO PRAZO DE 15 DIAS A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, PARA PRESTAR DECLARAÇÕES SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA. O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ CONSTITUIR OBRIGACÃO PENAL.			16 ENDEREÇO DE APRESENTAÇÃO		
17 PESSOA RESPONSÁVEL, CASO O INTERESSADO NÃO ESTEJA PRESENTE.			18 LOCAL		
NOME COMPLETO			POLÍCIA AMBIENTAL		
OSVALDO VICENTE COELHO			PARQUE FLORESTAL DO VERME- LHO, ESTRADA GOV. S. J. A.		
ENDEREÇO			19 ASSINATURA DO NOTIFICADO		
RUA PAULO JOSÉ DE SOUZA, 451			M. Vicente Coelho		
20 MUNICÍPIO		21 CEP		22 UF	
S. SEBASTIÃO		PALHOÇA		SC	
MOD. 07.002 - 1ª VIA - PROCESSO - 2ª VIA - NOTICADO - 3ª VIA - ÓRGÃO EMITENTE					

Termo de autorização para apreenderem as aves de Eupídio Vicente Coelho, conforme infração à Lei 5.197/67, art. 1º e 2º

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
COMPANHIA DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A U T O R I Z A Ç Ã O

OSMILDO VICENTE COELHO, doc. Idem nº 2.066-863.....
com autorização a SERVIDOR DA VTE PR. 12.901.....COMPONETE POR
Sgt Schelheim, Cx Marcela, sd.....
NO ATIO
situada em seu domicilio, situada na RUA Paulo José de Souza
nº 396.....1345.....horas, a fim de detorem,
APREENDEREM, AVES EM CATIVEIRO NATIVA
INFRAÇÃO LEI 5.197/67 Art. 1º, 2º
PALHOÇA, 11 de Abril de 1975

1º TESTEMUNHA:

JOSE WAZARE COELHO
RUA PAULO JOSÉ DE SOUZA, 570
PALHOÇA
CIDADANIA: S. SEBASTIÃO

+ José ozeir baello

2º TESTEMUNHA:

NOME.....
ENDEREÇO.....

OBS: O SR OSMILDO V. COELHO, ERA O RESPONSÁVEL PELO CUIDAR
DOS ANIMAIS PRESOS, NA AUSÊNCIA DO PROPRIETÁRIO


ASS DA AUTORIDADE
José Wazare Schelheim
Cpl PM, Mat 923002

Nº x Comissão Vicente Coelho
ASS DO PROPRIETÁRIO

7.8 - JOSÉ ALÍPIO DA SILVA

Criador de cutias e aracuaã

Entrevista: 19/07/03

Local: Morro do Gato, Palhoça/SC

É natural do Morro do Gato, Palhoça, tem 73 anos

Tema: Criação de Cutia

Quando a fêmea for parir é obrigado a ser isolada porque senão as outras comem as crias, chegam a puxar na hora que outra está parindo. Não esperam nem a finalização do ato. Na natureza, a fêmea quando vai parir procura uma fenda de pedra onde só os filhotes conseguem entrar. Então, ela cria na boca da fenda da pedra para que os filhotes possam se esconder das demais fêmeas do mato, para que não sejam devorados.

Então, a mãe quando vai aleitar os filhotes, vem chegando e chamando os filhos Ruhk, ruhk, ruh, ... ruhk. E os filhotes respondem: cuim, cuim, cuim cuim e vão saindo do buraco, pequeninhos que nem um rato, até é bonito de ver. A fêmea, para proteger os filhotes se encolhe toda, ficando uma roda, curta e grossa de cabelos arrepiados. As fêmeas do mato que vêm ver se conseguem pegar um filhote recebem cada panaço que dá até dó. O bicho nessa hora fica valente e as do mato disparam todas.

A cutia se alimenta de muita coisa, principalmente frutas. O côco indaiá ela chupa primeiro, e depois em dois segundos: tresck, tresck, tresck, abre o côco e come a amêndoa. O interessante é que esse côco é extremamente duro, precisando de um bom martelo ou uma boa pedra para quebrar a semente, e elas fazem com a maior facilidade.

Quando eu pegava uma cutia no mato, para que o grupo aceitasse era muito difícil se não fosse usada estratégia, porque elas brigam muito com a nova e nenhuma aceita. Quando elas começavam a gritar: cuim, cuim, cuim é porque elas estavam brigando. Gritam principalmente à noite. Então eu enchia uma lata grande, de 18 litros (querosene), com pedras e punha uma alça. Na alça eu amarrava um arame fino e estendia ele até a cabeceira da minha cama. Como o criador ficava atrás do quarto, eu podia escutar elas brigando: cuim, cuim cuim. Então eu puxava o arame que estava amarrado na lata cheia de pedra colocada estrategicamente dentro do criador e soltava. Era aquele barulhão danado. Então, corriam todas para os seus esconderijos (tocas) e paravam de brigar e gritar. Em três dias a nova cutia estava aceita. Do contrario elas matariam a dentadas. São bichos ruins com os estranhos da sua espécie quando colocados juntos.

A minha criação de cutias era de trinta a quarenta animais. Eram muito procuradas pelo pessoal da região devido à qualidade de sua carne. Acabei com a criação por medo que a Polícia Ambiental ou o IBAMA pudessem me notificar e me prejudicar. Escutava e via notícia no rádio e na televisão a respeito e me preocupava, apesar de achar um absurdo proibir as pessoas de criarem esses animais.

Receita para preparo do animal

Esfola o animal – Cutia é bom tirar o couro, é muito duro.

Gambá: sapeca e depois raspa o couro.

Pica o animal em pedaços miúdos com se fosse uma galinha.

Faz o tempero (salmoura) assim:

Pega uma laranja azeda, espreme e queima o amargor com água fervente (pouca água). Uma cabeça de alho, pimenta, cominho, sal a gosto e tempera os pedaços do animal um a um e vai amontoando numa vasilha.

Deixa até o outro dia no tempero.

No outro dia, quando vai preparar, pega-se um pedaço de cada vez e vai fritando na banha de porco até dourar e depois coloca na panela para assar com pouca água e vai mexendo para não queimar até ficar bem assado.

Uso medicinal da banha de gambá

A banha do gambá preto é muito valiosa. Serve para muitas finalidades, principalmente para o tratamento de reumatismo ou dores musculares, só que tem que tomar muito cuidado. É uma banha muito quente e a pessoa, quando come dessa banha não deve tomar água e nem coisa gelada porque pode ficar com o corpo sensível e pegar doença, principalmente reumatismo, e nunca mais se curar.

Uma vez tive um problema de coluna e não podia nem me movimentar. Mandei a minha mulher fazer uma tira de um casacão (capucho) velho, daquele que os cavaleiros usam nos dias frios e de chuva para se abrigar. Arrumei banha de gambá preto e mandei a minha esposa passar nas costas sem tocar a mão na banha para que não ficasse doente. Depois mandei pegar a tira do casacão e polir as costas embanhadas com a tira como se faz com um sapato quando se vai engraxar. Deu um quenturão depois que eu tive que trocar duas mudas de roupas devido ao suor. Fiquei bom e até hoje as minhas costas não doeram mais.

A banha do gambá saro não é tão boa, banha boa é a do gambá preto. O gambá preto é menor que o gambá saro e não dá tão grande.

Numa caçada de gambá, eu e um amigo matamos nove gambás esfugulhando nos ninhos com uma vara. Os bichos eram gordos, comiam muito coco de cachorro na várzea. Quando chegamos aqui perto de casa, já com o saco cheio, achamos mais um ninho. Esfugulhamos. Era um gambá enorme. Ele fugiu pela beira no rio, mas eu me mandei atrás dele com água pela cintura, no meio do capim-angola. O cachorro cercou ele pela frente e eu o pequei. Era enorme e muito gordo. Pesava um 5 Kg. Repartimos os gambás. O meu amigo ficou com seis e eu fiquei com quatro.

Nisso apareceu um conhecido que gostava muito da carne de gambá e disse que estava com desejo de comer um gambá, porque fazia tempo que ele não saboreava. Disseram para ele que o seu amigo estava preparando seis gambás que tinham sido caçados. Nem acreditou, mas mandou-se para a casa do meu amigo e esperou que aprontasse os gambás. Foram aprontando e ele foi comendo. Comeu tanto que lhe deu uma corredeira que foi parar direto no hospital. Carne de gambá é assim. Tem que tomar cuidado. É muito forte e quente.

Criação de Aracuã

A melhor maneira de se criar aracuã é tirar os ovos no ninho delas no mato e colocar a chocar junto com os de galinhas. Quando nasce, a gente cria junto com os pintos. Elas ficam então muito mansas. As minhas eram muito ciumentas. Se aparecesse uma pessoa estranha, elas avançavam a bicada na cabeça do visitante, principalmente o macho. Eu as criava soltas no terreiro. Trazia banana e pendurava os cachos nas laranjeiras para elas comerem. O interessante que elas trazem as do mato para casa também. Forma aquele bando enorme.

Quando estava adivinhando chuva era aquela cantoria: guarancoco, guarancoco, guarancoco. Era uma alegria.

Tive que acabar com elas. Acabei dando. O macho tinha muito ciúme de mim. Se chegava uma pessoa ele atacava, sem dó nem piedade. É um bicho que gosta muito do seu dono.

7.9 - AILTON LOPES

Soldado da Policia Ambiental

Entrevista: 24/07/03

Local: Parque do Rio Vermelho, Florianópolis/ SC

1º Pelotão.

Fundação da Polícia Ambiental: 23/07/1990

Efetivo: 370 Homens.

Nº de pelotões: 13

Objetivo: Fiscalização ambiental de todo o Estado de Santa Catarina, da pesca, desmatamento, caça (fauna) e mineração irregular.

Atende as reclamações da comunidade (denúncias) e observa irregularidade em deslocamento pelo Estado. Não usa imagem de satélite para fiscalizar. Faz fiscalização aérea com o helicóptero da Polícia Militar que vendo irregularidades encaminha para que se verifique e a Policia Ambiental possa autuar.

Fauna: A fiscalização da fauna é feita principalmente no combate de pássaros em gaiolas com situação irregular. Os animais apreendidos são encaminhados para o IBAMA para que sejam dados os destinos necessários.

Os animais abatidos e apreendidos nas fiscalizações são encaminhados para o IML – Instituto Médico Legal, para fazer a autópsia e verificar a causa da morte. Esses animais ficam na geladeira do IML até que o juiz autorize a sua cremação. É proibido encaminhar espécimes para entidades filantrópicas para que não se incentive a caça.

7.10 - LEALDINO DA SILVEIRA

Criador de paca, jacupemba e aracuã

Entrevista: 25/07/03

Local: Três Riachos, município de Antônio Carlos/SC

É natural de Três Riacho, Antonio Carlos, tem 91 anos

Tema: Criação de Paca

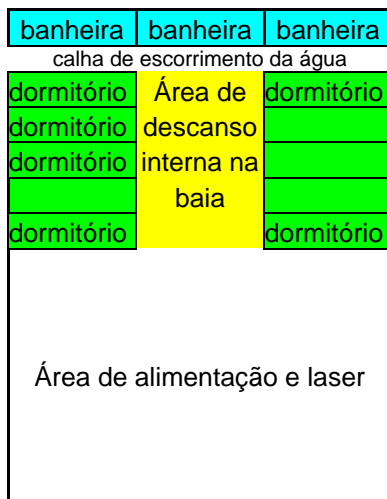
A paca come de tudo. É um animal muito fácil de se criar. Nunca tive problema com doenças. Tinha a criação num cercadinho feito de tela. Num dos lados ficavam duas banheiras onde elas tomam muito banho. Depois da banheira tinha um corredor para a água que esparramasse das banheiras escorresse. Esse corredor, que parecia uma vala, tinha dois palmos de largura e atravessava toda a lateral ao lado das banheiras, ficando entre as banheiras e o galpão de abrigo. Dentro do galpão tinha os dormitórios, que eram feitos de pedras e tapados com pranchão para ficar bem escuro. Ali elas dormiam. A comida (banana, goiaba, milho, abóbora, laranjas, frutas) era colocada no lado oposto às banheiras, dentro do cercado de tela. Elas saiam do galpão por um buraco para irem comer no cercado a comida ali oferecida.

Era uma criação muito bonita. As pacas pesavam mais de doze quilos. Criei muita paca, nunca matei nenhuma. Mal criava e já vendia. Tinha muita procura.

É carne saborosa assada de espeto e comida com pirão de farinha.

Acabei com a criação por medo que alguém me denunciasse ao IBAMA. Falava-se muito que eles podiam bater na minha casa e por isso eu vendi as últimas pacas para Joinville e assim terminou a minha criação, que já tinha anos.

Colar o curral de manejo:



A criação de Jacupemba e Aracuã

A criação de jacupemba e aracuã é igual. O ovo é semelhante, mais comprido e mais fino que o de galinha. O da jacupemba é um pouco maior que de aracuã. Os dois são brancos. Quando os filhotes nascem, elas tratam no bico. Se puserem os ovos no começo da temporada, elas botam duas posturas; caso contrario, botam uma só, porque ficam muito tempo tratando dos filhotes.

7.11 - LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR

Criador de aves

Entrevista: 27/07/03

Rua : Antônio Carlos Ferreira, 471

Agronômica – Fpolis

Fone: 2668522

Tema: Custo de Manutenção das aves

Tenho 130 aves. Gasto por mês em média R\$ 500,00. Nesse valor está incluído ração e medicação. Recebo muita ave da Polícia Ambiental e tenho que fazer medicação. Muitas são devolvidas para a reintrodução.

Neste ano, com duas fêmeas de macuco acasaladas com um macho, obtive 63 ovos de macuco. Três fêmeas de inhambu botaram 33 ovos.

O período de choco é de 28 dias para jacu, jacutinga e aracuã; para macuco, inhambu é 21 dias.

Se as aves forem tratadas com ração especial, ração de codorna, elas botam muitos ovos. Não dá para segurar, aumenta muito e a gente fica sem espaço. O saco de 25 Kg dessa ração custa R\$ 38,00. Dou muita fruta para as minhas aves.

7.12 - JEFERSON MARTINS

(criadouro Iracema Martins, Ex. Antônio Martins)

Entrevista: 27/07/03

Rua: Hígido Luiz Gonzaga, 136

Roçado – São José

Tema: **Custo de Manutenção das aves**

O meu custo de manutenção de aves é muito alto. Gasto por mês R\$ 1.130,00 para alimentar minhas 200 aves. Gasto muito porque as minhas aves são de porte grande, jacu, jacutinga, cisne, macuco, arara, papagaio.

7.13 - JOSÉ NITRO DA SILVA

Criador de paca

Entrevista: 28/07/03

Rua: Presidente Kennedy

Campinas – São José.

Tema: Criação de paca

Eu gosto muito das minhas pacas e tenho um bom pomar para alimentá-las com frutas. Mesmo assim, ainda compro muita coisa. Crio umas dez pacas por ano nos três Galpões. Mantenho em cada galpão dez pacas (totalizando nos três galpões 30 pacas, 20 fêmeas e dez machos) para que elas vivam folgadas para não ter problema de super-população. O problema é que quando a gente aumenta o número de animais, tem que usar ração e isto não é o ideal para mim. Prefiro ter poucas e alimenta-las com frutas, que é o ideal. Com o aumento do plantel, temos o problema de ocorrer surtos de doenças e isto é mais um motivo para que eu tenha poucas pacas para evitar doenças. Sendo bem alimentadas, a probabilidade de ocorrer doenças é muito baixa. Isso tudo ajuda na manutenção do plantel.

O problema é que a paca fica para criar só três vezes. Depois da terceira vez, ela não aceita mais o macho, que fica todo mordido quando percebe que a fêmea está no cio. As fêmeas com mais de três gestações eu tenho abatido por este motivo.

Outro problema é o baixo numero de filhotes por parto, que é um só, no máximo dois por ano. Então, a paca evitando o macho depois da terceira cria e tendo um só filhote por parto, faz com que cada fêmea deixe apenas três filhotes, o que é muito pouco.

Por este motivo não aconselho a criação de paca para ninguém como forma de investimento econômico. Só como lazer. Aí, sim, está a vantagem de criar para poder saborear um bicho quando quiser, para ter à disposição.

Quanto ao registro de criador no IBAMA, no passado era muito difícil, hoje está muito fácil.

7.14 - GERALDO BAGGENSTOSS

Criador de Pacas, Catetos e Queixadas

Entrevista: 25/07/03

Rua: Albino Schultz, 865

Joinville

Tema: **Alimentação dos animais**

“Gastamos semanalmente 15 a 18 caixas de produtos diversos (aipim, banana, batata-doce, taiá, maçã, cenoura, repolho 15 a 20 cabeças, etc) para alimentação de nossos animais. Os produtos que eles mais consomem são aipim e banana por ser mais barato”.

O plantel é de 50 pacas, 7 catetos e 8 queixadas.

7.15 - NILSON FURLANETO

Criador de pacas e cutias
Entrevista por telefone: 29/07/03
Rua: Hubert Weiss, S/N
Linha Rio das Antas
Mondai – SC
Telefone: 049 674.0270

Tema: Criação de pacas e cutias.

A criação silvestre é muito rentável. O custo mais elevado é no início, para fazer os investimentos necessários de infra-estrutura para montar o criadouro. A cerca de tela é que eleva o custo inicial da criação. O segundo custo é a compra de matrizes, que são bastante caras. Feito o cercado e compradas as matrizes, a fase crítica da implantação pelo lado financeiro está resolvido.

Carquei três hectares de capoeira com telas malha cinco. Em baixo da tela fiz uma taipa com pedras rústicas cimentando a tela no ponto de contato com a tela. Assim ela ficou segura e os animais não fogem.

Dentro de cercado fiz um tratador cimentado e coberto onde ponho o alimento para os animais comerem. Esse tratador é cercado e tem uma porta. No centro do tratador coloquei uma luz para que os animais comam com a luz acesa. Assim posso observar de noite os animais se alimentando e o seu desenvolvimento. Quando preciso capturar algum animal, aciono um sistema e a porta de entrada no tratador se fecha e assim capturo o animal que desejo. Mesmo assim, quando faço capturas, os animais ficam desconfiados e arredios, evitando vir se alimentar, mas depois eles se acostumam e retorna tudo ao normal. Por isso, deve-se manusear os animais o menos possível.

Dentro do cercado fiz alguns abrigos para os animais. Alguns desses abrigos são de alvenaria. Outros são valas feitas nos chão com tapumes de madeiras e é justamente os que os animais mais procuram. Observa-se que eles preferem as valas aos abrigos exóticos. Por isso não se deve gastar muito na construção de abrigos e sim improvisar devido ao comportamento dos bichos.

Deveria ter 80 cutias e 80 pacas. Andei vendendo 50 animais de cada espécie para criadores. A procura é muito grande. Tem que encomendar agora para que eu possa fornecer lá para dezembro. Segundo a Dona Marlise, funcionária do IBAMA, eu sou o melhor criador desses animais.

Vendo as pacas a R\$ 400,00 e as cutias a R\$ 80,00. As pessoas costumam comprar oito fêmeas e dois machos de paca para dar início um criadouro. Para as cutias, como elas são mais reprodutivas, a recomendação é que comprem três fêmeas e um macho para dar início à criação. Não tenho abatido. A procura é muita. Teve um restaurante de Balneário Camburiú que me procurou para fornecer animais abatidos, mas eu disse que não poderia atendê-lo. Já tinha muita procura de todas as regiões do Estado.

As minhas pacas têm dois e algumas vezes três partos por ano porque ficam para reproduzir no mesmo dia em que parem.

As pacas pesam em torno de dez quilos. As cutias três quilos depois de limpas e vivas devem pesar uns cinco quilos.

A paca e a cutia são animais que comem muito pouco. Se der meia batata por dia ela já se contenta, não precisa mais do que isso. Gasto por mês 50 kg de quirela e 150 kg de raízes (batata, aipim, etc). Planto muita fruta dentro do cercado para que elas possam ter as frutas disponíveis. Esses animais têm um defeito: costumam se alimentar das árvores que têm a casca lisa (jabuticaba, goiaba, cereja) que por isso precisam ser cercadas com tela em volta do tronco para que elas não danifiquem a casca. Para as árvores que têm a casca áspera não é necessário. Elas roem ossos quando colocados no cercado.

Faço vermifugação duas vezes ao ano, conforme orientação do veterinário, adicionando vermífugo na quirela. No mais não têm problemas. É um animal de boa saúde e que não dá trabalho. Não tem cheiro e o ambiente está sempre limpo. A única coisa que eu faço, além de trata-las, e desvermifugar e lavar o tratador de vez em quando para evitar o acúmulo de restos de comida.

Recomendo a criação para qualquer um que tenha um sítio, mas que crie nesse sistema mais solto, como eu faço.

Perguntado se era verdade que a paca dava só três crias e depois não aceitava mais o macho, ele me respondeu: - Pura bobagem. Tenho paca aqui dessas mais antigas que deve ter dado já dez crias, ou seja, dez partos. Então isso não acontece. Ao meu ver, é falta de espaço.

7.16 - MARCOS ADRIANO TORTATO

Entrevista 07/08/03

COOPERATIVA CAIPORA – FPOLIS

Fone: 99821350

Função: Sub-coordenador da FÁTMA

Parque da Serra do Tabuleiro

Centro de Contenção da Fauna

Criação semi-extensiva

Tema: Manejo e objetivos do Centro de Criação do Parque

O Centro de criação é uma área cercada de 150 hectares situada na restinga da praia do Sonho, município de Palhoça/SC, tendo por objetivo a educação ambiental, pesquisa científica, além de proporcionar o lazer.

O meu trabalho é de prestador de serviços ambientais para a FÁTMA, onde se procura divulgar as informações que auxiliem as pessoas a adquirir informações sobre o meio ambiente, como proceder e aprender a valorizar a flora e a fauna.

Na área do Centro há 7 (sete) antas e mais ou menos 100 (cem) capivaras. Além desses animais ainda temos cutia, aves e mamíferos visitantes como gato do mato.

Nosso serviço é dar suporte a educação ambiental e na fiscalização e condução dos visitantes.

A alimentação dos animais está a cargo e sob a responsabilidade dos funcionários da FATMA e, portanto, nós não intervimos.

Antes de trabalhar aqui no centro, eu trabalhei no Pantanal numa fazenda de manejo de queixada, numa área de 100 hectares, onde se continham 250 animais. O interessante é que esses animais se dividiram naturalmente em três grupos distintos. Os animais novos, quanto introduzidos, porque eram capturados nos matos, eram sempre aceitos nesse grupo na última linha das lideranças, ficando muito submissos. Os introduzidos eram sempre animais novos.

O que se observou é que esses animais destroem muito o ambiente, eliminando a vegetação e revirando (fuçando) o solo, principalmente nas áreas próximas aos locais úmidos, além do pisoteio intenso, pois caminham muito.

7.17 - HUMBERTO OSMAR UTRABO

Registro 05 – Clube Paranaense dos Criadores de Curió – CPCC

Rua: Prof. Ângelo Lopes, 1536

CEP: 80040-240 – Curitiba/PR

Fone: 041-262 7126

Presidente:

CGC: 78 743 457/001-83

Entrevista: 07/08/03

O Clube Paranaense de Criadores de Curió é formado por 700 sócios. Destes, 200 são criadores e os outros 500 são portadores de curiós.

É necessário fazer uma distinção na modalidade dos registros feitos nos clubes ou associações, separando os que estão registrados e que criam aves daqueles que estão registrados para poder legalizar os pássaros que possuem em seu poder.

Aqueles sócios que fazem suas criações deveriam receber, portanto, registro de criador e aqueles que só tem o registro para legalizar as suas aves deveriam receber o registro de portador de aves e não de criadores como ocorre atualmente. Hoje, aquele que tem um curió para apreciar o seu canto e filia-se a um clube ou associação recebe o registro de criador e que é um erro porque na verdade ele não está criando e sim portando um espécime da fauna silvestre.

A criação de curió é muito demorada. A fêmea leva 13 dias para chocar os ovos e mais 35 dias para criar os filhotes e depois leva mais 10 dias para iniciar uma nova postura. Nesse espaço, essa fêmea gastou entre uma postura e outra 60 dias, dois meses. É muito tempo. O período de postura vai de outubro até janeiro do ano seguinte, o que forma um período de, no máximo, quatro meses. Então uma boa fêmea nesse período vai fazer apenas duas posturas pelas razões alegadas anteriormente.

Os filhotes que nascem com um ou outro defeito físico eu sacrifico para que os filhotes de meu criadouro tenham qualidade elevada.

A fêmea mais velha de meu plantel nasceu no ano de 1996. Não mantenho, portanto, animais velhos no criadouro. Além de manter um criadouro com animais não muito velhos, o proprietário deve estar atento para observar qualquer aspecto no comportamento das aves, principalmente os excrementos, para que se não estão com problemas de infecções. Observar a cor do bosteadado, que deve ser preto e branco. O preto é as fezes da ave e o branco é a urina. Ainda deve observar se não tem sangue nas fezes para iniciar tratamento. Deve fazer exame das fezes de seis em seis meses.

Para evitar doenças, deve fazer limpeza da gaiola diariamente para evitar focos de propagação de doenças e contaminar as aves. Uma coisa muito importante é dar água limpa para que os pássaros tomem banho todos os dias

Outro fato interessante é ensinar as fêmeas a criar os filhotes. Pega-se uma fêmea velha e colocam-se próximo dela três ou quatro fêmeas novas para que elas observem a maneira de criar e tratar os filhotes, a comida que ela oferece e como são alimentados. Isso é muito importante na criação, a escolinha de criação de filhotes. Nós mesmos precisamos aprender a cuidar de nossos filhos, imagine um pássaro que foi tirado da mata onde vivia em grupos e foi colocado na gaiola em sistema isolado. É preciso ensinar e educar as aves como lidar com os filhotes. Pássaros vindos da mata não pegam tenébrios ou larva de mosca de jeito nenhum. Só pegam aqueles que foram ensinados.

É bem verdade que o curió, depois que cria coloca os filhotes para fora de seu território, mas esses animais vão formar bandos e viver em grupos, e aí surge o aprendizado para sobreviver no ambiente natural. É um ensinando e aprendendo com o outro. Por isso precisamos estar muito atentos com os curiós novos que não aprenderam ainda a cuidar de seus filhos.

Presenciei um bando de curiós, não voando, mas se movimentando na capoeira, faz uns 30 anos, na região de Antonina e Quaraqueçaba. Nessa época do ano, no outono, quase todos os pássaros formam bandos, canários, caboclinho, e outros pássaros para se deslocarem e se alimentarem. Só na época da reprodução é que vão criar os seus territórios, e os pássaros mais jovens, que ainda não estão na fase reprodutiva, vão estar vivendo e se deslocando em bandos.

Crio minhas aves em gaiolão (70X40X50) porque é mais higiênico. No viveiro, não é tão higiênico e não dá para fazer a limpeza necessária para evitar as doenças.

A primeira criação de curió se deu por acaso. Tinha uma fêmea em um viveiro e ela estava chocando. Mas como o viveiro era meio velho, surgiu um buraco e a fêmea começou a sair pelo buraco e buscar larvas fora do viveiro para tratar os filhotes. Foi aí que se aprendeu que tinha de dar larvas para as criações dessas aves quando nasciam e nas primeiras semanas.

Uso dois macho para cobrir as fêmeas de meu plantel. De manhã, vou observando quais as fêmeas que aceitam o macho e daí eu introduzo o macho na gaiola da fêmea. Para que o macho faça nova cobertura, espero que o macho descanse uma hora para ele cobrir outra fêmea.

Foi o primeiro criador do Paraná e iniciei a minha criação em 1956. Comecei com os canários-do-reino em 1954 e dois anos depois começava a criar curió.

No começo, eu não sabia e dei cupim velho para as minhas aves e um cupim mordeu uma fêmea de curió na parte debaixo do bico e ela se bateu tanto que dava dó. Nunca mais quis saber de cupim. Era só ver um que ela se assustava. O cupim, se dá os pequenos os novos, nunca os velhos. Eu não sabia. Pode-se usar para alimentar a criação tenébrio, tatuzinho (tem curió que gosta), capim-papuam

A produção de tenébrio não pode ser feita com alimento que se estraga fácil: pão, ração. Eu uso a farinha de biju porque dura 240 dias e não estraga. Uso ainda farelo de chorand (um trigo mais granulado). Ponho uma folha de couve por cima e troco de dois em dois para facilitar a criação.

O IBAMA atrapalha muito o desenvolvimento da criação. Não entendem e nada fazem para ajudar. “São todos uns incapazes que não conhecem passarinho, apesar de ter o título de biólogo”, e que estão atrás das escrivatinhas e por nós considerados pessoas um mau caráter. É o fim do caos”.

7.18 - RUDNEY JOSÉ BEPLER

Criador de aves silvestres e importador de produtos e subprodutos da fauna silvestre

Entrevista: 20/08/03

BR 101, Km 210 – Área Industrial de São José

Tema: Fauna exótica, nativa e julgamento em exposições nacionais

O senhor Rudney é juiz de agapornis na Federação de Ornitologia do Brasil, sócio da Beppler Importação e Exportação de produtos da fauna silvestre e possui registros de criadouro comercial da fauna silvestre. Tem pautado os seus negócios na produção e comercialização de produtos para alimentação da fauna em cativeiro.

A sua participação na criação e nos torneios o tornou um expert em agapornis, sendo juiz fazer a avaliação dessas aves nos torneios realizados. É juiz há cinco anos.

Ele informa que as principais características para um agaporni tornar-se campeão são a sua cor, porte e, principalmente, a sua apresentação para que se destaque dos demais concorrentes. Informa que hoje deve haver mais de cem mutações na espécie.

No final do torneio são escolhidas as dez melhores aves, uma para cada cor. Os torneios são regionais, estaduais e nacional e, no final, ainda, há a fase mundial. Existem juízes para os segmentos. Cada segmento é constituído por uma espécie de ave.

Quanto ao preço, o agaporni vale R\$ 100,00, e o casal de anatídeos, R\$ 250,00

Sobre o IBAMA, hoje está com as portas bem abertas, incentivando a criação, ao contrário do passado, quando era um órgão fechado de difícil acesso.

Quanto à criação de aves silvestres, ele acha que é um bom investimento, principalmente criação de aves como papagaios e araras. Há muita carência, no mercado externo, de aves exóticas para a Europa (Alemanha, Holanda e Bélgica). Os psitacídeos e as aves cantoras são os mais procurados. Os negócios hoje são feitos via internet, que passou a ser a melhor forma de procurar e ofertar os animais.

7.19 - CID JOSÉ GOULART JÚNIOR

Presidente da FSB)

Entrevista: 25/08/03

Atividade: Promotor de Justiça

Juizado da Infância e Juventude – Fpolis/SC

Tema: A importância da criação silvestre

“A criação silvestre precisa ser valorada para que possa ser preservada”. Victor Fasano, ator de novela é um criador de jacutinga. Vai a todas as partes do Brasil onde sabe que existe uma jacutinga para buscá-la e leva-la para o seu criador. Paga R\$ 1.000,00 por uma jacutinga.

A criação silvestre, principalmente na Europa, é muito valorizada. Nós não valorizamos a nossa fauna como deveria ser. Raulino Beppler, dono do criadouro Beppler, situado na Fazenda do Max, município de Palhoça, precisou importar canário-da-terra peruano, que é um canário bem amarelo e grandão, não conseguiu importar do Peru, e foi importar essas aves da Bélgica. A Bélgica exporta os canários que são originários daqui, do país vizinho e o Peru não consegue exportar. Veja que situação. O Brasil faz a mesma coisa, não valoriza o que é seu e impõe uma série de dificuldades. Temos que valorar a nossa fauna para criar empregos e poder preservá-la, caso contrário ela vai desaparecendo e nós vamos perdendo um produto muito procurado de origem silvestre e, com isso, vamos perdendo empregos, lazer e divisas para o país.

A criação silvestre hoje está tão desenvolvida que os passarinhos não querem mais passarinho do mato porque sabem que eles não têm pedigree para competir com o criado em cativeiro. Os pássaros, devido aos torneios, hoje, são muito exigidos para que cantem em qualquer situação, na luz, na sombra e em ambientes muita vezes inadequados, como é o caso daquelas onde existe muita iluminação artificial. O passarinho tem que ser bom para poder cantar naquela situação de pressão. É muito canto num momento só, dá para assustar o pássaro. Só passarinho muito bom tem condições de cantar naquele ambiente e os do mato não foram preparados e selecionados para essas proezas. Dono que conhece passarinho sabe disso.

No município de Biguaçu existe um grande criador de pássaros canoros: curió, canário, bicudo e agapornis. É o Amaral. Você deve visitar. O sobrenome eu não sei. O telefone é 243-2884. Gastou uma fortuna para fazer a sua criação. Está associado a uma cooperativa de São Paulo onde coloca todas as suas aves criadas. Não vende aqui. Vai tudo para São Paulo.

O IBAMA é um órgão que, do modo como conduz, está dificultando a criação silvestre no Estado, mas com o novo sistema de informática que está sendo implantado, tem que esperar para ver se vai facilitar. Criar as aves até que não é muito difícil, o difícil é o excesso de burocracia imposta pelo órgão. O presidente do órgão ambiental deveria incentivar a criação e deixar que os clubes ou associações supervisionadas pela Federação de Criadores de Pássaros controlassem a criação. O IBAMA ficaria com a fiscalização. Tem poucos funcionários e cria burocracia, não tem condições de dar conta pelo excesso de trabalho. Só fiscalizando ele já teria trabalho suficiente e dificilmente iria dar conta. São muito criadores e, com poucos funcionários, não tem estrutura para visitar todas as criações de fauna silvestre. Por isso, ficam dificultando as coisas para diminuir o excesso de trabalho. O que eles estão fazendo é prejudicar um setor que pode contribuir muito para o desenvolvimento da sociedade, que está tão carente de recursos e de trabalho.

Em síntese, o IBAMA deve delegar poderes para as associações e federações poderem administrar a criação silvestre e se preocupar com a fiscalização e o cumprimento da lei. Com isso teria mais tempo para se dedicar a outros setores que considero mais carentes e precisam de muita atenção, como desmatamento e poluição.

No banco de dados da Federação nós temos condições de rastrear cada pássaro, saber a sua origem, onde esteve e quem foram os proprietários. Saber toda a história da ave, até quantas competições (torneios) ele ganhou. O IBAMA chamou para si esse trabalho e não tem estrutura para fazê-lo. Resultado: tornou-se um órgão que está desestimulando o criador organizado. Quando chega no IBAMA, o processo pára, começa a demorar, e o criador fica desestimulado.

O Joel Capistrano, por um erro do órgão ambiental e devido a uma ação na Justiça Federal, foi um grande prejudicado. Trabalhou a vida toda na construção de um criadouro que seria modelo para o Estado. Só de aterro foram 4 (quatro) mil caminhões de barro. Seria um dos maiores empreendimentos da criação silvestre no Estado. Ele tinha importado aves de grande valor de todas as partes do planeta para

criar e embelezar o seu criadouro e para que pudesse atrair os turistas para Florianópolis. O resultado foi a sua falência, porque investiu todos os seus recursos na atividade e um dia eles encostaram um caminhão-baú com uma ordem judicial na mão e levaram só as aves com grande valor comercial, deixando para trás aquelas consideradas de valor irrisório. Até hoje, não se sabe o destino delas e assim desapareceu aquele que seria o grande empreendimento para a sociedade, que teria mais uma opção de lazer da melhor qualidade ambiental. Era um zoológico especializado só em aves de todo o planeta. Foi uma grande perda porque seria um grande pólo de incentivo ao turismo, que serviria para o desenvolvimento do comércio local, criando empregos e trazendo divisas para Santa Catarina.”

7.20 - LUIZ ROBERTO BREDA

Presidente da AOBA

Entrevista: 28/08/03

“Se a sociedade tiver interesse em que a fauna seja preservada, tem que criar e incentivar, do contrário, a caça clandestina vai exterminar os animais.

É o incentivo da criação que vai evitar a caça.

Na minha região, Joinville, as principais aves nos torneios são: 1º, o trinca-ferro, 2º, o coleira e 3º, o sabiá-laranjeira.

Dão importância para essas aves porque o curió é uma ave muito cara, principalmente o do canto clássico, denominado de canto praia-grande. Outro problema é que para você criar um de curió canto clássico, tem que ter linhagem e precisa investir muito.

Foi vendido, em Joinville, para os criadores do Rio de Janeiro, anos atrás, um trinca-ferro por R\$120.000,00. Essa ave deu mais de 390 cantos no torneio, o marcador não conseguiu marcar direito. O valor médio de um trinca-ferro é R\$ 250,00. O preço do coleira é o mesmo e quando filhote, pardinho é R\$ 150,00.

Tenho 16 pássaros e gasto com ração, por mês, R\$ 150,00, ou seja R\$ 10,00 por pássaro.

A criação pequena não dá lucro, mas é a única forma de se conseguir um bom pássaro e ainda tem que ter linhagens, não pode ser qualquer pássaro.”

7.21 - DIRÇO AMARAL

Criador comercial

Entrevista: 28/08/03

Localidade: Sorocaba

Município: Biguaçu

Tema: Criação de curió

“Montei uma boa estrutura para criar curió, bicudo e canário.

Crio curió de canto Florianópolis, que acho que deve ser valorizado porque é um canto regional do que eu gosto muito e acho muito bonito. É um canto perfeito. Só quem conhece sabe apreciar.

Procuo produzir com qualidade e não em quantidade. Os meus passarinhos vendo caro, por R\$ 500,00, porque as minhas aves têm pedigree.

No torneio de 2001, os meus curió obtiveram diversas premiações: No canto Florianópolis Pardo Especial Sem Repetição, o meu curió denominado “Ourinho” ficou em 2º lugar. No canto Florianópolis Pardo Sem Repetição, o meu “Lico” ficou em 5º lugar. No canto Florianópolis Preto Especial Sem Repetição, os meus curió “Regente”, “Cajuru” e “Pirata” ficaram com os 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente. No canto Florianópolis Preto com Repetição, o “Barracão” ficou com o 2º lugar. Então posso provar que os meus pássaros têm pedigree pelo desempenho nos torneios e por isso posso pedir um preço mais elevado por cada um dos filhotes.

No ano de 2002, meus pássaros também foram premiados: no canto Florianópolis Pardo Clássico Sem Repetição, “Guri” obteve o 1º lugar. No canto Florianópolis Pardo Sem Repetição, o “Bingo” ficou com o 1º lugar e o “Filé” ficou com o 3º lugar. No canto Florianópolis Clássico Sem Repetição, “Regente”, “Toca” e “Ourinho” ficaram com o 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente.

Portanto, estou habilitado como criador de curió com genética elevada. Todos esses pássaros são crias de meus curió.

O meu criadouro é dividido em alas: uma só para as fêmeas solteiras para que elas não fiquem piando e deixando as fêmeas chocas com ciúme. Uma ala para as fêmeas chocas e com filhotes, e uma ala retirada para escolinha onde os filhotes escutam os cantos e aprenderem a cantar.

Tenho uma ala para criação de canários. Cada uma dessas alas é formada por uma construção própria e isolada. Tenho ainda uma UTI para tratamento dos pássaros, se houver necessidade de isolamento completo, com aquecimento e sombra permanente.

Vendo os meus filhotes a R\$ 500,00 cada um. Não posso vender por menos porque meu custo é muito elevado e eu considero um preço muito barato pelo desempenho que vão tendo nos torneios.

Meus curió, ainda, têm outra vantagem, a cabeça mole, o que quer dizer que depois de velhos ainda aprendem outros cantos. Vendi um para São Paulo e ele foi premiado lá com canto praia o que mostra que são pássaros inteligentes, podem aprender novo canto, não são cabeça dura, que é o pássaro burro que, depois de assimilar um canto, não muda mais.

Para controlar piolhos e ácaros, coloco uma gota de ivomec azul na cocha de cada passarinho. Isso controla até os vermes. Depois que passei a usar, não tive mais problema com piolhos, que antes eram uma praga. Os pássaros viviam cheios de piolhos e eu até perdia animal.

Aluisio Pacini Tostes, uma das maiores autoridades em criação de curió no Brasil, que é o maior criador de São Paulo e, talvez do Brasil, um dia perdeu mais de cem filhotes. Ficou desesperado e se isolou no quarto, porque não conseguia deter a doença e nem conseguia saber o que estava acontecendo. Avisou a mulher que não estava para ninguém. Chegou um amigo seu que não era da área e queria falar com o Pacini. A mulher explicou que ele não atenderia ninguém, mas a visita insistiu e ela então resolveu dizer para o marido que o seu amigo queria conversar com ele. Pacini então foi ao seu encontro e contou a sua história. O amigo disse: - Pacini, isto não é a minha especialidade, mas aqui perto tem o pessoal que cria pinto de um dia. Liga para eles. O amigo foi embora e o Pacini pegou o telefone e ligou. Do outro lado da linha os caras atenderam e disseram: Dr. Pacini, - Pacini é muito respeitado - você pega tudo que tem aí, curió morto, gaiola, comida, resto de comida, junta tudo o que puder e traz para cá que nós examinamos. O Pacini reuniu tudo, colocou no carro e levou para a casa de pintos de um dia. Chegou lá, tinha uma equipe já esperando por ele, com tudo pronto para começar os exames. Disseram para o Pacini retornar que em pouco tempo dariam o resultado. Destriparam tudo. Em poucas horas, o Pacini recebeu o resultado. Sabe o que era? Era a farinhada contaminada com fungo. Os pássaros velhos resistiam mais, mas os novos morriam na hora. Se ele não liga, ia acabar com a sua criação, continuando a dar a farinhada.

Aqui no meu criadouro aconteceu a mesma coisa. Temos que tomar cuidado com a alimentação contaminada. Não podemos facilitar.”

7.22 - ARNIM AX

Criador de Pacas

Entrevista: 12/09/03

Presidente Getúlio/SC

Tema: Criação de Pacas

Crio paca há 44 anos. Tenho hoje 90 pacas em cativeiro. Já tive 130 pacas em cativeiro.

O problema da criação da paca é a consangüinidade porque senão ela fica muito pequena. Tenho paca que já me deu 16 crias e ainda continua criando. Outras já me deram 14 crias. Isso mostra que essa idéia de que alguns falam que dá só 3 (três) crias é pura bobagem. É uma grande ignorância e uma pura inverdade se observar os meus resultados.

Os criadores que criam em regime abertos não fazem controle da consangüinidade e passam a ter problemas porque os animais vão perdendo tamanho e peso.

Hoje tenho 15 catetos em cativeiro.

7.23 - LAURO VARGAS CAMARGO

Caçador de preás

Entrevista: 15/09/03

Local: Capoeiras – Florianópolis

Tema: Churrasco de Preá

Quando era criança eu estudava no colégio de Pastor. Todos os anos numa certa época o Pastor nos levava para uma Fazenda que ficava em Camgussu, Perto de Pelotas, no Rio Grande do Sul para passar 30 dias de repouso e descanso.

Nos fundos da fazenda tinha um banhado meio seco (úmido) com capins e ocorria próximo uma lagoa, onde se plantava muito arroz. Nesse local tinha muito preá e o Pastor nos dava 3 (três) espingardas-de-pressão (com munição de chumbinho dos grandes, aquele de perdiz, porque o chumbinho comum não mata,) para que os três alunos maiores da turma para que fossemos matar preá no capim próximo da lagoa, onde se cultivava o arroz.

A ordem era para matar só os preás, outra caça não, e os preás não podia ser as fêmeas grávidas que eram grandonas, só aqueles menores com o tamanho médio e que não fosse barrigudo porque estariam prenhes. Os preás eram caçados no meio do caminho existe entre as fileiras de arroz, ficam passando de lá para cá e de cá para lá. Daí fica fácil de atirar. A gente vai observando e escolhe o aquele que quer abater. É um tiro só. Muitos dão um só pulo, outros corre um pouquinho e ficam e outros nem se mexem, ficam no mesmo lugar.

A gente matava 20 (vinte) a 25 (vinte cinco) preás por final de semana. Dava um montão. Cada um depois de limpo, tirado o couro, a cabeça e as patinhas, pesavam entre 350 a 400 gramas. Ficava um porquinho.

Os preás depois de limpos eram temperados no adivindalho por três horas, mas tempo não, senão estraga.

A recita do tempero é a seguinte: ½(meio) litro de vinho, 1 (uma) cabeça de alho, 6 (seis) limão, ½(meio) copo de vinagre. Mistura tudo e passa a colar os bicho no adivinhalho um a um para pegar bem o tempero. Fica aí três horas e depois pega cada preá e recheia com pirão de farinha de mandioca com bastante tempero. Assa por uma hora e meia para ficar beleza. Parecia ser um leitãozinho no espeto. Tem gosto da carne de tatu-do-mato. É gostoso. Comíamos esses preás com risoto, arroz, aipim, polenta, salda verde, radite, cebola, tomate e pão. Suco de maracujá, limão e acerola. Naquele tempo aqui não se conhecia acerola, mas o pastor era um alemão grandão muito viajado, conhecia o mundo todo, e os índios também. Ele tinha um museu feito só com peças de artesanato indígena de presente que ela ganhava dos índios. Era muito bonito. Tinha peça de todos os tipos. Devia ter aprendido a comer os preás com os índios porque ele os visitava constantemente e comida da comida dos índios.

Os preás dão em média 5 (cinco) filhotes por parto, não mais.

O tatu pode ser assado no seu próprio casco usando o mesmo tempero e recheio do preá. Tira as fissuras e as patinhas, O resto fica.

7.24 - PEDRO CAMARGO

Tratador de paca e cutias
Criadouro de Nilso Furlanetto

Visita: 21/10/03

Local: Mondai/SC

A vista ao criadouro foi acompanhada do Marcos Furlanetto, filho do senhor Nilso, porque este estava na roça quando chegamos em sua casa. No criadouro que fica fora da cidade o tratador, o senhor Pedro Camargo nos acompanhou. Na viagem até Mondais foi acompanhado do senhor Erasmo Olivetti Filho, administrador, funcionário da Secretaria da Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina que ficou admirado da qualidade observada na criação em estudo.

Hoje deve ter 45 pacas no criadouro. Desse total são 4 machos, sendo dois adultos e dois filhotes. O resto é fêmea.

As pacas criam dois filhotes por ano. Tem fêmeas desse que já tem 5 anos e ainda estão criando normalmente.

Uma paca com 13 kg viva quando é abatida perde 1,5 kg. Dá, portanto, 11,5 kg depois de limpa. É um excelente animal para abate.

A cutias aqui no criadouro dão 4 a 5 filhotes, mais 5 do que quatro. Podemos dizer que dão 5 filhotes por parto.

O peso da cutia adulta é 3,5 kg. Quebra um quilo no abate. Limpa pesa 2,5 kg.

Temos 180 abrigos feitos na chácara. Todos são feitos com material rústico, como pedra, madeira, tijolos. Em baixo da casa que eu moro deve ter morando uns vinte animais.

As cutias comem de dia e as pacas vem de noite.

De dia a paca dorme e a noite é a cutia. Para ver as pacas precisam vir a noitinha que elas aparecem quase todas juntas. As cutias vêm se alimentar uma de cada vez, são mais desorganizadas no horário de comer e as pacas são mais pontuais.

Vermífugo: Adicionamos vermífugo de 6 (seis) em seis meses na quirela de milho. A dosagem é 50 g de Fencare – 4 % premix para 60 kg de quirela que misturado no misturador. Faz a dosagem uma só vez e depois só se repete 6 meses depois. O fencare – 4 % premix em frasco de 100 gr custa R\$ 4,50,. É muito barato e dá para fazer dois tratamentos.

Fita de vídeo:

A fitas de vídeo foi gravada pelo senhor Nilso Furlanetto e estava em 5 pessoas todas sentadas na frete do tratadouro conversando baixinho. Os animais só se expantam se o sujeito se levantar. Ficando quieto tudo corre numa boa.

A esposa do senhor Nilso, a senhora Loreni, é copiou a fita e me deu de presente .

Agradei a hospitalidade, me recebeu com muita disposição, e disse que a sua família estava de parabéns pelo trabalho que o seu esposo estava desenvolvendo com o manejo empregado.

O criadouro:

A criação é feita ao natural, numa área de 3 (três) hectares, onde não se nota degradação ambiental alguma. Ao se observar não vê-se vestígios que naquele local pos conter tantos animais. A cerca em volta que contém os animais é de 1 (um) metro de altura, sem proteção alguma e os animais não se evadem do local. Moram nas suas tocas construídas pelo proprietário com materiais encontrados no próprio local. Não existe investimentos com construções e o único investimento para a construção do criadouro foi à cerca de tela, sem alambrado, com um metro de altura, na malha 5 (cinco). A área que contém as pacas e as cutias é um pomar misto com laranja, bananeiras e outras frutas. A produção do pomar é toda para a alimentação dos animais. Além dessas frutas é adicionado no cardápio, aipim, batata-doce, abóbora e produtos da roça, alternando esses produtos diariamente.

7.25 - ELIZABETE VAVASSORI

(62 anos)

(ARTEVAL – Ind. Com. Artesanato Vavassori Ltda)

Entrevista: 11/12/2003.

Local: Joinville.

Sempre trabalhei com borboletas. Não sabia contar e já trabalhava com as borboletas preparando para a venda. Como não sabia contar até 100, fazia montinhos de 10 em 10 para o meu pai. Com 11 anos começou a colar as borboletas no papel e a fazer artesanatos.

Meu pai era um comerciante que gostava de comprar borboletas dos lavradores e de pessoas humildes da roça. Dizia que a borboleta “*era o natal e páscoa dos pobres*” e dizia, ainda, que “*dava nessa época o pão dos pobres*”. É nessa época que as borboletas mais se desenvolvem. Ele trocava as borboletas por mantimentos: açúcar, trigo, farinha.

A borboleta foi a minha vida. A minha empresa já teve 33 pessoas trabalhando só com borboletas. Todo esse espaço que você vê aqui era ocupado para o processamento das borboletas.

Hoje, estou apenas 4 funcionários aqui na fábrica e tenho três na linha de criação dos animais.

Esse encolhimento da empresa é devido as dificuldades imposta pelo órgão ambiental que não facilita o nosso trabalho. Tenho pedidos no IBMA para liberar as guias de exportação para o Canadá e os Estados Unidos e até o momento não consegui a liberação. Esse problema dificulta a nossa atividade de exportação e nós não podemos ampliar os nossos negócios. Se não fosse essa burocracia, nós poderíamos empregar muito mais gente. O problema é que as pessoas quando fazem as encomendas já fazem com pressa porque tem que atender os seus clientes e nós amamos a entrega, fica prejudicado os todos os lados: o da produção das borboletas, o da confecção (artesanato), o comercialização e o consumidor que não obtém o produtos da sua procura. É uma dó. Um ramos que poderia beneficiar tanta gente e, ainda, preservar a natureza, e atender a sustentabilidade do colono em suas propriedades porque poderiam fazer pequenas criações e atender as nossa necessidades.

Tem um grupo canadense querendo investir no criação de borboletas aqui na região, com dinheiro a fundo perdido, para atender as suas necessidades de importação. Precisamos, com urgência, desburocratizar o órgão ambiental para atender o desenvolvimento deste seguimento porque senão tenho que fechar a empresa.

Se eu não vendo, não consigo honrar os meus compromissos, principalmente com os meus empregados. Não é possível continuar uma atividade que desde criança pratiquei do mundo com o está.

Perguntei quanto ganhava os seus empregados. A dona Elizabete passou a pergunta para uma senhora que fazia artesanato ao lado, respondendo que ganhava R\$ 600,00 (seiscentos reais). É um salário razoável para uma atividade que emprega a mão-de-obra local.

Os principais regiões importadoras hoje são o Canadá, os Estados Unidos e principalmente a região da Flórida que importa muito.

Quanto as borboletas nós empregamos os machos que tem a cor mais acentuadas, dificilmente se usa a fêmea porque a sua cor não é atrativa, fica um artesanato de qualidade inferior. A criação não prejudica a não prejudica o ambiente e até o estimula porque nos soltamos as fêmeas. Elas passam a ser reproduzir na natureza e isso contribui para o desenvolvimento da biodiversidade.

ISAAC DE SOUZA

(entrevistador)

Observações que foram feitas durante as entrevistas:

Fui solicitado pela diretoria da ACPP – Associação dos Criadores de Pássaros de Palhoça para fazer a cobertura fotografica do 1º Torneio de canto de trinca-ferro promovido pela FSB para abertura do campeonato Sul Brasileiro de Canto, temporada 2003/2004. Essa cidade foi escolhida para fazer o 1º Torneio da região nesta modalidade.

Foi feito um Jantar Dançante que ocorreu na sexta-feira, no dia 01/08/03, às 21 horas e o torneio iniciou-se às 8,00 horas do dia 03/08/03, no domingo.

Após o torneio, a diretoria mais os organizadores do torneio se reuniram em um churrasco de confraternização para comentar, discutir e avaliar o desenvolvimento do torneio e as possíveis mudanças que precisariam ser feitas nos torneios futuros, além de confraternizar pelo trabalho realizado.

Na sexta-feira, dia 08/08/03, às 20,00 horas, na sede da ACPP foi feita nova reunião para melhor avaliar e discutir as situações que devem ser estudadas para o engrandecimento da associação.

Como eu participei de todas estas etapas supracitadas, achei por bem relatar o que observei durante estes cinco eventos: o jantar de abertura, o baile, o torneio, a confraternização após o torneio e a churrasco dos membros da associação uma semana após o torneio.

Os convidados:

Entre os convidados estava o representante do Governador do Estado de Santa Catarina, representado pelo secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopolca, o prefeito de Palhoça, Paulo Vidal, o presidente da Federação Sul Brasileira de Criadores de Pássaros - FSB, Promotor Publico da infância e Juventude, senhor Cid José Goulart Junior, o vice- presidente da FSB, Zumari Lemos, o presidente da SAC – Sociedade Amigos do Curió, Joselito Altair Soares, o Gerente de Fiscalização de Tributos Estaduais da 1º Região de Santa Catarina, Lauro José Cardoso, entre muitas outras autoridades presentes, o que demonstra o prestígio do evento.

Abertura do evento

A abertura do evento se deu com as palavras das autoridades presentes, tendo discursado o presidente da FSB, Cid José Goulart Junior, o prefeito de Palhoça, Paulo Vidal e o presidente da ACPP, Valmir Peres da Silveira.

O presidente da FSB, no seu discurso, mostrou a importância relevante que tem a criação silvestre no Brasil, por agregar pessoas dos mais diversos níveis, desde o deputado, juiz, chefes de patentes militares e operários, como serventes e pedreiros, e que dentro dessa confraternização não há distinção de categorias profissionais. Ali todos têm a mesma importância e todos falam a mesma língua, o que seria a motivação para criar os pássaros e mostrar a qualidade de suas aves num ambiente de muita compreensão e lazer, onde o divertimento está acima de qualquer interesse particular da classe a qual pertence.

Mostrou, ainda, que a atividade emprega milhões de pessoas no Brasil, contribuindo para a geração de empregos, arrecadação de impostos e preservação das espécies, evitando a extinção que vem ocorrendo com o aumento das áreas para uso da agropecuária. Falou, também, que o setor é um dos mais importantes e que precisa de atenção das autoridades, tendo em vista que a atividade parte de uma relação ecológica com o ambiente, desestressando as pessoas, e que, com isso, o Estado deixa de gastar com remédios, contribuindo com a política do governo federal e estadual na criação de lazer e bem-estar. Alegou que os passarinhos precisam ser encarados não como uns “fora-da-lei”, mas sim como pessoas que promovem o bem da sociedade local, valorizando o bem estar da pessoa humana e do animal.

Por último, falou sobre a importância da manutenção da criação silvestre que emprega mais gente que todos os outros setores da pecuária, só perdendo para o setor da bovinocultura, estando muito

acima dos criadores de búfalos, porque os criadores de passarinhos estão distribuídos por todas as regiões do país, consumindo ração, medicamentos e comercializando os animais produzidos.

O jantar dançante

O jantar dançante foi realizado na mais completa organização. Foi enfeitado a rigor, mesas bem numeradas e enfeitadas, cada uma recebeu a denominação de uma cidade para que, na hora de servir, fosse feita chamada para o bufê. Isso se deu na mais completa ordem, onde todos os participante tiveram oportunidade de jantar e satisfazer os apetites, que estavam aguçados tendo em vista a qualidade da comida servida.

Os comentários foram unânimes: a comida estava excelente, não podia ser melhor. Só restava agradecer a comissão organizadora.

O torneio

No torneio, notou-se a preocupação dos associados com o bem-estar dos pássaros. Em primeiro lugar, solicitaram que eu não usasse o flash da máquina fotográfica porque poderia assustar os pássaros e prejudicar o seu desempenho na competição feita no torneio.

Outra preocupação foi com uma ave trazida por um associado em que a gaiola tinha o tamanho abaixo do recomendado, o que não estava valorizando o bem-estar do animal, motivo pelo qual não foi aceita a sua participação no torneio.

Churrasco de confraternização depois do torneio

No churrasco, foram lembrados os momentos mais importantes dos torneio, feitas a avaliação e os agradecimentos aos membros que participaram das etapas de elaboração do torneio.

Churrasco na sede da ACPP, no dia 08/08/03

Novamente, voltaram aos comentários sobre o baile e o torneio, já pensando no próximo torneio. Brincaram muito e até gozaram no bom sentido, do desempenho de suas aves, sendo que alguns já estavam se preparando para adquirir aves de qualidades elevadas para melhorar os resultados de suas próprias aves. Como esses associados são pessoas com pouco poder aquisitivo, a preocupação deles era se concentrar na criação para produzir aves de genética elevada, para poder enfrentar os torneios que exigem muito da ave, como cantar no momento da roda, na hora da avaliação da competição.

Observações do Entrevistador:

Durante todas as etapas, desde o jantar dançante, o torneio de canto, a confraternização e a avaliação pelos membros associados do torneio, notei os seguintes fatos:

1º - Fumantes: os fumantes são poucos e de poucos cigarros. No torneio, apesar da multidão que se aglomerou, me lembro de ter visto só um fumante fumar um cigarro. No churrasco na sede, observei também apenas um fumante, apesar de saber que diversos dos presentes eram fumantes.

2º - Não vi nenhum dos presentes reclamar de sua saúde, apesar de muitos deles serem cinquentões. Apenas um veio reclamar porque, na foto, tinha saído com os cabelos brancos. Perguntou se

eu tinha pintado. Disse a ele que ele se sentia novo, mas, na realidade, a foto estava mostrando que ele já estava ficando velho. A foto mostrava a realidade.

3° - As conversas giravam em torno de pássaros, criação, canto, manejo e muita gozação com alguns dos presentes por comportamentos de certa forma não recomendáveis, em certas situações suas ou de suas aves ou, ainda, de propostas que eles acharam indecorosas, como foi o caso de um associado que tinha oferecido um boi em troca de um trinca-ferro. Muitos se dirigiram para a casa do proprietário autor da proposta e, ao examinar o boi, viram que ele era do tamanho de um cabrito, com o traseiro espichado e sem parte do rabo, que eles diziam que era pitoco, considerando a proposta do dono do boi indecorosa.

4° - Não vi ou percebi nenhum participante estressado, alegando-se cansado ou indisposto.

5° - Existe no grupo muita gozação com os elementos que fazem parte da associação porque as mulheres mandam em casa e não permitem que eles participem das atividades da organização do grupo e que, quando elas brigam, os maridos tem que ir dormir no rancho dos passarinhos. Um dos participantes disse que iria transformar a estrebaria num criadouro e que eles estava afirmando que quando a fulana colocasse ele de porta afora não teria onde ficar, porque quando ela brigar é para a estrebaria que ela vai e agora ir para onde, perguntavam eles? Quá, quáqua, quáqua, quáqua, quaquá.

6° - Podemos afirmar que é um grupo feliz, alegre e divertido, algo que se pode atribuir, também, a criação de pássaros.